

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

**ZILMA BORGES DE SOUZA**

**A Configuração do Trabalho em Redes Sociais Produtivas:**  
experiências na agricultura familiar em dois núcleos da Rede de  
Agroecologia Ecovida.

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ZILMA BORGES DE SOUZA

**A Configuração do Trabalho em Redes Sociais Produtivas:**  
experiências na agricultura familiar em dois núcleos da Rede de  
Agroecologia Ecovida.

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais (área de concentração: Sociologia), sob a orientação da profa. Dra. Ana Amélia da Silva.

Doutorado em Ciências Sociais  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
São Paulo, 2009

---

---

---

---

---

Aos agricultores da Rede de Agroecologia  
Ecovida por possibilitarem o contato com  
suas histórias.

*“O narrador conta o que ele extrai da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história”.* Walter Benjamim

## AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre está presente, incentivando para a realização de meus projetos, e a renovação dos vínculos com a vida, por meio da confiança, coragem e generosidade. É muito bom construir minha história com vocês!

À Fátima, Rose, Elvira, João Diógenes, Natércia, Thaís, Lena e Florência que viveram muitas emoções comigo e souberam apoiar de diversas formas, cada qual com sua força. Fez realmente muita diferença!

À Maria Helena, Merylin, Rosa e Daniela que dedicaram atenção especial ao meu texto e às idéias, com tanta boa vontade, que entraram de verdade na minha casa;

À Eduardo Loebel, Ricardo Bresler, Tiago, Seiji, Ideli, Mário Aquino, Chico Fonseca, Rosely, Adriana, Germano, Maria Ester, Rosa Maria, Chico Aranha, e Elaine Yoshikuni que sabem trabalhar junto, acolher e fazem parte de forma especial da minha história em São Paulo;

À João Batista Pamplona , Roberto Heloani, Maurício Serva e Carolina Andion pelas contribuições ao debate de temas tão apaixonantes e pelas valiosas contribuições;

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, em especial o professor Lúcio Flávio, que também contribuiu significativamente para a elaboração deste trabalho;

À CAPES pelo apoio com a bolsa de estudo concedida para a realização desta tese;

À professora Ana Amélia, minha orientadora, por ajudar na tentativa de construir um texto livre de imprecisões teóricas;

Às pessoas e instituições que me deram apoio e tornaram possível a pesquisa de campo: Charles Lamb, Andréson Silveira, Marcos de Abreu, Natal Magnanti, Simone Pereira, Jozete Nieheus, Sérgio de Lima e Marcelo Passos.

À Ana Rosa, que também soube compartilhar outra casa muito acolhedora, e à Romeu Leite, que sabe simplificar a vida e abrir portas com tanta alegria;

Aos amigos de tantos lugares, que acompanharam todo o processo deste trabalho e me proporcionaram momentos agradáveis e cheios de afeto. Entre eles, Zanoni, Helânia, Cecília, Eliana, Marcos, Liliane, Mair, Massami, Luciano, Fred, Fernanda, Chico, Barão, Darli, Andréia, Cris, João, Fabiano, Thelma, Rosângela, Manolita, Luciana Faria, Creusa, Avanete, Zé Raimundo, Waldenor, Vanda, Bolívar, Mauro, Irimar e Aduíno.

À Evelyn, que sabe o valor das palavras e gosta tanto das minhas.

À Nenza, Zequinha, Gel, Guida, Romeu, Jorge, Wallace e Patrícia que estiveram presentes, acompanhando meu trabalho com tanta delicadeza e carinho;

À Miro, Maria, Jurandir, Elizabete, Dai, Messias, Norca, Obede e Mano pela torcida e cuidados em momentos decisivos;

Aos meus sobrinhos todos tão especiais, fazendo a família crescer e mantendo os vínculos de respeito, coragem, amor e alegria tão presentes em nossa história;

À Zelma, que sabe onde estar sempre e compreende as palavras e as coisas não ditas, e ainda consegue encontrar um jeito de iluminar meus dias!

Ao meu pai e à minha mãe, eu dedico toda a imensa vontade de compartilhar essa conquista e contar sobre essas emoções tão especiais.



## RESUMO

O objetivo desta tese é refletir sobre o trabalho organizado em redes sociais produtivas, tomando-se como exemplo a Rede de Agroecologia Ecovida, situada nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Selecionou-se para estudo a agricultura familiar de produção agroecológica, como forma alternativa de trabalho relevante no contexto brasileiro, a qual demanda políticas públicas e exerce função significativa na política de segurança alimentar do país. A pesquisa privilegiou a complexidade inerente à configuração do trabalho em rede, desenvolvido pelos agricultores familiares em dois núcleos desta rede no estado de Santa Catarina – Planalto Serrano e Litoral Catarinense. Foram investigadas, dentre outras, as peculiaridades da produção agroecológica, as inovações técnicas na forma de produzir, a revalorização das práticas sociais tradicionais no meio rural, assim como a ampliação dos riscos para o pequeno produtor. Diante do cenário mais amplo de precarização das relações de trabalho, a reflexão se concentrou nas formas de organização em redes sociais produtivas, caracterizadas como projetos alternativos de produção, que apresentam duplo direcionamento - o da cooperação e o da orientação para resultados econômicos. Mais especificamente, se pretendeu investigar as consequências e desafios destas relações, atentando para a configuração atual do trabalho na sociedade.

Palavras-chave: 1. Redes Sociais Produtivas; 2. Agricultura Familiar; 3. Agroecologia; 4. Trabalho; 5. Rede de Agroecologia Ecovida.

## **ABSTRACT**

The purpose of this thesis is to reflect about the organized work in productive social networks, taking as an example the Rede de Agroecologia Ecovida (Ecovida Agroecology Network), located in the States of Santa Catarina and Rio Grande do Sul. For the purpose of this study it was selected the ecological production in family farming as a relevant form of alternative work in the Brazilian context, that demands public policies and exert an important function in the food security policies of the country. The research payed a special attention to the complexities inherent to the network that was developed by the family farmers in two locations in the state of Santa Catarina – Planalto Serrano and Litoral Catarinense (sea coast). It has been researched, among others, the peculiarities of the agroecology production, the innovative techniques to produce, the increase in worth of the traditional social practices in the rural environment, as the increasing risks for the small farmer. In front of such a broad scenario of the worsening in the work relations, the reflection concentrated in forms of the organization of social productive networks, characterized as alternative production projects, that presents two directions – that of cooperation and that of the drive to economical results. More specifically, it intended to investigate the consequences and challenges of these relations, paying attention to the real configuration of the work in society.

Key words: 1. Productive Social Networks; 2. Family Farming; 3. Agroecology; 4. Work ; 5. Ecovida Agroecology Network.

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	13
<b>Capítulo 1</b>	
<b>As novas formas de sociabilidade do trabalho – alguns elementos teóricos e históricos</b>	34
1.1 A ambiguidade do trabalho	35
1.2 A cooperação social do trabalho e a força produtiva do capital humano	40
1.3 Trabalho: sociabilidade e mundo comum	43
1.4 Desafios do trabalho coletivo	51
1.5 Alternativas do trabalho no meio rural	54
<b>Capítulo 2</b>	
<b>As redes sociais produtivas</b>	63
2.1 Conceitos e perspectivas das redes	63
2.2 Redes Sociais Produtivas	69
2.3 Aspectos históricos, estrutura e formalização da Rede Ecovida	77
<b>Capítulo 3</b>	
<b>A agroecologia e a agricultura familiar no Brasil</b>	90
3.1 Perspectivas para a agricultura familiar	90
3.1.2. Novos espaços produtivos	95
3.2 Novas bases organizadoras do espaço produtivo no meio rural e a participação popular	97
3.3 Agricultura orgânica e agroecologia	102
3.4 Desafios e oportunidades para a agricultura familiar agroecológica	107
3.4.1 Certificação e garantia de confiabilidade da produção agroecológica	111

## **Capítulo 4**

<b>A configuração do trabalho na Rede de Agroecologia Ecovida</b>	<b>115</b>
4.1. Estrutura organizacional e processos decisórios	115
4.2. Relações com o Poder Público – Colegiados, Conselhos e Movimentos Sociais	121
4.3. Consolidação e expansão da Rede de Agroecologia Ecovida	128
4.4. Processos transversais na Rede	130
4.4.1 A certificação participativa aplicada na Rede Ecovida	131
4.4.2 As alternativas de comercialização na Rede Ecovida	136
4.4.3 Novos espaços produtivos na Rede Ecovida	139
4.5. Temas locais e Grupos de Trabalho – GTs	144
4.6. Autonomia, interdependência e conflitos na Rede Ecovida	145

## **Capítulo 5**

<b>As experiências dos agricultores</b>	<b>149</b>
5.1 <b>Núcleo Planalto Serrano</b>	<b>149</b>
5.2 Sujeitos entrevistados e trajetórias das famílias	155
5.2.1 Grupo Renascer	155
5.2.2 Grupo Otacílio Costa	
5.3 <b>Núcleo Litoral Catarinense</b>	<b>172</b>
5.4 Sujeitos entrevistados e trajetórias da família	175
5.4.1 Grupo Garopaba	175
5.4.2 Grupo Paulo Lopes	179
5.4.3 Grupo Três Barras	184
5.5 Entrada e permanência dos agricultores na Rede de Agroecologia Ecovida	190
5.6 Experiências de trabalho e participação	206
5.7 Transformações nas relações sociais, convivência no grupo e na vida familiar	217
<b>Considerações finais</b>	<b>230</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>239</b>
<b>Anexo</b>	<b>253</b>

## Introdução

Esta tese estuda o trabalho estruturado em redes sociais produtivas, com foco específico para o mundo rural e a agricultura familiar<sup>1</sup>. Tomam-se como objeto de estudo a configuração do trabalho, as experiências e as práticas sociais de agricultores de dois núcleos que aderiram à produção orgânica, organizados em uma rede vinculada originalmente à região sul do país, a Rede de Agroecologia Ecovida<sup>2</sup>.

A fundamentação teórica da tese está construída sobre redes sociais produtivas, consideradas como formas alternativas de trabalho, agricultura familiar e a agroecologia, analisadas sob a ótica das transformações do mundo do trabalho.

A Rede de Agroecologia Ecovida é formada por agricultores familiares, organizados em pequenos grupos, que funcionam como as células-base da rede, articulados por organizações não governamentais, que exercem, entre outras funções, a ligação com o poder público e com entidades internacionais para apoio financeiro.

Atualmente, a referida rede congrega 24 núcleos regionais que incluem associações e cooperativas para a comercialização, nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Abrange em torno de 170 municípios destes estados e reúne 200 grupos de agricultores, 30 organizações de apoio e, aproximadamente, 2.400 famílias (Rede de Agroecologia Ecovida, 2008).<sup>3</sup>

Os seus objetivos principais são “desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos

---

<sup>1</sup> Nesta tese será utilizado o termo Agricultores Familiares, adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para designar o segmento social dos agricultores de base familiar, camponeses, ou “colonos”, como são conhecidos no Sul do Brasil.

<sup>2</sup> A denominação Rede Ecovida, Ecovida ou Rede de Agroecologia Ecovida será utilizada sem diferenciação de significado nesta tese.

<sup>3</sup> Ver mapa anexo com a distribuição dos núcleos em cada Estado.

ecológicos; articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; e ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade” (Rede de Agroecologia Ecovida, 2008).

A proposta agroecológica envolve, além da produção de alimentos orgânicos, a ampliação do foco para o processo social que o envolve, e a defesa de ideais de “equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural, autonomia das comunidades locais e respeito aos ecossistemas”. Não se restringe, portanto, aos aspectos técnico-produtivos (Rede de Agroecologia Ecovida, 2008).

Pode-se considerar assim a agroecologia um “processo inovador que se baseia na otimização do uso dos recursos locais na construção de soluções técnicas e sócio-organizativas para promover a eficiência econômica e da sustentabilidade ecológica dos agroecossistemas” (Articulação Nacional de Agroecologia, 2008).<sup>4</sup> Alguns atores envolvidos no movimento agroecológico preferem usar inclusive o termo ‘produto ecológico’ quando se referem ao resultado deste tipo de produção, considerando que este alcança um significado mais abrangente. Nesta tese optou-se pela definição mais corrente de ‘produto orgânico’, que é também denominado desta forma pela lei 10.831/03 do Governo Federal, que orienta a produção, beneficiamento, certificação e comercialização destes produtos no Brasil. Esta lei foi regulamentada apenas recentemente pelo decreto 6.323 de 29.12.2007, diante da expansão do mercado e da abertura de novas possibilidades de comercialização da produção agroecológica.

A Ecovida se institucionalizou como uma rede no ano de 1998, resultado de processos históricos locais realizados por organizações não governamentais na construção de alternativas ao modelo de agricultura em curso (Rede de Agroecologia

---

<sup>4</sup> A Associação Nacional de Agroecologia (ANA) conta com um grupo de estudos temático denominado Agroecologia em Rede que promove articulações nacionais e internacionais neste campo.

Ecovida, 2007).<sup>5</sup> A atuação destas organizações, em sua maioria ligadas à igreja católica, que se mobilizavam com a intenção de qualificar a agricultura familiar produzida na região, abrangia uma quantidade significativa de pontos de contato e relações mais próximas com as famílias do que os órgãos oficiais. Este elemento facilitador impulsionou o crescimento rápido da rede, com a adesão de considerável número de agricultores.

Institucionalizar as articulações já existentes em rede representou, dessa forma, uma estratégia de ação coletiva, encaminhamento que, como aponta Scherrer-Warren (1999:23) vem “sendo empregada de forma crescente pelos atores coletivos dos movimentos sociais, como conceito propositivo com atributos ideológicos e simbólicos”, e, no Brasil, faz parte de transformações recentes na representação coletiva dos trabalhadores. Desde o início da década de 1990, novas articulações no campo das lutas sociopolíticas se estabeleceram, em decorrência, entre outros fatores, do esvaziamento tanto do papel dos sindicatos quanto da política em meio à concretização de projetos neoliberais e do processo em curso de recomposição do capitalismo.

Registra-se nesse cenário uma reelaboração das formas de os movimentos sociais atuarem, as quais incluem mudanças na organização das lutas em um processo de expansão de conexões. As articulações passam a ocorrer com o cruzamento de causas diversas, envolvendo vários grupos da sociedade civil. Como exemplo, no caso da agricultura, controvérsias sobre a produção de sementes controladas por grandes empresas e o investimento em pesquisa para a produção de alimentos transgênicos integram diversos grupos de interesse.

Conforme a visão de Machado (2006) há uma “crise política e ideológica na America Latina”, mas que não significa “ausência de lutas”. O que muda é que estas

---

<sup>5</sup> A origem e composição da Ecovida serão apresentadas detalhadamente nesta tese.

lutas “são protagonizadas por setores populares, ‘fora’ das relações capitalistas de produção”, os quais “não confrontam o capital diretamente, mas sim o Estado”. Sob a ótica do autor estes novos sujeitos lutam principalmente para ter os meios de produção sob controle dos trabalhadores (MACHADO, 2006:12-14).

Com orientação exclusivamente social como no caso de articulações em defesa de causas como a não violência, movimentos de moradia, entre outros, ou incluindo finalidades econômicas, a análise de redes tem sido um tema de investigação que privilegia a compreensão das dinâmicas sociais. Uma forma de aplicação da noção das redes, por exemplo, é a identificação das interações que impulsionam a geração de riqueza em determinada região (RADOMSKY E SCHNEIDER, 2007).

A apreensão dessas dinâmicas moveu também o interesse científico inicial na perspectiva de redes. No campo acadêmico, a análise desenvolveu-se primeiramente no âmbito da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia Social, focalizando as interações promovidas por indivíduos e grupos sociais em suas relações cotidianas de interesses, afinidades e satisfação de necessidades (SWEDBERG, 2004).

Na década de 1980, e com mais amplitude na década seguinte, os estudos nessa área começaram a refletir as novas demandas das sociedades complexas. Para a Sociologia, o foco de análise se direcionou geralmente para a formação das redes e para seu significado político e social e se difundiu com Mark Granovetter (1973), que procurou descrever o modo pelo qual as ações econômicas são estruturadas por meio de redes.

O foco dado pela sociologia econômica privilegia o entendimento das relações estabelecidas e interesses subjacentes e foi concebido inicialmente como metodologia de análise das relações em sociedade. Tem sido usado, por exemplo, para explicar relações que não podem ser classificadas nem como costumes nem como de



racionalidade puramente econômica. Esses estudos iniciais buscavam problematizar a implementação de projetos de desenvolvimento, apontando um hiato entre a previsibilidade da “maximização” da riqueza e a identificação de conexões pré-existentes por articulações políticas e interesses de grupos que criam maior complexidade para o êxito (SWEDBERG, 2004).

Quando aplicadas para fins produtivos, as relações em rede podem estruturar formas de trabalho que vinculem grupos ou indivíduos a diversos outros agentes que viabilizam a produção, comercialização e inserção no mercado, sem estar necessariamente dentro de uma mesma estrutura organizacional. Tal procedimento amplia as relações para além do círculo produtivo cotidiano e diminui os limites definidos pela hierarquia organizacional ou pela divisão de funções de forma estrita, mesmo no caso de cooperativas.

Nesse tipo de estrutura se requer maior autonomia dos trabalhadores para integrar o processo de produção com o de consumo e ampliar os níveis de cooperação entre os diversos agentes envolvidos no processo produtivo. Certamente, é um desenho que exige atividades de coordenação e gestão diferentes daquelas baseadas em hierarquia e poder centralizado, proporcionando mais pontos de contato horizontais do que verticais e hierárquicos.

Considerando formas alternativas de trabalho, com ênfase social, mas levando-se em conta o direcionamento econômico nas redes produtivas, cabe problematizar como articulações desse tipo podem encaminhar projetos viáveis financeiramente, mas refletindo sobre os conflitos presentes nas experiências participativas e de autogestão é preciso atentar para o envolvimento dos trabalhadores considerando “uma cultura de trabalho marcada, de forma hegemônica, pelo assalariamento e pela existência de um patrão responsável pelas questões referentes à gestão” (LIMA, 2007:70).

Segundo a autora, a autonomia “sempre foi entendida pelos trabalhadores como trabalhar por conta própria, ser o patrão de si mesmo, mas fora de uma perspectiva coletiva, de posse e gestão comum dos meios de produção”. A “percepção de trabalho associado” pelo trabalhador é apontada por Lima como algo “confuso e não necessariamente desejado, mesmo considerando situações exitosas” (LIMA, 2007:70).

No caso da Rede de Agroecologia Ecovida, objeto de estudo desta tese, encontrou-se um ideário de cooperação e mutualidade fundado nos ideais da agroecologia e de herança associativista, que se pôde observar em alguns dos grupos estudados.

Pode-se afirmar que a estrutura em rede concretiza a utilização dessas relações para fins econômicos, porém essa transformação inclui dilemas sobre como estruturar e concretizar relações fundadas em outros valores, além de uma racionalidade puramente econômica. Neste sentido, diversos pontos de inflexão se apresentam ao se revalorizarem economicamente, como força produtiva, aspectos que já faziam parte do meio social desses trabalhadores, e novas relações ampliadas, buscando transformar conexões e valores de apoio mútuo como eficiência social coletiva.

A complexidade que se propõe requer evidenciar as experiências e conflitos para o trabalho coletivo não somente orientado para o social, mas também articulado em redes, inclusive com fins econômicos. Este tipo de estrutura altera assim o *processo e a organização* do trabalho, requisitando dos trabalhadores maior uso de capacidades de comunicação, iniciativa e *autonomia* para o desempenho das funções. No entanto, dentro do modelo capitalista, no qual o trabalho é subordinado ao capital, essa dimensão relacional se torna uma nova forma de apropriação do trabalho.

Assim, uma das alterações impressas na configuração do trabalho no capitalismo pós-fordista<sup>6</sup> é a utilização do potencial do trabalhador para a ação, que passa a incorporar o próprio processo de trabalho, sinalizando uma possível recomposição do “fazer e do agir” na realização deste.

Esta mudança aponta uma inversão, ou seja, a recomposição de atividades e tarefas que antes eram descartadas do processo produtivo, sendo utilizadas como fonte de produtividade. No capitalismo contemporâneo, pois, a mais-valia passa a ser extraída mais do potencial criativo do que do controle do tempo do trabalhador, sendo a alienação e o estranhamento concretizados não pela submissão à ‘organização científica do trabalho’, o ritmo e os movimentos disciplinados, mas principalmente pela subjetividade (HELOANI, 2003; GORZ, 2005; ANTUNES, 2006).

Toma-se aqui a diferença entre alienação e estranhamento conforme elucidado por Heloani (2003) com base nos conceitos marxianos, que definem alienação como a “separação do produtor e seu produto, independentemente das condições e relações sociais em que essa separação é efetuada”, enquanto o estranhamento “é relativo a um contexto histórico definido, em que a separação ocorre numa relação de expropriação, dominação e mesmo hostilidade em relação à obra do trabalhador” (HELOANI, 2003:128).

Esses novos parâmetros da apropriação da mais-valia significam “a perda da capacidade de libertação do trabalho pelo capital, que Marx previu como uma possível produção autônoma da subjetividade e do indivíduo no capitalismo avançado”. Na visão de Marx, seria pela “natureza criativa, indeterminada e livre do trabalho vivo” que o sujeito poderia se opor à determinação do capital, superá-lo ou revolucioná-lo.

---

<sup>6</sup> Denominar pós-fordismo, e não acumulação flexível, tem o objetivo de incluir outras dimensões além da técnico-produtiva no que se refere às transformações que envolvem o capitalismo.

Paradoxalmente, porém, esse mesmo tempo de não trabalho torna-se, de volta, capital e, por sua vez, fonte de valor (BENDASSOLLI, 2006:111-112).

Desse modo, uma possível capacidade “emancipatória” que essas alterações na natureza do trabalho contêm, transformam a própria subjetividade em outra forma de alienação, e as relações ampliadas durante a realização do trabalho, em capital.

Antunes (2005), analisando a reconfiguração do trabalho na sociedade capitalista, afirma que

a alienação ou, mais precisamente, o estranhamento do trabalho encontra-se, em sua essência, preservado. Ainda que fenomenicamente minimizado pela redução da separação entre a elaboração e a execução, pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas, a subjetividade que emerge [...] nas esferas produtivas [...] é expressão de uma existência inautêntica e estranhada (ANTUNES, 2005:86).

Essas argumentações permitem afirmar que as formas de sociabilidade no trabalho articulado em redes fazem parte do desafio de realizar a crítica às alterações que emergem nas práticas sociais do capitalismo, investigando quais os seus significados e propondo novas experiências. Analisar especialmente as práticas contidas nas formas de organização com ênfase no coletivo e no social inclui rever a noção de “cooperação” e “autonomia” idealizadas como forma de participação e autogestão, e o risco destas obedecerem a critérios de produtividade e alcance de eficiência, dentro da mesma lógica do modo de produção capitalista, além de revelar os avanços obtidos.

A concretização da Rede de Agroecologia Ecovida problematiza questões relacionadas à incorporação de diversas dimensões definidoras da sociabilidade do trabalho em formas alternativas ao modelo de produção hegemônico.

Cabe notar que a viabilidade econômica e a geração de trabalho e renda a partir dessa rede revelaram problemas e apontaram soluções e, muitas vezes, foram determinantes para as práticas sociais de trabalho. Fora do núcleo central de riqueza do capitalismo, tais projetos encontram dificuldades no que diz respeito ao acesso à tecnologia e ao conhecimento, entre outros aspectos que direcionam hoje a produção, cada vez mais dependente do aparato técnico-científico.

Considerando que o caso em estudo envolve a agricultura familiar, observa-se que as iniciativas empreendidas encontram limites para a produção e comercialização pela dificuldade em adquirir sementes e insumos, de ter acesso à atualização tecnológica, ao mercado e ao capital para investimentos. Vários fatores influenciam este quadro, envolvendo interesses de renomadas empresas e políticas públicas. Questões políticas relacionadas aos investimentos governamentais para o desenvolvimento rural a problemas de propriedade da terra, e a relação do Governo com os movimentos sociais organizados no meio rural compõem o contexto e impõem desafios para o desenvolvimento de alternativas para a agricultura familiar.

No Brasil, com o governo do presidente Collor de Melo e, sobretudo, do presidente Fernando Henrique Cardoso, o projeto neoliberal ganhou força, ocorrendo no setor rural intensa mecanização da agricultura com maior uso de fertilizantes e pesticidas, formas mais eficientes de plantio, sementes selecionadas para tornar as plantas mais produtivas e precoces, plantio de duas safras anuais para algumas culturas, inseminação artificial, expansão de pastagens plantadas, entre outras práticas de fomento à produção. No Governo Lula, esse movimento permanece e se intensifica (BARRETO, 2007; LISBOA, 2007).

Em 2003, a criação da Secretaria da Agricultura Familiar, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário para atenção à pequena propriedade rural<sup>7</sup>, acenou com avanços para o desenvolvimento da agricultura de base familiar. Esta secretaria se propôs a criar instrumentos capazes de reorientar as práticas produtivas e os estilos de agricultura, de pecuária, de pesca e de aquicultura hoje dominantes. Definiu também como objetivo de sua atuação o de introduzir estratégias que conduzissem a estilos de desenvolvimento orientados à construção de processos produtivos ambientalmente sustentáveis, economicamente rentáveis, socialmente incluídos, equitativos e culturalmente aceitáveis (Secretaria da Agricultura Familiar, 2008).

Nesta direção, foi criado o "Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção", viabilizado pela Secretaria. Segundo Pochmann (2008), além dessas medidas, três políticas públicas causaram efeitos positivos em virtude da ampliação de renda no meio rural. São elas: as mudanças nas políticas de reforma agrária, que incluem medidas para alcançar maior eficácia e eficiência nos projetos de desenvolvimento; a criação de linhas de crédito específicas dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) “que ganhou importância na segunda metade da década de 1990”<sup>8</sup> e, por último, “os programas de aposentadoria rural e de garantia de renda às famílias muito pobres, como

---

<sup>7</sup> Atualmente, as questões da agricultura familiar estão ligadas a três ministérios ligados ao Governo Federal: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Trabalho e Emprego.

<sup>8</sup> O objetivo do Pronaf é “fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores”. Suas transformações – “as diversificações de linhas e a incorporação de públicos específicos – são (re) definidas a cada edição anual do Plano Safra da Agricultura Familiar. Em suas formulações mais recentes, pelo menos desde 2004, estabeleceu linhas de crédito para segmentos produtivos e sociais específicos – como as destinadas a mulheres e jovens – para além dos créditos destinados às unidades produtivas familiares” (IPEA, 2008:12).

o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família”. Entre os resultados percebidos, destaca-se a redução do grau de pobreza absoluta. No entanto, há no meio rural brasileiro “quase 44% de famílias que vivem em condições de extrema pobreza” (POCHMANN, 2008:156-157).

Além disto, há aspectos mais instrumentais relacionados às condições de trabalho aos quais os agricultores brasileiros são submetidos, responsáveis por doenças e mortes, inclusive em razão do uso de agrotóxicos. A precariedade e os riscos a que estão submetidos trabalhadores rurais no Brasil, com o uso concomitante de diversos tipos de agrotóxicos e outros insumos químicos, constituem prática comum no cultivo de hortaliças. Ressalte-se que na agricultura familiar, basicamente, todos participam, embora em diferentes escalas de tempo, das atividades agrícolas (preparo do solo, plantio, adubagem, combate às pragas e colheita). Mesmo os jovens e as mulheres grávidas tomam parte na aplicação de pesticidas, ficando suscetíveis a contaminações. Ademais, na maioria das vezes, as ocorrências de intoxicação não são notificadas. Esse quadro, presente em todo o país, tem incentivado os movimentos sociais rurais a fixarem como bandeira de luta a defesa da produção orgânica (IPEA, 2008:06).

Dentro dessa perspectiva, que se contrapõe ao modelo de grandes propriedades e ao assalariamento do trabalho agrícola, as decisões sobre o desenvolvimento rural envolvem possíveis interseções com a agroindústria, com o turismo, e também a adoção de outras formas de pensar a produção, como a agroecologia, por exemplo.

Considerado um processo que inclui mudanças na dimensão social e na cultural, além da produção propriamente dita, a incorporação da agroecologia no debate sobre a questão agrária no Brasil evidencia uma oposição às propostas de modernização agrícola fundamentadas apenas no avanço tecnológico, e abre uma agenda política e científica sobre práticas voltadas para a reconstituição do trabalho rural e dos recursos

naturais. Além disto, a sociedade vive um momento de crescente exigência com respeito ao imperativo socioambiental que deve orientar o desenvolvimento rural e que enfatiza o valor destas práticas.

A proposta agroecológica, por outro lado, acrescenta novos desafios aos agricultores, ao envolver a recomposição de um novo modo de produção e aprendizagem de tecnologias para o cultivo do solo. Embora muitas vezes tal proposta signifique o retorno a costumes e tradições locais, a incorporação de hábitos e técnicas que agilizam a produção com o uso de aditivos químicos e diminuem a constância do cuidado com a terra, parece criar dificuldades para a readaptação cultural e as mudanças pretendidas.

Cumprе ressaltar que a agricultura familiar no Brasil vem adquirindo um novo estatuto que cruza com o ambiental e com a questão da segurança alimentar, gerando outro patamar de debates. As oportunidades neste campo se conectam à discussão sobre formas alternativas de produção que, na década de 1990, ganhou fôlego com a busca de novas perspectivas para a geração de renda diante do desemprego estrutural decorrente da reestruturação do capitalismo.

Também compondo esse debate, encontram-se iniciativas visando à geração de trabalho e renda que buscam integrar novas solidariedades sociais e compõem o conjunto de experiências abrangidas pela denominação de economia solidária. Singer (2004) define esta concepção como a de um “desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados” (SINGER, 2004).



Considerar determinados projetos como representantes de uma nova concepção de modelo econômico ou apenas como iniciativas que se desenvolvem dentro do sistema capitalista, mas com teor solidário, envolve o questionamento das bases da racionalidade econômica que dirigem este último. Trata-se de um amplo debate que não será encaminhado nesta tese, mas cumpre esclarecer que não há consenso sobre o conceito, nem sobre qual é a unidade básica de sustentação da economia solidária.

Na perspectiva representada por Singer, as cooperativas e as empresas autogeridas são as unidades básicas de sustentação da Economia Solidária; outra variante, liderada por Mance, crê nas redes solidárias; e, uma outra liderada por Coraggio, crê na unidade doméstica. Uma outra variante, que tem sua origem na Rede Interuniversitária de Incubadoras de Cooperativas Populares – Rede de ITCPs, que só admite a Cooperativa Popular como unidade básica de sustentação da Economia Solidária, pois apenas elas podem levar a efeito real o exercício da cooperação e da autogestão (CAMARGOS, 2006:12).

Em todas as concepções referidas uma das variáveis unificadoras é a busca de soluções visando não à eficiência de unidades isoladas, mas sim do sistema produtivo local como um todo, tecendo relações cooperativas nas esferas produtiva, comercial e financeira, sendo este aspecto considerado o que pode conferir a sustentabilidade em longo prazo, fortalecendo sistemas diversos de co-gestão e de co-propriedade. Nesta direção, são encontrados no Brasil diversos projetos vinculados ao conceito de desenvolvimento local, comércio justo, microcrédito, consumo responsável, entre outros termos que suscitam a investigação sobre experiências produtivas de ênfase coletivista e social ligadas à agricultura.

Portanto, faz parte da discussão que direcionou as investigações aqui delineadas conhecer até que ponto as experiências participativas envolvidas nestes projetos reatualizam práticas perversas de sociabilidade, como a persistência de formas clientelistas, de controle e ausência de um patamar mais amplo de solidariedade. As considerações feitas até o momento permitem circunscrever à problemática mais ampla que orientou esta tese e as pesquisas realizadas, e sinalizar para a inquietação que orientou os estudos sobre formas alternativas de organização do trabalho por meio das redes sociais, o que implica em considerar suas dimensões econômicas, sociais e culturais, assim como suas divergências e conflitos, que forjam limites e desafios a serem discutidos.

Pelo que se expôs, a questão central de pesquisa que norteou este trabalho foi: Como entender as formas alternativas de trabalho configuradas em redes sociais produtivas – como é o caso da Rede Ecovida de Agroecologia, e as contribuições que trazem para a análise do trabalho na sociedade contemporânea?

Certamente, aqui, outras considerações decorrem para análises articuladas à questão mais central, a saber: Quais são as políticas públicas para o campo da agricultura familiar? Como os sujeitos sociais se organizam para ocuparem os espaços públicos que lhes interessam? Como estas experiências e práticas de trabalho em rede incidem no cotidiano, na vida familiar?

Diante da linha central de investigação e questões apresentadas, a tese busca atender ao seguinte objetivo:

Compreender as experiências dos agricultores familiares, configuradas pelo trabalho e pela sociabilidade a ele vinculada, na Rede de Agroecologia Ecovida, e avaliar em que medida tais experiências são capazes de permitir a apropriação dos

referidos processos pelos sujeitos tanto na realização destes quanto na forma como são absorvidos em suas vidas.

Mais especificamente, procura-se:

Examinar os fatores que contribuem para a concretização das experiências de trabalho na Rede de Agroecologia Ecovida e a sociabilidade que ela propicia – incluindo a análise das práticas administrativas e processos decisórios.

Identificar como os agricultores percebem sua experiência de trabalho e participação na Rede de Agroecologia Ecovida e quais os interesses que os levam a entrar e permanecer na rede.

Avaliar os efeitos da atuação em rede para os agricultores familiares, apontando os avanços e os limites na direção de dinâmicas participativas de trabalho e tentando compreender os principais condicionantes desses avanços e limites.

Com base no exposto, podem-se assinalar as hipóteses que orientaram este trabalho:

#### Hipótese 1

As formas de trabalho, configuradas em redes sociais produtivas no mundo rural, permitem aos agricultores familiares experiências nas quais podem expressar seus interesses, experimentar a pluralidade e agir produtivamente, apropriando-se como sujeitos desses processos.

## Hipótese 2

Estas experiências ocorrem na Rede de Agroecologia Ecovida porque esta rede é duplamente direcionada para experiências sociais e produtivas, permitindo a ampliação dos espaços de sociabilidade e a concretização de objetivos de trabalho, não puramente explicáveis pela dimensão econômica.

Entende-se por pluralidade a capacidade de discernir critérios e referências de convivência, que permitam a cada sujeito comunicar-se com os demais e agir em presença da diversidade. Este processo inclui espaços de troca, de conflito, a possibilidade de autoexpressão e conscientização, conforme Arendt (1997).

Justifica-se, assim, este estudo, reiterando a problemática ligada à persistência de uma cultura de trabalho que, desprovida de autonomia e orientada por um foco econômico, se reatualiza na sociedade com outras roupagens e aponta limites e desafios.

Certamente, é preciso fundamentar teoricamente a nova conformação do capitalismo que propõe uma situação mais grave que o fordismo. Este explorava, mas realizava a inclusão pela exploração. No pós-fordismo, já não se tenta a inclusão, e sim, a exclusão, o rompimento de laços sindicais, com a terceirização e precarização do trabalho.

Por outro lado, esta mesma configuração do trabalho requer maior uso de capacidades humanas relacionais, de comunicação e disponibilidade para a ação, transformando-as em outras maneiras de exploração. Importante, neste debate, discutir quais as questões que se impõem para avaliar práticas que propiciem aos trabalhadores maior autonomia e democratização das relações de trabalho.

Neste campo é que as redes, como esta que se está estudando, de trabalho alternativo, representam algo interessante a ser refletido, elucidando as questões pertinentes ao contexto que se evidencia no Brasil para a agricultura familiar.

Conforme já apresentado, definiu-se como objeto de pesquisa a experiência de trabalho na Rede Ecovida de Agroecologia. Cabe, no entanto, destacar que este objeto foi sendo construído a partir do contato com a realidade, do retorno aos questionamentos teóricos e das entrevistas informais exploratórias, que conduziram a novos caminhos na investigação.

A pesquisa tem enfoque qualitativo e ao utilizar como exemplo o caso da Rede Ecovida de Agroecologia, foram selecionados dois núcleos da Rede para realizar uma investigação em profundidade. Pretendeu-se, assim, permanecer mais tempo nas localidades, compreender o entorno que envolve os agricultores, observar o funcionamento dos grupos e as relações entre agricultores e técnicos das organizações de apoio. Objetivou-se também, uma aproximação que permitisse entender o espaço das ações individuais e coletivas dos agricultores familiares, e as conexões entre os interesses destes sujeitos e as práticas sociais que ocorrem de forma prevista (institucional) pela Rede.

Os caminhos metodológicos seguidos na pesquisa concentram-se em primeira instância em entrevistas não diretivas com os agricultores, tal como trata Michel Thiollent (1980). Para o autor, neste tipo de abordagem, tomando como base um tema central, o entrevistador orienta e estimula o entrevistado a verbalizar, de forma livre e sem censura sua percepção.

A pesquisa de campo foi realizada nos núcleos: Planalto Serrano e Litoral Catarinense, ambos no estado de Santa Catarina, locais escolhidos por propiciarem comparação entre diversas variáveis que os distinguem, permitindo o contato com duas

realidades diferentes, mas em um mesmo contexto de políticas públicas estaduais, o que iguala algumas influências e perspectivas de desenvolvimento.

O contato com os dois núcleos ocorreu, inicialmente, durante a participação no 6º. Encontro Ampliado da Rede Ecovida, na cidade de Lapa em julho de 2007. Naquele encontro, além das plenárias gerais, houve também debates em grupos de trabalho (GTs), temáticos, quando foram contatados agricultores deste núcleo, ainda como parte de pesquisa exploratória para a tese.<sup>9</sup>

Para dar continuidade à pesquisa, em fevereiro de 2008 foi realizada uma viagem para conhecimento das regiões e aproximação com os agricultores dos núcleos Planalto Serrano e Litoral Catarinense<sup>10</sup>

Por intermédio dessa visita inicial e de entrevistas, foi possível perceber diferenças significativas na participação, adesão e envolvimento dos indivíduos dos dois núcleos contatados, o que levou, posteriormente, a uma diferenciação dos grupos constituintes dos núcleos, confirmada por informações e documentos obtidos com os técnicos das ONGs, articuladores dos núcleos. Esta caracterização permitiu entender os grupos em três graus de estruturação: consolidados, em transição e em estágio inicial na Rede de Agroecologia Ecovida.

Foram realizadas no total 22 entrevistas em 14 famílias de agricultores associadas à rede, além de mais 10 com outros agentes envolvidos nos dois núcleos pesquisados, com lideranças da rede, representantes do poder público local envolvidos

---

<sup>9</sup> No Grupo de Trabalho (GT) Gênero e Agroecologia, durante o 6º. Encontro Nacional da Rede Ecovida, no qual estive presente, representantes do Núcleo Planalto Serrano apresentaram a experiência “Processo de Formação sobre Gênero e Agroecologia na Rede Ecovida”. Ainda durante o encontro, foram realizadas conversas informais com a Sra. Jocely Salvador, agricultora ligada a este núcleo, e com Simone Pereira, técnica da ONG Centro Vianei. Em seu relato, Simone Pereira destacou desafios relacionados a parcerias com os diversos atores sociais do território, e a proposta de levantamento de indicadores de sustentabilidade para dar visibilidade econômica às atividades desenvolvidas pelas mulheres.

<sup>10</sup> As entrevistas realizadas nos dois núcleos foram gravadas e discutidas nos capítulos quatro e cinco desta tese. O roteiro orientador e a transcrição das entrevistas encontram-se em anexo. O material gravado e transcrições das entrevistas estão disponíveis.

em projetos da Rede Ecovida, e um professor e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (ver quadro anexo).

Para os agricultores foram especificamente utilizados os seguintes pontos para nortear as entrevistas semi-estruturadas<sup>11</sup>: as motivações para a permanência ou saída da Rede Ecovida e os fatores que influenciam estes processos; a existência ou não de mudanças nas práticas sociais cotidianas e projetos de vida; as formas de participação na Rede, experiências de conflitos evidenciados e o posicionamento em relação a tais problemas.

Com os demais agentes pesquisados, buscou-se investigar as práticas sociais promovidas no trabalho na rede Ecovida, a estrutura organizacional, os espaços para tomada de decisão, a relação com movimentos sociais e universidades, e a representação da rede em fóruns da gestão pública.

A pesquisa envolveu ainda as seguintes entidades: as organizações de apoio, Centro Viane de Agroecologia e Educação Popular, que atua como articulador das ações da rede no núcleo Planalto Serrano; o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO, articulador do núcleo Litoral Catarinense e a Cooperativa Ecológica de Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana – ECOSERRA, responsável pela comercialização de parte da produção na região serrana.

Também foram realizadas entrevistas com representantes da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Urubici e Garopaba, municípios nucleares nas regiões pesquisadas. Com estes foi possível levantar ações integradas de “turismo ambiental” com os produtores agroecológicos locais, destacadas antes como relevantes pelos agricultores e técnicos.

---

<sup>11</sup> Estes pontos foram destacados como centrais para a elaboração dos roteiros de entrevista.

Finalmente, o texto está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo é discutida a configuração do trabalho no capitalismo contemporâneo, buscando subsidiar a posterior análise da sociabilidade evidenciada em redes sociais produtivas.

Assim, são inicialmente apresentados e discutidos marcos teóricos sobre o campo do “trabalho”, os quais tratam das funções deste enquanto gerador de renda, meio de inserção social e de realização pessoal, e sobre os limites e movimentos possíveis para a experiência de um trabalho constituído de significado. Para tanto se fez a releitura de obras de autores contemporâneos, com visões distintas a respeito das mudanças nas relações sociais do trabalho, e que atualizam temas evidenciados por autores clássicos, incorporando fenômenos recentes aos conceitos fundamentais no campo.

Em sequência, no segundo capítulo, se discutem concepções variadas sobre “redes”, evidenciando aspectos distintivos das redes com fins econômicos, das redes sociais e, por fim, das redes sociais produtivas. O referencial teórico sobre o assunto é bastante heterogêneo, pois envolve concepções que focalizam áreas de conhecimento muito diversas, o que exigiu um esforço de síntese e análise das implicações dessas relações para a sociabilidade do trabalho.

Este capítulo cumpre também o papel de evidenciar como tais concepções são absorvidas na Rede de Agroecologia Ecovida e para isto, apresenta-se esta rede em sua perspectiva institucional.

No terceiro capítulo, visando demarcar o contexto em que a agricultura familiar se desenvolve no Brasil, identificam-se as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e agroecologia no Brasil, os temas fundamentais a este debate, além de caracterizar as formas de produção de alimentos orgânicos. Avaliam-se ainda as



implicações da produção agroecológica para a agricultura familiar e sua influência nas relações de trabalho no meio rural.

No quarto capítulo a Rede de Agroecologia Ecovida é apresentada mais detidamente considerando sua estrutura organizacional e processos administrativos, a fim de demonstrar o sistema criado para a configuração do trabalho e práticas sociais desenvolvidas a partir desta experiência. Para isto, são descritas as formas de gestão, os espaços de análise e encaminhamento de decisões, explicitando-se ainda as formas de participação e outros aspectos que influenciam as relações de trabalho.

Depois desta caracterização, no quinto capítulo são apresentados os dois núcleos que foram pesquisados em profundidade. São também destacadas as práticas sociais contidas nas relações de trabalho impressas na Rede de Agroecologia Ecovida, realizando-se a análise da configuração do trabalho e da sociabilidade evidenciadas com base nas entrevistas efetuadas com os agricultores e nos dados obtidos na pesquisa de campo.

Em síntese, o estudo proposto espera contribuir para a análise da configuração recente do trabalho no meio rural e, mais especificamente, das formas alternativas em redes sociais produtivas na agricultura de base familiar, aproximando o universo teórico do empírico e trazendo a público algumas experiências da sociedade brasileira.

## **CAPÍTULO 1**

### **As novas formas de sociabilidade do trabalho – alguns elementos teóricos e históricos**

A relação na qual o capital determina o papel do trabalho permanece como base da economia de mercado, mas a crítica e a busca de modos de produção alternativos se desenvolvem também, em paralelo à evolução das tecnologias que atualizam as formas produtivas de mercado.

Essas formas buscam incluir com a geração de riqueza a expressão de outros valores por meio do trabalho, o que amplia a noção de êxito nestas iniciativas para além da dimensão puramente econômica.

No entanto, a existência de modos de produção alternativos, entendidos como aqueles com predominante orientação social e sem a acumulação de capital como finalidade básica, encontra limites para atingir os mercados com a finalidade de comercialização, ou desde o início do processo produtivo, depara com barreiras para a aquisição de insumos, com dificuldades para contratação de mão-de-obra e acesso à tecnologia.

Por outro lado, a reorganização do trabalho no capitalismo contemporâneo, requer do trabalhador o uso de capacidades, anteriormente negadas ou só percebidas como necessárias de controle, e agora concebidas como fonte da produtividade e valor. Essa alteração se faz acompanhar por mudanças no processo de trabalho, que tende a

incorporar novos papéis de coordenação e revisar a divisão do trabalho, marcada pela rígida distinção entre o “fazer e o pensar”.

A fim de obter parâmetros teóricos que sustentem as análises pretendidas nesta tese, delineadas pelas questões apontadas acima, neste capítulo são discutidas concepções sobre a natureza do trabalho e as formas de sociabilidade evidenciadas nas práticas configuradas para o agir produtivo.

Para tanto foram revisados autores contemporâneos, com visões distintas sobre as mudanças nas relações sociais do trabalho, e que atualizam temas destacados por autores clássicos, incorporando fenômenos recentes aos conceitos fundamentais no campo.

### **1.1.A ambiguidade do trabalho**

Para entender a diversidade de perspectivas relacionadas às transformações do significado de trabalho na sociedade, é preciso lembrar que a noção de valor que o acompanha desde a época industrial, o colocou como conceito central não só do ponto de vista econômico, mas também “moral, ideológico, filosófico-ontológico (ou existencial) e contratual”. Na primeira destas dimensões define-se o trabalho

como fonte do valor econômico; na segunda, como princípio moral, matéria-prima para a modelagem do caráter; terceira, como alvo de investidas ideológicas visando à domesticação e controle dos trabalhadores; [...] quarta, como atividade construtora do ser e da subjetividade, meio pelo qual o ser humano acessa sua verdadeira essência; e quinta, como contrato social no qual a sociedade pode ancorar seus distintos papéis sociais e coordenar a cooperação e a solidariedade entre seus

membros. Essas cinco dimensões, juntas, convergiram para trazer o trabalho ao posto de um dos principais valores políticos, culturais, sociais e psicológicos durante a vigência da sociedade industrial, nos séculos dezenove e metade do vinte (BENDASSOLI, 2006:12).

Dentro do regime de acumulação pós-fordista, que se fundamenta em três eixos, a saber, a autonomização da esfera financeira, a flexibilização e desverticalização da esfera produtiva e, enfim, a crescente integração produtiva da esfera do consumo e da reprodução, as funções do trabalho também se rearranjam e se materializam sob diferentes aspectos (POCHMANN, 2007).

Essa revisão ocorreu não só em relação ao valor econômico, como também em todas as dimensões citadas, e que estão contidas na concepção de trabalho em Marx, em seu aspecto objetivo, como fonte do valor, e subjetivo, como força identitária e criativa.

A discussão sobre o significado do trabalho na sociedade atual inclui também a possível perda da sua relevância como matriz das relações sociais, causada principalmente pela diminuição da importância do trabalhador para a reprodução do capital. Tal perda, porém, não quer dizer diminuição de esforço na vida do trabalhador. Neste sentido, ocorre o fenômeno inverso, ou seja, a atividade produtiva cada vez mais se apropria de parte do tempo livre das pessoas, em uma sociedade caracterizada por uma intensificação do trabalho que invade o espaço da vida privada (ANTUNES, 2006; CHAIA, 2004).

Conforme Antunes (2005) sintetiza, após a perda de sua capacidade de reprodução no período pós lutas sociais em 1968/69, o capitalismo iniciou um processo de reestruturação das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas também procurando gerar um projeto

de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. No plano ideológico, o fez por meio do “culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES, 2005:86).

A necessidade de recompor os eixos de sustentação do modelo econômico capitalista já se anunciava desde meados da década de 1960, e se consolidou na década seguinte, em decorrência da incapacidade do modelo de produção fordista em conter as contradições inerentes ao capitalismo. “A separação entre gerência, concepção, controle e execução (e tudo o que significava em termos de relações sociais hierárquicas e de desabilitação dentro do processo de trabalho)” aliada ao reconhecimento de que “produção de massa significava consumo de massa” sustentou o sistema de reprodução da força trabalho no modelo fordista. Marcados pelo desenvolvimento de políticas de controle e gerência do trabalho, os métodos de trabalho sedimentados eram inseparáveis de uma estética disseminada que definiu um tipo de sociedade racionalizada e moldada pelo consumo (HARVEY, 2001:121).

Num esforço de identificar as razões e o processo que levaram ao colapso desse sistema, Harvey (2001) aponta o ano de 1973 como um marco do rompimento causado pela aguda recessão que abalou o quadro configurado, e fomentou um processo mais rápido de transição. Iniciou-se um período de rápidas mudanças nas práticas de consumo, mais flexibilidade nos mercados e mobilidade geográfica para a realização dos negócios, configurando-se em um novo regime de acumulação do capitalismo.

O debate em torno do significado dessas mudanças, procurando compreender se caracterizam transformações de natureza fundamental da vida político-econômica, leva a uma variedade de termos em busca de sua definição. Assim, surgiram denominações como “toyotismo” (modelo japonês), “regime de acumulação flexível” ou “pós-

fordismo”, nas quais se incluem concepções que sinalizam diferenças e ressaltam ângulos distintos da transição no modo de regulamentação social, político e econômico do capitalismo contemporâneo.

Um aspecto, no entanto, é generalizado em todas as concepções, ou seja, a copresença de diferentes configurações produtivas, desde as formas de tipo proto-industrial até as mais flexíveis. Este aspecto permite e consolida a existência de diferentes formas precarizadas de inserção econômica e social dos trabalhadores: no mercado formal, mas com vínculos frágeis pela terceirização ou com direitos trabalhistas negligenciados; no trabalho informal e autoemprego, dependentes deles próprios para se manterem produtivos; ou excluídos definitivamente, rompendo-se as possibilidades de inserção como exército de reserva, que no modelo fordista absorvia a parte excedente dos trabalhadores.

A ampliação da vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados e a perda de força de organização da classe-trabalhadora mediante a transformação da base objetiva da luta de classe entre capital e trabalho fazem parte desse desequilíbrio das forças produtivas na economia.

As questões mencionadas conduziram às diversas teses sobre a centralidade do trabalho, caracterizada pela diminuição da importância deste como fator de produção, diante de uma crescente ênfase do capital como fator gerador de riqueza. Além disso, revelaram a contradição existente que Hannah Arendt expôs quando questionava se seria possível “imaginar algo mais nefasto do que uma sociedade de trabalhadores sem trabalho” (ARENDT, 1999; BENDASSOLLI, 2006:15).

O grande número de pessoas em condições ativas de produção excluídas do mercado mostra ainda, conforme Antunes, o trabalho como “dimensão central na (des) sociabilidade contemporânea” (ANTUNES, 2006:12).

A característica permanente dessa exclusão gera “uma (des) sociabilidade mais grave do que em outros momentos históricos de crise do capitalismo”, por não permitir o acesso a condições de aprender novos ofícios dentro de um modelo de ocupações reinventadas constantemente e com maior exigência de conhecimentos técnicos. A impossibilidade de retorno ao mercado produtivo define a ponta “mais fragilizada daqueles que Marx caracterizou como os que não têm mais nada a perder”, e se torna no paradigma pós-fordista elemento estratégico determinante da reprodução do capital. (ANTUNES e SILVA, 2004:09-11).

Ao mesmo tempo, a ambiguidade concernente ao significado do trabalho é referenciada por um grupo de autores que reconhece quase uma inversão nas práticas sociais do trabalho. Sua função como fonte de identidade social se altera no pós-fordismo para uma relação em que, especificamente, o social passa a ser um dos pilares da reprodução econômica. De acordo com Cocco:

Por trás da crise do trabalho industrial (e do trabalho assalariado formal), o regime de acumulação pós-fordista determina uma *difusão social do trabalho*. Longe de desaparecer, o trabalho não para de se difundir no espaço e no tempo: nos territórios desenhados pelas redes sociais de cooperação; num tempo definido pela recomposição de tempo e de vida e tempo de trabalho (2001:16).

A ambiguidade, mais do que a perda de centralidade do trabalho como origem de valor, apresenta-se assim, “na pluralidade de sentidos do trabalho na atualidade, na dificuldade em estabelecermos uma relação direta entre ele e a constituição de nossas

identidades e na amplitude de teorias e explicações sobre seu valor e importância” (BENDASSOLLI, 2006:15).

## **1.2.A cooperação social do trabalho e a força produtiva do capital humano**

Considera-se, portanto, que o processo de rearticulação do capitalismo recompõe o trabalho com uma nova centralidade, que separa indivíduos ativos e produtivos dos excluídos permanentemente dos meios de produção e, além disso, reorganiza o processo de trabalho que passa a integrar atividades humanas antes descartadas do fazer produtivo. É necessário que os trabalhadores tenham maior capacidade de intervenção, autonomia, criatividade e flexibilidade para interagirem com outras empresas e outros trabalhadores em diferentes locais de produção.

Essa reorganização inaugurou formas de estruturar o trabalho baseadas em um fluxo contínuo com troca de saberes, complementaridade interorganizacional e entre indivíduos. As atividades inerentes a esse tipo de trabalho e mesmo o seu resultado caracterizam o que tem sido considerado como um trabalho “imaterial” sedimentado pela “cooperação social” e pelo “capital humano” ou “capital social” (NEGRI e LAZARATO, 2001; GORZ, 2005; PUTNAM, 2007).

Para Gorz (2005), o trabalho imaterial pode ser entendido como “o fornecimento de serviços”, que resulta “das capacidades expressivas e cooperativas que não se podem ensinar, sobre uma vivacidade presente na utilização dos saberes e que faz parte da cultura do cotidiano”. Estas não equivalem apenas ao conhecimento sobre algo, mas definem o conceito de “capital humano”.



Além disso, os referidos aspectos diferenciam centralmente os trabalhadores do fordismo e os do pós-fordismo, uma vez que “os primeiros só se tornam operacionais depois de despojados dos saberes, das habilidades e dos hábitos desenvolvidos pela cultura do cotidiano” ao serem submetidos a uma divisão parcelada do trabalho”. Os outros, ao contrário, “devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural” que eles adquiriram em suas vidas. As atividades fora do trabalho são assim consideradas importantes formadoras de capacidades de improvisação e cooperação, entre outras ligadas à iniciativa e à coordenação de elementos e atividades complexas (GORZ, 2005:19).

Dessa forma, quanto mais amplo de oportunidades para experiências diversas for o meio social em que os indivíduos vivem, maior a condição para se inserirem economicamente.

Esse conceito de capital humano se aproxima do de capital social, que da década de 1990 em diante ganhou espaço em pesquisas de origem gerencial, e também na Sociologia e nas Ciências Políticas. O Banco Mundial dedicou extenso estudo sobre isso, diferenciando os seguintes conceitos: “capital natural, constituído pelos recursos naturais aproveitáveis em cada espaço geográfico-ecológico; o capital físico construído pela sociedade, tal como a infraestrutura, as máquinas e equipamentos, o sistema financeiro; o capital humano, resultado do nível de educação, saúde e acesso à informação da população, e o capital social”, que envolve expectativas mútuas e confiabilidade nas relações sociais (BANCO MUNDIAL, 2000; RATTNER, 2003).

Com a finalidade de simplificar, entende-se que a diferença crucial na formulação dos conceitos é a de que o capital humano é resultado de aprendizado e aperfeiçoamento individual, enquanto o capital social se fundamenta nas relações e inclui obrigações coletivas.

O uso de “capitais” como nova forma de desenvolvimento econômico tem gerado análises teóricas e pesquisas empíricas com diversos interesses, desde a possibilidade de gerar investimentos públicos para o suporte às condições necessárias para que o meio onde se vive seja propiciador de conexões ricas e um ambiente gerador de desenvolvimento local até medições e identificação de variáveis antecedentes, geradoras dessas relações.

Ao mesmo tempo, é um conceito problemático em vários aspectos, porquanto, além de serem históricos, são multidisciplinares e seu significado e dependência contextual não são apenas de origem local ou regional.

Considera-se, então, que o processo de rearticulação do trabalho o recompõe privilegiando-se outras dimensões do agir produtivo e novas práticas sociais, o que ocorre de forma hegemônica, dentro de uma relação na qual o trabalho se mantém subordinado ao capital, orientando as ações para fins econômicos em detrimento dos sociais.

Compreende-se também, que em formas nas quais o trabalho “imaterial” é central para a sua autorreprodução, ou quando a importância é complementar ao trabalho “material”, a incorporação e a relevância da dimensão relacional, da troca de saberes e da complementaridade como fatores de produção, abrem um campo essencial de investigação para a viabilidade de formas econômicas alternativas.

No caso em estudo desta tese, que inclui não somente um ideário de cooperação e mutualidade fundado nos ideais da agroecologia, uma herança associativista que se pode observar em alguns dos grupos estudados, mas também uma base de trabalho essencialmente material que se mantém no cotidiano do agricultor familiar, a complexidade que se encontra requer evidenciar as experiências e conflitos para o

trabalho coletivo orientado para o social, mas articulada em redes com fins também econômicos.

Diversos pontos de inflexão se apresentam ao se revalorizarem economicamente, como força produtiva, aspectos que já faziam parte do meio social desses trabalhadores. Como estabelecer conexões e valores de apoio mútuo e solidariedade como base da “eficiência social coletiva”?

Buscando atender aos objetivos especificados para esta tese e direcionar o foco para a análise das formas de sociabilidade em redes sociais produtivas, as transformações na natureza do trabalho são analisadas a seguir, investigando-se a dimensão política que reside na incorporação da dimensão relacional no processo de trabalho.

### **1.3. Trabalho: sociabilidade e mundo comum**

A estrutura organizacional característica do pós-fordismo é formada por conexões e fluxos que se desenvolvem em conexões sistêmicas fora de uma mesma estrutura fechada. Instituem-se em desenho de redes, com pontos de contato mais horizontais do que verticais, o que exige atividades de coordenação e gestão diferentes das baseadas em hierarquia e poder centralizado (Castells,1999).

Nesse tipo de estrutura se requer maior autonomia dos trabalhadores para integrar o processo de produção com o de consumo e ampliar os níveis de cooperação entre diversos agentes envolvidos no processo produtivo. Para tanto, são incorporadas capacidades relacionais como parte da produção em si, habilidades de comunicação e linguagem como fontes de produtividade e recursos intelectuais e afetivos que passam a incorporar o processo de trabalho.

Conforme elucidado, a experiência do trabalho, a partir do século XIX, criou formas que massificaram o comportamento, produziu a impotência dos trabalhadores em assumir coletivamente suas contradições psicológicas e um sistema de ocultação do sentido, no qual o homem deixa de reconhecer sua identidade, configurando-se esta experiência em um processo de alienação e estranhamento.

Em relação às formas de sociabilidade que decorrem da natureza do trabalho no pós-fordismo, mesmo permitindo maior autonomia e expressão criativa dos trabalhadores, não se alterou a exploração contida na relação capitalista de uso da força de trabalho. O capital humano, o capital social e o conhecimento passam a ser ideologicamente disseminados como a principal força produtiva no capitalismo contemporâneo.

Assim, um risco de exclusão e (des)sociabilidade mais definitiva do que o caracterizado pelos mecanismos de separação social do fordismo faz com que a atualização profissional para o indivíduo se manter produtivo ocupe importância e responsabilização pessoal crescentes, com um esforço contínuo dos indivíduos para usar seu “potencial” e “desenvolver competências múltiplas”.

O trabalho imaterial torna-se para Gorz a forma hegemônica do trabalho atual e o centro da criação do valor. Resgatando Moulier-Boutang, Gorz define como “exploração de segundo grau” a “subsunção ao capital do trabalho coletivo como trabalho vivo, e não como poder da ciência e das máquinas”. O trabalhador é, dessa forma, “um produto que continua, ele mesmo, a se produzir” (YANN MOULIER-BOUTANG apud GORZ, 2005:19).

André Gorz (2005:61) considera, inclusive, a existência de uma nova racionalidade econômica, que subordina os critérios habituais do rendimento “ao

critério do desenvolvimento humano”, gerada pela necessidade do capital em se reorganizar com base no uso de capacidades humanas não facilmente controláveis.

Com certo otimismo, Gorz sinaliza que a mudança é parte de práticas que o próprio sistema capitalista suscita, as quais seriam capazes de possibilitar um reordenamento de forças entre o capital e o trabalho.

Desse modo, o capitalismo chegou, através do desenvolvimento das forças produtivas, a uma fronteira. Uma vez que ela tenha sido ultrapassada, ele não pode mais tirar plenamente parte de suas potencialidades, a não ser que se volte rumo à outra economia. O ator potencial dessa mudança é o capital humano, conquanto ele tenda a se emancipar do capital. Seria assim pela natureza criativa, indeterminada e livre do trabalho vivo que o sujeito poderia opor-se à determinação do capital, superá-lo ou revolucioná-lo (GORZ, 2005: 61).

Paradoxalmente, porém, esse mesmo tempo de não-trabalho torna-se, de volta, capital e, por sua vez, fonte de valor. O próprio Gorz retoma a crítica, salientando que, embora o trabalho imaterial passe a ter maior valor econômico do que as atividades de produção propriamente ditas e façam parte de praticamente todo tipo de trabalho atual, para o capital, “vale mais renunciar, tirar proveito de certas externalidades potenciais” do que renunciar a controlá-las. Dominar as forças do trabalho sempre foi a condição para utilizá-lo (GORZ, 2005: 61).

Em estudos clássicos sobre o trabalho, depois da era industrial, Hannah Arendt identifica exatamente na mediação linguística e na expressão do sujeito em espaços plurais as bases constitutivas de uma atuação “política”, como condição essencial de um

trabalho não-alienante e estranhado. O fenômeno da despolitização de nossas sociedades constitui-se para Arendt uma de suas principais preocupações por indicar um rompimento do homem com sua capacidade de discernir critérios e referências de convivência, que permitam a cada um comunicar-se com todos os demais e agir em presença da pluralidade humana (ARENDDT, 1997).

Na conhecida análise realizada por Hannah Arendt, em seu livro “*A condição humana*”, a respeito do mundo contemporâneo, ela defende que uma mudança radical deste em relação ao mundo dos antigos é a “valorização que passou a ter a economia na descrição de que é o humano”. Quanto ao trabalho, foi alçado ao degrau de valor fundamental “e a vida contemplativa, no sentido grego, foi cada vez mais devorada pelas exigências e necessidades da vida biológica – do *labor*” (BENDASSOLI, 2006: 12).

As concepções arendtianas têm sido atualizadas por diversos pesquisadores que reforçam a atualidade das suas contribuições para a análise das mudanças impressas no constructo contemporâneo de trabalho (LAFER, 1979; TELLES, 1990; DUARTE, 2000; BATALINI, 2003; BENDASSOLI, 2006).

Uma de suas principais contribuições teóricas parte da utilização da idéia de *Vida Ativa* que, em contraposição à *Vida Contemplativa*, define as “manifestações humanas concretas que projetam o agente no mundo”. A *Vida Ativa* é definida pelas atividades complementares do “labor, fabricação e ação”<sup>12</sup> e equivale à manifestação humana que “gera intervenção no mundo”, modificando a natureza pela produção do *homo faber*, aquele que fabrica um mundo comum com produtos tangíveis que podem ser partilhados socialmente.

---

<sup>12</sup> As traduções de “labor, work e action tem sido feitas de diversas formas, modificando-se principalmente a palavra “fabricação” por “trabalho” ou “labor” como “trabalho”. Nesta tese, utilizaremos a tradução do livro “A Condição Humana” feita em 1999 que considera “labor, fabricação e ação”.

Para Arendt, as sociedades modernas tornam-se sociedades de trabalhadores, e o foco econômico, o principal critério de convivência social na esfera pública, reduzindo o homem a um “animal laborans” (ARENDR, 1999:15).

O processo de alienação e estranhamento, contido no trabalho assalariado e controlado, extrai do homem apenas a sua energia laboral, na medida em que ele não concebe nem toma decisões sobre o produto da fabricação e é “prisioneiro da própria individualidade, seja pela concordância, seja pela falta de conflito” no espaço social produtivo (ARENDR, 1999:134-136; 2002a).

Assim, a esfera pública e a privada correspondem a uma distinção entre o que pertence ao comum e o que pertence ao particular. No “domínio privado vive-se (sic) as experiências que não deviam ser discutidas nem partilhadas”, pois não dizem respeito a ninguém, definindo assim o privado não como propriedade particular de algo, mas um espaço onde se está “privado do convívio com os outros”. A noção central do espaço público é a da liberdade, como um direito igual para todos de se expressar e tratar de seus interesses. Estão caracterizadas aí a possibilidade de comunicação e de entendimento mútuo e o fundamento da atividade política que tem como foco a vida em comum e não em si mesmo (ARENDR, 2002b). Na definição arendtiana, a esfera pública significa, em primeiro lugar, o espaço no qual as pessoas podem ser vistas e ouvidas. Em segundo lugar, corresponde ao “*mundo comum*”, expressão que designa a igualdade e a diferença, decorrentes da existência de condições comuns a todos os homens e das distinções relacionadas ao lugar que cada um ocupa dentro do mundo. Além disso, como todo “intermediário, o mundo comum” ao mesmo tempo em que separa, estabelece uma relação entre os homens.

O conceito de vida em comum ou mais precisamente “mundo comum” para Arendt não é, nesta acepção, correspondente à terra ou à natureza como espaço limitado

para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica, e sim, o “artefato humano, o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem”. Tal concepção significa que a realidade não é garantida pela ‘natureza comum’ de todos os homens que o constituem, mas, sobretudo, pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados em objetivos coletivos (Arendt, 1999:59-62).

Nos termos arendtianos, “o agir político” define um sujeito ativo como aquele que se expressa por meio da presença participativa nas deliberações e ações de caráter público, permitindo a pluralidade. Experimenta, assim, pela dependência mútua “nas relações em comum com os demais”, a possibilidade de renovação das experiências humanas individuais, permitindo a estruturação do sujeito pelo convívio.

A possibilidade de expressão torna-se ponto central de uma experiência de autorepresentação por meio do trabalho, pois, para Arendt, o indivíduo ao agir entre os outros, revela-se para si mesmo e para o outro pela palavra. O aparecer no mundo público é então um co-aparecer, visto que aqueles para quem se aparece, também aparecem para o autor da ação, e esta é uma condição comum aos homens: poderem ver e serem vistos, ouvir e serem ouvidos, tocar e serem tocados. Assim, nada poderia aparecer se não houvesse receptores capazes de reconhecer e reagir ao aparecimento – o mundo recebe o sujeito (ARENDR, 2002b). Encontra-se aí, também, na possibilidade de revelação aos outros, o reconhecimento da *singularidade de cada existência*. Por intermédio do agir político, os homens podem experimentar o significado das coisas, ao poderem falar e serem inteligíveis entre si e consigo mesmos.

Em recente estudo sobre as práticas sociais nas empresas, Silva (2004) analisa que, mantendo as condições alienantes do trabalho industrial, não há espaço para a “política” nas organizações, mas sugerindo-se políticas de recursos humanos e



propostas de trabalho em grupo (equipes), ocorre uma tentativa de apropriação dos interesses privados dos trabalhadores como forma de mobilizar ações voltadas ao atendimento de resultados organizacionais, como se estes fossem de ordem pública.

O autor relata diversas práticas organizacionais e mudanças nos processos do trabalho como formas atuais de as empresas alcançarem “envolvimento” dos empregados e promoverem participação e mobilização constantes para a ação, reforçando comportamentos como os de pró-atividade e iniciativa, com apelos de cunho coletivo.

Silva (2004) afirma que, para que este envolvimento ocorra de fato, seria necessária uma “conexão com interesses ligados à esfera da vida privada”. Segundo o autor,

é preciso, em primeiro lugar que o envolvimento [...]– afete o interesse ligado às coisas da “intimidade”, da “casa” onde habita o sagrado e o indizível. Mas, para que se complete a trajetória da auto-representação de si, é preciso também, por outro lado, que ela se confronte com os outros, a fim de “ganhar” essa auto-representação mesma. Por tal via, isto é, pela via do reconhecimento em um espaço público, toca-se então no nervo da subjetividade (SILVA, 2004:183).

Nas experiências de trabalho realmente coletivas, o reconhecimento pelos indivíduos das coisas que possuem sentido e os fariam querer manter um comprometimento ou uma opção consciente de pertencimento precisa incluir uma atuação política nos “micro-espços públicos, espaços onde se requer envolvimento, responsabilização e tomada de decisão” (SILVA, 2004).

Se a ação política, nos termos arendtianos, tem como condição humana a pluralidade, em que o homem precisa assumir a verdade de que não está só, mas entre outros, o debate público e a ação coletiva são os instrumentos para se alcançar a concordância e definir um curso de ação (ARENDR, 2002a, 2002b).

Considerando a definição de agir político e de sujeito ativo de Hannah Arendt, pode-se destacar que os aspectos constitutivos de um trabalho não subordinado totalmente à racionalidade econômica requerem uma dimensão relacional pautada na *pluralidade*, na qual o homem precisa assumir que não está só, mas entre outros; na *liberdade* como participação democrática que exige o espaço público da palavra e da ação, e não na liberdade da não-interferência que evidencia um espaço privado somente; no foco em um *mundo comum*, pela inserção em esferas sociais nas quais os trabalhadores possam buscar atender a seus interesses, interferindo no mundo com base em seus interesses coletivos mediante a experiência política do debate de idéias e projetos.

Importa ressaltar que os aspectos mencionados alcançam maior relevância nas relações de trabalho em rede. Por conseguinte, estas experiências podem ajudar a entender as possibilidades de novas práticas sociais que se configuram no pós-fordismo e se disseminam como modo de pensar o trabalho de forma ampla.

Além do mais, considerando que o potencial de ação indeterminada que reside no trabalho como potência subversiva poderia revelar uma relação criativa, política e comunicativa, cumpre trazer luz às experiências concretas e discutir as condições que impulsionam a participação, os conflitos, a coesão ou a desestruturação de um “mundo comum”.

#### **1.4.Desafios do trabalho coletivo**

Pode-se afirmar que, em correspondência à crescente importância das práticas coletivas na esfera produtiva, a estrutura em rede concretiza a utilização das relações sociais para fins econômicos.

Se estas articulações conseguem, de fato, encaminhar projetos viáveis sem criar novas formas de dependência e uso particular de recursos públicos, levando-se em conta o direcionamento econômico, é outra questão que não pode prescindir de análises sobre os conflitos presentes na autogestão.

É preciso, no entanto, atentar para o “envolvimento dos trabalhadores na perspectiva autogestionária, considerando uma cultura de trabalho marcada, de forma hegemônica, pelo assalariamento e pela existência de um patrão responsável pelas questões referentes à gestão”. Segundo Lima, a autonomia “sempre foi entendida pelos trabalhadores como trabalhar por conta própria, ser o patrão de si mesmo, mas fora de uma perspectiva coletiva, de posse e gestão comum dos meios de produção”. Acrescenta ainda como complicador a “percepção de trabalho associado” pelo trabalhador, como algo “confuso e não necessariamente desejado, mesmo considerando situações exitosas” (LIMA, 2007:70).

Para Lima, a necessidade de se inserir na lógica do mercado também é outro fator que influencia negativamente a adesão ou a “compreensão sobre a construção de novas solidariedades”, tornando a “perspectiva de trabalho associado algo pensado como temporário” (LIMA, 2008:70).<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup>Lima desenvolveu estudos recentes procurando verificar as dificuldades identificadas na formação de uma cultura autogestionária entre os trabalhadores. O autor ressalta que a atenção com a questão da gestão coletiva como alternativa para os trabalhadores e não como problema relacionado a algumas experiências de cooperativas de fábricas em situação falimentar só passou a incorporar a cultura sindical a partir do final da década de 1990.

Lidar com a dinâmica de entrada e saída dos participantes e buscar alternativas para esta movimentação exige compreender os interesses que motivam tanto a adesão, como a permanência deles. Necessário, portanto, trazer à discussão as bases sobre as quais estão fundadas as redes. Faz diferença ser uma rede e ser de agroecologia? Que vínculos geram a participação ativa e a permanência das famílias na rede?

No caso exemplar do complexo de cooperativas autogestionárias de Mondragón, na Espanha,<sup>14</sup> uma das razões julgadas responsáveis pelo êxito é o casamento entre a orientação social e a de mercado. Estas cooperativas contratam empregados para manter algumas funções de forma mais permanente e concebem uma dinâmica que prevê a movimentação sem ameaça à continuidade das atividades (SANTOS, 2002).

Em estudos sobre cooperativas, Eid (1999)<sup>15</sup> detectou comportamentos individualizados, tendência em não assumir participação nas decisões e busca de salários garantidos como resultantes de trabalhadores formados em contextos autoritários e burocráticos, cuja cultura predominante está fundamentada na subordinação. Para ele, amadurecer a cultura de grupo, buscando desenvolver a responsabilização de cada um dos indivíduos para o desenvolvimento do projeto coletivo torna-se estratégico para o sucesso dessas iniciativas autogestionárias.

No caso específico estudado nesta tese, a Rede de Agroecologia Ecovida, a compreensão dos dilemas relacionados à gestão coletiva torna-se um aspecto essencial, se levarmos em conta que a não existência de relação de co-propriedade dos agricultores familiares torna-se bastante complexa.

---

<sup>14</sup> Esta experiência é reconhecida mundialmente como o modelo de economia cooperativa. Um complexo econômico situado nos arredores da cidade de Mondragón, que começou em 1965 e inclui fábricas, cadeia de supermercados, banco e universidade.

<sup>15</sup> Farid Eid desenvolve estudos sobre Cooperativas no interior de São Paulo, na Universidade Federal de São Carlos. Problematisa o tema, questionando a forma como as cooperativas têm se estruturado no Brasil e mais recentemente incluiu a Economia Solidária em seu campo de pesquisa.

Durante a pesquisa de campo, pôde-se identificar uma importante influência de organizações não-governamentais de base associativista para a mobilização deste tipo de experiência, direcionadas para fins econômicos.

De forma mais geral, pode-se indagar se, no caso do trabalho rural de base familiar, a utilização das redes seria uma forma de institucionalizar como força produtiva a sua base de organização e cultura associativista.

Vale acrescentar que fazem parte da proposta de atuação em redes a ampliação de contatos e a utilização produtiva destas conexões; pode-se afirmar, pois, que a entrada na rede amplia o poder de decisão que o pequeno agricultor, antes sozinho, não tinha. Entretanto, é preciso também indagar que tipos de questões são evidenciadas com a integração destes valores com as finalidades econômicas.

O retorno financeiro obtido com a adesão à produção orgânica não parece ser suficientemente significativo para os agricultores da Rede de Agroecologia Ecovida, mas o quanto ele é norteador da relação que estes mantêm na rede, e inclusive, se é o que define a sua permanência, não é possível afirmar sem a análise detalhada da pesquisa de campo.

Pode-se afirmar, inicialmente, que na Ecovida as questões de gênero são um dos laços, como foi percebido em entrevistas realizadas. Foi possível também observar opiniões distintas, conforme avaliação do coordenador de um dos núcleos da Rede Ecovida. Segundo ele, o que faz as pessoas “permanecerem ativas na rede é a luta de classes, portanto, um laço ideológico”. Esta não é uma opinião unânime, pois um técnico que participa do Grupo de Trabalho (GT) de Sistema Participativo de Garantia (SPG) para certificação do produto orgânico da Rede Ecovida junto ao Governo Federal tem outro ponto de vista, a saber, que os interesses que dinamizam a participação na rede passam mais fortemente pelo aprendizado do uso e manejo do solo, entre outros

aspectos técnicos. Na pesquisa de campo realizada, outros fatores foram evidenciados e são discutidos nos capítulos três e quatro desta tese.

Um dos motivos que parece influenciar o tipo de participação dos agricultores são os princípios agroecológicos que revalorizam práticas tradicionais do modo de produção da agricultura familiar. Segundo a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), quando a produção familiar é realizada com base nos princípios da agroecologia, seus benefícios são potencializados porque os sistemas agroecológicos não são dependentes das indústrias de insumos (WILKINSON, 1996).

Ao lado das questões dos desafios da autogestão coletiva, dos motivos para a adesão ao trabalho em rede, outros temas de teor macrossocial podem influenciar a forma de participação, ou mais ativa e coletiva, ou individualizada e dependente, dos trabalhadores da agricultura familiar no Brasil.

### **1.5. Alternativas do trabalho no meio rural**

É possível encontrar hoje no Brasil muitos exemplos de iniciativas econômicas que consideram vocações regionais e valorizam práticas sociais desenvolvidas pelos moradores de determinada região. Mas até que ponto essas iniciativas conseguem gerar autonomia social? Será que não acabam atendendo mais a resultados de curto prazo dos Governos nas esferas federal, estadual ou municipal, comprometendo, inclusive, a participação dos públicos interessados e atualizando práticas políticas geradoras de clientelismo e dependência? Especialmente com a ênfase em articulações em rede, as parcerias se estendem para organizações internacionais e empresas privadas, o que

amplia a complexidade, pela possibilidade de o interesse privado sobressair, distanciando-se do foco dos interesses e necessidades da população envolvida.

Um ângulo de investigação na sociedade brasileira, que nos interessa sobremaneira para compreender como o interesse de pertencimento pode ocorrer sem a necessidade de “mobilização” orientada por agentes externos e de “controle”, é o debate sobre a organização dos trabalhadores como sujeitos coletivos.

Citando Chico de Oliveira, Santos (2006) ressalta o “caráter inédito na cena política contemporânea” configurada pela “financeirização do capitalismo”, que levou à ausência de alternativas, em razão do desmantelamento dos sindicatos, da fraqueza dos movimentos sociais e da incapacidade da esquerda em compreender o tamanho da crise e de seu caráter inédito (PAOLI, 1999; SANTOS in RIZEK & ROMÃO, 2006:31).

Para Oliveira, a “sociabilidade plasmada à época do trabalho como categoria central, do trabalho fixo, previsível em longo prazo” não existe mais e não transferiu a outro campo de conflitos que desse origem a novos consensos e à política. O desmonte do Estado e o enfraquecimento da representação dos dominados caracterizam um quadro que não indica saídas para a crise, o que define uma “era de indeterminação” (OLIVEIRA, 2003a; SANTOS in RIZEK & ROMÃO, 2006:33).

No campo político-social, diversas transformações têm caracterizado no país uma progressiva diminuição do alcance e da qualidade de políticas sociais que, mesmo precariamente, se ancoram ainda em direitos consagrados, e em uma crescente face filantrópica, com encolhimento e fragmentação das negociações coletivas em diferentes setores da sociedade civil. Os direitos, ao invés de se darem pela regulação da vida social, ocorrem cada vez mais no âmbito privado, com uma redução da política à racionalidade técnico-administrativa e gerencial e à autonomia privada reforçada pela

“idéia” do empreendedorismo (OLIVEIRA in PAOLI, 1999; SANTOS in PAOLI, 1999).

Por outro lado, o trabalhador como sujeito coletivo emerge da representação política de sindicatos, atuando em espaços políticos públicos e também na luta por direitos na esfera social mais ampla em movimentos sociais organizados. Na América Latina, mais especificamente no Brasil, movimentos sociais vêm desenvolvendo formas de organização coletiva importantes diante da desestabilização dos sindicatos como protagonistas políticos e da diminuição de lutas sociais organizadas em grandes massas.

Analisando o espaço da política no Brasil, Sader (1988) registrou o surgimento de movimentos sociais populares que colocaram “novos personagens” na cena histórica brasileira nas décadas de 1970/80, os quais buscaram intervir em decisões “que afetavam suas condições de existência. Com isto acabaram alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano” (SADER, 1988:312).<sup>16</sup>

Segundo o autor, “os movimentos sociais não substituem os partidos nem podem cancelar as formas de representação política. Mas estes já não cobrem todo o espaço da política... [ ]. Os movimentos expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído” (SADER, 1988:313).

Após a década de 1990 surgiram outras formas de organização popular mais institucionalizadas, a exemplo dos fóruns nacionais de luta por moradia, da reforma urbana e da participação popular, de onde se materializou a articulação da sociedade civil organizada e o poder público, como o Orçamento Participativo e a Política de Renda Mínima (POCHMANN, 2002).

Algumas dessas formas de organização popular “emergiram no contexto de crescimento da economia informal, como os perueiros no setor de transporte e os

---

<sup>16</sup> Sader estudou movimentos sociais populares da região de São Paulo entre 1970 e 1980, buscando analisar a criação de condições para a democracia, e demonstrou que eles trouxeram novas modalidades de elaboração das condições de vida das classes populares e de expressão social (SADER, 1988).



caminhoneiros no transporte de cargas pesadas, sendo que algumas dessas ações coletivas surgiram como respostas à crise socioeconômica, atuando mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados” (GOHN, 2003:21).

Entre os movimentos sociais importantes que surgiram na década de 1990, o dos ecologistas, com foco no meio ambiente, proliferou após a conferência Eco 92, e mais à frente, em decorrência das questões relativas à segurança alimentar.

Quanto aos movimentos populares originados nas décadas de 1970/80, Gohn (2003) assinala que estes

criaram e desenvolveram nos anos 90, redes com outros sujeitos sociais, assim como redes dentro do próprio movimento popular propriamente dito... Nas redes com outros sujeitos destacam-se as tecidas com o campo sindical, o campo político-partidário, o campo religioso, o campo das ONGs. Quer dizer, os movimentos sociais criaram ou fortaleceram a construção de redes sociais (GOHN, 2003:23).

Ainda segundo a autora, “as identidades coletivas dos movimentos populares deixaram alguns elementos de lado, tais como as frequentes contestações às políticas públicas, mas como eles incorporaram outros elementos, isso lhes possibilitou sair do nível apenas reivindicatório, para um nível mais operacional, propositivo” (GOHN, 2003:24).

Vale ressaltar como um dos resultados das mudanças na forma de organização da sociedade civil no Brasil, a construção de outros canais de comunicação e formas de associativismo com interações compartilhadas com ONGs e Setor Público, o que para Gohn (2003), no caso do meio urbano,

alterou o projeto político dos movimentos populares urbanos no sentido de um projeto político policlassista, um novo projeto político dos movimentos populares, que vai contemplar outras questões além das demandas específicas do campo das carências socioeconômicas, indo das questões do modelo de desenvolvimento do país às questões do meio ambiente e do desenvolvimento humano. Na maioria dos casos não há uma ênfase exclusiva nas questões apenas locais, mas incluem-se outras dimensões. Em parte essas mudanças se explicam pelos efeitos do próprio modelo organizacional adotado: de se atuar em redes (GOHN, 2003:25).

Cabe, no entanto, problematizar por outro ângulo essa nova conformação dos movimentos sociais e representação coletiva dos trabalhadores. O refluxo do movimento operário nos anos de 1990 veio acompanhado dos chamados “novos movimentos sociais” [...] “em praticamente todo o subcontinente latino-americano” (MACHADO, 2006:12-14). No entanto, esta forma de mobilização como “protagonistas políticos” que só se confrontam “indiretamente com o capital tem um alcance limitado de luta frente à hegemonia do capital financeiro; [...] estes sujeitos não têm conseguido, até o momento, provocar uma crise política incisiva no bloco do poder, e que resulte, portanto, em crise revolucionária, [...] nem fortalecer uma aliança entre os dominados” (MACHADO, 2006:22).

O autor ressalta ainda que os governos eleitos na América Latina, “com raras exceções, têm tratado os movimentos populares como ‘casos de polícia’, uma *criminalização da utopia*” e propõe que os ‘novos’ movimentos sociais devem “lutar para a ampliação, organização e politização de suas bases sociais, algo que o Estado burguês procurará sempre frustrar”. Para o autor, há uma “crise política e ideológica na

America Latina”, contudo isto não significa “ausência de lutas”. O que muda é que as “lutas são protagonizadas por setores populares, ‘fora’ das relações capitalistas de produção”, os quais “não confrontam o capital diretamente, mas sim o Estado”. Em seu ponto de vista, esses novos sujeitos lutam para ter os meios de produção sob controle dos trabalhadores, “através da criação de cooperativas de produção, comercialização e serviço. Reivindicam do Estado, e não do capital diretamente” (MACHADO, 2006:22-23).

No meio rural brasileiro, uma referência tem sido o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que desenvolve tanto programas para formação técnico-política, quanto lutas definidas em projetos políticos mais amplos. Além disso, é reconhecido por sua capacidade de mobilização sem se envolver em funções do Estado.

Vários teóricos apontam no caso do MST para uma ação fundamentada na separação clara entre políticas públicas e sociedade civil organizada, com um papel “revolucionário” que o Estado não inclui.

A atuação do governo brasileiro e as políticas públicas voltadas às questões agrárias são abordadas em capítulo específico desta tese, mas cabe sinalizar aqui que, a partir da aprovação da Lei no. 11.326/2006, a Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Familiares Rurais passou a ser reconhecida como categoria econômica.

Segundo o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (2006), esta lei define duas questões fundamentais com base nas quais poderá haver desdobramentos de impacto para a agricultura familiar brasileira: o conceito de agricultura familiar e a criação de uma Política Nacional da Agricultura Familiar. Com a nova lei, a Agricultura Familiar passou a se distinguir claramente do setor patronal, do agronegócio e também dos assalariados rurais. Portanto, não fica restrita à atividade agropecuária, ampliando

para o trabalho em empreendimentos rurais familiares, como a agroindustrialização, o artesanato e o turismo rural.

A atuação da Rede de Agroecologia Ecovida parece incorporar elementos operacionais visando fins produtivos, utilizando, inclusive, políticas públicas e procurando impulsionar novas formas de atividade e rendimento para os agricultores familiares. Atuam ao mesmo tempo conectados com movimentos sociais nacionais e internacionais, em defesa de causas e princípios ideológicos. No entanto, se revelam contradições na institucionalização de algumas propostas governamentais e no fortalecimento de sua presença em localidades nas quais possuem interesses em determinados grupos sindicais.

Os riscos citados trazem à tona conflitos entre uma ênfase propositiva e os valores que sedimentam a rede e parecem caracterizar o que Chico de Oliveira define como uma ação “política sem substância social”. Para o autor, é um problema configurado no desenvolvimento econômico no Brasil com a política tornando-se irrelevante, e os governantes submetidos à economia. Defende que é necessário reivindicar a política e colocar a economia sob controle desta (OLIVEIRA, 2003a; OLIVEIRA, 2003b).

Foram estes os aspectos que nortearam a pesquisa de campo desta tese e incorporaram a análise desenvolvida nos próximos capítulos sobre a estrutura em rede de formas alternativas de trabalho e a configuração da agricultura familiar no contexto deste estudo.

Neste capítulo analisou-se a inclusão das relações sociais como parte do processo de trabalho, o que valoriza, e ao mesmo tempo problematiza, a dimensão política que esse processo carrega. Buscou-se, ainda, fundamentar teoricamente a nova conformação do capitalismo, a qual configura uma situação mais grave que o fordismo. Este explorava, mas realizava a “inclusão pela exploração”. No pós-fordismo já não se

tenta a inclusão, e sim, a exclusão, com uma imensa produção de indivíduos descartáveis (OLIVEIRA, 2003).

Como evidenciado, as práticas sociais do trabalho contemporâneo tendem a recompor o *fazer e o agir através da ação humana, que se torna força produtiva*, isto é, pela capacidade de “produção linguística, de aprendizado, de comparação e de auto-reflexão”, em uma *nova conexão* entre o “animal laborans, o homo faber” e o “homem político”.

Entretanto, não há espaço para a liberdade e autonomia nas relações, quando se utiliza as “capacidades políticas” humanas para fins de produção, em que o *capital* “direciona” o trabalho. A alienação permanece neste contexto com a negação do conflito e a tentativa de transformar em experiência coletiva a mobilização de ações voltadas ao atendimento de resultados econômicos, como se estes fossem de ordem pública.

Além de tentar direcionar a *pulsão de vida* (animal laborans) para a função produtiva, no ideário da sociabilidade do trabalho contemporâneo encontra-se *outro campo de apropriação da energia humana - o espaço social*, e a exploração que se procura é a energia criadora.

Neste sentido, a emergência da politização das formas de organização e gestão é fundamental, pois as possibilidades de manipulação e dependência permanecem quando não há substância política nas práticas sociais do trabalho.

Sintetizando as discussões desenvolvidas neste capítulo, vale ressaltar que o reconhecimento de um “mundo comum” construído com base em sujeitos ativos, na pluralidade e na possibilidade de espaço público pela ação consciente, é condição essencial para que a sociabilidade do trabalho signifique liberdade e não alienação e estranhamento.

No próximo capítulo, encaminha-se a análise das redes produtivas como forma de articulação e organização do trabalho alternativo ao modelo regulado pelo capital, buscando entender as práticas sociais vinculadas a estas experiências dentro da esfera produtiva.

Também se discutem os conceitos e as diferentes percepções a respeito do tema, com o objetivo de compreender implicações a serem consideradas para a realização de pesquisas neste campo.

## **CAPÍTULO 2**

### **As redes sociais produtivas**

Este capítulo apresenta uma análise dos elementos que caracterizam o funcionamento de redes sociais produtivas, buscando entender as práticas sociais que estas relações propõem e o processo de composição de vínculos entre os participantes. Discute também o conceito de redes, procurando diferenciar redes sociais e redes sociais produtivas, e problematiza aspectos inerentes às relações de trabalho neste contexto.

#### **2.1 Conceitos e perspectivas das redes**

Mapear as relações em sociedade, tomando por base a compreensão destas como processo de construção social, sempre suscitou diversas formas de análise que pudessem abarcar a complexidade da percepção de poder, influências, valores e referências simbólicas. Os motivos que direcionam as tentativas de realizar leituras das interações contidas nas relações em sociedade, sejam com fins científicos, econômicos ou de ampliação de poder, interessam a diversos campos de conhecimento, que definem metodologias próprias e focos de investigação.

Alguns autores remetem as origens do estudo das relações sociais por meio de redes à segunda metade do século XX. Por outro lado, “a ampla difusão da idéia da

sociedade como um sistema estruturado em redes é relativamente nova” (LUNA, 2004: 12) <sup>17</sup>.

Analisando a evolução desta temática, Swedberg<sup>18</sup> (2004) destaca a valorização da leitura das relações sociais por meio da noção de redes no âmbito de vários campos científicos, da sociologia e antropologia à ciência política, economia, direito e geografia. Estudam-se redes econômicas, religiosas, redes de informação, de poder, de políticas, de conhecimento, de produção, de movimentos da opinião pública até a análise da estrutura social de cartéis ilícitos, para citar apenas alguns exemplos.

A emergência e a rápida difusão da noção de redes parecem estar conectadas tanto ao processo de globalização como à proliferação massiva das tecnologias de comunicação e informática.

Este fato foi percebido por Castells (1999), que levou a noção de rede, “a um sentido alegórico, tornando-se a imagem e a representação emblemática dos processos sociais mundializados”. Seu livro, *A sociedade em rede*, se tornou “um quase *best-seller* entre as obras de interpretação das mudanças sociais recentes” <sup>19</sup> (Radomsky e Schneider, 2007:250). Radomsky e Schneider (2007) ressaltam, no entanto, que

mais sintomático parece ser o movimento reverso que ocorre simultaneamente a este e que passa a requerer legitimidade para o uso da noção de rede. Para além da sua significação vinculada à globalização, a noção de rede passou a atrair a atenção de pesquisadores em ambientes acadêmicos que estavam

---

<sup>17</sup> As citações de Matilde Luna foram traduzidas pela autora.

<sup>18</sup> Swedberg realizou estudo sobre o desenvolvimento da Sociologia Econômica num período de 15 anos, desde a década de 1980 até 1995, levantando as contribuições de teóricos europeus, americanos, da América Latina e de países em geral. Neste estudo ele demonstrou as linhas de análises e marcos teóricos que apontam tendências neste campo (Swedberg, 2004).

<sup>19</sup> A obra conseguiu um reconhecimento amplo, principalmente pela leitura de vários campos das relações econômicas, culturais e sociais.



preocupados em compreender os movimentos e as articulações que ocorrem em nível local. É como se as teorias pudessem ser renovadas a partir de um conceito que procura desvendar algo não necessariamente novo nas relações sociais que são localizadas, e que podem ser potencializadas pelo uso da noção de rede (Radomsky e Schneider, 2007:250).

Outros enfoques anteriormente privilegiados no campo científico para a análise de Redes Sociais se desenvolveram no âmbito da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia Social, com atenção dedicada às “interações promovidas por indivíduos e grupos sociais em suas relações cotidianas de interesses, afinidades e satisfação de necessidades”. A partir da década de 1980, e mais fortemente na década de 1990, os estudos nessa área começaram a refletir as novas demandas das sociedades complexas e a ter um enfoque econômico.

Na Sociologia Econômica, a perspectiva das redes é concebida como metodologia de análise para investigar diversos tipos de interações as quais, embora visem a fins econômicos, não podem ser classificadas nem como costumes nem como de racionalidade puramente econômica. Esses estudos buscavam problematizar a implementação de projetos econômicos, apontando um hiato entre a previsibilidade e a busca de caminhos diretos da “maximização” da riqueza, em uma oposição à visão das ciências econômicas. Uma de suas ênfases é o reconhecimento de redes preexistentes, com articulações políticas e interesses de grupos que criam uma complexidade para o alcance de resultados (SWEDBERG, 2004:17).

No campo da teoria das organizações, a concepção é usada de forma similar, com o sentido de instrumento analítico para a compreensão de certas formas de organização coletiva. Mas, como definido por Powell e Smith-Doerr apud Abramovay

(2000:04), as redes não são apenas instrumentos de análise: “Estruturas de governança em rede caracterizam as teias de interdependência encontradas nos distritos industriais e tipificam práticas como relações contratuais, colaboração entre manufaturas ou vários níveis de alianças entre firmas”.

As visões delineadas acima podem ser compreendidas em três concepções teóricas distintas, com noções que parecem se complementar, de acordo com o foco pretendido e sem pontos de desacordo entre as metodologias. Luna (2004) realizou uma síntese interessante sobre estas linhas de investigação.

O enfoque que se desenvolveu inicialmente foi a “Análise de Redes Sociais (ARS)” que enfatiza a morfologia da rede; o segundo, a “Teoria do Ator x Rede”, focalizando a dinâmica e a evolução da rede, e o terceiro, a “Rede como Mecanismo de Coordenação”, privilegiando as regras de interação entre os componentes (LUNA, 2004:12). Conforme nos explica a autora, o estatuto de instrumento analítico permitiu que este enfoque fosse incorporado a muitas disciplinas diferentes, teorias e objetos de estudo. A direção principal girou “em torno da operacionalização, medição, racionalização, formalização e representação de vínculos, medindo os graus de centralidade e densidade (relação entre os laços existentes e os laços possíveis) de uma rede” (LUNA, 2004: 21).

Esta linha de investigação é a mesma de Granovetter (2004), que, num artigo relevante do início da década de 1990, criticou a noção de mercados como abstrações idealizadas, e deu significativa visibilidade ao estudo de grupos de interesses econômicos, com a ajuda da noção de redes. “Uma percepção trazida por essa pesquisa é o fato de que, na Europa, na Ásia e na América Latina, os grupos de negócios respondem por uma parcela significativa da economia” (SWEDBERG, 2004).

Granovetter (1973 apud Radomsky e Schneider: 256) também “sugere a noção de rede como um recurso metodológico quando a análise sociológica procurar lidar com

as interfaces dos níveis micro e macrosociológico”. Em seu estudo original acerca de redes, em 1973, Granovetter destacou que laços fortes- *Strong tie* - (parentesco ou amizade) são menos importantes que laços fracos - *weak tie* - (conhecidos ou colegas de associações comunitárias), no sentido de facilitar a ação coletiva e a agregação de recursos de enraizamento (*embeddedness*) (GRANOVETTER, 1973).

Voltados às conexões entre empresas, instituições e grupos, estudos recentes desenvolvidos por Castells (1999:497) apontam as redes como “a nova morfologia social de nossas sociedades”. O autor salienta que, embora seja esta uma forma de relação própria da sociedade, o que se altera contemporaneamente é a relação de “tempos e espaços”, com a possibilidade de expansão em toda a estrutura social, e a configuração de um “poder dos fluxos” maior do que o “fluxo do poder” (CASTELLS, 1999:497). A sua definição de rede é a de um

conjunto de nós interconectados”, concretizando-se um nó quando um ponto da curva se entrecorta [...] formando estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada. Novos nós são integrados desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho) (Castells, 1999:498).

De acordo com esta concepção, a intensidade e a frequência das relações determinam a importância de um nó ou outro para o êxito pretendido de forma conjunta. Conquanto outros fatores, como os interesses e valores dos agentes formadores da rede, influenciem de forma significativa, Castells ressalta a morfologia da rede como a grande responsável pela interferência nas relações de poder. Pode-se sintetizar, pois, como um

dos maiores impactos da perspectiva de redes pela *Análise de Redes Sociais (ARS)*, o reconhecimento de que a ação econômica está imbricada em redes de relações sociais.

A linha teórica do ator x rede é uma construção impulsionada por Bruno Latour e Michel Callon, na França, entre outros autores que desenvolveram linhas de pesquisa na Europa. A noção de rede, para Latour (1994), é ampliada “para além das relações humanas” e inclui as alianças entre humanos e não-humanos (objetos), como os interesses, habilidades, poderes, dinheiro, que formam “conexões múltiplas e heterogêneas” (MENDES-DA-SILVA; BRITO; FAMÁ, 2007:06).

De acordo com Luna (2004), tal concepção busca descrever associações entre humanos e inanimados, “vinculados a metas de redes construídas e mantidas temporalmente para alcançar uma meta específica, uma escolha estratégica de opções, a satisfação de necessidades de adaptação ou a construção de propriedades que fazem certas coisas possíveis e certas outras impossíveis”. É crucial nesta teoria a tradução das “negociações, intrigas, cálculos, atos de persuasão e violência, pelos quais um ator ou uma força adquire autoridade para falar ou atuar em representação de outro ator ou força”. Neste sentido, esta concepção envolve os processos, a dinâmica e a evolução de determinada rede, com a finalidade central de desenvolver modelos analíticos capazes de descrever a sociedade (LUNA, 2004:07-08).

O terceiro aporte teórico, o das *Redes como Modo de Coordenação* corresponde aos estudos sobre a governança, termo que reflete a busca de criação de mecanismos de coordenação social e administração de sistemas complexos. Como exemplo, podemos citar os conselhos, reuniões e fóruns diversos para a criação de entrosamento, elaboração de consensos e tomada de decisões em unidades descentralizadas.

Nesta perspectiva, o que distingue as redes de outras formas de coordenação social é, para Luna (2004),

seu alto nível de complexidade que é resultado de fenômenos de diferenciação, especialização e interdependência entre distintos sistemas sociais: o político, o social, o econômico, o científico, o educativo, etc. Esta complexidade se expressa em distintas propriedades das redes como as seguintes: trata-se de estruturas orientadas à abordagem e à solução de problemas que cruzam barreiras organizativas, setoriais, institucionais, culturais ou territoriais, e vinculam atores de diferentes entornos institucionais (LUNA, 2004:09).

Um traço fundamental que diferencia esta visão das outras construções teóricas é a ênfase na concepção de rede como mecanismo de integração e estruturação do conflito, remetendo-se, principalmente, ao estudo das normas e regras de interação entre organizações e instituições. Na concepção do *Ator x Rede*, focalizam-se os sistemas de comunicação como forma de compreender a articulação entre indivíduos e objetos de interesse, enquanto na *Análise de Redes Sociais* se privilegia a morfologia das redes (LUNA, 2004:11).

## **2.2 Redes Sociais Produtivas**

Na tentativa de entender as formas alternativas de trabalho e de renda por meio de redes sociais produtivas, pode-se afirmar que elas caracterizam um campo de investigação que integra diversos aspectos das concepções teóricas acima apresentadas.

Desse modo, as redes com finalidades de geração de trabalho e renda, normalmente se constituem como consequência de complementaridades necessárias, identificadas ao longo de cadeias produtivas ou de estruturas horizontais, sugerindo um

leque de objetivos comuns. Mas são também resultantes de contextos e expressões culturais diversas, cruciais na determinação do êxito pretendido. Sob essa ótica, cabe a afirmação de Abramovay (2000) de que a impessoalidade dos mercados existe, mas as interações concretas e localizadas são fundamentais para suas dinâmicas. Assim, ao reconhecer que as formas de reciprocidade podem influenciar significativamente as relações econômicas, um dos avanços mais importantes das formas em rede é a idéia de enraizamento ou submersão (*embeddedness*) e a sugestão de que os vínculos concretos, as relações de proximidade, a racionalidade limitada pelo contexto e a atmosfera cultural da sociedade são essenciais para as relações econômicas (RADOMSKY E SCHNEIDER, 2007).

É neste sentido que a noção de rede se torna um importante referencial a partir do qual analisar as relações sociais e econômicas num dado contexto. Se os mercados são constituídos por atores sociais que estabelecem interações específicas e concretas, as posições dos indivíduos, as relações de proximidade e os vínculos sociais que possuem determinada história personalizam os mercados. Essa configuração faz com que os mercados não sejam anônimos, ao contrário, conhecer as pessoas faz parte das ações que se realizam neste espaço social, e, dessa maneira, há a possibilidade de se conformarem redes (RADOMSKY E SCHNEIDER, 2007:256).

O termo “social” aplicado ao conceito parte não somente da compreensão das redes como construções sociais, como também caracteriza as articulações visando à defesa de causas sociais e fins orientados a esta direção. Mas é preciso diferenciar as “redes sociais de indivíduos” que são aquelas “geralmente construídas a partir de

relações cotidianas ou com a ampliação de contatos originados das relações de amizade ou profissionais”, das que são formadas por instituições. Um termo que parece definir bem este tipo é “redes sociopolíticas”. Geralmente compostas por ONGs e movimentos sociais “são formas organizativas que articulam entidades da sociedade civil em torno de idéias, interesses, necessidades e/ou objetivos (estratégicos e táticos) comuns” (AGUIAR, 2007: 12).

Dentro desse foco sociopolítico, é possível incluir as redes formadas por associações, cooperativas, organizações não-governamentais (ONGs), organizações sociais de interesse público (OSCIPs), fundações e outras entidades, que consolidam a atuação da “sociedade civil organizada” nos mais diversos campos. No Brasil, essas modalidades de redes se conectam fortemente às propostas de “desenvolvimento local” e envolvem relevantes debates que representam desafios políticos contemporâneos. As articulações visando a esse objetivo funcionam como uma estratégia para a integração de atividades produtivas em determinada região, aproximando grupos de apoio, inclusive financeiros. Exemplos como a reunião de pequenos produtores para ampliar as condições de produção, comercialização e fortalecimento perante o Mercado, denotam um conceito operacional como “estratégia de ação coletiva”, ou seja, um uso instrumental pelos atores sociais. Scherrer-Warren, afirma que, no caso brasileiro, “a noção de rede vem sendo empregada de forma crescente nos movimentos sociais, como conceito propositivo com atributos ideológicos e simbólicos” (SCHERRER-WARREN, 1999:23).

Desde o início da década de 1990, no Brasil, novas articulações no campo das lutas sociopolíticas, envolvendo o esvaziamento dos sindicatos e o contexto socioeconômico brasileiro, como discutido no primeiro capítulo, possibilitaram uma reelaboração das formas de atuação dos movimentos sociais. Esse novo papel dos

movimentos sociais incluía mudanças na forma de organizar as bases de lutas, em um processo de expansão e articulação, facilitadas, inclusive, pelo avanço da tecnologia de informação. Assim, foi possível obter uma área maior de governança entre as empresas e organizações e todo o ambiente institucional.

Deve-se acrescentar que no nosso país as pesquisas sobre redes têm sido aplicadas por diversos estudiosos do tema, ao se analisarem os movimentos sociais. Segundo Marteletto<sup>20</sup> (2002), nos movimentos populares, o enfoque das redes deu ensejo a perceber que esses movimentos estão colocando em prática uma nova compreensão do conhecimento e da informação. A autora afirma que o emprego da metodologia de análise de redes sociais aliada à leitura qualitativa permitiu reunir elementos que apontavam para os modos de comunicação, para a produção de conhecimentos e o uso das informações pelos grupos e entidades organizadas das redes de movimentos sociais. Em pesquisa que realizou no subúrbio de Leopoldina no Rio de Janeiro (RJ), detectou que

a margem de decisão do indivíduo inserido em uma determinada rede social, no entanto, está sempre presa à distribuição do poder, à estrutura da dependência e das tensões no interior de seu grupo. A influência de uma pessoa sobre outras pode ser grande, mas a autonomia da rede em que ela atua é incomparavelmente mais forte. Os indivíduos identificados como mais centrais nas redes sociais de Leopoldina são aqueles responsáveis pela maior mobilização e dinamização das redes e dos movimentos. Eles mediam (sic) as trocas e facilitam o fluxo da informação, fortalecendo a ligação da rede como um todo. Por outro lado, os personagens periféricos colocam as redes em contato com o mundo exterior, abrindo suas possibilidades de expansão e movimentação. Porém, no interior do

---

<sup>20</sup> Regina Marteletto é professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação no MCT/IBICT UFRJ/ECO e estuda novas formas de compreensão do conhecimento e da informação, além de formas inovadoras para a organização e gestão pelas organizações e movimentos da sociedade.



todo, a rede não deixa de ser uma ligação de fios individuais onde cada um constitui uma unidade em si, único em forma e posição (Marteleto, 2002:12).

Marteleto investiga os papéis dos atores nas redes de movimentos, com o interesse de entender como as ações visando fins de transformação social criam modos de compartilhar as informações, de ampliar o conhecimento dos indivíduos, e como promovem novas formas de compreensão, produção e uso dos conhecimentos. Para tanto, analisa processos de construção compartilhada do conhecimento, que combinem teoria e prática, e a importância distinta e essencial de cada um deles para um entendimento mais apropriado de como alcançar os objetivos dos movimentos sociais. Para estudar os papéis dos atores nas redes de movimentos em educação popular e saúde, a autora construiu categorias de participação dos indivíduos relacionados aos modos de combinação dos recursos comunicacionais, informacionais e cognitivos que cada um é capaz de mobilizar. Ainda segundo a autora, nos ambientes sociais informais - como as redes de movimentos sociais - cada ator pode desempenhar, com maior ou menor sucesso, vários e múltiplos papéis. As relações horizontalizadas e a ausência de estrutura hierarquizada permitiriam assim papéis flexíveis e interdependentes. Alguns ganhos consideráveis são registrados nessas pesquisas, como registrado por Marteleto (2001):

[...]à formação das redes de movimentos sociais corresponde a criação de redes de conhecimentos que alimentam e dão sentido informacional às visões e estratégias de ação e de direção dos agentes. Os conhecimentos se constituem como matérias informacionais, que pelas suas qualidades imateriais, articulam entre si o que foi notado (observado) ou experimentado pelos agentes nas suas práticas, dentro do ambiente contextualizador

da sociedade onde essas redes se movimentam (Marteletto, 2001:22).

A obtenção desse ganho de informação e conhecimento pode representar novas perspectivas de compreensão perante determinadas conjunturas, mas cabe lembrar uma afirmação de Granovetter (1973), quando expõe que as redes não emergem automaticamente ou por pressões, são socialmente construídas. Por esse motivo, elas podem ser determinantes não somente na ação coletiva, como também podem exercer um *feedback* em relação às instituições, ajudando a redefini-las (Granovetter, 1973 apud Baiardi e Nadia, 2006).

Essa reflexão permite inferir que estruturar articulações em rede não significa a resolver questões de poder, de clientelismo, e de outras práticas conservadoras presentes em determinados contextos, mas podem vir a ser instrumentos de revisão destas mesmas práticas. A característica própria desses modos de organização enfatiza a comunicação e a expressão de interesses individuais e coletivos. Por meio de mecanismos de governança descentralizados, se ampliam chances de maior participação e eficácia, mas a institucionalização dos arranjos pode formalizar esquemas burocráticos e de controle das práticas sociais. Indaga-se, então: Quais as condições para que os atores se apropriem das conexões estabelecidas? E que novas questões se evidenciam com a abertura desses novos vínculos em rede?

Realizando a crítica às referidas concepções, Oliveira (2002) avalia o efeito contraditório da pretendida autonomia social proposta em ações mobilizadas por organizações não-governamentais, ao funcionarem muitas vezes como “lugar do não-conflito”. De certa forma, “privatizam o público, mas não publicizam o privado, no sentido de introduzir nele o conflito”. Nesse sentido, Oliveira (2002) chama atenção

para entraves criados pela aplicação de programas de geração de trabalho e renda que, encobertos pela concepção de desenvolvimento local, podem apenas reatualizar a pobreza, pois “persiste o fato de que toda rede, é, por definição, seletiva [...] No plano econômico-sócio-político-cultural, a rede não corrige a desigualdade, apenas a desloca”. As propostas de desenvolvimento local apresentadas como “contratendência à concentração, pelo contrário, podem inserir-se numa estratégia de descentralização que agrave as desigualdades”, já que a descentralização não implica diretamente em desconcentração de renda e investimentos (OLIVEIRA, 2002:16-21).

Como discutido no primeiro capítulo desta tese, considerando a perspectiva defendida por Machado (2006), uma maior intersecção entre formas alternativas de trabalho e movimentos sociais pode ser um caminho para ampliar, organizar e politizar grupos organizados, que, destarte, se fortalecem e renovam suas bases sociais. A articulação em rede parece vir ao encontro da abertura de algumas perspectivas neste sentido, pois a capacidade de expansão das questões locais é facilmente visível, mas a organização e a politização apresentam outros complicadores. Como fator limitante para uma participação mais qualificada nas práticas sociais do trabalho coletivo estão os desafios, já analisados nesta tese, que se situam nos comportamentos de trabalho formados em contextos autoritários, cuja cultura predominante está fundamentada na subordinação. Em relação a esse problema pode-se ampliar a discussão com a crítica que Moura (1997) faz a respeito da busca de compartilhamento de valores, da tentativa de mobilização para ações comuns e de definição de princípios éticos por consenso, em experiências coletivas, pelo risco de gerar homogeneidade. A autora defende que “o motor da ação para a mobilização não pode ser o pertencimento a um mesmo campo ético-político, mas a intenção de resolver uma situação prática – o reconhecimento de um problema, como o número de meninos em situação de rua e a violência, no caso das

idades”. Ainda relacionado a esses aspectos, a apropriação do conceito de “participação” ocorre em muitos casos com a justificativa de eficiência e eficácia gerencial, e equivale, neste caso, à “participação como uma ferramenta de gestão” (MOURA 1997)<sup>21</sup>

No entanto, essa perspectiva também impõe outra questão: Como a mobilização de interesses individuais interfere na ação coletiva e na construção de valores de cooperação? No caso da Rede Ecovida, verificou-se uma diversidade de interesses que contém apelos significativos para a consolidação dos grupos. Em alguns casos, as motivações iniciais permanecem fortemente vinculadas a uma identidade do grupo; em outros, não parecem ser suficientemente importantes para garantir coesão, e o grupo quase se dilui, passando as famílias a atuarem mais individualmente.

Foi possível encontrar também temas que, ao se entrecruzarem com causas defendidas por movimentos sociais nos quais a rede Ecovida se insere, levaram à expansão das conexões da rede de forma geográfica e ideológica, e outros que são processos transversais à Rede Ecovida, identificados como fatores estratégicos e desafios atuais, responsáveis por inovações no modelo e na atuação dos agricultores. Os temas detectados como relevantes na pesquisa serão apresentados no capítulo quatro desta tese, avaliando-se as implicações que geram na configuração do trabalho e sociabilidade nesta Rede.

Visando analisar a forma como são absorvidas nesta Rede algumas das definições teóricas expostas, a seguir aborda-se aspectos fundamentais que definem sua institucionalização.

---

<sup>21</sup> Moura propõe, inclusive, a criação de “redes institucionais de políticas” formadas por atores portadores de interesses e projetos distintos e defensores de valores antagônicos. Nelas o desafio seria construir entre os membros valores que pudessem ser compartilhados e que funcionassem como combustível para a ação, mas a partir da criação de opções mais amplas com diferentes visões (MOURA 1997).

## 2.3 Aspectos históricos, estrutura e formalização da Rede Ecovida

A Rede Ecovida de Agroecologia se autodefine como um “espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes envolvidos com a produção, processamento, comercialização e consumo de produtos ecológicos” (Caderno de Normas para Certificação Participativa, 2007:05). Seus objetivos principais são: desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; e ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade. A sua proposta de atuação inclui valores como a equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural, autonomia das comunidades locais e respeito aos ecossistemas, não se restringindo aos aspectos somente técnico-produtivos (Rede de Agroecologia Ecovida, 2008).

Como informado inicialmente, atualmente, a Ecovida abrange em torno de 170 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 30 ONGs e 10 cooperativas de consumidores como núcleo central formador da rede (Rede de Agroecologia Ecovida, 2008).

A Rede é registrada como Associação com a finalidade de emissão dos selos e certificados orgânicos, para garantir o reconhecimento no mercado. No entanto, após a regulamentação da lei 10.831/03, está em processo a discussão sobre como formalizar a certificação no modelo exigido pela lei, para que a Ecovida possa ser reconhecida como entidade certificadora dentro dos Sistemas Participativos de Garantia. Esta é uma das

questões básicas dentro da estratégia atual da rede: a aprovação recente pelo Governo Federal dos métodos de certificação participativa, como uma das formas de assegurar a garantia do produto orgânico, além dos métodos por auditoria, até então reconhecidos pelo Governo Brasileiro exige registro no CNPJ e uma institucionalização definida em lei.

O processo de reconhecimento e aprovação dos sistemas participativos pelo Governo Federal teve envolvimento direto da Rede Ecovida, e faz parte das motivações iniciais para sua criação.

Com o crescimento da exigência de certificação dos produtos orgânicos que ocorreu com mais intensidade no fim da década de 1980 e 90, diversas certificadoras de origem estrangeira abriram escritórios no Brasil. No entanto, o custo com a cobrança de taxas significativas para o pequeno produtor e os interesses distintos entre as certificadoras e os agricultores familiares atuavam como impeditivos. A certificação passou a significar um diferencial agregado ao processo de produção orgânica, mas também se tornou um complicador. Estudiosos do tema afirmam que existem ainda hoje mais iniciativas não certificadas do que certificadas, em razão de diversos fatores, dentre os quais se podem citar: alto custo da certificação (principalmente aos pequenos produtores), necessidade de existência de um mercado diferenciado que paga mais pelo produto orgânico para justificar a certificação, inadequação dos métodos de certificação às realidades vivenciadas pela agricultura campesina/familiar, inexistência de políticas públicas nos países em desenvolvimento que estimulem a produção orgânica certificada, entre outros (SANTOS, 2007:61). Estas questões estimularam os agricultores e ONGs se organizar para intervirem junto ao Governo a fim de que fossem reconhecidas suas produções e avaliações informais que já ocorriam por meio de grupos familiares associados. A Rede Ecovida surgiu como parte dessas iniciativas em consolidar

práticas já existentes e, especialmente, para garantir espaço dentro do movimento institucional que se formava para a regulamentação e comercialização dos orgânicos (PAULI, 2006; SANTOS, 2007). Esse enfoque buscava ampliar as alternativas para evitar exigências que impossibilitassem os agricultores familiares de terem acesso aos selos, e também de evitar a polarização do debate em torno da certificação apenas.

A Rede Ecovida defendia juntamente com outros atores que a certificação fosse voluntária (não obrigatória) em decorrência das diferentes condições vividas no Brasil e em países latino-americanos pelos produtores familiares, em relação à agricultura orgânica de grande escala. Levantamentos realizados pelo INCEPA, à época (2001/2), indicaram no Estado de Santa Catarina que, dos 706 produtores considerados orgânicos, apenas 35% (247) eram certificados e destes, apenas 32% (79) por auditoria (SANTOS, 2007:61).

Durante as discussões para a aprovação da Lei 10.831 sancionada em 23/12/2003, o movimento da agroecologia no país conseguiu incluir no debate aspectos como a obrigatoriedade da certificação, defendida por empresas privadas de auditoria, e o foco no desenvolvimento da agricultura orgânica, defendido pelas pequenas certificadoras e grupos de agricultores, entre eles, a Rede Ecovida de Agroecologia.

A regulamentação da Instrução Normativa que reconhece os sistemas de certificação participativa foi concluída em outubro de 2008, considerada a finalização de um processo que durava aproximadamente 15 anos de atuação do GAO – Grupo de Agricultura Orgânica, e de existência da Ecovida. Segundo relatório do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), em pesquisa sobre demandas tecnológicas da agricultura paranaense, no início da década de 1990, as exigências internacionais estimularam debates que resultaram na regulamentação da agricultura orgânica no Brasil. Foram principalmente as organizações não-

governamentais e entidades assessoras de associações de agricultores familiares, “que se posicionaram em defesa da produção orgânica voltada para qualificar o abastecimento alimentar interno, focada nas características socioambientais das regiões onde os alimentos são produzidos. Grande parte dos representantes, nas décadas de 80 e 90, estava na Região Sul do País e mantinha relações estreitas com os produtores de alimentos orgânicos, majoritariamente agricultores familiares. Uma das principais preocupações na época, e ainda hoje, é com a possibilidade de exclusão dos agricultores do processo em curso. Tal preocupação consolidou-se na 9ª Conferência da IFOAM, realizada em São Paulo, em 1992, quando aquelas entidades marcaram sua posição com relação aos processos de acreditação/certificação dos produtos orgânicos. Em decorrência da prática em curso, reivindicavam garantir o processo da certificação participativa, o qual já ocorria nos estados do sul do Brasil e em outros países latino-americanos. A posição assumida consolidou-se na criação do MAELA - Movimento Agroecológico para América Latina e Caribe (IPARDES, 2007:41).

Convém salientar que somente depois das intervenções desses grupos é que o Governo Federal criou o GAO – Grupo de Agricultura Orgânica, com a participação de organizações da sociedade civil e públicas, tendo por objetivo trabalhar na construção do marco legal da Agricultura Orgânica de forma mais ampla, incluindo a discussão sobre as iniciativas de pequeno porte, seja de produção, organização ou certificação. O GAO fez a proposição do texto final que serviu de base para a Lei nº 10.831 de dezembro de 2003 e iniciou um processo de debate e formação de agentes, por meio de oficinas locais e regionais por todo o Brasil, intitulado: Construindo a certificação participativa em rede no Brasil. Hoje o GAO ainda desenvolve seus trabalhos e sua



principal ação está centrada na discussão sobre como implementar a Lei 10.831/03<sup>22</sup> e suas instruções normativas.

Luís Rebelatto Santos expôs em entrevista:

O marco para a efetiva criação da Rede Ecovida ocorreu a partir de uma Instrução Normativa, editada pelo Governo Federal em 1999, que levou o Governo do Estado de Santa Catarina a criar um comitê central para coordenar o processo de estruturação de propostas para certificação de produtos orgânicos. Este fato levou a uma reação das entidades locais que atuavam no movimento orgânico. Foi nesta perspectiva que as entidades de Santa Catarina começaram a discutir a criação de uma rede que trocasse informações e fizesse frente ao processo iniciado pelo Governo do Estado e ao avanço de modelos verticalizados de certificação<sup>23</sup>.

Foi seguindo esta tendência que, em 1989, se constituiu a Rede de Agroecologia Ecovida, contando com a integração de entidades parceiras dos estados do Paraná e Santa Catarina, estendendo-se assim a rede aos três estados do Sul do Brasil. Foi criada, portanto, com a finalidade de qualificar a agricultura familiar e ampliar a participação na cadeia produtiva de produtos orgânicos no Brasil, diante da expansão do mercado e da abertura de novos espaços de comercialização da produção agroecológica (PAULI, 2006:12). Ainda segundo Pauli (2006), as principais entidades que iniciaram esse movimento foram as seguintes ONGs, em seus respectivos estados: Centro Ecológico

---

<sup>22</sup> Romeu Matos Leite participa do Grupo de Trabalho (GT) para elaboração do Sistema Participativo de Garantia, um dos Grupos de Trabalho (GT) da Rede Ecovida, e concedeu entrevista durante reunião do grupo para aprovação do relatório da regulamentação da lei 10.831/03.

<sup>23</sup> Luís Rebelatto Santos concedeu entrevista durante o IV Fórum de Agricultura Orgânica e Sustentável que ocorreu em outubro de 2008, em São Paulo, dentro da Programação da 4ª. Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia, a BIO BRAZIL FAIR, 2008.

(Ipê e Torres no RS), CETAP (Passo Fundo, RS), CAPA (São Lourenço, Santa Cruz e Erechim, RS), CEPAGRI (Caçador, SC), Centro Vianeí (Lages, SC), Assessorar (Francisco Beltrão, PR), e a Cooperativa Colméia (Porto Alegre, RS). As referidas ONGs permanecem hoje atuando como articuladoras centrais de diversos núcleos da Rede Ecovida.

Mas como analisado anteriormente, falar de uma organização em rede não pressupõe entender que se trata de uma estrutura formal e institucionalmente definida como as empresas privadas, públicas, cooperativas ou organizações não-governamentais. As fronteiras são fluidas e se ampliam gerando conexões novas. Mesmo assim é preciso considerar que, no caso das redes produtivas, existe uma estrutura mais permanente que busca garantir as condições para a produção e a comercialização. Por outro lado, para Marques (2006),

estudos recentes sobre redes sociais têm avançado em questões centrais da teoria sociológica, tais como as relações entre a ação dos sujeitos, sua racionalidade e as estruturas da sociedade. Algumas destas pesquisas mostram que a circulação de idéias, bens, poder e informação é estruturada pelas relações que mantêm os indivíduos, as organizações e as entidades (Marques, 2006:19 apud RADOMSKY E SCHNEIDER, 2007:256).

A noção de estrutura ampliada pode ser expressa por uma variedade de relações mais horizontais, que expressam “a capilaridade da sua articulação e sua inserção social, e não necessariamente a abrangência espacial” (AGUIAR, 2007). Assim, a flexibilidade de uma rede “pode constituir ou desconstruir territorialidades (ligando pontos

descontínuos no espaço), e com isso também a imagem pela qual se representa o espaço” (RADOMSKY E SCHNEIDER, 2007:256).

Vale acrescentar que a capilaridade da Ecovida é retratada por seus encontros, núcleos, grupos de trabalho em cada um dos três estados que a compõem, conseguindo, dessa forma, garantir a unificação de suas pautas gerais. Por outro lado, a definição de temas locais garante a construção de sua territorialidade em torno de espacialidades regionais. Essa flexibilidade define “o aspecto da não institucionalização de uma estrutura e da dinâmica constante entre grupos e indivíduos como a forma definidora as redes” (Marterleto,2001). Para a autora,

As redes nas ciências sociais designam normalmente – mas não exclusivamente – os movimentos fracamente institucionalizados, reunindo indivíduos e grupos em uma associação cujos termos são variáveis e sujeitos a uma reinterpretação em função dos limites que pesam sobre suas ações. É composta de indivíduos, grupos ou organizações, e sua dinâmica está voltada para a perpetuação, a consolidação e o desenvolvimento das atividades de seus membros (MARTELETO, 2001:73).

Esta dinâmica de busca de coesão baseada na manutenção de relações define uma face instável e ao mesmo tempo rica de constituição desta Rede. Além do mais, a formalização de alguns aspectos definidores de padrões e regularidade é um estágio de formalização que está presente hoje em diversas redes sociais no Brasil. Os termos de compromisso definem um “conjunto de crenças, valores, ideologias, formas de conceber e de fazer as ações sociais coletivas concretas”, que os participantes compartilham e ao qual associam suas identidades individuais (ou institucionais), como projeto, em um

horizonte de longa duração (GOHN, 2005, p. 35-36). Na Ecovida, esse comportamento parece estar associado à necessidade crescente de demonstração de legitimidade perante a sociedade, organismos financiadores, Governo, entre outros agentes que se relacionam com a Rede.

Para Gohn (2005, as redes de ONGs no Brasil procuram se institucionalizar cada vez mais por meio de algum tipo de “contrato social”, definido em “cartas de princípios, termo de adesão, acordo de convivência, regimento interno, tratado, estatuto, convenção e de mecanismos operacionais ou de “gestão” (coordenação geral/ nacional, comitê facilitador, conselho deliberativo, secretaria-executiva, instâncias regionais, estaduais, subregionais, etc)” (GOHN, 2005, p. 35-36).

Já os mecanismos operacionais visam garantir a dinâmica e a “eficácia” da rede e são sintomas do grau de descentralização e horizontalidade alcançados (ou propostos), da mesma forma que os processos decisórios adotados, se por consenso ou “centralismo democrático” (votação), independente do tipo de instância em que as decisões são tomadas (assembleia geral, ordinária, extraordinária; oficina de planejamento; encontros anuais/ bienais, etc). Ou seja, a formalização dessas redes não visa simplesmente atribuir-lhes legalidade institucional e criar normas de funcionamento, mas representam “um modo processual construtivo (GOHN, 2005, p. 35-36).

Na Rede Ecovida, os participantes estão incluídos em uma organização que tem um caráter mais fluido e descentralizado, sem funções prescritas e fechadas, na qual os indivíduos têm obrigações a cumprir fundamentado em algum tipo de contrato que

estabelece funções, direitos e deveres. Trata-se de um tipo de acordo que é definido tanto formal quanto informalmente, por assegurar legitimidade para os agricultores.

Para se associar à Ecovida, o interessado deverá manifestar concordância com os princípios da Rede, atuar como agricultor familiar e ingressar em um dos grupos da Rede. Deve, ainda, preencher uma ficha cadastral que será entregue ao grupo, no qual pretende desenvolver suas ações. Esse cadastro é submetido ao núcleo local, que efetiva ou não a entrada do novo membro, em reuniões com obrigatoriedade de presença de 2/3 (dois terços) dos atuais integrantes do grupo. O agricultor deve ainda,

concordar com o acompanhamento técnico do processo de produção, beneficiamento, armazenamento e transporte por pessoas e/ou por entidade(s) de apoio associada à Rede assumir a obrigatoriedade da participação em atividades de formação em agroecologia promovidos ou indicados pela Rede e comprometer-se a pagar, no ato da associação e anualmente, o valor integral da anuidade da Rede (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2000:13).<sup>24</sup>

A entrada efetiva como membro da rede se dá após a comprovação de que o agricultor fez a “conversão” para a produção isenta de agrotóxicos e atestar a participação em reuniões e em processos de discussão dentro de um núcleo.

Na composição dos núcleos estão agricultores familiares organizados em grupos, compostos geralmente por um número de famílias que obedece a critérios de proximidade geográfica. O número de famílias varia de nove a trinta, mas a maioria dos

---

<sup>24</sup> Os valores em 2008 estavam definidos em organizações de agricultores (valor por família associada) R\$12,00; associados membros individuais, R\$ 24,00; Associações de consumidores, R\$ 36,00, processadores e comerciantes de cunho privado, R\$ 48,00; e outras organizações, R\$ 36,00.

núcleos possui, no máximo, 15 famílias. Os grupos mais estruturados e com interesse de viabilizar reconhecimento jurídico para objetivos de comercialização ou de facilitar o relacionamento com o Estado estão registrados como associações.

Dentre os 24 núcleos da rede, oito foram organizados em datas contemporâneas à criação da Ecovida. Os outros dez apresentam tempo de existência em torno de sete anos ou menos (SANTOS, 2003:126). Em 2006 e 2007 foram criados mais dois núcleos. Os números citados parecem demonstrar uma rede em expansão, além de uma diferença nos graus de organização entre os núcleos. Seis núcleos apresentam mais de 150 famílias, cinco, entre 90 e 140, e treze têm aproximadamente 80 famílias. A tabela 1 em anexo apresenta dados levantados em maio de 2004, e em junho de 2005, em relação a 21 núcleos da Rede, existentes naquele momento.

Os dados referidos na tabela foram obtidos por técnicos de ONGs ligadas à Rede, para elaboração de projeto para o CNPQ. A existência de poucas alterações no número de grupos e associações integrantes da rede entre 2004 e 2005 poderia, segundo a equipe de pesquisadores que desenvolveu o estudo, indicarem uma tendência de amadurecimento do processo interno dos núcleos e não uma expansão. Por isso, sugerem a repetição desse levantamento em outros anos, para reforçar tal conclusão ou mostrar uma tendência de estagnação da Rede (SANTOS, 2005).

Os espaços de atuação da Rede Ecovida são bem diversificados, tanto nas relações entre seus componentes, o que define seu funcionamento e estrutura, quanto nas relações mais amplas com a sociedade, estado e organismos internacionais. As fronteiras da rede, em determinadas situações, parecem se confundir externamente com a área pública e atuam como concretizadoras de programas governamentais. Pode-se afirmar que no ambiente interno, as fronteiras também são fluídas, porque foi possível

perceber uma autonomia dos núcleos, por exemplo, para tomar decisões sobre a criação de um novo grupo, em vez de agregar famílias aos já existentes.

No sentido discutido neste capítulo para as redes, uma das formas de organização é levar a idéia de enraizamento (*embeddedness*) para o interior das relações produtivas sociais, o que sugere a seguinte questão: Além da fluidez em relação a fronteiras (externas) da rede, como se podem entender os desafios postos para as relações de trabalho, considerando a necessidade de compromisso, participação mais ativa em vínculos dinâmicos como os aqui analisados?

As formas de se estudarem relações de trabalho geralmente buscam captar a organização e o processo por meio dos quais ele é realizado. Nas redes produtivas, outros elementos são incorporados para captar estes aspectos. Conforme discutido neste capítulo, as redes sociais produtivas são entendidas como estruturas com poder decisório descentralizado e não hierarquia com definição de cargos. As redes se diferenciam também das cooperativas ou outras formas de trabalho autogerido e coletivo, entre outras características, pela não existência de proprietários. Considerando os diversos casos e discussões que encontramos em nossas pesquisas, percebemos que a análise de redes sociais tem se encaminhado para estudos que não tomam como unidade de análise o ator individual que faz parte da rede em estudo, mas o conjunto de atores ou indivíduos e as suas interações.

Outro ponto que pode caracterizar as redes é a busca de troca de capacidades e habilidades entre os atores envolvidos, definindo um tipo de reciprocidade e mutualidade.

Esta é uma visão das redes como um conjunto de inter-relações que podem dinamizar as competências das unidades envolvidas, se conseguirem se apoiar em objetivos comuns e complementares (BALESTRO, 2004). A figura da rede representa,

assim, uma tentativa de superar a distinção entre a racionalidade econômica e o interesse social, envolvendo as relações pessoais e o cotidiano.

Além da importância das relações entre os atores, Wasserman e Faust (1994) assinalam também que a análise de redes sociais se baseia nas seguintes premissas:

Os atores e suas ações são vistos como *interdependentes*, e cada ator é *uma unidade autônoma*; as ligações ou as relações entre atores são canais para transferir ou fluir recursos sejam materiais ou imateriais; modelos de redes focalizam visões individuais do ambiente estrutural de rede, provendo oportunidades para as restrições sobre ações individuais e que os modelos de redes conceitualizam estruturas sociais, econômicas, ou outras, parecidas como os últimos padrões de relações entre os atores (WASSERMAN e FAUST, 1994:4 apud PEREIRA; FREITAS, 2005<sup>25</sup>).

Segundo Wasserman e Faust (1994:4), as regularidades ou padrões de ligações entre os atores podem ser de diversos tipos, a saber: transações comerciais, fluxos de recursos, fluxos de informações, avaliação afetiva de uma pessoa em relação à outra, entre outras formas de ligação que se repetem gerando relações. É possível inferir que o *tipo de ligações e o padrão de regularidade* contribuem para a definição das expectativas entre os atores. Destacam-se nas premissas assinaladas pelos autores as características de *autonomia e interdependência*, como aspectos que definiriam a

---

<sup>25</sup> WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge University Press, 1994 apud PEREIRA, Hernani; FREITAS, Mário. *Contribuição da análise de redes sociais para o estudo sobre os fluxos de informações e conhecimento*. In: PEREIRA, H. ET all; (Orgs.). *Mosaico: Difusão do Conhecimento na Sociedade da Aprendizagem*. Salvador e Feira de Santana: Edufba e Editora da UEFS, 2005.



possibilidade de ajuste para realidades locais e atenção à diversidade dos sujeitos envolvidos.

Reporta-se então ao que foi tratado no primeiro capítulo desta tese, isto é, que o trabalho em transformação na sociedade, tenta encontrar novas formas de incorporar a dimensão das relações sociais como força produtiva. Se for assim, pode-se afirmar aqui que a organização em rede se aproxima de uma configuração baseada na interdependência. Há, no entanto, como já explicitado, uma complexidade presente na perspectiva do uso desses valores como força econômica, produtiva. São novas experiências, trazem, pois, novos dilemas, que serão examinados no capítulo seguinte, agregando-se questões presentes e reflexões sobre a agricultura familiar no país.

## **Capítulo 3**

### **A agroecologia e a agricultura familiar no Brasil**

Este capítulo tem como objetivo analisar algumas das condições que definem, hoje, oportunidades e limites para a agricultura familiar no Brasil. Examinar o contexto que envolve o segmento de agricultura familiar inclui verificar as políticas públicas relacionadas, e as formas encontradas por estes trabalhadores para explicitar e encaminhar seus interesses. Também são apresentadas neste capítulo algumas interseções, que vêm se conformando no meio político-social neste campo, dando origem a novas formas de institucionalizar práticas já legitimadas no meio rural. O caso em estudo – a Rede Ecovida de Agroecologia permitiu examinar a concretização de algumas destas alterações, como exemplo de uma forma de organização de agricultores familiares, que inclui as questões acima apontadas e revela outras.

#### **3.1 Perspectivas para a agricultura familiar**

Criar um modelo alternativo de desenvolvimento agrícola que propicie formas ecológicas, sustentáveis e socialmente justas é reconhecidamente um dos desafios imediatos de nossa geração. É uma proposta que requer pensar modelos de desenvolvimento que harmonizem a geração de riqueza com outros objetivos, inclusive, mas não só, a conservação ambiental. A questão, no entanto, não é tão simples, e

apresenta uma complexidade inerente à multiplicidade de interesses em jogo, além de problemas relacionados à capacidade de previsão dos impactos de intervenções realizadas no presente, em experiências ainda sem controle pela ciência, como no caso dos transgênicos e das sementes. Envolve também a mudança de padrões sedimentados por projetos de geração de riqueza no meio agrícola, como os disseminados pelo modelo de “modernização da agricultura” que é uma referência ao processo mais intensivo de desenvolvimento capitalista do meio rural ocorrido no Brasil no período pós 1964. As transformações pertinentes a esse padrão de crescimento econômico no meio rural foram fortemente impulsionadas pelo Estado brasileiro, mediante uma série de políticas setoriais e instrumentos específicos (crédito, seguro agrícola, assistência técnica, pesquisa pública, investimentos em infraestrutura, subsídios ao preço dos combustíveis), que tiveram como objetivo principal a adequação da estrutura de produção agrícola nacional ao crescimento econômico planejado pelo governo militar. Entre os efeitos sociais da modernização agrícola no Brasil citam-se: a redução da oferta de empregos agrícolas e o conseqüente êxodo rural, o aumento do trabalho temporário, a intensificação da pobreza rural, o aumento da concentração de terras no país, entre outros (BEDUSCHI FILHO E ABRAMOVAY, 2004).

Na década de 1990, a diminuição do papel do Estado “na regulação da competição do campo, bem como a reestruturação do setor agropecuário em direção às normas de mercado” levaram a “uma nova rodada de modernização da estrutura produtiva desse setor, visando adequá-lo rapidamente ao contexto da reinserção econômica do Brasil no cenário internacional” (POCHMANN, 2008:149). Como consequência desse processo ocorreu uma difusão de novos métodos de gestão voltados a parâmetros de competitividade, maior mecanização e uso de insumos químicos. Mesmo sem forte apoio governamental, os investimentos ocorreram com capital

internacional e se obteve uma intensificação do agronegócio, com aumento de produtividade em detrimento do emprego no meio rural.

No cenário atual, o que se desenha é um dilema posto para a agricultura mundial. Conforme Altieri (2008),

a economia global impõe demandas conflitantes sobre os 1,5 bilhão de hectares cultivados. Não só se pede à terra agrícola que produza alimento suficiente para uma população crescente, mas também que produza biocombustíveis, e que faça isso de um modo que seja saudável para o meio ambiente, preservando a biodiversidade e diminuindo a emissão de gases de efeito estufa, e que, ainda, seja uma atividade economicamente viável para os agricultores (Altieri, 2008:1).

Nesta perspectiva, a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, editada pelo governo federal no ano de 2006, definiu o objetivo de promover o direito à alimentação de todos, contemplando princípios como universalidade, equidade, sustentabilidade, participação social, descentralização e intersetorialidade (Sociedade Brasileira de Sociologia, GT-01, 2007).

Buscando analisar a importância da agricultura de base familiar nesse processo, no último Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido em 2007, em Recife (PE), o grupo de trabalho “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar” sugeriu uma agenda obrigatória. As diretrizes apontadas incluem a necessidade de políticas públicas e de mecanismos que consigam criar as condições necessárias para aplicá-las, a compreensão das experiências de criação pelas famílias, ONGs e associações envolvidas no cotidiano rural, de diferentes níveis de organização

para darem conta de suas estratégias alimentares, e a identificação das interações sociais inerentes ao grupo familiar, às políticas públicas municipais e às demais esferas do poder. “Isto se torna cada vez mais importante na medida em que o planejamento das intervenções precisa estar afinado com a lógica das necessidades locais, priorizando, fundamentalmente a questão do combate à pobreza” (Sociedade Brasileira de Sociologia, GT-01, 2007).<sup>26</sup>

Para que programas desta natureza não se tornem medidas tópicas e possam se estender a um número maior de beneficiados, se fazem necessários o reconhecimento social da agricultura familiar e um maior entrosamento com a realidade e com as experiências das comunidades que vivem desse tipo de produção. Além disso, investigar e apoiar o surgimento de novos espaços produtivos no meio rural que explorem mais atividades econômicas, junto com a agropecuária, e realizar planejamento com objetivos mais ambiciosos do que somente o de crescimento econômico, merecem ser discutidos.

### **3.1.2 Novos espaços produtivos**

Uma importante mudança para o reconhecimento social da agricultura familiar ocorreu com a aprovação da Lei 11.326/2006, que define a Agricultura Familiar e os Empreendimentos Familiares Rurais como categoria econômica. Essa lei definiu duas questões fundamentais que poderão propiciar desdobramentos de impacto para a

---

<sup>26</sup> Destacamos algumas pesquisas relacionadas ao tema, que evidenciam a vinculação de questões antigas no meio rural do país com novos temas, transversais a estes, que atualizam os problemas anteriores: Movimento de Mulheres Camponesas e meio ambiente; Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: contornos teórico-metodológicos; As múltiplas funções da agricultura familiar: o campesinato criador de práticas sociais e cultura; O Programa do Leite: Agricultura familiar, segurança alimentar e controle social.

agricultura familiar brasileira: o conceito de agricultura familiar e a redefinição das bases para uma política nacional da agricultura familiar.

Assim, pertencem à agricultura familiar aqueles que trabalham com atividades agropecuárias e que, simultaneamente, atendem aos seguintes critérios: ter área do seu estabelecimento (próprio, arrendado, em parceria, em comodato ou de posse) não superior a quatro módulos fiscais; utilizar, predominantemente, nas atividades econômicas do seu empreendimento mão-de-obra da própria família; ter renda familiar que se origine de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento e desempenhar as atividades de direção com as pessoas da família. (DESER, 2006a)<sup>27</sup>.

Outro ponto de destaque é a clara distinção do setor patronal, do agronegócio e também dos assalariados rurais e a não-restrição à atividade agropecuária, ampliando para o trabalho em empreendimentos rurais familiares, como a agroindustrialização, o artesanato e o turismo rural (DESER, 2006b).

Tais medidas não causam a perda de importância das atividades estritamente ligadas ao trato agropecuário, pelo contrário, a atenção ao processo produtivo dessas atividades é crucial, visto o setor responder, conforme dados de janeiro/2009, pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros e, ao mesmo tempo, apresentar condições precárias de vida e trabalho no meio rural<sup>28</sup> (MDA:2009). Também cabe a ênfase em explorar o beneficiamento e outras formas de valorização do produto in-natura, como as atividades de industrialização, complementares na cadeia produtiva.

---

<sup>27</sup> O Deser é uma entidade das organizações da agricultura familiar que realiza sistematização de informações, realização de pesquisas e estudos, elaboração de propostas e políticas e assessoria às organizações, movimentos, entidades e instituições vinculadas à agricultura familiar. O Deser participou de projeto recente entre a FAO- Food and Agriculture Organization e a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, elaborando o diagnóstico do Território Sudoeste do Paraná e contribuindo para a construção da proposta metodológica de capacitação de agentes de desenvolvimento em uma perspectiva territorial.

<sup>28</sup> Entre os principais itens mais consumidos estão: mandioca (84%); cebola (72%); frango (70%); alface (69%), feijão (67%); banana (58%); caju (61%); suíno (60%); leite (56%); melancia (55%); abacaxi (52%); tomate (49%); milho (49%); uva (47%) e batata (44%) (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009).

Durante conversas informais com agricultores familiares na última Biofach América Latina<sup>29</sup>, realizada em outubro de 2008, em São Paulo, pôde-se identificar que melhorias focadas em embalagens e em outras formas de agregar valor aos produtos fazem parte das demandas de pequenos produtores associados. Alguns deles fazem parte de grupos da Rede Ecovida em núcleos com um nível de estruturação sedimentado, como a Cooperativa Aécia de Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado, no Rio Grande do Sul, ligadas ao núcleo Serra da Rede Ecovida.

De qualquer forma, um dado significativo é a mudança na composição das ocupações, ocorrida no final da década de 1980 em diante, com o crescimento da “participação de moradores na área rural que exercem atividades não-agrícolas” (POCHMANN, 2008:154). Essa mudança sinaliza um perfil que tende a adquirir a produção agrícola mais voltada a mercados específicos e segmentados e a uma nova percepção do meio rural pela sociedade, cada vez menos como um espaço estritamente produtivo. Suas funções de preservação ambiental, de criação de um quadro favorável ao lazer, ao contato com a natureza e com um estilo de vida diferente do característico das cidades são cada vez mais valorizados. “Não há qualquer razão técnica que afaste em tese os agricultores familiares do imenso potencial representado pelos mercados de qualidade e pelas novas funções - preservação ambiental e lazer - que o meio rural preenche para a sociedade” (ABRAMOVAY,1996:10).

O pressuposto básico para que, no caso da agricultura familiar, as ações da sociedade civil e do poder público resultem em desenvolvimento rural, entretanto, é o acesso à terra. Mesmo nas regiões mais desenvolvidas do País, a dependência do trabalho assalariado agrícola é sistematicamente sinônimo das piores condições de vida. “Um exemplo ilustrativo e recente vem de Minas Gerais. O agribusiness de Unaí (MG)

---

<sup>29</sup> A Biofach é um feira internacional realizada anualmente.

ganhou escala empresarial, está hoje nas mãos de 200 grandes e médios empreendedores e mostra sinais de progresso no bom desempenho da agência do Banco do Brasil, no aumento da safra de algodão e na instalação de beneficiadoras”, mas mantém condições precárias de trabalho e pouco retorno para os trabalhadores (Abramovay,1996:11). A diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento passa pelo acesso à terra, ao crédito, à organização, à informação, em suma, a formação de capital social faz com que os indivíduos possam se beneficiar, no plano local, dos resultados econômicos do processo do qual são protagonistas diretos, por mais modestos que sejam os resultados (ABRAMOVAY,1996).

A importância de geração desse tipo de capital vem sendo incorporada na redefinição de políticas para o desenvolvimento rural, que está estendendo sua atuação por intermédio de entidades parceiras. Esta é uma nova forma de atuação do Estado para introdução de suas políticas, que passam a se relacionar mais diretamente com associações e grupos de agricultores, organizados inclusive em rede, do que com sindicatos e movimentos sociais. Para o bem ou para o mal, é uma face da atuação estatal que requer acompanhamento. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do seu Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) preparou recentemente uma agenda com o propósito de “fomentar e estimular o processo de autonomia de organizações sociais”, que atuam no campo. Está prevista a construção de uma rede de cooperação técnica e científica com vários centros de pesquisa, universidades e movimentos sociais no país, estabelecendo uma relação permanente em torno de uma agenda comum e de ações compartilhadas para o desenvolvimento rural. O eixo proposto para essa articulação supõe a consolidação de um novo padrão de



desenvolvimento para o país, que tenha na noção de desenvolvimento territorial um dos principais fundamentos<sup>30</sup>.

### **3.2 Novas bases organizadoras do espaço produtivo no meio rural e a participação popular**

Considerada uma das novas dimensões da questão agrária na atualidade, a perspectiva de pensar o reordenamento do meio rural com novas bases organizadoras do espaço produtivo é um tema de interesse de governos, de associações de trabalhadores rurais, de universidades e de organismos de pesquisa<sup>31</sup> (OPPA, 2008; Instituto Observatório Social, 2008).

No Brasil, um desafio inicial para a mencionada mudança é passar de um modelo de “repartição setorial de recursos e de demanda de balcão, para uma lógica territorial e de projetos”, o que inclui a possibilidade de concretizar “contratos de desenvolvimento” com os atores locais, em vez da transferência controlada de recursos, por meio da distribuição de incentivos e concessão de isenções (ABRAMOVAY, 1996). Essas práticas que retratam um modelo de estímulo a iniciativas produtivas em regiões

---

<sup>30</sup> O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) é um projeto de cooperação técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) que visa contribuir com o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento rural, promovendo estudos e pesquisas com a intenção de avaliar e aperfeiçoar políticas públicas voltadas à reforma agrária, à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável. <http://www.nead.org.br>

<sup>31</sup> O Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) constitui-se num grupo de pesquisa integrado ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), ligado ao Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O Instituto Observatório Social é uma organização que analisa e pesquisa o comportamento de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Esses direitos estão assegurados, principalmente, nas convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que tratam da liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional.

de pouco desenvolvimento econômico, se tornam um desafio a um outro tipo de institucionalidade, voltada à articulação de atores diversos e ao estímulo do surgimento de um ambiente propício ao enriquecimento do tecido produtivo local.

Da década de 1990 em diante, alguns programas governamentais foram criados com a intenção de gerar mecanismos para essa mudança de perspectiva. Dentre eles, a criação de conselhos gestores, responsáveis por decisões e controle de políticas públicas, com participação social de grupos locais organizados, e que se multiplicaram significativamente no país. A atuação das instâncias democráticas requerem, no entanto, observação e crítica, a fim de constatar as diferenças regionais e os desafios para sua efetiva implementação. Os conselhos, como níveis decisórios, se conectam com uma outra mudança importante no planejamento econômico para o desenvolvimento rural brasileiro - os novos recortes territoriais, que extrapolam a lógica das cinco regiões que dividem politicamente o país. A estruturação por “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas e o Zoneamento Econômico Ecológico” são novas divisões já em curso no país (BEDUSCHI FILHO E ABRAMOVAY, 2004: 36). A lógica espacial dos territórios como definidora dos investimentos no meio rural é utilizada em outros países, como a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Irlanda, que têm exemplos tanto dos aspectos positivos, quanto dos problemas que dificultam a governança. Importa destacar que a adoção desses modelos respondeu às necessidades que se cruzaram com as mesmas razões que definiram o esgotamento do modelo fordista de crescimento econômico, como discutido no primeiro capítulo desta tese. Assim como na indústria, que buscou a descentralização, flexibilidade e integração entre concepção e execução no processo produtivo, no meio rural, a noção territorial parece corresponder ao mesmo tipo de alterações nas formas produtivas, das quais uma

das mais importantes mudanças é que neste tipo de organização das atividades econômicas o planejamento dos investimentos deixa de ser exclusividade do Estado. O processo contém pressupostos de participação de diferentes atores sociais que têm de negociar e estabelecer consensos sobre os rumos de projetos pertinentes a regiões mais amplas do que o município e vinculadas por alguma característica de similaridade ou de interesses comuns. Neste sentido, “o desenvolvimento rural passa pela construção destes territórios, isto é, pela capacidade que terão os atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam”. Do mesmo modo que nas formas industriais, aqui também se altera a natureza da cooperação entre os atores econômicos, em decorrência da organização produtiva descentralizada e coordenada por sistemas integrados em rede (ABRAMOVAY, 1996:11; BEDUSCHI FILHO E ABRAMOVAY, 2004).

Os impactos dessas transformações para as relações de trabalho no meio rural passam por uma revisão inevitável das formas de participação e criação de mecanismos de governança, a fim de diminuir os riscos de que as mudanças mantenham os agricultores reféns do processo, como no modelo da “modernização agrícola”. Se neste padrão o uso crescente de tecnologia e de insumos químicos eram os principais limitadores para a pequena produção familiar, as novas propostas de desenvolvimento incluem a formação de um tecido social e humano propiciador de conexões e sinergia. Como discutido no capítulo anterior, a dimensão relacional deste tipo de cooperação passou a ser uma força produtiva e implicou na necessidade de participação mais qualificada, o que se torna um desafio para os agricultores familiares.

Esses aspectos das relações de trabalho foram retratados em pesquisa recente que buscou identificar as dimensões atuais da vulnerabilidade do mundo do trabalho no Brasil, e destacou a existência de um contexto propiciador de informações e vínculos

como condição cada vez mais crucial para acesso a oportunidades. Segundo a pesquisa no meio rural,

a distribuição desigual da propriedade da terra, do acesso ao crédito e a máquinas e equipamentos, a ausência de acesso universal a políticas que ofereçam boas condições de serviços de saúde, educação, formação e qualificação profissional, assim como a tendência à reprodução da distribuição desigual de alguns ativos sociais (do acesso a redes de reciprocidade, confiança e contatos; da profunda desigualdade em relação às condições de acesso à informação), são aspectos que colaboram para que, nos países menos desenvolvidos, principalmente, parcela muito elevada de indivíduos, famílias ou grupos sejam portadores de ativos físicos, pessoais e sociais insuficientes para garantir que eles possam aproveitar/disputar as oportunidades (MTE, 2009).

Sob essa ótica, permanece o desafio de romper com situações de vulnerabilidade crônicas que mantêm ciclos viciosos nos quais as oportunidades são aproveitadas pelos já detentores dos ativos mais valorizados pelos mecanismos de mercado, situação que reproduz e reforça suas desvantagens no que se refere a termos de posse de ativos.

Essas questões sugerem a pouca experiência por parte dos agricultores de atuações mais qualificadas na participação e processos decisórios, problemas similares aos encontrados nas iniciativas autogestionárias e nas cooperativas, que apresentam uma herança cultural originada de relações de trabalho com práticas autoritárias e de poder restrito a alguns cargos, como explicitado no primeiro capítulo. No meio rural, em especial nas pequenas localidades, o sistema de distribuição de recursos centralizados em decisões e encaminhamentos das agências representantes do governo criou e manteve práticas similares. Nos estados e municípios, a forma típica de atuação sempre

privilegiou políticas setoriais que mantinham os atores locais em situação de espera de distribuição de recursos. Aliado a isto, a falta de articulação com as demandas e experiências reais da população local levou a expectativas não atendidas, e à desconfiança como um marco da relação da população rural carente com a atuação pública. O ambiente institucional gerado pela atuação das agências públicas de investimento no meio rural e órgãos de extensão rural se constituiu, dessa forma, como propiciador de práticas clientelistas e de pouca experiência de participação em decisões ou planejamento.

É possível que o Estado esteja buscando intervir no nível do território pelas qualidades que ele pode oferecer (identidade, possibilidade de conserto, etc.), mas também é verdade que ele poderia estar querendo “evitar” o município (pelo seu número, mas também por ser este nível “problemático”). Por outro lado, há certamente problemas que é mais interessante resolver num nível de abrangência maior que o município, mas menor que o nível estadual. Os exemplos mais comuns se referem a investimentos, como por exemplo, a criação de um aterro sanitário, etc. Na escolha de atuação territorial há uma aposta (geralmente implícita) de que atuar assim vai trazer uma maior eficácia (economias de escala, etc.). Vários dos fatores mencionados também têm influenciado outros atores – por exemplo, da Sociedade Civil – no sentido de atuar ao nível territorial (FAO/MDA, 2007).

A perspectiva de atuação de mais atores nos processos decisórios parece se ampliar no sistema territorial, principalmente pela possibilidade de romper com interesses e coalizões sediadas no âmbito político dos municípios, pois a exploração de uma nova dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a

formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento. Além do mais, são responsabilidades compartilhadas e até transferidas aos grupos, às ONGs e às associações de trabalhadores, que passam de certa forma a desempenhar um papel complementar de gestão para o estatal. Com isto, criam-se dilemas e questões políticas em debate dentro dos movimentos sociais e mesmo da Rede Ecovida.

### 3.3 Agricultura ecológica e agroecologia

Além da participação mais ampla dos atores sociais como parte de projetos de desenvolvimento econômico no meio rural, torna-se obrigatório discutir a produção agroecológica e os produtos orgânicos, que representam uma relevante interseção entre demandas ambientais recentes e o reconhecimento social da agricultura familiar.

A produção orgânica é uma das denominações que compõem o chamado movimento da agricultura sustentável, estando aí inseridas também a agricultura natural, a biodinâmica, a biológica e, recentemente, a agroecologia<sup>32</sup>. A terminologia agricultura orgânica adquiriu inicialmente um *status* de maior abrangência, quando, em 1972, foi criada a IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica), organização não-governamental criada e sediada na França, com padrões estabelecidos e publicados no *Basic Standards for Organic Production and Processing*, os quais, embora privados são aceitos pelo movimento orgânico mundial. (IPARDES, 2007:38).<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Sob o guarda-chuva da agricultura alternativa ou sustentável se encontravam, num primeiro momento, os vários sistemas de produção conhecidos como agricultura orgânica, biodinâmica, natural, biológica, permacultura e agroecologia.

<sup>33</sup> Em 2007, o IPARDES registrou que a IFOAM abriga mais de 770 organizações, incluindo certificadoras, processadores, distribuidores e pesquisadores de mais de 107 países, tendo os padrões estabelecidos servido como referência para as regulamentações nos diversos países.

A denominação de produto orgânico, no entanto, tem sido também utilizada por produtores de maior porte e, inclusive, visando à exportação em um tipo de produção que não inclui as dimensões sociais e culturais propostas pela visão agroecológica, e até de formas associadas a produtos que usam pesticidas e insumos químicos em geral, como os hidropônicos. O mercado que se mostra promissor para a agricultura familiar tem gerado disputas em esferas políticas, ampliando o debate para outras questões, como a confiabilidade dos produtos, e criando com isto novas exigências para a comercialização e o acesso ao mercado.

Conforme explicação de um dos coordenadores da rede Ecovida<sup>34</sup>, os termos Agricultura Orgânica e Agricultura Ecológica são geralmente usados como sinônimos. Entretanto, salienta “que vem crescendo a percepção que adjetiva como ‘orgânica’ aquela agricultura que visa à produção de alimentos ‘limpos’ para um mercado diferenciado, e de ‘ecológica’ a forma de se trabalhar na agricultura que busca um re-dimensionamento da relação do ser humano com a natureza e com o outro, em bases mais harmônicas e solidárias, e que tem no mercado diferenciado uma consequência e não um fim em si mesmo” (Entrevista realizada em 25/11/2008).

A mudança para o sistema agroecológico inclui um *status* científico que vem inclusive substituindo a ênfase religiosa, historicamente presente na organização dos trabalhadores rurais, para uma visão mais técnica. Os conhecimentos agroecológicos e sua aplicação na produção significam não só a substituição de formas de plantio, mas também um estilo novo no trato da terra, dos animais, de utilização do solo e conservação do meio ambiente, e requerem, pois, treinamento e disseminação.

---

<sup>34</sup> Laércio Meireles é Engenheiro Agrônomo e Coordenador do Centro Ecológico Ipê, ONG que, desde 1985, trabalha com assessoria e formação em Agricultura Ecológica.

Conforme a definição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), associação que representa nacionalmente agricultores que adotam essas práticas, a agroecologia é um “processo inovador que se baseia na otimização do uso dos recursos locais na construção de soluções técnicas e sócio-organizativas para promover a eficiência econômica e da sustentabilidade ecológica dos agroecossistemas” (Articulação Nacional de Agroecologia, 2008).<sup>35</sup>

Para Altieri (2004), a agroecologia é uma nova “abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos, e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2004:18 in SERVA E ANDION:2008:02).<sup>36</sup>

Pode-se afirmar que a agroecologia está num campo de lutas sociais, apresentada como uma oposição ao agronegócio, por entidades como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e Sindicatos como a FETRAF. Estas proposições também representam tema de interesse atual entre os trabalhadores e movimentos sociais, que propõem um padrão de ocupação do campo baseado na produção familiar agroecológica, com a justificativa de que, quando a produção familiar é realizada com base nos princípios da agroecologia, seus benefícios são potencializados. Explica-se: como os sistemas agroecológicos não são dependentes das indústrias de insumos, a renda gerada pela produção ficaria retida nas comunidades e municípios, além de serem sistemas baseados em processos naturais e, por isso, conservadores do meio ambiente e da biodiversidade (MST, 2008).

---

<sup>35</sup> A Associação Nacional de Agroecologia tem um grupo de estudos temáticos denominado Agroecologia em Rede que promove debates sobre o tipo de articulações que vem se desenvolvendo nacional e internacionalmente, com a finalidade de gerar conhecimento neste campo.

<sup>36</sup> ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.



No meio científico, os debates sobre a questão agrária no Brasil, e em especial a incorporação da agroecologia nesta temática, demonstram uma oposição a visões teóricas de “modernização agrícola” e abrem “uma ampla agenda política e científica”, que vem resultando em processos de contestação social, política, tecnológica e ambiental e se traduzem em um “heterogêneo conjunto de práticas voltadas para a reconstituição do trabalho rural e dos recursos naturais” (NORDER, 2006:117). Norder ressalta que as teorias da modernização “estão fundamentadas na concepção de ‘integração’ ou ‘submissão’ do mundo rural e de seus atores na estrutura global do capitalismo, [...] obscurecendo assim a natureza e o potencial de indivíduos e /ou estratégias e respostas coletivas.” (LONG; PLOEG, 1989:238 apud NORDER, 2006: 108)<sup>37</sup>. O universo conceitual que trata “os saberes do mundo rural como empecilho” se desdobrou nas ações políticas presentes até nos movimentos sociais. O próprio MST, até o ano de 1986, chegou a publicar em seus cadernos de formação e organizar treinamentos nos quais buscava mecanismos para ‘combater os vícios gerados pelas formas artesanais de trabalho’. Esses modelos estavam baseados no desenvolvimento de formas coletivistas que se focalizavam em uma intensificação do capital e na redução de mão-de-obra, justamente o contrário da realidade dos assentamentos (NORDER, 2006:108-110).

Considerando uma necessária mudança cultural, além do viés técnico-científico contido neste modo de pensar a agricultura, a dimensão educacional e formativa tem sido um interesse manifestado nos encaminhamentos dos movimentos sociais e dos grupos coordenados em rede. Hoje, o MST possui três Escolas no Paraná com formação técnica em Agroecologia e um curso superior – a escola Latino-Americana de Agroecologia, com sede no assentamento Contestado, na Lapa, cidade próxima a

---

<sup>37</sup> LONG, N.; PLOEG, J. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. *Sociologia Ruralis*, Assen, v.29, n.3/4 :226-249, 1989.

Curitiba. O curso conta com o apoio da Universidade Federal do Paraná (UFPR), do governo da Venezuela e do estado do Paraná. Um dos propósitos da formação é favorecer a mudança do modo de produção nos acampamentos e assentamentos de agricultura convencional para a agroecológica. Na prática, tal mudança inclui a adoção de técnicas de recuperação e conservação do solo, biodiversidade e adequação ambiental, o aprendizado do uso da adubação verde, a transformação do esterco em caldas fertilizantes e a utilização de plantas espontâneas (chamadas de ervas daninhas pela agricultura convencional) como forma de proteção do solo, além da utilização de consórcios, tipo de plantio que mistura diferentes plantas na mesma área (MST, 2008).

Uma das pautas defendidas pelos movimentos sociais ligados à agricultura familiar é a criação de mecanismos e programas por parte do governo que gerem confiança ao agricultor de que vale a pena investir seus escassos recursos neste tipo de produção. Abandonar as práticas generalizadas de uso de insumos e defensivos químicos e adotar um padrão agroecológico já envolve maiores riscos naturais e possíveis perdas. Mas a dificuldade em não conseguir comercializar em razão de práticas econômicas oligopolistas e o menor poder de ação dos pequenos proprietários frente a concorrentes de grande porte amplia notavelmente a incerteza de êxito. Os caminhos propostos para diminuir estes riscos envolvem principalmente a busca de outros patamares além da atuação fechada em mercados locais. O apoio governamental requerido envolve portanto políticas públicas que garantam a estabilidade e segurança nas relações que as organizações de produtores estabelecem com os mercados, a criação de novos espaços de comercialização e o apoio financeiro para os investimentos.

### **3.4 Desafios e oportunidades para a agricultura familiar agroecológica**

Propostas como a “construção social de mercados”, o “*fair trade*” e o movimento “*slow food*” ampliaram conexões com movimentos internacionais e Ongs organizadas em redes para a criação de novos espaços de comercialização e difusão de práticas de preço justo. Para Abramovay (1996) “a construção de novos mercados”, tanto para os produtos até aqui predominantes quanto, sobretudo, para as atividades que apenas começaram a se desenvolver, é “o mais importante desafio do desenvolvimento rural. Esta construção não vai resultar da ação espontânea dos agentes privados, mas sim, da organização dos produtores apoiada de maneira decisiva pelos movimentos sociais e pelo poder público” (ABRAMOVAI: 1996:08).

Um exemplo de política pública que tem demonstrado bons resultados é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma das alternativas para o agricultor familiar participar do mercado institucional de comercialização. O Programa foi criado em 2003 no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do Ministério do Desenvolvimento Agrário e prevê a possibilidade de aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares para atender pessoas beneficiadas por programas sociais do Governo Federal.

Na Rede Ecovida, há um direcionamento da produção orgânica para a merenda escolar, dentro do PAA, que garante a compra de grande parte da produção da agroindústria de pães e biscoitos. Por meio do PAA, os produtos da agricultura familiar também podem ser adquiridos para a formação de estoques estratégicos do governo, hospitais e creches. Tal modalidade de comercialização não é apenas para os produtos

orgânicos, a medida provisória (MP) 455, prevê o envolvimento direto de cerca de 100 mil famílias do meio rural. Esta MP foi assinada no dia 28 de janeiro de 2009, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, determinando que, pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fossem utilizados para compra de alimentos provenientes da agricultura e do empreendedor familiares, priorizando os assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (MDA, 2009).

A conjugação dos fatores acima explicitados indica a existência de um espaço significativo a ser ocupado pela agricultura familiar, mesmo nos mercados convencionais de produtos agrícolas, cujo desempenho, entretanto, vai depender, também, de sua capacidade de organização local e de exercer pressão sobre as instituições públicas e privadas para mudar a matriz de sua inserção social.

O caso da Rede Ecovida é um bom exemplo, pois seus integrantes foram capazes de aproveitar as forças originárias de organização popular num momento de oportunidades instauradas pelo crescimento do mercado de produtos orgânicos. Mas entender todos os contornos desta inclusão significa compreender quais os elementos que requerem uma atuação político institucional por parte do governo federal, estadual e municipal. Sob o ponto de vista técnico, em pesquisa realizada em 2005 pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES),<sup>38</sup> órgão da Secretaria de Planejamento do Governo Estadual, foram identificados como principais limitadores aspectos de cunho tecnológico, de financiamento e modo de produção. Como resultado

---

<sup>38</sup> A pesquisa foi realizada em 2005 como parte do Projeto Identificação de Gargalos Tecnológicos da Agricultura Familiar Paranaense e foi aplicada em 50 municípios com entidades diversas, entre elas: Emater, Movimento Sindical Rural, ONGs, Casa Familiar Rural, Universidades e CEFET, Associações de Produção, Sindicatos Patronais, Sistema Cresol, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Empraba e Tecpar.

das pesquisas, o IPARDES recomendou as seguintes diretrizes para fundamentar as políticas públicas no estado:

Pesquisa agropecuária adequada às diferentes realidades locais, fortalecimento da estrutura de serviços públicos de Assistência Técnica e de Extensão Rural (ATER), apoio e promoção de processos educativos e formativos (campanhas de esclarecimento e orientação, cursos de capacitação, oficinas, intercâmbios); criação de mecanismos de financiamento (individual e coletivo); compatibilização da legislação às condições de produção e agroindustrialização da agricultura familiar; incentivo à construção de redes e parcerias interinstitucionais e de áreas de atuação (pesquisa, ensino, financiamento, extensão rural, saúde, etc.); fortalecimento e valorização dos conselhos municipais como espaços autônomos de planejamento e gestão social das políticas públicas e de integração das ações desenvolvidas pelas diferentes instituições e organizações locais (IPARDES, 2005:08).

A decisão sobre a forma de organização produtiva na pequena produção agrícola familiar está fortemente relacionada e limitada pelas condições para o financiamento das atividades e sua viabilidade sócio-econômica. (STOFFEL, 2004)<sup>39</sup>. A decisão sobre qual será o modo de produção envolve vários fatores, os quais Stoffel buscou identificar, em pesquisa realizada na região Oeste do Paraná. Vale destacar, conforme o estudo de Stoffel (2004), que os produtores familiares adotam um processo de produção que conjugam atividades diretamente relacionadas com a sua condição de implementá-las. Em suas avaliações finais propõe que não deve ser adotado um único modelo para a

---

<sup>39</sup> Stoffel defendeu dissertação de mestrado em 2004 onde estudou o desenvolvimento do capitalismo no campo e as formas de organização produtiva com levantamento de resultados financeiros e sociais relacionando-os a fatores de impacto para políticas públicas de desenvolvimento regional que aliem o aspecto econômico e o social, para a agricultura familiar.

agricultura familiar na região, ou seja, ao estudar os fatores limitadores e as oportunidades com as quais se deparavam os agricultores, conclui que as diferentes estratégias adotadas podem ser melhoradas e apoiadas, ao invés de se propor um ou alguns caminhos mais adequados para toda a região. Como dispunham de área de terra, relativamente limitada, priorizavam cultivos intensivos no uso do solo (culturas temporárias). Cumpre lembrar que a implantação de processos produtivos que combinam agricultura e pecuária, por exemplo, depende principalmente da mão-de-obra disponível na propriedade, o que pode ser um fator limitante em algumas situações. A disponibilidade de capital também limitava muitos desses pequenos produtores em suas decisões de investimentos, o que fez com que muitos permanecessem desenvolvendo combinações de atividades que exigiam menos fatores de produção (Stoffel, 2004:117).

As tentativas de se promover o acesso ao crédito a populações pobres vêm esbarrando, entretanto, em obstáculos básicos. No caso do PRONAF, uma vez que existe risco para o sistema bancário e para os agricultores, os critérios de seleção tendem a eliminar os agricultores incapazes de oferecerem garantias e contrapartidas, mesmo que possam apresentar projetos economicamente viáveis (Abramovay e Veiga, 1999). Para Abramovay (1996:08), “a solução para este problema não está na criação de um sistema creditício estatal, à margem do sistema bancário e que suprima a própria noção de risco, mas na organização social que possa tanto pressionar o sistema bancário a conceder créditos, como favorecer o surgimento de formas coletivas de redução dos riscos como os fundos de aval ou o aval solidário aos empréstimos.” O autor citou o exemplo das cooperativas de crédito, que vinham crescendo no país, como um importante meio de contrabalançar os custos de transação bancária pela organização local.

Como já considerado, em relação a novos espaços produtivos no meio rural, outro aspecto que pode diminuir o risco é a aposta na diferença e na variabilidade da produção e a perspectiva de atividades diversas além das tradicionais. O campo de produção agroecológica caracteriza, nesse sentido, um mercado específico, em processo de formação e institucionalização no Brasil. Com forte apelo ambiental e crescente valorização social, esta perspectiva se conecta a mercados nacionais e internacionais e tem movido o interesse também de grandes produtores rurais. A abertura de novos mercados e a expectativa de se obterem chances de exportação levaram o governo a propor padrões para a certificação e confiabilidade do produto orgânico. Para o movimento da agroecologia no Brasil, trata-se de um desafio, o da institucionalização de suas práticas (SERVA e ANDION, 2008).

### **3.4.1 Certificação e garantia de confiabilidade da produção agroecológica**

A certificação de produtos orgânicos passou a ser um assunto de interesse estatal, em virtude inicialmente da ampliação do mercado para este tipo de produto e depois pela necessidade de garantir credibilidade para a exportação. Para os agricultores, o tema também ganhou notoriedade, em razão da perspectiva de comercialização em novos espaços além da venda direta, em feiras e mercados locais. Nos últimos anos, o próprio conceito da certificação vem se modificando, porquanto inclui a idéia de conformidade com os padrões previstos, mas não de forma totalmente fechada, sugerindo um trabalho contínuo direcionado a garantir a qualidade dos produtos para a manutenção da competitividade.

Para entender melhor o que se expôs, é preciso esclarecer que são atualmente aplicados dois tipos de sistemas de garantia: o de terceira parte e a certificação participativa. “O sistema de garantia de terceira parte é a certificação por auditoria externa [...] Esta terceira parte é representada por organismos certificadores, que, a partir de inspeção externa feita nas propriedades e de análises laboratoriais, verificam se a produção está em conformidade com o padrão definido e atestam por certificado a qualidade” (IPARDES,2007:49;<sup>40</sup> Medaets e Fonseca, 2005 apud IPARDES, 2007:48). Esta distinção está resumida no quadro 2, a seguir.

Essa visão mais ampla da certificação é a mesma introduzida pela Ecovida, a de um Sistema Participativo de Garantia (SPG), que pretende criar elos com o mercado por intermédio de relações diretas entre consumidor e produtor, seja na relação com o consumidor final (compra direta de agricultores), ou em programas do mercado institucional (merenda escolar e associações).

A certificação participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva dos agricultores, consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade. A certificação participativa é uma forma diferente da certificação que, além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma Rede que congrega iniciativas de diferentes regiões (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2006).

---

<sup>40</sup> O IPARDES publicou em 2007 pesquisa sobre o Mercado de Produtos Orgânicos no Brasil, especialmente para o estado do Paraná, estudando a cadeia alimentícia de diversos produtos.



**Quadro 1- Sistemas de garantia de qualidade**

Componentes do sistema de garantia de qualidade:	Garantia solidária	Garantia de terceira parte
<p><b>Padrões:</b></p> <p><b>Meios de verificação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inspeção</li> <li>- Registros</li> <li>- Documentação</li> </ul> <p><b>Organismo certificador:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Funções de certificação e assessoria técnica</li> <li>- Decisão de certificação</li> <li>- Técnico</li> </ul> <p><b>Comunicação de qualidade:</b></p>	<p>Construção em processo de revisão periódica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não existe inspetor interno</li> <li>- Realizados de maneira sistemática</li> <li>- Mantida descentralizada</li> </ul> <p>- Integrada</p> <p>- Descentralizada</p> <p>- Residente na comunidade</p> <p>Selo, reputação do produtor e da assessoria técnica e influência dos componentes de avaliação social</p>	<p>Construção em processo de revisão periódica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Existe inspetor interno</li> <li>- Realizados de maneira sistemática</li> <li>- Mantida centralizada</li> </ul> <p>- Separada</p> <p>- Centralizada</p> <p>- Externo</p> <p>Selo, reputação do produtor e organismo certificador</p>

FONTE: Madaets e Fonseca (2005) in IPARDES, 2007.

A certificação e o selo de garantia consistem num diferencial agregado ao produto orgânico e dão condições de acesso a determinados mercados, fora das feiras e

do entorno à comunidade de origem. Tornam-se, assim, ponto-chave na criação de perspectivas e na percepção do agricultor de que vale a pena a adesão a este tipo de produção. Aliado à perspectiva de ampliação de mercados, pode-se notar que a legitimação do produto como ecológico ultrapassa a utilidade racional e alcança um significado simbólico, representando a concretização perante a sociedade de um grupo que se revaloriza.

As falas dos agricultores durante a pesquisa de campo realizada para esta tese demonstram surpresa e orgulho com o reconhecimento de suas tradições, que vem ocorrendo, associado ao produto agroecológico.

No capítulo cinco desta tese serão analisados elementos que procuram explicitar a percepção destes agricultores familiares, originadas da atuação em rede, e as formas como se organizam, produzem e se relacionam com esta experiência.

No capítulo a seguir estão caracterizadas as formas pelas quais a Rede de Agroecologia Ecovida organiza os espaços participativos, tenta encaminhar coletivamente as decisões, evidenciando-se ainda aspectos relacionados à complexidade destas práticas.

## **CAPÍTULO 4**

### **A configuração do trabalho na Rede de Agroecologia Ecovida**

A Rede de Agroecologia Ecovida será apresentada mais detidamente neste capítulo considerando sua estrutura organizacional, a fim de demonstrar o sistema criado para a configuração do trabalho e práticas sociais desenvolvidas a partir desta experiência. Para isto, são descritas as formas de gestão, os espaços de análise e encaminhamento de decisões, explicitando-se ainda as formas de participação e temas de relevância para os núcleos e grupos pesquisados.

#### **4.1 Estrutura organizacional e processos decisórios**

A forma de organização desta rede revela um nível de institucionalização que permite espaços para encaminhamentos não previstos, tanto nas relações entre seus componentes, como nas relações mais amplas com a sociedade, estado e organismos internacionais, com fronteiras móveis. As relações com a área pública também são muitas vezes imprecisas, ora em movimentos antagônicos, ora atuando de forma complementar como concretizadora de programas governamentais.

No ambiente interno estas fronteiras também são fluídas, com uma dinâmica orientada pela estrutura horizontalizada e pouco hierárquica. Foi possível perceber uma autonomia dos núcleos, por exemplo, para tomar decisões sobre a criação de um novo grupo, ao invés de agregar famílias aos já existentes, sem necessitar de autorização de

coordenadores nacionais ou regionais. Dentro dos grupos as decisões sobre novos projetos também podem ocorrer sem a intervenção da direção do núcleo ao qual estão ligados.

Sequencialmente se descreve as instâncias que concretizam o funcionamento da Rede Ecovida:

**Os grupos:** Na composição dos núcleos estão agricultores familiares organizados em grupos, compostos geralmente por um número de famílias que obedece a critérios de proximidade geográfica. São compostos por um número de famílias que vai de nove a vinte, mas em sua maioria possuem no máximo 15 famílias. Estes pequenos são as unidades base da rede e nestes se encaminham projetos de interesse da comunidade local sem necessidade de autorização ou discussão anterior nas coordenações mais amplas.<sup>41</sup>

Os grupos mais estruturados e com interesse de viabilizar reconhecimento jurídico para objetivos de comercialização ou de facilitar o relacionamento com o Estado se registram como associações.

O funcionamento no estilo de células individuais que se comunicam, incentiva a autonomia, permitindo dessa forma o engajamento dos indivíduos e famílias em projetos nos quais possuem interesses diretos e conhecem as questões contextualizadoras. Podem dessa forma, opinar e perceber as conseqüências em seu cotidiano de ações que eles mesmos iniciaram. Alguns destes projetos são depois divulgados nos encontros regionais e replicados. Estas características foram encontradas

---

<sup>41</sup> Na região de Urubici e Paulo Lopes visitamos o Grupo Renascer que envolve localidades muito pequenas, com estradas ainda sem asfalto e distâncias difíceis de serem percorridas pela pouca disponibilidade de transporte público para a zona rural.

na rede estudada, e podem ser compreendidas através da descrição das atividades de cada instância, apresentadas a seguir, e sintetizadas em organograma anexo.

**Núcleo Regional:** os núcleos regionais são as unidades base, às quais todos os integrantes da Rede devem estar vinculados. A Rede Ecovida funciona de forma descentralizada em vinte e quatro núcleos regionais, sendo sete no estado do Paraná, oito em Santa Catarina e nove no Rio Grande do Sul, conforme mapa em anexo.

O núcleo é a instância responsável pelo contato e troca de informações com as organizações parceiras, com as outras divisões da Rede, e pela articulação dos grupos em cada região. Têm a função de mobilizar o trabalho de acordo com a dinâmica local e criar atividades próprias, manter e disponibilizar as informações necessárias à rede, manter atualizados os cadastros dos integrantes, indicar e aprovar a adesão de novos membros, colher e analisar as informações referentes à certificação dos membros do núcleo, recolher anuidades, entre outras atividades administrativas.

Cada núcleo possui pelo menos uma entidade (organização não governamental ou associação) que desempenha papel central de articulação e operacionalização das ações estratégicas definidas pela Coordenação e Assembléia Geral da Rede Ecovida. Funcionam também como entidades de assessoria e exercem o papel de operar as relações com o Governo, empresas e instituições em geral, atuando como interlocutores que possuem registros formais reconhecidos na macroestrutura estatal (Técnico do Centro Viane). A composição destas ONGs é principalmente de profissionais da área agrícola e afins, como engenheiros agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas, e de outros cursos de permacultura e agroecologia em nível de pós-graduação.

No capítulo cinco serão apresentados os núcleos Planalto Serrano e Litoral Catarinense, estudados nesta tese, e descritas em profundidade a atuação das ONGs envolvidas na articulação destes.

**Coordenação Regional:** A coordenação regional é responsável pela eficiência operacional partilha de informações, alinhamento de questões-chave, e outros processos detectados durante a pesquisa, como transversais na Rede Ecovida em todos os núcleos. É atribuição desta coordenação “fomentar a Rede Ecovida na sua esfera de ação, provocar, elaborar e propor qualquer assunto que vise à melhoria do funcionamento da rede e avaliar e cobrar a atuação dos núcleos regionais” (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2002:08).

**Coordenação/ Executivo:** A Coordenação Político-Operacional ou simplesmente Coordenação, é formada por três representantes de cada Estado e tem a função de representar a rede nos mais diversos fóruns e encontros, bem como deliberar sobre os pontos em aberto ou indicado pelas instâncias diversas.

**Associação Ecovida de Certificação Participativa:** Esta é uma instância constituída legalmente, responsável final pelo processo de certificação perante o Colegiado Nacional de Agricultura Orgânica, e emissão de selos.

Além destas divisões permanentes, existem mecanismos que envolvem fóruns específicos para tomada de decisão, com encontros programados periodicamente ou possíveis de ser acionados quando necessário. Estas são instâncias formadas por representantes dos órgãos previstos na estrutura e se reúnem em períodos previstos, ou

extraordinariamente caso necessário. São eles a Assembléia Geral, a Coordenação Ampliada ou Plenária de Núcleos, os Conselhos e os Grupos de Trabalho, a seguir apresentadas.

**Assembléia Geral dos Encontros Ampliados:** Instância máxima da Rede Ecovida de agroecologia, se reúne de dois em dois anos ou extraordinariamente, conforme necessidade. A assembléia é a instância máxima de decisão, responsável pela aprovação de todos os documentos referentes ao funcionamento e ao processo de certificação da Rede; criação, subdivisão ou dissolução de um núcleo regional, e sua grande tarefa é discutir os rumos da Rede no período seguinte ao do encontro, que ocorre de dois anos em dois anos. A assembléia ocorre com a participação de todos os delegados presentes no Encontro Nacional. Nestes são aprovados direcionamentos e princípios gerais da rede com o reconhecimento de uma assembléia geral dos núcleos.<sup>42</sup>

A composição do quórum, para o Encontro Ampliado, para fins de deliberação, é feita por indicação de delegados representantes dos núcleos, com base no número de membros destes. A indicação de delegados obedece à seguinte proporção de associados: para cada 10 associados o núcleo poderá indicar um (01) delegado, até no máximo de cinco delegados. Conforme os relatos e observação efetuada durante o 6º. Encontro Nacional realizado em julho/2007 pode-se perceber distintas posições ideológicas que evidenciavam propostas trazidas pelos núcleos.

A recomendação prevista em documentos oficiais da rede, inclusive em folhetos distribuídos durante o Encontro é de que se deve buscar sempre o consenso nos assuntos. Caso isto não ocorra, deverá ser avaliado se o tema merece discussão mais

---

<sup>42</sup> Como parte da pesquisa de campo, participei do 6º. Encontro Ampliado realizado na cidade de Lapa no Paraná em julho/2007, no qual estiveram presentes aproximadamente 1.200 famílias de agricultores.

aprofundada nas regiões ou votação imediata. Em caso de votação a decisão será por, no mínimo, 2/3 dos votos dos delegados presentes e que estejam em condições de votar.

**Coordenação Ampliada ou Plenária de Núcleos:** Trata-se de um encontro promovido periodicamente com representantes de todos os núcleos regionais da Rede Ecovida. Compõe a estrutura organizacional da rede e parece ser a instância na qual as decisões estratégicas são encaminhadas, depois de deliberadas pela Assembléia Geral do Encontro Ampliado. Essa coordenação ampliada tem papel operativo e é usualmente tratada como Plenária. É responsável inclusive por preparar o Encontro Ampliado, e delibera ainda sobre os pontos que não tenham sido abordados no encontro ampliado ou que se mostram de caráter urgente. Esta instância é composta por dois ou três representantes de cada um dos 24 núcleos regionais. Sua composição inclui um coordenador geral, um coordenador de certificação, um coordenador técnico e de formação; um coordenador de informação e comercialização e coordenador tesoureiro, todos com mandato de dois anos.

**Conselhos:** Existem dois tipos de conselhos. Conselhos temáticos que funcionam de forma temporária, ligados a questões emergentes e os conselhos de ética, que são permanentes, com alternância de membros que o compõe. Os conselhos de ética são integrados aos núcleos e discutem questões relativas às técnicas da certificação, orientam e fiscalizam os agricultores para a conversão e tratam de questões gerais que possam surgir relacionadas ao campo ético.

Cada grupo possui seu conselho de ética, formado por três membros (agricultores e/ou técnicos agrícolas), com mandato de dois anos, escolhidos na assembléia ou reunião do grupo. Suas atribuições são:



fazer cumprir as normas técnicas de produção ecológica de alimentos da Rede; acompanhar os sistemas de produção agroecológica dos membros do seu grupo; aprovar ou não os procedimentos dos membros do grupo; definir os padrões de qualidade dos alimentos; e contribuir na superação de problemas e eventuais distorções de menor gravidade (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2002: 8-9).

**Grupos de Trabalho:** São criados Grupos de Trabalho- GTs para discussão de propostas como a comercialização, certificação, desenvolvimento de novas técnicas para aproveitamento de produtos, que funcionam de forma permanente e se reúnem mensalmente. Outros temas referem-se a questões mais amplas, como gênero, alimentos transgênicos, e ocorrem apenas em momentos específicos como os encontros nacionais ou regionais.

Os temas dos Grupos de Trabalho são também propostos em âmbito local, pelos grupos, discutidos localmente, e depois estendidos para outros núcleos. O que se percebe é uma lógica de autonomia na discussão de temas que depois são repassados para outros núcleos, com a iniciativa de mudanças surgindo de questões que interessam as comunidades.

## **4.2 Relações com o Poder Público – Colegiados, Conselhos e Movimentos Sociais.**

A relação com o poder público ocorre principalmente a partir da atuação de técnicos das ONGs articuladoras da Rede Ecovida, em comissões junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e no acompanhamento de regulamentação legal sobre crédito e financiamento. A participação da Rede Ecovida ocorre oficialmente nos seguintes Conselhos Federais e Estaduais:

**Colegiado Estadual de Agricultura Orgânica (CEPOrg):** Instância composta por 10 representantes, sendo cinco organizações governamentais (Ministério da Agricultura, prefeituras, organizações públicas de ensino, pesquisa e extensão) e cinco de organizações não-governamentais (ONGs, associações de agricultores, fundações). É responsável pelo processo de certificação da produção orgânica em cada estado brasileiro (acompanhamento do trabalho realizado pelas certificadoras) e pelo fomento da agricultura orgânica no estado.

**Colegiado Nacional de Agricultura Orgânica (CNPOrg):** Tem a mesma composição do CEPOrg, sendo que os representantes são de cada região do Brasil. Sua função é semelhante ao do Colegiado Estadual só que em nível nacional. Além disso, é o CNPOrg que credencia uma certificadora para atuar no país. O Colegiado foi criado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo em vista a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 e o Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamentam a produção de alimentos orgânicos no país.

Este colegiado tem a presença de representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de órgãos de extensão rural, do Inmetro, de certificadoras privadas e de produtores organizados em Rede como a Ecovida.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Em setembro/2008 participei de reunião do grupo de trabalho de Certificação Participativa em Rede do GAO - Grupo de Agricultura Orgânica, ligado à CNPOrg, realizada em São Paulo, na sede do SEBRAE. Nesta reunião foi aprovado o relatório final com proposta de regulamentação dos Sistemas Participativos de Garantia, a ser encaminhado para aprovação no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Participaram também representantes da Associação de Pequenos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Tombos - Apat (MG), Associação Agroecológica Terra Viva – AA Terra Viva (Ribeirão Preto, SP),

Os conselhos que funcionam em âmbito regional e territorial, dependem da condição de representação política obtida pelos diversos núcleos e de prerrogativas dos Governos Estaduais em implementar estas instâncias decisórias. A Ecovida possui representação através do núcleo Planalto Serrano nos seguintes espaços de gestão social: Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD, Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER e Conselho de Segurança Alimentar, cujo funcionamento será explicitado na apresentação do Núcleo Planalto Serrano.

A participação em espaços de co-gestão de temas de interesse público como conselhos e colegiados estaduais e municipais inclui além dos técnicos, agricultores que discutem nos grupos as formas de encaminhar os projetos a serem encaminhados, e definem interesses, para os quais pretende requerer apoio.

No entanto nem todos os núcleos possuem a mesma representatividade quando se trata da participação em processos decisórios das questões públicas. Há núcleos que possuem representação em decisões orçamentárias junto à assembléia legislativa e ao poder executivo.

A atuação política da Ecovida junto ao poder público tem ocorrido de duas maneiras – de forma institucional, integrando comissões junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Meio Ambiente; em Conselhos estaduais, e em discussões e ações organizadas junto com movimentos sociais, sindicatos e entidades representantes dos trabalhadores rurais e familiares que formam o movimento da agroecologia hoje no Brasil e na América Latina. Neste tipo de intervenção junto ao poder público, os temas

---

Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica em Goiás - Adao (GO), Rede de Comercialização Solidária – Empório do Cerrado (GO), Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – Apoms (MS), Associação em Áreas de Assentamento do Maranhão – Assema (MA), Consorcio Agroecológico (Esplar/CE) e Rede Xique-Xique (Nordeste), que compõem o GAO.

mais recorrentes são a defesa de questões pertinentes a interesses da agricultura familiar, de normas de biossegurança para o país, a regulação da produção de alimentos transgênicos, e a oposição ao agronegócio (Jornal Folha de Londrina, 19/10/2006; Agência Carta Maior, 2008; Via Campesina, 2008).

O envolvimento com as questões acima apresentadas não ocorre da mesma maneira nos diversos núcleos. Segundo os coordenadores e técnicos das ONGs pesquisadas, há núcleos que possuem uma visão político-partidária mais estabelecida, e com uma ênfase ideológica de linha 'revolucionária', e outros mais focados nas questões técnico-produtivas<sup>44</sup>.

Há núcleos bem estruturados porque todos os encontros eles estão. Tem posição. Tem tudo articulado. A gente pode não concordar com eles em muitas coisas. E não concordamos, inclusive, em muitas coisas. Mas é uma turma que sempre vem para os debates, para uma discussão. O pessoal ali de Curitiba, da região da AOPA também é um grupo bastante articulado que vem para as discussões. E tem outros que a gente não tem tanto conhecimento, mas que a gente vê que tem uma ressonância, um trabalho. O pessoal da região do Capa Saltinho lá no extremo oeste. É um pessoal que também sempre vem para discussão. Eles vêm muito afinados entre eles. Discutem muita coisa. "Vem com voto fechado. Uma coisa, assim, de bater na mesa. Não é muito a nossa praia. Nós somos uns caras mais *light*. Mas é um pessoal que trabalha bastante essa questão da organização (Entrevista concedida pelo Secretário de Administração e Finanças do Centro Vianei em julho/2007).

---

<sup>44</sup> Em fevereiro/2008 foi realizada entrevista em grupo no próprio Centro Vianei com Natal Magnanti, atual Secretário de Administração e Finanças da entidade e com Fabiano – Presidente da Cooperativa Ecoserra, e entrevista individual com Selênio Sartori, engenheiro agrônomo, e Coordenador Executivo do Vianei. Os técnicos Simone Pereira, Anderson Silveira e Marcos de Abreu foram ouvidos individualmente em julho/2008.

Essa mesma opinião é manifestada pelo presidente da Ecoserra, que destaca as diferenças ideológicas entre os núcleos como algo normalmente aceito.

A moçada é articulada politicamente e partidariamente. Não é o nosso caso. A gente... tem bastante gente que não tem nada a ver com a tal da base aliada. Mas tem núcleos onde o pessoal é predominantemente do Partido dos Trabalhadores. E tem aquela coisa de estar envolvido de toda aquela coisa. [...] Eu já imagino uma tese do Movimento Sem Terra como essa de chegar e dizer que todo mundo aqui tem que ser contra o capitalismo. Não passaria. Eu acho justo que o pessoal do MST fale isso com toda a propriedade. Agora, eu acho muito justo que a moçada de Urubici diga assim: ...é importante, mas para nós não é o prioritário. Porque a gente vive no capitalismo. Então, essa coisa da rede pode ter, tem essa possibilidade das pessoas estarem no mesmo barco com essa distância ideológica ou uma distância de conhecimento e motivação (Entrevista concedida pelo presidente da Cooperativa Ecoserra em julho/2007).

Nota-se bastante diferença de atuação neste sentido em relação aos diversos núcleos, e recentemente, a mudança do quadro de dirigentes da rede substituiu uma base de enfoque mais político, para pessoas com ênfase mais técnica. Neste sentido, houve uma ruptura com uma linha de pensamento dos 'precursores' da rede, substituídos em sua grande maioria nos últimos dois anos. Em entrevistas com os coordenadores de atividades urbanas e rurais do Cepagro foram destacadas diversos temas que se tornaram elementos representativos para a estruturação de grupos e núcleos. A diferença nas origens da articulação e organização política também foi definida pelo coordenador do Centro Vianeí.

E tem outras associações que tem mais autonomia inclusive. Tem outras instituições. Tem uma estrutura, um arcabouço, assim, único, mas tem muita história antes, pré-rede. Por exemplo, se você for à região de Celso Ramos, tem um núcleo lá. Só que o trabalho que o pessoal faz é de 40 anos. Então, é uma instituição que foi fundada pelos agricultores que a primeira bandeira dos caras era a dos jovens agricultores, na época, e que era manter uma terra, manter a área de produção dos caras. O filé da discussão era a questão agrária. O Viane vai fazer 25 agora. É outra história, é outra forma de organização. Uma organização que não foi fundada pelos agricultores e sim por pessoas ligadas à administração pública tem gente ligada à universidade e tal. A Igreja Católica, também, e tem outras organizações. Tem o CETAP aqui próximo, em Passo Fundo, também. É uma ONG muito diferente de todas as outras, porque é uma organização que era mantida pelos movimentos sociais. Tem o MST, tem a Via Campesina. Então eles se encontravam e tinha o CETAP como um centro de inclusão de tecnologia. Um pouco antes. Então, essa miscelânea toda aí tem graus muito diferentes uma da outra. (Entrevista concedida pelo Coordenador Executivo do Viane em julho/2007).

Segundo estes técnicos, o que conecta as pessoas parecem ser tanto as crenças em valores comuns, como também os aspectos de discordância.

Eu acho que a grande tese, o que nos une é a questão da agroecologia enquanto modo e meio de vida. A agricultura familiar é uma coisa que não se discute. Tu não vêes um agricultor que não é familiar dentro da rede Ecovida. Essa é a famosa tese que une todo mundo. Agora, por exemplo, se o sujeito é o PT ou é do MST, já é uma coisa que é tranquilo. Por exemplo, nós temos agricultores aqui no núcleo que são

ferrenhos do Partido Trabalhista. Por exemplo, o Jozete é filiado no PT. Partido popular. Partido que é de direita, vamos dizer assim. Está na base aliada do Governo Lula, mas é de direita. Tem gente ligada aos Democratas. E daí? Eu não posso dizer que esse pessoal não pode fazer agricultura ecológica, se não é agricultor familiar, que não tem lá sua base no meio rural, que não atende aos preceitos da agroecologia. Essa é uma tese inerente a todos. É o que perpassa todos os núcleos, eu acredito que é tese de que nós podemos fazer agricultura familiar, ter sustentabilidade, ter uma cultura ligada à agricultura, um modo de viver no meio rural. Que é sustentável para essa geração e para a próxima. Tem uma série de coisa aí que acho que tu não mexes nessa tese. Agora, deve ter gente em todos os núcleos que divergem e outras questões. Política partidária, por exemplo, é uma delas (Entrevista concedida pelo Secretário de Administração e Finanças do Centro Vianei em julho/2007).

Ao analisar a existência de vínculos de pertencimento em relação à rede, e quais as bases que os referenciam foi possível captar opiniões distintas, conforme avaliação do coordenador de um dos núcleos da rede, Sr. Elson Zumbi.<sup>45</sup> Segundo este o que “dá coesão, fazendo as pessoas permanecerem ativas na rede é a luta de classes, portanto, um laço ideológico”. Esta não é uma opinião unânime de participantes da rede e em entrevista com o Sr. Romeu Leite, técnico que participa do Grupo de Trabalho de Sistemas de Garantia para certificação dos produtos da Ecovida, os interesses que dinamizam a participação na rede passam mais fortemente pelo aprendizado do uso e manejo do solo, sementes, entre outros aspectos técnicos.

Também os fatores de coesão podem ser fugazes e temporários, e esta é uma discussão importante, pois isto pode levar a uma participação ativa, mas não duradoura.

---

<sup>45</sup> Em julho/2007 durante o 6º. Encontro Ampliado da Rede Ecovida realizei entrevista informal com o Sr Zulu – coordenador do núcleo da cidade de Contestado no Paraná, que fica em um assentamento do MST.

Assim, estas considerações iniciais sobre as experiências na Rede Ecovida de Agroecologia, levam a questionamentos sobre a possibilidade de identificar padrões de participação, entrada e saída na rede, continuidade no tipo de laços com os quais se identificam os membros e grupos que participam desta.

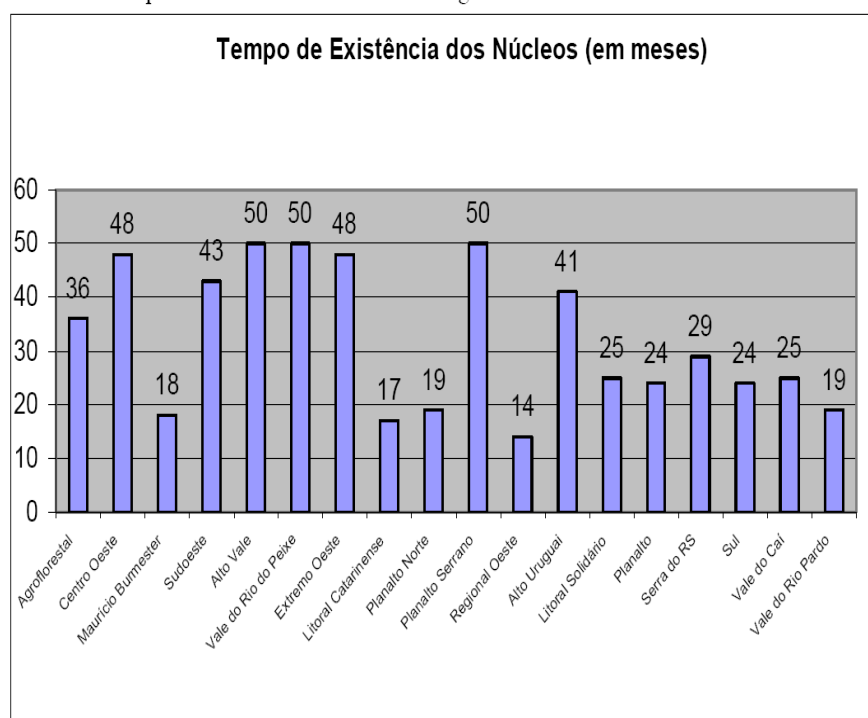
### **4.3 Consolidação e expansão da Rede de Agroecologia Ecovida**

Como informado, na composição dos núcleos estão agricultores familiares organizados em grupos, que somavam em setembro/2008 aproximadamente duzentos grupos de agricultores (Rede Ecovida, 2008). A abrangência corresponde a um número de famílias que obedece a critérios de proximidade geográfica. A tabela 2, em anexo, traz dados dos anos de 2002 e 2003, que revelam a dinâmica de expansão da Rede. As mudanças ocorridas podem ser observadas também no gráfico que 1 mostra o tempo de existência dos núcleos. Oito dos 18 núcleos pesquisados foram organizados em datas contemporâneas à criação da Ecovida. Outros dez apresentam tempo de existência em torno de sete anos ou menos (SANTOS, 2003:126).

Em 2007, no último Encontro Nacional foi referendada a criação de mais um núcleo. Isso demonstra uma rede em expansão e representa diferença nos graus de estruturação entre os núcleos e uma heterogeneidade no acúmulo dos debates. Esta mesma expansão não é percebida no número de grupos e famílias dentro dos núcleos.



**Gráfico 1:** Tempo de existência dos 18 núcleos originais dentro da Rede Ecovida.



Fonte: SANTOS, Luiz Rebelato, 2003:126)<sup>46</sup>.

Os números praticamente se mantêm entre 2003 e 2005, conforme pode ser visto na tabela 2. Seis dos 18 núcleos pesquisados apresentam mais de 150 famílias, cinco entre 90 e 140, e sete com 80 ou menos famílias. Esta mesma expansão não é percebida no número de grupos e famílias dentro dos núcleos. Os números praticamente se mantêm. A existência de poucas alterações no número de grupos e associações integrantes da rede entre 2004 e 2005, poderia, segundo a equipe de pesquisadores que desenvolveu o estudo, indicar uma tendência de amadurecimento do processo interno dos núcleos e não uma expansão. Sugerem a repetição deste levantamento em outros anos, para reforçar esta conclusão ou mostrar uma tendência de estagnação da Rede. (SANTOS, 2003).

<sup>46</sup> Luís Rebelato foi membro da coordenação ampliada da Rede Ecovida e é autor de vários textos e publicações de sistematização da experiência da Rede Ecovida de Agroecologia. Atualmente trabalha no Governo Federal em Brasília, como técnico da Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura.

**Tabela 2:** Resumo dos núcleos filiados à Rede Ecovida, municípios abrangidos, grupos e informações agrárias e produtivas (Entre 2002 e 2003).  
Estado do Rio Grande do Sul

Núcleo	Municípios abrangidos	Número de Grupos	Número de famílias	Número de pessoas	Área média por família (hectares)	Área ecológica total	Área ecológica média	Área convencional total	Área convencional média	Início da produção
1. Alto Uruguai	08	09	76	291	14,46	502,40	7,18	245,00	3,50	5,80 anos
2. Litoral Solidário	06	12	113	425	12,55	682,45	6,04	188,90	1,67	6,15 anos
3. Planalto	06	08	56	242	22,55	468,35	8,36	370,40	6,61	5,80 anos
4. Serra	07	03	20	83	24,85	281,00	14,05	0,00	0,00	10,2 anos
5. Sul	05	10	64	274	17,96	338,50	5,29	317,50	4,96	5,50 anos
6. Vale do Cai	03	03	63	210	14,13	882,00	14,00	9,00	0,13	5,70 anos
7. Vale do Rio Pardo	05	06	57	190	12,28	238,10	4,18	170,30	2,99	7,00 anos
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>51</b>	<b>449</b>	<b>1715</b>	<b>16,97</b>	<b>3.392,80</b>	<b>8,44</b>	<b>1.301,10</b>	<b>2,84</b>	<b>6,59 anos</b>

Estado de Santa Catarina

Núcleo	Municípios abrangidos	Número de Grupos	Número de famílias	Número de pessoas	Área média por família (hectares)	Área ecológica total	Área ecológica média	Área convencional total	Área convencional média	Início da produção
1. Alto Vale	03	07	54	203	32,60	24,60	6,15	47,00	11,75	5,20 anos
2. Alto V. Rio do Peixe	05	05	35	109	11,57	33,20	1,07	172,00	5,55	4,90 anos
3. Extremo Oeste	Dados não coletados									
4. Litoral Catarinense	06	04	36	121	17,93	403,70	11,21	67,50	1,88	4,70 anos
5. Oeste	08	14	82	302	11,45	228,80	5,72	91,30	2,28	6,40 anos
6. Planalto Norte	04	09	94	496	22,48	431,60	2,68	558,56	3,47	5,15 anos
7. Planalto Serrano	Dados não coletados									
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>39</b>	<b>301</b>	<b>1231</b>	<b>19,21</b>	<b>1.121,90</b>	<b>5,37</b>	<b>936,36</b>	<b>4,99</b>	<b>5,27 anos</b>

Estado do Paraná

Núcleo	Municípios abrangidos	Número de Grupos	Número de famílias	Número de pessoas	Área média por família (hectares)	Área ecológica total	Área ecológica média	Área convencional total	Área convencional média	Início da produção
1. Agroflorestal	Dados não coletados									
2. Centro Oeste	04	12	68	239	11,65	198,80	2,92	197,54	2,91	4,80 anos
3. Maurício Burmester	08	06	41	128	23,40	230,99	5,63	30,80	0,75	6,55 anos
4. Sudoeste	10	19	120	533	9,92	480,52	6,86	100,10	1,96	6,00 anos
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>37</b>	<b>229</b>	<b>900</b>	<b>14,99</b>	<b>910,31</b>	<b>5,14</b>	<b>328,44</b>	<b>1,87</b>	<b>5,78 anos</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>88</b>	<b>127</b>	<b>979</b>	<b>3846</b>	<b>17,06</b>	<b>5.425,01</b>	<b>6,32</b>	<b>2.565,90</b>	<b>3,23</b>	<b>5,88 anos</b>

Fonte: SANTOS, Luiz Rebelato, 2003:126)<sup>47</sup>.

## 4.4 Processos transversais na Rede

Durante a pesquisa de campo percebeu-se alguns temas como transversais à Rede Ecovida que a permeiam em sua totalidade, mesmo que com maior relevância em determinadas regiões.

<sup>47</sup> Luís Rebelato foi membro da coordenação ampliada da Rede Ecovida e é autor de vários textos e publicações de sistematização da experiência da Rede Ecovida de Agroecologia. Atualmente trabalha no Governo Federal em Brasília, como técnico da Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura. Estes dados foram obtidos por Rebelato para elaboração de projeto junto ao CNPQ.

Alguns destes foram destacados nas palestras do 6º. Encontro Ampliado da Ecovida nos Encontros Regionais e em entrevistas, tanto com agricultores quanto com técnicos das ONGs e com lideranças da Rede Ecovida. Tais temas remetem a interesses de núcleos diversos dos três Estados nos quais a Ecovida se estende. Além de sua amplitude, tem a capacidade em gerar transformações estruturais e estratégicas para a rede.

Dentre estes, os mais relevantes citados e contidos em documentos analisados foram a **certificação participativa (sistemas participativos de garantia), a comercialização, a ampliação de novos espaços de trabalho e o crédito e financiamento.**

#### **4.4.1 A certificação participativa aplicada na Rede Ecovida**

Como já exposto nesta tese, o sistema de certificação participativa tem como fundamento o envolvimento dos agricultores no processo. Um dos objetivos dessa proposta é a garantia da qualidade do produto, desde a produção até o consumo, diferente de uma focalização apenas no produto final.

Foi possível detectar no núcleo Litoral Catarinense a utilização dos certificados e do selo de garantia<sup>48</sup> como fatores simbólicos do pertencimento à rede, entregues com rituais de reconhecimento público, como ocorreu no Encontro Regional que teve lugar na cidade de Garopaba, em julho de 2008, conforme informado em entrevista e ata da

---

<sup>48</sup> Esses documentos foram apresentados no capítulo anterior.

reunião, obtida no Cepagro-Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo<sup>49</sup>. Para os agricultores deste núcleo pode-se averiguar que o significado atribuído à certificação e ao selo não é apenas o de condição para venda do produto, mas o de consolidação da mudança que ele se propõe a fazer, quando se insere na agroecologia. Demonstram um orgulho pelo esforço em participar, em adotar as práticas agroecológicas, pelo cuidado com a terra, percebidos no resultado obtido com o direito a usar o selo e ter o produto certificado.

O mesmo direcionamento não foi notado no Núcleo Planalto Serrano, que não tenta reforçar a certificação e o selo como símbolo para o desenvolvimento de uma identidade com a rede, reforçando mais a importância dele para a comercialização.

Mas a inovação do processo de certificação e obtenção do selo de produto agroecológico está principalmente relacionada à forma como ele é desenvolvido na Ecovida, ao promover a tomada de decisão descentralizada, responsabilizando os núcleos regionais pelo processo. A existência de um Conselho de Ética formado pelos próprios agricultores para visitar, analisar e emitir parecer de aprovação ou não para o uso do selo gera conflitos e a necessidade de posicionamento perante os pares. Este aspecto possibilita uma participação efetiva, inclusive na discussão de parâmetros para o formato da fiscalização e engendra para os agricultores novas percepções sobre o poder. Também há uma responsabilização que continua após a fiscalização, pois são dadas sugestões para melhoria do processo produtivo ou de processamento e, anualmente, se prevê a realização de visitas para monitoramento também após a certificação. Nessas visitas, o grupo ou as famílias devem apresentar ao Conselho de Ética o planejamento ou plano de conversão como um instrumento de avaliação para a continuidade do uso do selo.

---

<sup>49</sup> O Cepagro é a ONG que articula as atividades do núcleo Litoral Catarinense da Rede de Agroecologia Ecovida.

Da forma como o processo é aplicado atualmente na Rede Ecovida, após a certificação o agricultor obtém o direito de usar o selo ECOVIDA nos produtos. (ver figura 2). Os passos para a utilização do selo são definidos em documentos, onde há detalhamento da forma em que deverão ocorrer registros e o monitoramento posterior dos grupos certificados. O membro interessado em obter a certificação (selos, certificados, atestados, declarações), deve seguir as recomendações gerais estabelecidas no âmbito da Rede e as orientações do Núcleo Regional ao qual pertence. Para isto já é exigido um envolvimento anterior no núcleo regional, com a participação constante em reuniões e treinamento.



Figura 2: Selo da Certificação da Rede Ecovida

Fonte: Caderno de Normas da Certificação, 2007.

Os passos a serem seguidos para a obtenção da certificação e selo estão sintetizados na tabela a seguir.

**Tabela 3:** Passos para a obtenção do selo Ecovida

Passos	Informações
1. Integrar a Rede Ecovida	Através do Núcleo, o grupo integra-se à Rede Ecovida.
2. Solicitar a certificação ao Núcleo Regional	O Núcleo deve ter seu conselho de Ética em funcionamento.
3. Preencher o formulário para Requerimento de Certificação	Para cada unidade de produção é preenchido um formulário que contém as informações sobre o processo produtivo.
4. Encaminhá-los ao Conselho de Ética	De acordo com a dinâmica interna, os formulários são encaminhados ao Conselho para análise.
5. Análise dos formulários pelo Conselho de Ética	O Conselho pode solicitar mais informações se for necessário, a fim de compreender melhor o processo produtivo.
6. Visita à unidade de produção	O número de unidades visitadas deve ser representativo à realidade de cada grupo.
7. Parecer do Conselho de Ética	Aprovação ou rejeição. São apontadas as melhorias necessárias.
8. Aprovação da certificação pelo Núcleo	O núcleo aprova a certificação e autoriza o uso do selo. O Núcleo pode emitir diplomas ou declarações para os membros.

**Fonte:** SANTOS, 2004

O Conselho de Ética analisa previamente os formulários de certificação e após a visita emite um parecer que pode ser de aprovação do uso do selo ou de sugestões para melhoria do processo produtivo ou de processamento. São exigidos os seguintes registros após a certificação: relatório de cada um dos membros do Conselho de Ética que fizeram a visita e um parecer conjunto do Conselho de Ética, autorizando o uso do selo (Rede Ecovida de Agroecologia, 2008).

Anualmente é prevista a realização de visitas também para monitoramento após a certificação. Nas visitas de monitoramento, o Conselho de Ética deve ter o planejamento ou plano de conversão apresentado pelo grupo ou família, como um instrumento de avaliação para a continuidade do uso do selo.

Outro aspecto que mobiliza a participação na Rede, ainda ligado a esse tema, é a necessidade de maior intercessão com o poder público e empresas certificadoras, dentro de um quadro crescente de importância da agricultura orgânica no país. O tema tem sido debatido nas instâncias deliberativas como o encontro nacional e os regionais, e aparece como pauta obrigatória que unifica a identidade da rede pelo seu valor para ampliação dos espaços de comercialização. O debate se dá em torno da aplicação da atual regulamentação federal para a certificação e uso de selo, que exige um tipo de institucionalização que encontra diferentes linhas de pensamento dentro da Rede. A regulamentação foi definida recentemente em decorrência do fim dos estudos de um grupo constituído pelo Governo Federal, do qual a Ecovida fez parte, e que regulamentou a lei 10.831, criando normas tanto para os sistemas participativos como para os de terceira parte.<sup>50</sup> A formalização necessária para que o selo seja reconhecido gerou uma revisão das práticas e da centralização ou descentralização da emissão dos documentos, legitimando o produto como orgânico. Na prática adotada até agora para

---

<sup>50</sup> Formas de certificação realizadas por empresas privadas que cobram pelo serviço de auditoria e preparo para a obtenção de selos.

fins de certificação, a Associação Ecovida de Certificação Participativa é a personalidade jurídica responsável. Esta associação é responsável por certificar a produção agroecológica, e seu raio de atuação abrange os três Estados componentes da Ecovida.

Um problema para a validade da certificação atual e selo emitido pela Rede é o seu reconhecimento por órgãos oficiais – nacionais e internacionais-, inclusive para exportação e para a própria Ecovida, porquanto a regulamentação da lei significa avanços e é resultado de lutas antigas dentro do movimento agroecológico. No entanto, como ressaltado pelos coordenadores do Cepagro, a forma como a regulamentação passou a definir requisitos para as certificadoras pode representar problemas burocráticos na forma de atuação da Ecovida. O desafio inicial é que a padronização requerida e relatórios exigidos para garantir ao processo valor legal resultem na perda não só de legitimidade perante os agricultores como também de conquistas construídas no processo de certificação da rede, como a adequação da realidade e características da agricultura familiar e diferenças regionais.

Neste sentido, Serva e Andion (2004), em estudo sobre os processos coletivos de certificação no Brasil, reafirmam que a certificação “torna-se um meio e não um fim [...] e cria oportunidades de geração e disseminação de conhecimentos, de troca de experiências entre os produtores, além de aperfeiçoar a sua capacidade de levar adiante um empreendimento através de práticas democráticas” (Serva e Andion, 2004:08).

#### **4.4.2 As alternativas de comercialização na Rede Ecovida**

O outro tema de destaque como transversal à Rede é a comercialização, um dos principais desafios para a Ecovida, que requer, assim como o processo de certificação, o



envolvimento dos agricultores, pois a participação conjunta destes é fundamental para permitir o planejamento coletivo da produção, uma vez que os pequenos produtores não conseguem sozinhos suprir a quantidade desejada.

Os desafios da comercialização passam, por um lado, pela condição de garantir para os agricultores a entrega dos seus produtos, e por outro lado, manter os mercados locais abastecidos com diversidade, quantidade e qualidade durante o ano. Entre os agricultores pesquisados, a referência à ampliação de possibilidades de escoamento de seus produtos, a garantia de entrega com os cuidados necessários para a durabilidade, e o compromisso em relação ao pagamento do que foi vendido são ganhos que obtiveram com a participação na Ecovida. Relatam inclusive a criação de novas formas de comercialização e a melhoria de outros canais que já eram utilizados, como conquistas pelas quais diversos dos entrevistados se sentem responsáveis.

Nos dois núcleos pesquisados a comercialização é mais comumente realizada em feiras e mercados, através de programas patrocinados pelo Governo Federal e por meio de cooperativas. No núcleo Planalto Serrano a proximidade da cooperativa Ecoserra é um facilitador para a comercialização, dadas as distâncias e a falta de veículos próprios para o transporte dos produtos.

Outro aspecto que tem envolvido diversos agricultores e aparece como pauta de encontros regionais, com um grupo de trabalho (GT) específico que se reúne mensalmente, é a criação de um canal novo para comercialização, por meio de rotas de caminhões, denominado de “Circuito sul de circulação de alimentos da Rede de Agroecologia Ecovida”. A proposta busca resolver problemas de logística para produtores da região de Urubici, Três Barras, Paulo Lopes e Garopaba, entre os grupos estudados.

O circuito já está constituído em três rotas articuladas por dez núcleos da Rede Ecovida: Erechim–Curitiba: tem uma extensão de 1.130 km e envolve 200 famílias agricultoras; Lages–Curitiba–São Paulo: tem uma extensão de 2.100 km e envolve 280 famílias, e Barra do Turvo–Curitiba: tem uma extensão de 300 km e envolve 80 famílias. Existem também sub-rotas que envolvem aproximadamente 150 famílias (Magnanti, 2008:28).

A rota que beneficiará mais fortemente os dois núcleos pesquisados está em fase de constituição e ligará o Planalto Serrano (cidade de Lages), o Alto Vale do Itajaí (cidade de Presidente Getúlio) e o Litoral de Santa Catarina (cidade de Florianópolis), com uma extensão de 450 km e cerca de 100 famílias participantes. Além dessa quarta rota prestes a ser aberta, outros núcleos da Rede Ecovida manifestaram interesse em se integrar ao circuito (Magnanti, 2008).

De certa forma, esse sistema cria conexões mais fortes entre os agricultores, pois está previsto que as famílias, por meio de suas associações e grupos devem se comprometer também a comprar produtos de outras organizações do circuito. Esse procedimento visa ao “intercâmbio de produtos entre os núcleos regionais, e à ampliação da diversidade de mercadorias ofertadas nos diferentes mercados locais: feiras, famílias agricultoras sócias da Rede Ecovida, mercados institucionais, entre outros”. Assim concebido, o sistema favorece ainda a redução dos custos com frete, na medida em que os caminhões sempre viajam carregados entre as estações. O mecanismo de compra e venda entre estações permite também a menor circulação de dinheiro, já que em muitos casos ocorre simplesmente a troca de produtos. Os recursos monetários são empregados nessas situações apenas para cobrir eventuais diferenças de valor na transação (Magnanti, 2008:28).

Temas como a comercialização, o interesse em se relacionar com a cooperativa Ecoserra e a perspectiva do Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede de Agroecologia Ecovida mobilizam significativamente todos os grupos entrevistados.

#### **4.4.3 Novos espaços produtivos na Rede Ecovida**

Alguns projetos iniciados recentemente nos grupos pesquisados vêm mobilizando significativamente as famílias. Entre estes uma modalidade de ‘agroturismo ecológico’, o Acolhida na Colônia, idealizado originalmente pela Rede Accueil Paysan (atuante na França desde 1987) que tem a proposta de valorizar o modo de vida no campo. No Brasil existe desde 1998. Em Santa Catarina o núcleo Planalto Serrano da Ecovida é o primeiro a se integrar à proposta, que prevê uma relação do turista com as famílias, em seu cotidiano. Os preços são menores do que os praticados no ‘turismo rural’, que geralmente utiliza de fazendas. Na modalidade de agroturismo ecológico a proposta é acolher o turista em hospedagens simples com direito a conversas na beira do fogão a lenha e passeios pelo campo (Acolhida na Colônia, 2008).

A prefeitura de Urubici foi a iniciadora do projeto, que faz parte de um plano de valorização do turismo na região, que junto com a cidade de São Joaquim é roteiro conhecido pelas belezas naturais e pela neve. Por meio da sua secretaria de turismo, ela vem tentando investir na integração de um tipo de turismo que valorize as belezas naturais da região e a produção agroecológica. Os contatos foram realizados diretamente com o coordenador do grupo Renascer do núcleo Planalto Serrano, Jozete Nieheus. O desenvolvimento do programa se deu após a viagem desse coordenador com mais dois agricultores, para conhecerem as experiências realizadas na cidade de Santa

Rosa de Lima, primeiro município no Brasil a entrar no programa Acolhida na Colônia. Em contatos realizados em fevereiro de 2008 com o grupo Renascer e o Secretário de Turismo, essas pesquisas estavam em estágio inicial, contudo, em julho de 2008, pôde-se verificar que o programa estava bastante adiantado, inclusive com a veiculação de materiais de divulgação em Florianópolis, em mídia impressa e televisiva durante feiras e congressos que ocorrem na cidade. Sete famílias pertencentes ao grupo Renascer decidiram participar do programa, e para isto precisarão investir em reformas nas casas para viabilização de quartos para hóspedes, e tomar parte em cursos para atendimento ao turista. Um requisito obrigatório é que a família tenha produção própria para oferecer alimentos orgânicos aos turistas.

Outro projeto em desenvolvimento, também na região serrana é a extração planejada de produtos florestais. Ligado à Fundação Slow Food, o grupo Renascer será o primeiro de um projeto piloto, denominado Fortaleza do Pinhão de Santa Catarina, que poderá ser replicado em outras comunidades da Serra Catarinense.<sup>51</sup>

Os trabalhos começaram em 2008 com o processamento do pinhão, e pretendem colaborar com a defesa do ecossistema tradicional através de campanhas de sensibilização da opinião pública, de modo a fortalecer e qualificar o consumo do pinhão e demonstrar a importância da conservação da Floresta de Araucária. A Fundação Slow Food irá apoiar os produtores do Grupo em uma unidade de processamento e na produção de transformados tradicionais à base de pinhão para promover no mercado local e nacional.

---

<sup>51</sup> O Slow Food é uma associação internacional sem fins lucrativos fundada em 1989 como resposta aos efeitos padronizantes do *fast food*; ao ritmo frenético da vida atual; ao desaparecimento das tradições culinárias regionais; ao decrescente interesse das pessoas na sua alimentação, na procedência e sabor dos alimentos e em como nossa escolha alimentar pode afetar o mundo (Slow Food, 2008).



Pinhão no fogão a lenha – tradicionalmente consumido na região serrana/SC



Morro da Igreja – Urubici/SC

Outro espaço produtivo recentemente explorado por esse núcleo é a agroindústria para produção de pães e geléias. São três agricultoras de duas famílias envolvidas nessa atividade. Entre a 1ª. visita realizada em fevereiro/2008 e julho de 2008 no Planalto Serrano, a casa onde funciona a panificação foi totalmente reformada, com cozinha industrial e área para alimentação onde os turistas, além de comprarem pães e biscoitos, podem se servir de lanches.



Sede do grupo Renascer e da Panificação/Urubici-SC em fevereiro/2008.



Sede do grupo Renascer e da Panificação/Urubici-SC em julho/2008

No litoral catarinense um projeto de inovação de espaços produtivos é a tecelagem manual no grupo de Três Barras. Envolve mulheres de seis famílias, que são capacitadas com cursos para a confecção de toalhas, colchas, blusas e outros produtos. Com apoio financeiro de uma empresa francesa, foram comprados equipamentos e organizadas viagens para conhecimento de trabalhos similares. As mulheres envolvidas já conseguem bons resultados em termos de qualidade do produto, mas não há ainda forma satisfatórias para a realização das vendas.

Como exposto, outro tema relevante é o crédito e financiamento. Vários aspectos relativos a problemas de financiamento da produção, problemas com bancos, produção e questões da comunidade local também foram mencionados nas entrevistas. Na região do núcleo planalto Serrano, há uma cooperativa de microcrédito considerada como determinante no sentido de apoiar os agricultores. Em julho/2008, durante uma das viagens para realização de pesquisa de campo, estava ocorrendo uma discussão entre agricultores do município de Urubici a respeito de ampliar a atuação dessa financiadora, incluindo lojistas e pequenos comerciantes locais como associados. Este é um dos assuntos apontados pelas famílias do grupo Renascer como questão pela qual eles precisam se responsabilizar e que tem gerado movimentação e debate.

Os temas de interesse funcionam muitas vezes como o elemento que define a difusão da rede, sua expansão ou concentração. No caso em estudo, o que parece ocorrer é que alguns temas transversais funcionam de modo a aumentar as relações sociais e a participação política dos agricultores. Não aparecem como fatores definitivos pela opção e permanência na rede, mas geram um sentido de pertencimento com outros núcleos e na rede em geral. Além destes, de maior amplitude, outros de interesse mais específico são desenvolvidos localmente, e funcionam como meios de circulação de

informação, diluindo os agrupamentos locais, agregando agricultores de diversas regiões, nos encontros nacionais e regionais, ou nas reuniões programadas para debate dos temas propostos.

#### **4.5 Temas locais e Grupos de Trabalho – GT**

Na Rede Ecovida, os grupos de trabalho têm sido sugeridos por agricultores e pelos grupos, ou se originado de projetos capitaneados pelo Governo Federal, como o Grupo de Trabalho de Sistema Agroflorestais, que foi se formando com base no resultado de discussões em um projeto que contava com 16 instituições públicas e civis. Os GTs mais permanentes são: educação, questões de gênero, atuação dos jovens, meio ambiente e desenvolvimento, sistemas agroflorestais, comercialização e diversos assuntos técnicos originados localmente, conforme as prioridades regionais, como o desenvolvimento de técnicas para produção de combustível a partir da transformação de óleo de cozinha. Tais linhas de debate podem ter duração definida, dependendo da conclusão das propostas discutidas.

Como definido por Aguiar (2007) em relação à organização em formas coletivas de trabalho, os grupos de trabalho – GTs temáticos funcionam como uma “espécie de divisão do trabalho”, por meio de listas de discussões eletrônicas e da realização de oficinas de trabalho, considerados “espaços onde são discutidas e formuladas análises e propostas de intervenção das entidades a fim de colocar em prática planos estratégicos. Para Aguiar (2007:20), a organização dos grupos de trabalho pode gerar “uma competência técnica e operacional que é transmitida tanto oralmente, [...] em encontros, seminários e atividades de capacitação quanto através de documentos de livre circulação ou da troca de idéias e experiências em listas e grupos de discussão”. Na Ecovida, pode-



se notar a transferência de conhecimento em cursos, em contatos pessoais nas reuniões e em encontros, mais do que em canais virtuais, cujo acesso basicamente fica por conta dos técnicos e de alguns agricultores capacitados para isto, e com possibilidade de uso de equipamentos de informática.

Aliado à gestão de projetos e iniciativas introduzidas de forma descentralizada pelos grupos da Ecovida, foi percebido como desafio tanto para os agricultores como para os técnicos, a descentralização da participação nas instâncias decisórias da rede. A perspectiva democrática é apresentada nos princípios formalmente definidos em documentos da Rede, e apontada em diversas falas durante as entrevistas, mas, embora revelem práticas que contêm avanços, trazem experiências novas que para alguns dos agricultores entrevistados se tornam problemas de difícil assimilação. Na pesquisa de campo na Rede Ecovida de Agroecologia, buscou-se verificar como ocorre esse fenômeno, para entender se o espaço das ações individuais e coletivas e práticas sociais ocorrem de forma prevista (institucional) pela rede, ou a partir de espaços criados pelos indivíduos e grupos. O conjunto de entrevistas será analisado detidamente no capítulo cinco, focalizando esta e outras questões.

#### **4.6 Autonomia, interdependência e conflitos na Rede Ecovida**

Em estudo sobre a atuação de Rede de Agroecologia Ecovida, Pauli (2006:121) analisa as relações de poder dentro da rede e registra o conflito entre posições dos técnicos e dos agricultores em aspectos como o da certificação do produto ou da área toda da propriedade, caracterizando o foco na certificação ou na agroecologização. Segundo ele ocorre também uma divisão de papéis, mantendo-se o agricultor na esfera da produção, e os técnicos na esfera da gestão, atuando mais decisivamente nas

instâncias de planejamento coletivo, como as assembléias e outros espaços de discussão e deliberação. Santos avalia de outra forma este ponto, e relata o modo pelo qual os agricultores vão aos poucos se qualificando para participar:

O processo inicia através da formação e compromisso dos agricultores e suas famílias no nível da unidade produtiva. Isto ocorre através da capacitação na forma de cursos, dias de campo e acompanhamento técnico por parte da assessoria de agricultores monitores, técnicos ou agrônomos. Passa pela construção conjunta e compreensão das normas de produção, [...] que contempla aspectos produtivos e de visão de futuro através da conversão de toda a unidade produtiva sob os princípios agroecológicos. A participação é aperfeiçoada na organização de agricultores (grupo, associação, cooperativa); que por possuir mecanismos internos de geração e transmissão de confiança como as visitas alternadas, reuniões, pactos de responsabilidade, composição de comissões de ética; são capazes de fortalecer os elos de solidariedade e compromisso no processo (SANTOS, 2005:46).

A percepção das experiências relatadas pelos agricultores durante a pesquisa de campo realizada traz mais detalhes sobre estes aspectos (conforme descrição e análise no capítulo cinco). Nota-se a dificuldade em poder deixar o trabalho para participar das reuniões ou viagens, o que remete a uma discussão sobre a intensificação do trabalho.

Algumas das competências requeridas são distantes das experiências destes agricultores e o conhecimento para o exercício destes novos papéis torna-se outro desafio.

Também a questão econômica permanece um desafio a ser enfrentado. Os empréstimos do Pronaf nas famílias que obtiveram financiamento, ainda começarão a ser pagos e as novas iniciativas econômicas, como o turismo requerem mais investimentos e ainda aprendizado sobre a realização de controles financeiros.

A possibilidade de autonomia social caminha junto com a perspectiva de políticas clientelistas geradas pela dependência de liberação de recursos em agências de bancos locais ou falta de acesso a mercados para consolidar a venda. A participação dos núcleos da Ecovida em comissões e conselhos estaduais é uma das formas que pode encaminhar estas questões, e também a perspectiva apresentada pelo reconhecimento desta Rede como ator institucional que dialoga com o poder público. Por outro lado, como aponta Andion (2008), as próprias ONGs possuem suas dicotomias e interesses, apontando com isto, o desafio de reconhecimento de fragilidade no uso de informações e articulação de atividades produtivas nas regiões em que atuam.

Em recente tese de doutorado Andion (2007) identifica mudanças no papel de três ONGs estudadas no sul do país, que caminham para uma atuação importante no desenvolvimento territorial, entre as quais está o Centro Vianeí. Segundo a autora, ao mesmo tempo em que apresentam um discurso no qual defendem a “promoção de um desenvolvimento alternativo, a sua lógica de intervenção ainda é fortemente influenciada por um padrão corporativo, construído a partir das alianças e compromissos estabelecidos por ela historicamente” (ANDION, 2002:12).

O problema detectado por Andion na situação é que ocorre em alguns casos a priorização de interesses ligados a disputas de poder entre correntes sindicais, para direcionar a decisão de onde investir o dinheiro público e desenvolver projetos. Segundo a autora, a importância em se discutir a atuação de ONGs para o desenvolvimento socioeconômico envolve também debates sobre a relação destas com o

Estado, substituindo ações de responsabilidade dos governos e a problemática sobre atuarem como uma extensão do Estado, complementando assim as ações deste e contribuindo para a concretização de algumas políticas públicas, mas deixando em menor perspectiva o papel de reformular, indagar, criticar. Ressalta, por outro lado, que as ONGs estudadas atuam de forma próxima à base da população, alcançando mais de perto os interesses coletivos locais. O papel destas ONGs tem sido muito mais ativo do que o poder público, na visão dos próprios agricultores. Durante a pesquisa realizada para esta tese, pode verificar que no caso do Centro Viane e Cepagro, estas entidades possuem um quadro de funcionários e verbas restritas.

Por meio de mecanismos de administração e decisão descentralizados, se ampliam chances de maior participação e eficácia. Indaga-se, então: Quais as condições para que os atores se apropriem das conexões estabelecidas? E que novas questões se evidenciam com a abertura desses novos vínculos em rede? Visando ampliar a percepção destes aspectos e depois das análises realizadas neste capítulo, com um viés mais institucional, serão apresentados no capítulo cinco, os sujeitos pesquisados – famílias e indivíduos, destacando-se as percepções e as experiências originadas das práticas sociais e da atuação dos agricultores familiares na Rede Ecovida.

## Capítulo 5

### As experiências dos agricultores

Neste capítulo serão analisadas as experiências de agricultores que pertencem aos cinco grupos pesquisados, localizados em dois núcleos da Rede Agroecologia de Ecovida, obtidas com a participação em reuniões, observação e realização de entrevistas, conforme apresentado na metodologia de pesquisa incluída na introdução desta tese.

Dessa forma foram consideradas a percepção dos próprios agricultores e as práticas sociais relacionadas às *experiências de trabalho* na produção orgânica, *de participação* na Rede Ecovida, *de interesses* que os levaram a entrar e permanecer na Rede, e de *mudanças em suas vidas, resultantes dessas experiências*.<sup>52</sup>

No Núcleo Planalto Serrano foram entrevistados 11 agricultores de 7 famílias do grupo Renascer, ligado ao município de Urubici, e do grupo Otacílio Costa, da cidade do mesmo nome. Também foram ouvidos uma técnica, o Coordenador Executivo e o Secretário de Administração e Finanças da ONG Centro Vianei de Educação Popular, entidade que articula as atividades neste núcleo, o Presidente da Cooperativa Ecoserra e o Secretário de Turismo do município de Urubici.

No Núcleo Litoral Catarinense foram entrevistados 11 agricultores de 7 famílias, ligados aos grupos: Três Barras, situado na zona rural do município de Palhoça, o

---

<sup>52</sup> Buscou-se ouvir o casal, mesmo quando apenas um estava envolvido na produção orgânica, a fim de captar a existência de impactos desta opção na vida familiar. Também se procurou realizar entrevistas nas próprias residências e locais de produção, para verificar as condições de vida, moradia e trabalho. Praticamente, todos os entrevistados fizeram convites para que fossem visitados a horta e o local de criação do gado, demonstrando orgulho ao apresentar o resultado do seu trabalho.

Grupo Paulo Lopes, deste mesmo município, e o grupo Garopaba, também da cidade do mesmo nome. Foram ainda entrevistados o Coordenador Geral e os Coordenadores da agricultura urbana e da área rural do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - CEPAGRO, entidade que articula as atividades neste núcleo, e o Coordenador de Eventos da Secretaria Municipal de Turismo de Garopaba.

São apresentados a seguir os grupos pesquisados nos dois núcleos, os agricultores que os compõem, a trajetória das famílias, o tipo de produção que desenvolvem e as perspectivas de vida apontadas por eles.

Sequencialmente, são relatadas as entrevistas realizadas com a síntese das percepções dos agricultores dos dois núcleos, organizadas em temas destacados de suas falas, e que retratam as questões centrais de investigação desta tese: **interesses para a entrada e permanência na Rede de Agroecologia Ecovida; experiências de trabalho e participação, e transformações nas relações sociais, de convivência no grupo e na vida familiar.**

## 5.1 Núcleo Planalto Serrano

O núcleo Planalto Serrano é formado por 18 grupos de agricultores familiares e por uma cooperativa.

Na composição deste núcleo, pôde-se verificar um cruzamento significativo de redes paralelas que expandem as fronteiras para além da Rede Ecovida, como células que se desenvolvem com autonomia e depois se integram ao todo. Como exemplo, existem vários pontos de interseção com outra rede – a Rede de Agroecologia do Planalto Serrano, cujos integrantes mobilizam ações no âmbito territorial e, por meio de ONGs locais, movimentos sociais de mulheres e igreja, conduzem projetos e mobilizam

discussões que são depois levadas pelo núcleo Planalto Serrano à Ecovida nas plenárias gerais (ver figura anexa)<sup>53</sup>.

Além dos grupos de produtores familiares, o núcleo conta com a assessoria técnica feita pelo Centro Vianei, e com a comercialização efetuada pela Cooperativa Ecológica de Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana – ECOSERRA. No âmbito governamental, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), ligada à Secretaria do Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural também presta assessoria técnica.

A sede da ECOSERRA está situada em Lages/SC. Surgiu a partir das feiras e atualmente investe quase todos os seus esforços no mercado de lojas especializadas e atacadistas de grandes cidades do próprio Estado e de outros, como São Paulo. Foi criada com o objetivo de comercializar os produtos, centralizando compras com documentação e registros formais necessários. Mas o órgão articulador central deste núcleo é a ONG Centro Vianei de Educação Popular, uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1983.<sup>54</sup>

As funções principais da referida ONG são: “Assessorar processos nas áreas do cooperativismo de crédito; formação de jovens, capacitação técnica e política através de Cursos de Educação Popular (CEP's); produção agroecológica de alimentos; comercialização direta da produção; agroindustrialização artesanal e certificação de produtos agroecológicos” (Centro Vianei, 2008).

---

<sup>53</sup> Participam desta Rede 26 entidades e organizações (Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Cooperativas de Crédito, Grupos, Associações e Cooperativas de Agricultores Familiares Agroecológicos, Escritórios Municipais do serviço público agrícola, Casas Familiares Rurais, o Centro Vianei, a Uniplac, Consad, Cooperativa Ecoserra e Núcleo Planalto Serrano da Rede Ecovida de Agroecologia.

<sup>54</sup> Em fevereiro de 2008 foi realizada entrevista em grupo no próprio Centro Vianei com Natal Magnanti, atual Secretário de Administração e Finanças da entidade e com Fabiano de Andrade – Presidente da Cooperativa Ecoserra, além de entrevista individual com Selênio Sartori, engenheiro agrônomo, e Coordenador Executivo do Vianei. Em julho de 2008, foi realizada outra visita à ONG, desta vez para entrevista com Jozete Nieheus, coordenador do grupo Renascer de Urubici, que estava no Centro Vianei para reunião do CODETER e com Simone Pereira, técnica da ONG, que desenvolve funções como agente facilitador, mais diretamente ligada às famílias.

A atuação do Centro Vianeí abrange 18 municípios na região do Planalto Catarinense. Os programas da entidade se orientam por dois eixos básicos: educação popular e agroecologia, com enfoque cada vez maior para este último. Segundo o coordenador da ONG, dentre os problemas atuais, os aspectos que têm requerido mais atenção na região são a comercialização, o acesso ao crédito e o reconhecimento dos processos de credibilidade. Esta última questão diz respeito à legitimidade, perante o mercado e o governo, do processo de certificação participativa realizado pela Ecovida, conforme discutido de forma detalhada no capítulo quatro desta tese (Entrevista com o Coordenador do Centro Vianeí em julho/2008).

Problemas como a dificuldade para a implementação das políticas públicas foram ressaltados como parte relevante de atuação da ONG, pois, além da necessidade de políticas públicas adequadas, aplicá-las também é um dos pontos que requer acompanhamento. Um exemplo pode ser percebido no caso de oito projetos do PRONAF,<sup>55</sup> que foram aprovados nos últimos dois anos e ficaram entre seis meses a um ano para ter a verba liberada, o que só foi possível com a intervenção de funcionários do Ministério do Desenvolvimento Agrário que pressionaram a gerente da agência do Banco do Brasil, a pedido dos coordenadores do Centro Vianeí.

Ainda segundo o coordenador do Centro Vianeí, outro desafio atual é o de construir e participar de espaços de gestão social, como os conselhos estaduais compostos por entidades da sociedade civil e poder público, recentemente implementados em Santa Catarina.

Atualmente, o Centro Vianeí faz parte do Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER que define a aplicação de recursos financeiros, do Consórcio de

---

<sup>55</sup> Linha específica destinada ao financiamento de empreendimentos gerenciados por mulheres, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, conforme apresentado no capítulo quatro.



Segurança Alimentar e Desenvolvimento Territorial - CONSAD, e da Comissão de Instalação de Ações Territoriais – CIAT, abrangendo projetos em 31 municípios.

Em relação aos grupos que compõem a Rede Ecovida nesse núcleo, há uma diferença de organização e participação dos agricultores envolvidos em cada grupo que, segundo os técnicos do Centro Vianeí, são evidenciadas pela realização de discussões e encaminhamentos dentro do próprio grupo, da capacidade de se mobilizar para encaminhar questões de seu interesse e pela possibilidade de atuação do grupo mesmo sem a assessoria da ONG. Esta divisão leva à seguinte distribuição de grupos no núcleo Planalto Serrano: 7 são considerados consolidados, demonstrando autonomia e capacidade organizativa, 22, em transição e 9, em estágio inicial de estruturação.<sup>56</sup>

Os grupos consolidados são aqueles que se não houvesse uma entidade de assessoria iriam continuar trabalhando e realizando as coisas deles em grupo. Podia ter algum percalço, mas iam continuar. Se não tivesse a Ecoserra, eles iam dar um jeito, iam continuar produzindo, iam comercializar de uma maneira diferente. Iam ter problemas e tal, mas iam continuar. Já os grupos “em transição” são aqueles que teriam mais dificuldades. E um grupo em estágio inicial é aquele que não tem solidez e teriam a tendência a não existir mais (Selênio Sartori, Coordenador Executivo do CentroVianeí).

Ainda segundo o Coordenador Executivo do Centro Vianeí, um fator de diferenciação entre os grupos é o grau de autonomia, a capacidade de autonomia e iniciativa e as relações que os participantes estabelecem entre si para encaminhar seus interesses.

---

<sup>56</sup> A lista dos grupos por estágio de desenvolvimento encontra-se nos Anexos.

É claro que tem muita briga, também, muita discussão. Mas entre eles, eles se entendem. Então, eu diria, assim, que eles procuram realizar coisas fora só desse terreno da agricultura ecológica. Eles se mobilizaram para conseguir a tal da caixa d'água. É uma mobilização importante. Eles mesmos tiveram a iniciativa e tal de procurar essa história do turismo e organizar uma associação para essa questão do turismo. E estão puxando essa questão para nós, é uma questão que a gente não consegue dar conta. Não tem como. A gente conhece o tema, já fez discussão e tal, mas não tem como o cara dar conta de muita coisa, senão acaba não fazendo nada certo. E eles foram atrás. E estão fazendo isso (Selênio Sartori, Coordenador Executivo do Vianei).

Outro aspecto que reflete a dinâmica dos grupos é a proposição de temas de Grupos de Trabalho (GT), os quais têm sido sugeridos por agricultores ou se originam de projetos do Governo Federal, como o Grupo de Trabalho de Sistemas Agroflorestais, que se formou com o amadurecimento de discussões em um projeto em que havia 16 instituições públicas e civis relacionadas.

A coordenação não cria um grupo de trabalho. Ah... a coordenação criou um grupo de trabalho. Criou. Que é o grupo que cuida das finanças e tal. Esse foi criado pela coordenação. Mas os grupos de trabalho e esse que chamamos de GT batatinha, foi criado a partir de uma articulação de algumas pessoas que queriam discutir biocombustível. E é uma coisa assim que vai... a gente se encontra. Hoje já tem até projetos que a gente está elaborando em conjunto. (Diretor Financeiro do Centro Vianei).

Os dois grupos pesquisados neste núcleo são considerados consolidados o grupo Renascer e o Otacílio Costa que foram escolhidos como base para a pesquisa em razão dos seguintes aspectos: o primeiro está em fase de abertura para novos projetos que integram atividades inovadoras ligadas a novos espaços produtivos no meio rural. Com isso, os participantes estão expostos a iniciativas diversas que marcam um momento de rearranjo na dinâmica grupal.

Quanto ao grupo Otacílio Costa, a opção foi por ser considerado dentro do núcleo Planalto Serrano um dos que demonstra maior consistência em termos de adesão a discussões ideológicas, vinculando-se e participando ativamente de muitos projetos com enfoques temáticos, além do técnico-produtivo. A seguir, são apresentados detalhadamente os grupos e os sujeitos entrevistados.

## **5.2 Sujeitos entrevistados e trajetórias das famílias**

### **5.2.1 Grupo Renascer**

O grupo Renascer existe desde 1996, e registrado como Associação desde 2000, pouco depois de passar a integrar a Rede de Agroecologia Ecovida. Essa institucionalização é formado por agricultores das comunidades São Pedro, Santa Terezinha e Albardão, pertencentes à zona rural do município de Urubici na serra Catarinense. É um grupo consolidado dentro da Ecovida, segundo os parâmetros do Centro Vianeí, mas dele participam famílias e agricultores que estão em diferentes estágios. Apresenta diversificação de atividades, especialmente de novas ocupações no espaço rural, como a panificação, a agroindústria e o turismo.

Urubici é reconhecida no estado como a “Terra das Hortaliças”, e o plantio de verduras sob sistema convencional é desenvolvido em grande escala. Situada a 167 km da capital, e com uma população de 10.780 habitantes faz parte do roteiro turístico “Caminho das Neves”. Localizada na serra Catarinense, considerada a região mais fria do Brasil, a prefeitura local vem investindo na promoção do turismo de forma mais planejada nos últimos dois mandatos.

É o maior produtor de hortifrutigranjeiros de Santa Catarina, favorecido pelo clima e pela qualidade da água, se destacando também no cultivo de maçã. Mas um problema citado por vários dos entrevistados é o crescimento da incidência de casos de câncer em trabalhadores, decorrente do manuseio de agrotóxicos. O problema tem levado a estudos de pesquisadores ligados a universidades e outros institutos, pois além do alto índice em relação à população, há casos de crianças também doentes.

Atualmente, o grupo possui 15 famílias, das quais foram entrevistados integrantes de cinco. As mulheres de duas delas trabalham juntas na panificação, produzindo pães, geleias, conservas e bolos, portanto foram investigados três empreendimentos agroecológicos: a propriedade da **família Oliveira**, da **família Souza**, a Panificação que envolve as **famílias Oliveira Nieheus e Salvador Almeida**, e por último a **família Nieheus**, formada por ex-agricultores, que recentemente passaram a atuar no Centro Vianeí e na Cooperativa Ecoserra em funções administrativas e de cunho político. As famílias são apresentadas, sintetizando-se sua trajetória com a conversão para a produção agroecológica e entrada na Rede Ecovida e perspectivas de atuação para o casal e os filhos.

### Família OLIVEIRA



Foi entrevistado o casal Gedeoni de Oliveira, 46 anos e Lucimar de Oliveira, 35 anos. O marido completou o curso de Técnico Contábil e ela cursou supletivo. Residem na comunidade de Santa Terezinha, zona rural de Urubici/SC desde o nascimento. A família é composta por seis pessoas, a saber: quatro são filhos do casal - Patrick de 15 anos, Patrini de 11 anos, Cris Katlin de 7 anos, Karin de 3 anos; um portador de deficiência visual, irmão do Sr. Gedeoni; e um rapaz de 16 anos que a família incluiu sob seus cuidados.

A área da propriedade próxima à residência é de meio hectare usada no cultivo de hortaliças e pinhão, com dois anos de produção orgânica. Além disso, possuem outro local para criação de gado leiteiro.

A diminuição de renda há 15 anos, motivada pelo falecimento do pai de Gedeoni, levou-o a buscar oportunidades na cultura do fumo. No entanto, problemas de

saúde sentidos por ele, originados desta prática, foram aspectos limitadores que conduziram a família a procurar outras opções.

Justamente 15 anos atrás que meu pai faleceu. Então, até ali era ele quem coordenava. Então a gente plantava verdura e o queijo era mais, digamos assim, para fazer a compra do mês. Era mais ou menos assim. Que daí eu vendia coalhada também, nata, ovos, essas coisas todas, né? Daí ele faleceu e eu fui tocando aqui, morando na casa e esse meu irmão que não enxerga. Começamos a plantar um pouco mais de verdura. Daí passamos para fumo. Me intoxiquei várias vezes. Foi o médico que disse: tu tens duas escolhas, ou você planta bastante para não sofrer muito e morre logo ou você para e para agora (Gedeoni, agricultor grupo Renascer).

Depois do plantio de fumo, cultura comum na região, a família se dedicou à criação de gado leiteiro no manejo convencional (não orgânico), atividade que foi interrompida recentemente, ao ser obrigada à deixar a terra que será desapropriada pelo Governo, ainda neste ano, 2009, por fazer parte de uma área de preservação ambiental, que passará a ser explorada para turismo.

Segundo o casal, o valor indenizado não é suficiente para adquirir uma área suficiente para manter o gado. Além disso, o marido está quase sem atividade depois que a fiscalização sanitária impediu a produção de queijos, atividade que era realizada em menor escala de forma complementar a criação do gado, a que se dedicava havia mais de 30 anos.

Então aí eu parei com o fumo, aí onde eu fui para o lado do gado leiteiro. E, quanto ao bloco aqui, do pessoal do Renascer, começaram a plantar o orgânico, até fui convidado, mas, devido às dificuldades de venda de produtos e os exemplos que eu estava vendo... Que a gente vê, que tem hora que não dá, né? Você vende e não sabe quando vai receber. Era uma coisa que estava acontecendo. Hoje ainda tem muita dificuldade nisso. Então eu digo: não, não vai resolver nosso problema. Daí eu digo: não, em vez de arrendar a terra, que às vezes a gente arrendava um pedaço de terra, eu vou colocar as minhas vaquinhas em um bom pasto e vou viver só do leite. E hoje nós, praticamente, vivemos só do leite (Gedeoni, agricultor do Grupo Renascer).

Nota-se um momento de indefinição nesta família, com a perda de investimentos e conhecimento adquirido no manejo do gado, atividade na qual pretendiam continuar atuando. A atividade agroecológica vinculada à Ecovida é desempenhada por Lucimar que atua como mão-de-obra complementar nos períodos de grande demanda para as produtoras de pães do Grupo Renascer, na comunidade de São Pedro, vizinha à de Santa Terezinha. Ela já aprendeu tecelagem, mas mesmo considerando a possibilidade de ampliação do turismo na região, não acredita que terá um retorno financeiro significativo. Também é ela quem participa de atividades da Rede Ecovida, chegando a viajar e representar o grupo Renascer em reuniões. O processo longo de investimento para uma futura consolidação de práticas agroecológicas desanima o casal.

A descrença em relação à aposta na produção agroecológica é justificada por Gedeoni principalmente pelas dificuldades percebidas para a comercialização. A divulgação feita pelo Centro Vianeí na região, há aproximadamente dez anos, sobre perspectivas do crescimento do mercado de orgânicos despertou para essa possibilidade, mas inicialmente não foi adotada, pela percepção de dificuldade de retorno financeiro.

A família já cultivava para autoconsumo verduras sem fertilizantes e agrotóxicos, como a maior parte dos agricultores locais. No entanto, não considerava como um negócio que gerasse rendimento suficiente. Hoje, está iniciando a exploração do pinhão, que é também uma alternativa recente no grupo Renascer, proposta pelo Centro Vianei como uma linha de produtos florestais, vinculada ao movimento Slow Food.<sup>57</sup>

### **Família SOUZA**



Foram entrevistados o casal Eraldo Ribeiro de Souza, 48 anos e Terezinha Israel, 51 anos, e o irmão dela, Dilmo Israel de 43 anos. Eraldo cursou o Ensino Médio incompleto, Terezinha concluiu o antigo primário e Dilmo, o Ensino Médio. Residem na comunidade de São Francisco, pertencente ao município de Urubici. O casal não tem filhos e cuida da propriedade, que por ter sido herdada, é dividida com outros irmãos de Dona Terezinha.

---

<sup>57</sup> Este programa é desenvolvido está ligado ao projeto denominado Fortaleza do Pinhão de Santa Catarina, apresentado no capítulo quatro.



A área da propriedade é de seis hectares para plantio de verduras, legumes e frutas (feijão de vagem, pimentão, caqui e kiwi), e gado de leite, com nove anos de produção orgânica. É a família que apresenta maior diversificação de atividades, produzindo em pequena quantidade leite, hortaliças e frutas. Dona Terezinha iniciou recentemente a produção de biscoitos e pães, mas no momento da entrevista a ênfase era o turismo rural, desenvolvido com o irmão Dilmo, construindo chalés dentro do projeto Acolhida na Colônia.<sup>58</sup>

Eraldo e Dona Terezinha produzem orgânicos há nove anos, ligados à Rede Ecovida, e o irmão dela, Dilmo, está se juntando no projeto Acolhida na Colônia. O casal tem envolvimento ativo em reuniões e viagens, e acredita que agora é o início de um novo ciclo, de retorno dos investimentos realizados. Esta família está em fase de mudança do foco produtivo e é a mais estruturada para entrar no programa Acolhida na Colônia, dentro do grupo Renascer, com dois chalés para receber uma família pequena e um maior, em fase de acabamento em julho de 2008, data da visita à propriedade.

### **Família OLIVEIRA NIEHEUS**

A família Oliveira Nieheus é composta pelo casal Sirlene e Aldo Luís Nieheus, que tem duas filhas, Suelen de 23 anos, que estuda Direito em Florianópolis, e Heduarda, de seis anos. O casal iniciou em 2008 o programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA). A área da propriedade é de quatro hectares, e o tempo de produção orgânica é de sete anos, plantando no início hortaliças e legumes para comercialização,

---

<sup>58</sup> Este projeto foi apresentado no capítulo quatro desta tese.

e agora somente para consumo da família. Sirlene trabalha na panificação orgânica desde 2007, junto com Jocely Almeida e esta experiência é apresentada a seguir.



### **Família SALVADOR ALMEIDA**

Jocely Salvador, 44 anos e João Almeida, 46 anos, residem na comunidade de São Pedro com o filho João Vitor, de seis anos. Outra filha do primeiro casamento de Jocely, Flávia, de 25 anos, reside em Florianópolis, cursando faculdade. O casal estuda no programa de Educação para Jovens e

Adultos (EJA) desde o início de 2008. A área da propriedade de produção orgânica é somente de verduras para consumo.



As famílias Oliveira Nieheus e Salvador Almeida estão ligadas às atividades de panificação, produzindo pães, bolos e biscoitos com uma produção crescente, vendida por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal.<sup>59</sup> Jocely e Sirlene assumem totalmente o trabalho da panificação, enquanto os maridos atuam na agricultura convencional.

Iniciaram na proposta agroecológica com a entrada no grupo Renascer em 2002, participando de cursos e reuniões, para compreensão das propostas e participação em cursos que o CentroVianeí divulgava na região. Assim, passaram a cultivar hortaliças e legumes sob os cuidados de Sirlene e Jocely. Atualmente, os dois casais planejam atuar

---

<sup>59</sup> Sirlene e Jocely concederam duas entrevistas que foram gravadas, em fevereiro e julho/2008, respectivamente, e Dona Norma, mãe de Jocely, que também atua nesta atividade, em entrevista apenas em fevereiro/2008. Conversas informais foram realizadas com os maridos durante visitas e hospedagem nas casas.

no turismo rural, participando do programa “Acolhida na Colônia”, uma das propostas de novas formas de atuação no meio rural que a Rede Ecovida tem incentivado.

Caso o projeto tenha boas perspectivas, como a panificação vem demonstrando, a próxima etapa, segundo as entrevistadas, seria uma possível saída dos maridos da agricultura convencional, praticada pela maioria dos moradores da região.

E daqui a pouco nós vamos ter que ter isto tudo, prazo de validade, rótulo... os homens vão ter que ajudar. Se prontificar em escrever e rotular para nós não termos que pagar outra pessoa. Depois vai ter que ver se for pagar para eles, como vai calcular isso (Jocely Almeida, agricultora do grupo Renascer núcleo Planalto Serrano).

/).

Além de pensar em dividir as tarefas com os maridos e da necessidade de aprimoramento que o trabalho delas requer cada vez mais, Sirlene reforça a idéia da inclusão dos maridos na atividade, considerando a diferença de tempo de trabalho entre o casal.

Eu já disse até para o Aldo, eu disse: oh, mais tarde a gente vai precisar de mais gente. Porque a gente pagar gente de fora se nós podemos fazer. Porque, eles trabalham durante o dia, mas nós aqui trabalhamos até 11 horas da noite. Eles ficam aqui sentados assistindo televisão. Porque não eles trabalhem para nós aqui. Um embalando, um rotulando... (Sirlene, produtora do grupo Renascer, núcleo Planalto Serrano).

O trabalho na panificação se originou de um projeto apresentado pelo Centro Vianeí e foi iniciado em agosto de 2007, quando se obteve um financiamento por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, utilizado para aquisição de equipamentos e reforma do local. No primeiro ano, para que o projeto pudesse funcionar, uma casa pertencente à Dona Norma foi reformada e foi feita uma cozinha industrial. Hoje são três mulheres envolvidas de forma constante em todos os processos, e uma terceira (Lucimar Oliveira) que trabalha em momentos de pico de produção. Elas têm experimentado nesta atividade novos papéis de gestão, decisão e controle financeiro, e o rendimento obtido passou a ter relevância no orçamento doméstico. Entre a primeira entrevista, realizada em fevereiro de 2007 e a segunda, em julho de 2008, decidiram se registrar como Associação, a fim de poder comercializar e emitir documentos, como notas fiscais e outros, em seu próprio nome. Os motivos para essa organização são descritos por Sirlene.

A gente não quer montar uma empresa. Porque nós somos uma associação. Empresa gera lucro, né? Nós temos nosso lucrinho... O Sérgio (Secretário de Turismo de Urubici) não falou lá para ti que está para surgir uma lei para tu trabalhares com turismo e ser agricultor e se aposentar como agricultor? Por isso que a gente não quer montar uma empresa (Sirlene Nieheus, agricultora do grupo Renascer/núcleo Planalto Serrano).

Além das possibilidades acenadas com mais atividades e a perspectiva de as famílias extraírem um rendimento total com essa atuação, outras mudanças ocorreram no cotidiano familiar, que serão detalhadas no decorrer deste capítulo.

### Família NIEHEUES



Desta família foi entrevistado Jozete Niehues, 42 anos, presidente do grupo Renascer e representante do núcleo Planalto Serrano na coordenação geral da Rede Ecovida, em seu segundo mandato. Em 2008, deixou a produção de frutas e verduras para se dedicar à atuação no Centro Vianeí em Lages, no encaminhamento de projetos diversos para a região e pretende investir no projeto de turismo “Acolhida na Colônia”, que a prefeitura de Urubici vai desenvolver. Além disso, retomou os estudos, fazendo um cursinho para prestar concurso para a Fundação do Meio Ambiente do Governo do Estado e tem a pretensão de fazer faculdade de agronomia ou biologia. A ex-esposa, Elaine, também trabalha em Lages, na Cooperativa Ecoserra, e está estudando na mesma área em que trabalha, cursando a faculdade de Contabilidade. Jozete e Elaine tem um filho de oito anos e fizeram recentemente um movimento em direção à cidade,

integrando as atividades do grupo Renascer a esta mudança, com o encaminhamento de diversos projetos locais.

### **5.2.2 Grupo Otacílio Costa (Associação das Famílias Agroecologistas de Otacílio Costa-AFAOC)**

O grupo Otacílio Costa é formado basicamente por mulheres, pois os maridos permanecem plantando no estilo convencional (com o uso de insumos químicos), ou como empregados na cidade mais próxima e em fazendas da região, sendo comum só retornarem a casa nos finais de semana. Há apenas um homem, que se integrou depois de se aposentar, e faz o transporte de produtos para a feira e pequenas viagens, com veículo recentemente adquirido pelo grupo.

Compõem o grupo dez famílias, que plantam hortaliças e legumes e residem em localidades a aproximadamente 40 km de Otacílio Costa. A venda na feira representa um espaço de interação constante com a cidade, onde eles afirmam ser reconhecidos como agricultores ecológicos. O foco de atuação do grupo permanece na agricultura, sem iniciativas de expansão para outros tipos de produção não agrícola ou de turismo.

Este grupo é registrado juridicamente como associação, a Associação das Famílias Agroecologistas de Otacílio Costa - AFAOC, podendo emitir nota fiscal de produtor e comercializar para outros mercados sem a intermediação obrigatória da cooperativa. Os seus integrantes demonstram um alto grau de participação, com reuniões constantes, realização de mutirões na época da colheita para auxílio aos demais agricultores do grupo e atuação em Grupos de Mulheres do município.

Em contato com vários deles durante a feira semanal na cidade e entrevistas realizadas com duas agricultoras, pôde-se perceber um envolvimento dos participantes em questões diversas, não ficando restritos a interesses de produção e desenvolvimento técnico. Ao contrário, manifestam que percebem a integração das atividades agroecológicas com a dinâmica local e com outras questões sociais, além de crença na perspectiva de expansão do trabalho que realizam.

Eu acho que, se a família trabalhasse tudo junto, dá. Dá tranquilo. Só que nós, da associação, já chegamos assim. Quando criamos a associação, meu marido já trabalhava fora. As minhas filhas trabalham fora também. Uma trabalha de professora e as duas ali também de agentes de saúde. Mas todo mundo faz aquele trabalho também sempre voltado... (para valores de integração ao meio ambiente) porque você sabe, que, se você quiser fazer um bom trabalho pelo meio ambiente, pela natureza, pela saúde, pela educação, você tem que estar envolvido em todos os setores. Então porque não melhor uma filha de agricultor professora ou agente de saúde, porque também vai passar um pouco daquele conhecimento teu para as outras áreas (Emília, agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

Questionamentos sobre a atuação da prefeitura local, de vereadores em campanha para a eleição que ia se realizar em outubro de 2008, a importância de se organizarem para defender ideais agroecológicos, entre outros temas, foram recorrentes nas conversas, e expostos de forma articulada com a realidade local.

A cidade fica localizada no Planalto Serrano e embora esteja próxima a Serra Catarinense, não é região turística, como Urubici. Com 17.086 habitantes e a 315km da



capital, a cidade com a qual mantém maior vínculo comercial é Lages, polo econômico do sul de Santa Catarina.

A extração de madeira e indústria de papel e celulose é a principal fonte de riqueza da região, e a empresa Klabin S/A a maior em funcionamento. Diversas questões foram levantadas pelas agricultoras de Otacílio Costa e por técnicos do Centro Vianeí em relação à transformação da vegetação nativa e problemas com o solo causados pelo cultivo intensivo de pinus na região. Também foram relatadas más condições de trabalho e moradia (acampamento) as quais os maridos das agricultoras entrevistadas encontram ao trabalhar neste negócio.

Na sequência, apresentam-se as famílias e indivíduos entrevistados.

### **Família LEITE**



A agricultora Aleida Pereira Leite, viúva, 54 anos é a atual presidente da Associação das Famílias Agroecologistas de Otacílio Costa-AFAOC. Ela tem realizado agricultura no estilo agroflorestal, em que há uma integração de diversos tipos de

plantas e formas inovadoras de recomposição do solo. Essas experiências têm sido vivenciadas pelo grupo e especialmente o modelo de trabalho de Aleida é apresentado em regiões vizinhas. Com três filhos de 35, 33 e 29 anos que atuam em ocupações em cidades, um cunhado dela pretende voltar a morar no campo e ingressar na agroecologia, depois de perceber o êxito das atividades.

A gente nem morava aqui, sabe? Nós moramos na cidade do sul para elas estudarem e agora uma delas é professora. Ela dá aula. Outra mora lá no Piçarras, no litoral. Ela tem loja e tem lanchonete. E também tem a sorveteria que ela trabalha com o esposo dela. Mas tem um genro meu que está voltando a trabalhar comigo. Depois que ele viu que a gente está entregando os produtos no PAA, que agora sabe que a gente tem comércio. Tudo o que a gente planta, a gente tem agora onde entregar, sabe? Então ele quer vir trabalhar comigo agora” (Aleida agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

### Família SOUZA



A entrevista foi realizada com a agricultora Emília de Fátima Velho, 44 anos, casada com Luis Francisco Souza, 50 anos. O casal tem uma filha de 20 anos, que trabalha como professora em escolas do município. Já realizou diversas viagens não somente no Brasil, mas também na Itália para apresentar a experiência do grupo, com o destaque de atividades agroecológicas de Grupos de Mulheres. Estas atividades também foram reconhecidas com o prêmio Margarida Alves, que receberam no ano de 2007 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).<sup>60</sup>

As duas agricultoras entrevistadas tiveram atuação anterior no Movimento de Mulheres de Otacílio Costa. A conversão para a agricultura orgânica e a entrada na Rede Ecovida se deram ao mesmo tempo e foram frutos dessa participação no movimento organizado pela igreja católica.

Primeiro começou com a questão da organização, porque muitas mulheres não tinham nem para comer. Não tinham CPF, não tinham identidade. O povo lá quando queria se aposentar precisava do papel e não conseguia, não tinha nada, não era sócio do sindicato, nada, né? Daí começou a questão de organização, a questão de se organizar. Ter o seu documento, coisa e tal, né? Aí a gente foi crescendo (Emília, agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

Aleida e Emília há mais de 20 anos atuam nesse movimento que tem um trabalho social ligado à saúde e a questões de gênero. O contato com a Rede Ecovida se

---

<sup>60</sup> Este prêmio foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE). A iniciativa é uma homenagem a Margarida Maria Alves (1943-1983), uma dirigente sindical que, após 12 anos no Sindicato Rural de Alagoa Grande (PB).

deu por intermédio do Centro Viane e da Cooperativa Ecoserra, que fizeram um trabalho de divulgação na igreja e no movimento de mulheres.

### **5.3 Núcleo Litoral Catarinense**

O núcleo Litoral Catarinense é formado por 12 grupos de produtores familiares e é assessorado pela ONG Cepagro - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo, com sede em Florianópolis. No âmbito governamental, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), ligada à Secretaria do Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural também presta assessoria técnica. Compõem ainda este núcleo duas entidades, a Associação de Agricultores Ecológicos de Ituporanga e o Instituto de Permacultura Austro-Brasileiro, que atuam em regiões específicas e tem menor envolvimento com a Ecovida (CEPAGRO, 2008).

O núcleo integra hoje diferentes espaços públicos: Conselho Estadual do Pronaf, Comissão Estadual de Produção Orgânica, Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural, Fórum Estadual e Fórum Regional de Economia Solidária e Comitê Estadual de Alternativas para a Cultura do Tabaco/MDA.

A coordenação do núcleo, que é composta por representantes dos grupos que o compõem se reúne a cada dois meses, e definem entre outros assuntos, a construção coletiva do Conselho de Ética. O contato com os agricultores ocorre em 'dias de campo', nos quais realizam atividades nas propriedades como as oficinas, além de participar de reuniões dos grupos locais. Segundo o coordenador do Cepagro, Charles Lamb, a atuação junto às famílias é planejada de forma a respeitar as necessidades de cada uma, e a dinâmica das comunidades.

Não tem como, de cara, pegar uma família que está há anos produzindo com veneno, há anos produzindo de modo individual, e aí você diz que ele vai ter que se adequar na rede para a gente poder acompanhar. O mínimo que a gente consegue de início é bancar que seja um grupo. “Oh pessoal, vocês querem discutir, tudo bem, a gente vem ajudar, mas, pelo menos um grupo municipal a gente vai ter que ter”. Depois quando a gente sente que através dos intercâmbios, dos momentos mais coletivos, que o grupo está minimamente estruturado, que tem pessoas dentro do grupo que absorveram, internalizaram alguns princípios da rede, aí sim, a gente aprofunda as questões da rede em si. A gente também tem esse cuidado de como chegar, e do que falar, porque a gente tem a inconstância dos projetos. A gente não sabe se amanhã vai poder estar presente, por conta de vários fatores. Então deixamos claro que não somos nós que vamos realizar a comercialização de vocês. Tem alguns canais, que vamos abrir, mas não somos nós que vamos lá negociar o saco por R\$ 50. São coisas que a gente tomou os devidos cuidados porque como muita gente já bateu na porta desses agricultores: “agora eu vou te salvar, eu sou a salvação da lavoura”, não queremos repetir este tipo de problemas para eles (Charles Lamb, coordenador do Cepagro).

O Cepagro é uma organização não governamental, foi fundado em 20/04/1990 por pequenos agricultores e técnicos interessados na promoção da agricultura de grupo, como forma de viabilização das pequenas propriedades rurais. Nos primeiros 10 anos de existência, trabalhou com agroindústria de pequeno porte, cooperativas de crédito, gestão agrícola e agricultura alternativa. Neste período não trabalhava diretamente com os agricultores, assessorava outras entidades, dentre as quais seis permanecem hoje compondo o Conselho Deliberativo do Cepagro, a buscar programas, fazer a interlocução com agentes públicos federais e internacionais, captar recursos, gestar

projetos, mas não os executava. Participa inclusive deste Conselho, Natal João Magnanti, um dos diretores do Centro Vianei de Educação Popular, ligado ao núcleo Planalto Serrano da Ecovida.

A entidade financia suas atividades por meio de projetos junto aos apoiadores públicos e privados, nacionais ou internacionais, que são elaborados considerando a UFSC como parceira nas ações e trabalhos desenvolvidos, envolvendo de maneira direta estudantes e professores. Orientam estagiários, bolsistas, pesquisadores, estudantes da graduação e pós-graduação, participando de projetos acadêmicos durante e em final de curso. São ainda credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), desde 2008, a prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

O núcleo fez um encontro recente, em junho de 2008, citado por diversos agricultores, nas entrevistas realizadas. Durante três dias reuniram-se no projeto Ambiental Gaia Village - um espaço todo baseado na arquitetura sustentável, com banheiros secos, lavagem racional de louças e aquecimento solar. Segundo Charles Lamb, em entrevista, “com o encontro a identidade regional da Rede Ecovida ganhou força e foram traçados novos contornos do Núcleo Litoral Catarinense”. Fizeram na oportunidade, a entrega solene dos Certificados de Produção Agroecológica, aos representantes das propriedades certificadas. O último tinha ocorrido em dezembro/2006.

Os três grupos analisados, Garopaba, Três Barras e Paulo Lopes, neste núcleo se situam em cidades à margem da BR-101, ao sul do estado de Santa Catarina. A região tem uma economia focada no turismo, mas esta atividade não incide diretamente em benefícios para os grupos. O contato inicial foi feito com agricultores da comunidade de Três Barras em julho de 2007 durante o 6º. Encontro Nacional da Ecovida. Os outros

dois grupos foram indicados pelo coordenador do Cepagro, durante a entrevista realizada, atendendo à solicitação de contatar grupos com estágios diferentes de estruturação.<sup>61</sup>

A seguir, são apresentados detalhadamente os grupos e os sujeitos entrevistados neste núcleo.

## **5.4 Sujeitos entrevistados e trajetórias das famílias**

### **5.4.1 Grupo Garopaba**

O grupo se formou em 2002 e passou a integrar a Rede de Agroecologia Ecovida na mesma época. É considerado em estágio de transição em relação à sua estruturação, de acordo com o coordenador geral do Cepagro. Participam dele 12 famílias e surgiu de um movimento iniciado por um grupo de moradores da região em 2000, que formou um comitê pró-agricultura orgânica. Receberam apoio, à época, da Associação Comercial e Industrial de Garopaba – ASSIG, que organizou feiras e visitas a produtores de outras regiões. A grande conquista, considerada um marco para o grupo é o Mercado do Produtor. Inaugurado em 2003, é um espaço fechado para comercialização apenas de produtos orgânicos, onde é vendida praticamente toda a produção e são realizadas as reuniões semanais, programadas pelo grupo. Atualmente, a prefeitura colabora com parte dos custos da manutenção do local.

O grupo de Garopaba se constituiu em 2004 como Associação dos Produtores Orgânicos e Coloniais – ANAPEN, representando juridicamente os agricultores, com

---

<sup>61</sup> Com a pesquisa inicial no núcleo Planalto Serrano pôde-se constatar a existência de três tipos de grupo: consolidados, em transição e em estágio inicial. Embora o núcleo Litoral Catarinense não use nem um tipo de classificação, utilizei esta lógica para buscar informações sobre a organização dos grupos também neste núcleo.

aproximadamente 20 participantes, sendo 8 de produtos coloniais e 12 de produtos orgânicos. Este outro termo corresponde ao produto processado de forma artesanal, sem uso de conservantes aromatizantes e funciona, segundo os membros do grupo, como um meio de permitir a aproximação de produtores que ainda não estão na Rede Ecovida, mas demonstram interesse neste sentido. Dos doze produtores orgânicos iniciais, permaneceram oito, que são os participantes efetivos do grupo Paulo Lopes na Rede Ecovida, aderindo às práticas agroecológicas e a seus princípios.

Na visão dos agricultores, entre os desafios atuais do grupo está a criação de uma cooperativa e de uma associação de consumidores, ambos para ampliar canais de venda e acesso a mercados. Outro aspecto considerado estratégico é a ampliação do número de componentes do grupo e da variedade de produtos. Atualmente, eles conseguem oferecer hortaliças, legumes, farinha, leite de gado e de cabra. Não há frutas e raízes, portanto não atendem à demanda dos consumidores. Também faz parte dessa discussão o beneficiamento de produtos e embalagens que agreguem valor ao produto natural.

O referido grupo realiza reuniões semanais e periodicamente se encontra em almoços na propriedade de um dos componentes para que as famílias se conheçam. Esses encontros que eram bimensais diminuíram no último semestre, em razão do aumento de atividades das pessoas designadas para funções na Executiva do Núcleo Litoral Catarinense, para o Conselho de Ética e para a Coordenação Regional. Além disso, tem participação ativa no Grupo de Trabalho-GT do Circuito de comercialização, que ocorre uma vez por mês.

A seguir, são apresentadas as famílias e sua trajetória após a produção agroecológica.



### Família ROSA



Adi da Rosa, 36 anos e Roseane Freitas da Rosa, 34 anos residem na comunidade da Limpa, zona rural de Garopaba desde 1985 e têm uma filha de 13 anos. O tempo de produção orgânica é de seis anos, com o cultivo de mandioca e produção de farinha, em conjunto com quatro irmãos do Sr Adi da Rosa. A área total da propriedade é de cinco hectares e meio, sendo dois certificados para produção orgânica com o plantio de mandioca. O restante da terra é utilizado em arrendamento por pessoas interessadas no plantio e produção da mandioca no formato convencional. Adi completou o Ensino Médio e a Sra. Roseane estudou até a 4<sup>a</sup>. Série do antigo primário e não trabalha atualmente.

## Família CARDOSO



A família Cardoso é composta pelo casal João Batista Cardoso, 43 anos e Lúcia Helena Cardoso, 38 anos e por três filhos: uma filha casada, com 18 anos, uma de nove anos, Beatriz, e Tiago de 14 anos. Residem desde o nascimento na Comunidade do Ambrósio, região intermediária entre a zona rural e a zona urbana de Garopaba/SC. A área da propriedade é de 3,5 hectares e atuam há quatro anos na produção orgânica, cultivando mandioca, cana, feijão, aipim, feijão, hortaliças e, como atividade principal, a criação de gado de leite. A propriedade fica próxima à dos irmãos de Batista, que, como ele, receberam do pai, ainda vivo, a parte da herança em terra. Dois dos irmãos produzem também o leite orgânico e o vendem junto com a família Cardoso.

Batista já trabalhou como marceneiro, açougueiro e pedreiro. Há cinco anos voltou para o trabalho rural, com a entrada para o grupo da Ecovida em Garopaba. Lúcia deixou de trabalhar há nove anos para se dedicar também à propriedade. Ela estudou até a 7ª. Série do Ensino Fundamental e Batista, até o 2º ano do antigo primário. Não pretendem voltar a estudar, mas vêm realizando cursos como os de “agente de saúde animal” e “administração de propriedade”.

Como perspectivas para o futuro, o casal destaca a necessidade de continuar construindo condições para que os filhos possam permanecer trabalhando no campo agroecológico e não precisem sair do meio rural por falta de condições de viver dele, como o caso do próprio Batista e Lúcia, no passado.

#### **5.4.2 Grupo Paulo Lopes**

O grupo é composto por 12 famílias, das quais seis são certificadas e assim podem utilizar o selo da Rede Ecovida. Residem em casas distantes uma das outras, fato destacado pelos técnicos do Cepagro e alguns agricultores como um complicador da

vida em comunidade – o isolamento pela distância geográfica e a falta de transporte para o deslocamento fazem com que a convivência seja muito restrita. Além disto, o grupo não tem um local de encontro como a Escola ou o Mercado do produtor em Garopaba, e não realizam reuniões constantes.

O espaço de troca e convivência é resgatado de outra forma, propiciando interdependência e partilha de experiências. Uma das práticas mais significativas são as que incluem as atividades no Conselho de Ética e Certificação. Estas exigem postura crítica e habilidade em lidar com conflitos, já que se pretende avaliar o trabalho dos participantes, visando garantir a produção orgânica e a transformação da propriedade em agroecológica.

O conselho de ética presta informação, cada grupo tem uma representação, então de modos que eles se inserem. Não é recomendado que fiquem sempre as mesmas pessoas. Há alguma alternância e a alternância acaba sempre remetendo as pessoas que não tem esse perfil, essa disposição de participar e a rede faz com que acabe indo, que essa simplicidade seja benéfica para um lado e outro, tanto para o indivíduo como para o conjunto porque há sempre uma troca de experiência. Um sabe de uma coisa ou vai e aprende alguma coisa, as coisas vão se nivelando (José Abrilino, produtor do grupo Paulo Lopes/núcleo Litoral Catarinense).

De forma geral, as práticas sociais mais recorrentes no grupo permitem um tipo de experiência relacionado ao aprendizado de técnicas com foco produtivo.

Este é o mais antigo dos três grupos pesquisados no núcleo Litoral Catarinense, mas é possível notar maior articulação no grupo de Garopaba. Isto pode ser explicado pelas reuniões frequentes nas quais discutem projetos coletivos e trazem a público

questões individuais sobre planejamento de vida. Um fato que diferencia também a dinâmica dos três é a existência de dois líderes que representam o grupo Paulo Lopes em diversas situações<sup>62</sup>, enquanto em Garopaba isto ocorre de forma mais diluída, e em Três Barras não há uma apresentação significativa de iniciativas individuais ou mesmo do próprio grupo. Os membros mantêm participação ativa, mas em processos geralmente iniciados pelo Cepagro ou pelos técnicos do Comitê de Microbacia, que atua na localidade. Pode-se verificar, no entanto, que o projeto recente que implementou a atividade da tecelagem teve encaminhamentos originados da própria comunidade.

### Família PIRES



José Abrilino Bueno Pires e Maira Jean Aguiar Pires residem na zona rural da cidade de Paulo Lopes há 14 anos. São considerados ‘neo-rurais’, termo que define a

---

<sup>62</sup> Um destes representantes ocupou a Secretaria de Agricultura do município no mandato de prefeito que terminou em 2008.

condição de moradores de cidades que resolveram mudar para o campo, sem possuir origens neste ou experiência de trabalho agrícola. Na propriedade reside apenas o casal, e mantêm empregados para a realização do trabalho.

Os dois tem formação de nível superior e desempenhavam outras atividades profissionais até resolverem iniciar a produção orgânica, cultivando cana-de-açúcar para produção própria de cachaça que comercializam. São vinculados ao grupo Paulo Lopes e possuem registro e marca própria do Alambique Dom Bueno, o que amplia a perspectiva de comercialização. Maira atua como apoiadora em diversas atividades da Rede para integração das famílias locais e Abrilino na Comissão de Ética e representante do grupo em reuniões com a coordenação do núcleo Litoral Catarinense em Florianópolis, exercendo papel de liderança em diversos processos.

### **Família EMERENCIANO**



Maria Albertina Emerenciano, 44 anos e Sr. Adelino Otacílio Emerenciano, 45 anos. A família cultiva mudas de plantas orgânicas para revenda, atividade iniciada por

incentivo de um produtor orgânico participante da Rede Ecovida do grupo Paulo Lopes. O trabalho é praticamente todo realizado por Dona Maria, que foi entrevistada. O marido trabalha como pedreiro na cidade de Itajaí e só retorna para casa nos finais de semana.

Residem na zona rural da cidade Paulo Lopes há oito anos, vindos de Florianópolis em busca de um retorno ao campo. A família é constituída por oito pessoas: os quatro filhos mais novos moram na casa, um casado reside na cidade de Paulo Lopes, trabalhando como vigia em empresa, e outro mora em Florianópolis com a avó. Vanessa de 21 anos, Tiago de 15, Rodrigo de 13 e Eric de 8 anos estudam na cidade à qual o povoado é ligado.

A área da propriedade é de 3,5 hectares, produzindo especificamente mudas de verduras, folhagens e árvores nativas em viveiros e estufas, e o tempo de produção orgânica é de três anos, o mesmo do início do trabalho com as mudas. Essa atividade significou inicialmente uma alternativa para que Maria Albertina tivesse algum tipo de trabalho e colaborasse com as despesas da casa, mas atualmente representa a alternativa para os períodos em que o Sr. Adelino não consegue serviço.

Abro um parêntese para relatar que Dona Albertina mostrava dificuldade em falar mais abertamente sobre o trabalho e acerca dos aspectos difíceis da produção e comercialização. Por diversas vezes ela se referiu ao marido como a pessoa que poderia explicar melhor a questão. Em outros assuntos ela demonstrava maior conforto para as análises.

Os filhos estudam na cidade em Paulo Lopes, e vão de transporte gratuito oferecido pela prefeitura, quando há mais de quatro alunos. Embora esta fosse uma das propriedades de maior isolamento geográfico, não havia demonstração de

descontentamento com a vida ali, mas a inclusão de elementos de integração da relação cidade/campo.

A forma mais presente de participação coletiva ocorre no grupo da igreja, que se reúne semanalmente, com aproximadamente 25 pessoas. As referências ao convívio fora do grupo familiar foram feitas por Dona Albertina sempre em relação à igreja, pois é por meio das discussões neste grupo que as melhorias e intervenções na comunidade são encaminhadas.

#### **5.4.3 Grupo Três Barras**

O grupo é composto por dez famílias. Foram entrevistadas integrantes de três delas, sendo uma produtora de farinha, outra de hortaliças e a última atuando em tecelagem. Residem no povoado de Três Barras, pertencente à zona rural do município de Palhoça. Este grupo é considerado pelos coordenadores do Núcleo em estágio inicial de transição para a agroecologia. As famílias demonstram pouca compreensão das articulações com as quais estão envolvidas tendo participação na Rede Ecovida, e demonstram uma postura de espera em relação a propostas de melhorias, que geralmente não partem de organização e discussão originada no grupo. Começam a perceber a possibilidade de ganhos financeiros, mas a perspectiva de continuar atuando na produção agroecológica como atividade permanente, com reconhecimento externo do valor do seu trabalho é a principal referência demonstrada nas falas. Já sentiram resultados mais imediatos de melhoria nas condições de trabalho e envolvimento com moradores locais mediante a alfabetização de adultos, da qual todas as famílias integrantes do grupo fazem parte. Neste grupo, além das reuniões e oficinas promovidas pelo Cepagro através da Rede Ecovida há mais duas formas de interação entre os



participantes – a igreja, que já é um espaço social consolidado, e a escola, espaço recente. O plantio na região era principalmente de fumo.

### **Família NASCIMENTO**



João Manoel do Nascimento, 58 anos, e Rosa Constância do Nascimento, 51 anos. A família é constituída por seis filhos, sendo cinco homens, com idades de 35 anos (Renato), 29 anos (Luís), 26 anos (Mauri), 23 anos (Reinaldo) e 18 anos (Danilo) e

Neusa com 32 anos. Luís mora em Brasília há 12 anos, e Neusa em Joinville. Os demais moram na região, trabalhando como caminhoneiro e empregados de fazendas, cultivando arroz e tirando lenha. Apenas Danilo, o filho mais novo, mora e trabalha com os pais na agricultura orgânica, mas não tem interesse em permanecer.

A família reside em Três Barras, zona rural do município de Palhoça/SC, desde o nascimento. A área da propriedade é de seis hectares, com dois anos de produção orgânica e vive da venda de farinha. Cultiva-se a mandioca para o beneficiamento, e hortaliças apenas para consumo. O casal Nascimento participou do encontro nacional da Rede Ecovida e do regional em Garopaba recentemente, e das famílias entrevistadas é a única em que marido e mulher realizam diversas atividades da produção e viagens em conjunto. São também os agricultores mais velhos do grupo pesquisado. Em processo de alfabetização, o casal cursa o programa de Educação para Jovens e Adultos desde o ano de 2008.<sup>63</sup>

### **Família CORREIA**



---

<sup>63</sup> Durante a pesquisa foram realizados três contatos diferentes com esse casal: foram contatados inicialmente em julho/2007 na cidade de Lapa/PR durante o Encontro Nacional da Rede, visitados para conhecimento da região onde moram em fevereiro/2008 e ouvidos em entrevista em julho/2008.

Maria Izabel Correia, 48 anos e Leopoldo Correia 53 anos tem quatro filhos, sendo três homens, já casados, e Viviane de onze anos. Os três primeiros concluíram os estudos até a 8ª. série e pararam o para trabalhar, além de constituir família com 16, 17 e 20 anos. Atuam em cidades próximas, na construção civil e em empresa de abate e comercialização de frangos, que emprega muita gente na região. As esposas exercem atividades complementares à renda do marido, como a venda de produtos de beleza em casa e trabalhando em salão de beleza. Dona Maria e o sr. Leopoldo estão sendo alfabetizados, cursando o Programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA) desde o ano de 2008. Ela se refere à possibilidade de que a filha mais nova estude com condições que os outros não tiveram.

Esta família planta hortaliças, enquanto a maioria em Três Barras tem engenho de farinha. O marido trabalhou dezoito anos na mesma empresa de comercialização de frangos que o filho está na cidade de Palhoça, e foi demitido depois de um período afastado por doença ocupacional, por ter adquirido lesão por esforço repetitivo. Atualmente é aposentado e trabalha carpindo terrenos de outros proprietários para complementar a renda. Com a entrada na produção orgânica há cerca de um ano e meio, o casal pretende vir a atuar somente com a venda de hortaliças. Atualmente um dos filhos as vende em Palhoça, entregando em pequenos mercados.

### **Família ALVES**

Foi entrevistada a Sra. Maurina Moura Alves e sua filha Yoná Livia Alves. Maurina é viúva e trabalha há 19 anos como funcionária pública, em serviços gerais na escola pública local. Passou a atuar na Rede Ecovida em julho/2007, há aproximadamente um ano, com um grupo que começava a aprender tecelagem. O

motivo inicial para o envolvimento com o grupo foi a morte recente do marido, e a busca de convívio com outras pessoas. Depois disto, iniciou também estudos na Educação de Jovens e Adultos – EJA, cursando a 3ª. série primária.



O aprendizado da tecelagem ocorreu com a intervenção da Cepagro que organizou um curso na comunidade de Três Barras, replicando projeto que já é desenvolvido em outros grupos da Ecovida. Algumas mulheres da região viajaram para conhecer este tipo de trabalho em duas cidades - São Joaquim e Joinvile e ajudaram a divulgar a proposta, que iniciou com dezoito mulheres participando do curso oferecido na comunidade. Apenas cinco permanecerem no grupo, e segundo Maurina, embora venham fazendo um trabalho de qualidade a desistência está relacionada ao baixo retorno financeiro.

No entanto, ela ressalta o valor desta atividade como abertura de novas oportunidades para quem não pretende atuar no cultivo agrícola:

Mas eu acho assim se não fossem eles abranger esse projeto e não tivesse outras coisas ficasse só no orgânico, quem seria beneficiado com isso? A dona Marininha e a Dona Virginia? São as únicas, porque eu acho que ajudando todo mundo, como o da farinha, do tear serve mais gente (Maurina, tecelã do grupo Três Barras/ núcleo Litoral Catarinense).

Após um ano de atuação na tecelagem as mulheres viajaram para a cidade de Garopaba, onde participaram do encontro regional do núcleo Litoral Catarinense e apresentaram sua experiência. Além disto, recebem também visitas de outros participantes da Ecovida interessados em conhecer a experiência.

Elas foram (ao encontro regional) porque elas queriam amostras para mostrar no salão, na tecelagem, elas fizeram lá, elas deram aula, porque é assim, vem muita gente visitar, ônibus vem de faculdade, vem pessoal de Angelina que também tem o mesmo projeto desse aqui que é tecelagem, vieram aqui, aí eu fiz almoço aqui (Maurina, tecelã do grupo Três Barras/ núcleo Litoral Catarinense).

A seguir são apresentadas as análises realizadas com base na percepção dos próprios agricultores e nas práticas sociais relacionadas às experiências de trabalho na produção orgânica, de participação na Rede Ecovida, de motivos que os levaram a entrar e permanecer na Rede, e de mudanças em suas vidas, resultantes dessas experiências.

Tais aspectos serão explicitados a seguir, tendo sido organizadas as experiências relatadas nos seguintes temas: **interesses para a entrada e permanência na Rede de Agroecologia Ecovida; experiências de trabalho e participação, e transformações nas relações sociais, de convivência no grupo e na vida familiar.**

## **5.5 Entrada e permanência dos agricultores na Rede de Agroecologia Ecovida**

Na visão de praticamente todos os agricultores pesquisados a entrada na Rede Ecovida se deve ao interesse pelo aprendizado de técnicas que ampliem as oportunidades de trabalho e renda e facilite a comercialização de seus produtos. Isto inclui a garantia de finalização deste processo, evitando a ação de intermediários que já lhes causaram perdas anteriores.

Nos grupos que passaram a atuar na Rede Ecovida há pouco tempo, menos de dois anos, o foco de interesse dos agricultores é o aprendizado de novas técnicas e a aquisição de informações que lhes ampliem a perspectiva de trabalho, por isso demonstram muito interesse em ir a reuniões. Ademais, a Ecovida aparece como possibilidade de ampliação de relações com outros grupos de agricultores, com o Governo, e de acesso à informação. Também foi bastante citada nas falas dos entrevistados como propiciadora de novas relações de amizade e de criação de oportunidades de viagens, como relatado por Emília:

Assim, por causa da certificação. Como nós temos que comercializar nossos produtos, nós temos certificado, o selo da Ecovida, nós podemos comercializar nossos produtos. Depois que a gente começou, então, a gente faz intercâmbio, a gente vai nos três estados do sul, Rio Grande, Paraná e Santa Catarina. A gente faz seminários, assim, a gente leva conhecimento, pega conhecimento dos produtos. É muito bom isso aí. Você troca experiência, você vê como eles fazem lá. Por isso que cada vez que uma pessoa pede para ir visitar minha casa, que nem se você fosse lá na minha casa, por um lado tem gente que diz: ah,

eu não gosto. Eu não. Quero que veja o que eu estou fazendo. Eu me sinto bem. E quando a gente vai nas outras propriedades, a gente vê que a gente é uma rede mesmo. A gente trabalha quase que a mesma linha. Ou aqui os problemas são os mesmos de lá no Rio Grande, ou lá do Paraná. A gente sente que a gente tem a mesma linha. A gente se sente em casa, se sente segura (Emília, agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

A adesão aos princípios agroecológicos, que enfatizam o cuidado com o meio ambiente e as questões sociais envolvidas na produção, e não somente ao produto orgânico - parte final do processo é mais clara no pessoal que atua há mais tempo ou que se originou de movimentos sociais organizados, como as agricultoras de Otacílio Costa. É também evidente a diferença de visão dos que tem participação ativa na Rede e obtiveram, nos encontros da Ecovida, conhecimento de técnicas e troca de experiências com agricultores de outras localidades.

Acho que com certeza é respeito pelo meio ambiente, pela natureza. Porque tu falares, tu seres um ecologista, tu plantares orgânico não é só tu não pões o veneno lá. Não é assim, né? É um processo que envolve todas as coisas. Tu tens que ter respeito pelo meio ambiente, tu tens que preservar as nascentes. Você preservar a araucária. Cuidar do meio ambiente mesmo com todo carinho do teu e do teu seguinte. Pôr consciência nas pessoas como: não vamos destruir, não vamos pôr fim nas nossas lavouras, porque já tem muito problema. Logo nós não vamos ter água mais aqui. As nascentes estão secando (Aleida, agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

No caso do grupo de Otacílio Costa fica evidente a identificação com a rede na sua totalidade e a preocupação com questões no plano regional e não somente do seu grupo de origem.

A rede é o que identifica a gente, né? Nós nos identificamos através de uma rede. Ou com o boné ou sem o boné, né? Se fala de Ecovida a gente já sabe da nossa linha, né?” (Aleida, agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

Vários dos agricultores usavam bonés da Ecovida durante as entrevistas e no serviço da feira, e demonstram orgulho ao serem identificados por estes símbolos.

E eu me sinto bem feliz, é claro. Você nem imagina como eu gosto de andar com esse boné. Eu até vou no banco, outros lugares. Eles perguntam: não vai tirar esse boné? Eu vou porque eu sou assim, eu gosto. Eu me sinto assim, bem, bem confortável. Sim, a gente olha e já sabe que nós temos esse trabalho (Emília, agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

Quando se tratou da questão da permanência na Rede, outros aspectos foram mencionados como os principais responsáveis. Foram ressaltados nas entrevistas a aprendizagem de técnicas para conservação do solo e cuidados com o meio ambiente, a facilidade de aquisição de informações diversas, o apoio para acesso a crédito, o conhecimento de iniciativas de agricultores de outras localidades, a descoberta de novas possibilidades de ocupações no meio rural, e a ampliação das relações sociais incluída em todas estas experiências. Estes aspectos foram apontados como os responsáveis pela



manutenção de vínculos de forma mais duradoura, e são vinculados a interesses encaminhados pelos próprios agricultores.

Isso é uma coisa muito importante, surge o desejo, eu já vi algumas situações que é bem isso, que as pessoas ficam sabendo que foi noticiado que lá em tal ponto da rede apareceu uma pessoa que deu um auxílio de tecelagem por exemplo e que as mulheres se interessaram muito e pensam - podia fazer aqui, ou então o fulano fez um banheiro seco porque ecologicamente, podia fazer lá em casa também, quem sabe a gente se organiza, entra em contato com o Cepagro, e conseguem ser inseridas na programação e fazer cursos e oficinas. Acho que é assim, desperta o interesse. Ou a Rede faz um encontro como esse de Garopaba que foi feito numa propriedade onde tudo é voltado para o funcionamento com respeito à ecologia e tal. Então lá as pessoas vêm coisas que podem demonstrar na comunidade. Por isso rede, são elos que vão se juntando e as coisas vão acontecendo (Maira Jean, produtora do grupo Garopaba/ núcleo Litoral Catarinense).

Adi, agricultor e coordenador atual do grupo de Garopaba, ressalta que o interesse pelo selo propiciado pela certificação é um meio para conseguirem alcançar outros objetivos, não determinando o fim do processo.

O produtor entra para a rede e não está preocupado em ganhar um selo que o produtor ganha, ele está mais preocupado em aprender, estar aplicando as novas técnicas, ele está realmente conseguindo produzir orgânico e quem sabe chegar ao nível agroecológico de produção onde ele possa preservar a água, preservar o solo e tudo isso e não simplesmente produzir sem agrotóxico, como orgânico, e meter no mercado. Ele está mais

focado nessa questão ambiental toda, nessa questão social toda, só que para ele sobreviver disso ele precisa comercializar e para ele comercializar o mercado hoje exige o selo... então, ele acaba consequentemente batalhando muito por um selo para viabilizar a propriedade dele (Adi, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

Em relação a fatores que geram identificação e representam vínculos que fortalecem a inserção na Rede, constituem a referência principal os pequenos grupos nos quais os agricultores interatuam. Depois aparece a referência às ONGs Centro Viane e Cepagro com as quais eles interagem constantemente e à Cooperativa Ecoserra que faz a comercialização. Esta percepção é destacada em todos os grupos, mas naqueles mais estruturados a identificação com a Rede Ecovida fica mais evidente, uma vez que demonstram responsabilidade de atuar no fortalecimento da rede.

Eu acho que a rede é um grande espaço de troca, então talvez esse tempo que a gente está deixando para me informar de alguma coisa, depois ele necessita retornar para a gente em outras informações e isso é super importante porque, às vezes, até alguém que a gente já passou, a gente já conversou, a gente já trocou experiências chega aqui e nos pega até meio que frustrado ou meio decepcionado ou triste ou com problema no grupo e chega e aí... vocês lembram aquela vez que vocês resolveram aquele meu problema assim? A solução tá aqui e aí aquilo motiva de novo, então eu acho que a rede, a rede Ecovida ela é além de muitas outras coisas um espaço de troca onde troca entre técnicos e agricultores, entre agricultores e agricultores, entre técnicos e técnicos, tudo assim, entre pessoas de outros grupos (Adi, agricultor do grupo Garopaba/núcleo Litoral Catarinense).

A confiança de poder se amparar no grupo também é demonstrada por Emília em Otacílio Costa.

Eu não sinto, em momento nenhum que a gente desanimou. Eu acho que não né, Aleida? Claro que balançar, quem não balança? Às vezes está melhor, às vezes não está muito bem, mas nunca a gente... O nosso objetivo é esse e é que nem eu disse, eu agora estou sendo mais, presidente, eu quero ver se sobrava mais um tempo para eu fazer um trabalho mais de base com os meus próprios vizinhos, ver se conquisto mais pessoas para entrar na associação lá (Emília, agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

Os participantes do grupo Otacílio Costa, Garopaba e alguns de Paulo Lopes demonstram uma percepção de pertencimento com a Rede Ecovida, mesmo que citem as ONGs - Centro Vianeí e Cepagro como principais elos e também responsáveis por encaminhamentos diversos e criação de oportunidades.

Ela te bota em contato com pessoas que podem te ajudar, então como é que carpina, eu não sei, tô com dúvidas, eu sei aonde perguntar de graça, de forma confiável ou eu posso ir lá no vizinho que eu sei que já aprendeu, ou eu vou lá no Cepagro e pergunto para os técnicos, ela te põe em contato, ela te possibilita tudo o que tu quiser (Maira Jean, produtora do grupo Garopaba/ núcleo Litoral Catarinense).

Nos grupos consolidados há uma referência ao “nós” e à construção conjunta de atividades, mais correntemente do que nos que estão em estágio inicial ou em transição, nos quais se referem à Ecovida como “eles”.

Outros fatores significativos responsáveis pelo engajamento são relacionados à efetivação de oportunidades de trabalho. Iniciar um curso de ação e dar encaminhamentos com a perspectiva de êxito cria um comprometimento que consegue suportar problemas e até a mudança de planos iniciais. Mesmo ocorrendo desistências de componentes, a coesão é mantida. O grupo Renascer caracteriza bem este movimento:

A gente já participava de umas reuniões, mas eles não, como se diz, a gente só participava das reuniões, mas não trabalhava, né? Aí tudo aquela coisa assim muito desanimada, muito, ah, não vai dar certo, isso aí não funciona, isso, aquilo, né? Então, daí só sei que, nos seis anos, sete para cá que a gente está participando mais. A gente firmou. [...] Foi quando veio a agroindústria (Sirlene, agricultora Grupo Renascer núcleo Planalto Serrano).

Neste grupo, atualmente o que imprime maior coesão entre os membros é a necessidade de se unirem para absorver novas oportunidades de trabalho as quais requerem um número mínimo de agricultores envolvidos, como o projeto de turismo ambiental 'Acolhida na Colônia', no qual estão envolvidos.

Assim, os interesses mais significativos no grupo Renascer são cada vez mais ligados à produção e a objetivos concretos, que os trabalhadores começam a perceber como possíveis de atingir. Eles se interessam pelas propostas, considerando a credibilidade de projetos anteriores da Rede Ecovida, nas quais vêm obtendo êxito.

O foco dos contatos é praticamente direcionado a decisões de trabalho, referentes a processos sequenciais à produção, como no caso da panificação, cujo aumento da demanda gera problemas com a aquisição de insumos locais e situações

como as da família Oliveira, que foi impedida pela inspeção sanitária de produzir manteiga.

É outra coisa que nós estamos começando com dificuldade. Nós compramos manteiga dos agricultores, de outras pessoas. Não é ecológica a manteiga. Mas o quê? Nós estamos tendo dificuldade de comprar essa manteiga. Porque eles não têm para nos abastecer. O pessoal já não pode mais fazer a manteiga. Eles não podem mais fazer queijo caseiro, por causa da fiscalização, por causa de um monte de coisas. Quem faz a manteiga, quem faz o queijo? É o pequeno agricultor. E o pequeno agricultor, para fazer isso, ele vai ter que fazer toda uma casa adequada para fazer, vai ter que ter a vigilância e isso custa dinheiro. E o pequeno não tem para fazer isso. E a gente já está sentindo a dificuldade de comprar a manteiga e o ovo (Sirlene, produtora do grupo Renascer/núcleo Planalto Serrano).

Sirlene trabalhou muitos anos como faxineira em casas nas comunidades da zona rural e considera que estas atividades não lhe trouxeram tantos ganhos como as que exerce agora. Antes da atuação na Ecovida ela também trabalhou na agricultura, mas com poucas perspectivas de melhoria de vida.

Na verdade, eu comecei com uns 12 anos a trabalhar nas casas. Aí depois eu dei uma parada porque desanimava. Ganhava pouco. Tu nunca tinhas dinheiro para comprar uma coisinha para ti. Aí depois a situação obrigou de novo, porque daí a Suelen estudava, precisava das coisinhas para ela. Eu tinha pelo menos um trocadinho para alguma coisa. Aí passei a fazer faxina de novo. [...] mas, assim, não era aquela coisa garantida, Aí desanimou. Daí fui para a roça. A gente trabalhava lá de sol a sol (ela e o marido). Não sobrava nada, era tudo para pagar

banco e agropecuária. Era só o que dava. Nunca a gente conseguiu comprar nada. Daí a gente trabalhava de terra alugada, alugava aquelas terras que já estavam desgastadas, empobrecida, como se diz, de cálcio e outras coisas. Então, daí desanimou, desanimou. Quanto tempo a gente ficou parada, que podia já ter feito isso (as atividades novas a partir da Ecovida). Porque, na verdade renovamos a vida depois dos 40 anos (Sirlene, produtora do grupo Renascer/núcleo Planalto Serrano).

De forma geral, todos os entrevistados demonstraram satisfação com o retorno às atividades agrícolas, mas ressaltam a diferença entre trabalhar de forma isolada ou em rede, como crucial neste retorno.

E tem outra coisa, é possível ganhar dinheiro mas é mais difícil ganhar dinheiro sozinho nessa área, então é assim, o produto orgânico é mais valorizado? É, mas ele é muito mais difícil de ser inserido no mercado, então se não tem uma organização que o auxilie nisso, sozinho, isoladamente, enfim uma produção familiar de pequeno porte e colocar no mercado é muito mais difícil, então acaba que o tiro sai pela culatra, em vez de conseguir mais dinheiro do que se ele produzisse convencionalmente e colocasse nos supermercados que todo mundo compra, eu acho que tem que considerar os dois lados, se por um lado é mais valorizado, por outro é mais difícil e fazendo parte de uma rede, fazendo parte de um grupo, ele tem mais chance de colocar esse produto no mercado (Marie Jean, produtora do grupo Garopaba/ núcleo Litoral Catarinense).

Houve referências negativas por parte de vários agricultores sobre a atuação de instituições do Governo, e de sindicatos na região, que apenas cobram taxas e não representam os interesses locais. Também foram citadas negativamente as empresas de

certificação orgânica por auditoria que tinham ido em busca de produtores para oferecer o serviço de certificação, mas não agiram de forma ética. Neste sentido, a própria estrutura da Rede reforça a condição de os agricultores participarem.

Ela (A Rede Ecovida) tem um acesso bom aos agricultores porque você olha assim os técnicos não são burocráticos, não são aqueles técnicos de paletó e gravata e tal. Eles já têm assim um linguajar mais acessível e sempre vêm acompanhados de agricultores também, eles precisam chegar na comunidade, eles não chegam lá com cinco técnicos, quatro técnicos, eles chegam lá dois ou três técnicos mais dois três agricultores e isso acaba que eles conseguem falar um linguajar que os outros agricultores estão entendendo, começam a entender. [...] Então eu acho que o acesso à rede está acessível aos agricultores e isso é um fator que faz com que os agricultores se apeguem nisso aí (Abrilino, produtor do grupo Paulo Lopes/ núcleo Litoral Catarinense).

A formação dos grupos também é um processo que geralmente ocorre sem imposição e de forma simplificada. Este aspecto já tinha sido relatado pelos técnicos do Centro Vianeí, que ressaltaram a postura de não forçar a adesão ou participação dos agricultores. Maira Jean relata o despertar dos interesses como um acontecimento que se desenrola de acordo à dinâmica própria das comunidades:

Essas pessoas se procuraram, se uniram e ali é um núcleo, a partir disso, outras pessoas foram mostrando interesse e a gente espera que continue mostrando, que continue aumentando o grupo. É uma coisa muito lenta, de doze famílias para vinte e quatro famílias deve demorar muito tempo se chegar lá, porque

é uma coisa muito demorada. Porque não é só dizer: agora vou fazer uma hortinha orgânica e já faço parte da rede. Não, a rede é uma filosofia de vida, então eles chegam perguntando: como é que eu faço para poder vender o meu produto lá na feira tal, onde estão vendendo produto agroecológico? E aí começa toda uma conversa, todo um envolvimento que pode demorar muito tempo e não dar em nada, mas que pode vir a acontecer (Maira Jean, produtora do grupo Paulo Lopes/núcleo Litoral Catarinense).

A atuação das ONGs articuladoras locais parece ter conseguido maior efeito na vida destes agricultores, depois de incorporar suas ações à Rede de Agroecologia Ecovida. Possivelmente o crescimento do uso de mecanismos de redes pelos movimentos sociais faça parte destas mudanças. Conforme discutido no capítulo três, algumas transformações levaram inclusive à diminuição de papéis mais políticos e fortalecimento de uma atuação mais propositiva. A avaliação de Sirlene sobre o desconhecimento das atividades do Centro Vianeí retrata aspectos dessa transformação:

O Vianeí era uma entidade assim que desde que começou, pelo que eu entendo, sempre trabalhou com agricultores. Só que antigamente não se falava em agroecologia. Tem trabalho do Centro Vianeí de vinte e poucos anos atrás que eu não sabia. Acho que eu trabalhava fora, não vi. Imagina se eu tivesse entrado antes, que bom que não seria, né?" (Sirlene, agricultora do grupo Renascer/Núcleo Planalto Serrano).



Nota-se também que a relação de confiança na Rede é sedimentada pelas ONGs que articulam as atividades, como relata Sirlene:

Porque, na verdade, o Viane é que sabe de todos os projetos, todos os dinheiros que vêm. Tanto é que aqui os projetos para mulher, né? Como é que é que eles dizem, PRONAF Mulheres, onde que nós íamos saber que existia isso? Tanto é que foi uma briga grande para nós conseguirmos. Nós tivemos que juntar o grupo, ir no banco, tu ias no banco sozinha: ah, volta amanhã, hoje não tem tempo. Tu ficavas a tarde inteira sentada lá, e eles falavam “não existe isso. Isso não existe”. Existe, mas sabemos que existe e nós queremos. E a outra funcionária, no outro dia: “não, não, isso aí não existe, não tem, não estou sabendo, não fui informado”. E a gente foi, através da Eliane, que estava acima, sabia melhor do que nós, né? A coisa existe, e vamos. A gente esperou uns seis meses (Sirlene, produtora do grupo Renascer/núcleo Planalto Serrano).

A falta de credibilidade na implementação de ações governamentais em razão da descontinuidade é também relatada no núcleo Litoral Catarinense:

Por exemplo, os técnicos de empresas do governo, eles podem mas não podem, podem muito e acabam podendo muito pouco. Ah! isso dá para fazer, dá, isso dá para fazer, dá, e aí chega na hora de fazer hoje não dá porque hoje vai ter curso, vai ter reunião, vai ter isso, vai ter aquilo. Então o agricultor desacredita e quando ele vai para a rede e vê que é uma coisa simples, que é um trabalho de formiguinha mas que é uma coisa que passa a depender dele, da vontade dele, a vontade dele interfere naquilo ali, o esforço dele surte efeito naquilo ali, ele é parte daquilo ali, então, ele começa a acreditar que dá para fazer, ele acha que ele pode convidar os outros agricultores, motivar, ele acha que pode mexer com os agricultores; então,

ele acaba achando que a rede é uma coisa bem mais acessível (Adi, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

Apenas o Governo Federal é lembrado positivamente, em referência a programas como o PRONAF, que tem propiciado a aquisição de máquinas e equipamentos para o desenvolvimento de projetos como os da agroindústria e panificação no grupo Renascer; e o Programa de Microbacias.<sup>64</sup>

Especificamente no caso do grupo de Três Barras, que se encontra em estágio inicial de conversão para o orgânico e entrada na Rede Ecovida, a intervenção dos técnicos do programa tem ocorrido de forma complementar aos trabalhos do Cepagro, reforçando o movimento das famílias nestas direções. O estilo de trabalho dos técnicos locais do programa de microbacias parece fazer diferença relevante. A atuação destes de forma articulada a iniciativas que o Cepagro desenvolve na localidade permitiu que a equipe da ONG se dedicasse recentemente à outra comunidade próxima, com famílias em condições de vida bastante precárias. Mas este mesmo tipo de apoio não foi destacado nos outros grupos e núcleos. No Renascer a atuação do programa de microbacias na região é até criticada por desconsiderar as necessidades reais dos agricultores.

Em meio a este processo de diminuição de contatos, antes mais constantes do Cepagro, a confiança depositada pelos moradores em relação aos técnicos desta ONG, e à Ecovida através deles permanece e a referência a este processo de ‘desligamento’ é considerada natural e não de ‘desamparo’.

---

<sup>64</sup> O programa está dentro do Projeto de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, e foi apresentado no capítulo quatro.

Além destes aspectos, Abrilino critica práticas clientelistas que continuam ocorrendo nas relações com o Estado, e que não se repetem nos grupos:

Exatamente, não tira a liberdade, ninguém é tutelado como é pela EPAGRI, pela secretaria da agricultura, essas coisas assim, eu tenho a minha terra arada mas eu tenho que votar para prefeito, essas coisas desse tipo aí que existe na área governamental, obviamente a grande questão da rede porque ela rompe com o trator, não precisa mais, não tem que arar a terra, é um crime, em termos de procedimentos agrícolas mas não era, mas para as organizações públicas tomarem esse tipo de incentivo, o nosso prefeito acabou de comprar dois tratores (Abrilino, produtor do grupo Paulo Lopes/núcleo Litoral Catarinense).

O interesse em continuar nas atividades agroecológicas é vinculado a estar na Rede Ecovida, e esta permanência é vista como de longo prazo, com a inclusão de projetos familiares e atuação dos filhos nas mesmas atividades.

A gente pretende continuar assim plantando mesmo que não dê para lucrar muito assim, gostaria de continuar aqui na agricultura da gente, gostaria que meus filhos não saíssem para trabalhar lá fora. Os homens de hoje em dia não querem roça, agricultura essas coisas, mas como os meninos nossos já estão envolvidos nisso, de repente a gente até consiga que eles não saiam para fora (sic). É o que a gente pretende daqui para frente (Lúcia, agricultora do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

As análises deste casal demonstram uma consciência do que podem esperar do retorno financeiro com as atividades agroecológicas, o suficiente para se manterem neste trabalho e sem sofrerem perdas por ação de intermediários.

Falta alguma coisa já para a gente incluir, para a gente sobreviver ainda falta alguma coisa, o meu sonho é fazer um cerco para a gente, não digo em tudo mas quase tudo na propriedade, porque a minha propriedade é pequena, a gente está tentando negociar, vender o terreno e comprar outro que fique tudo perto da gente trabalhar e dar o estudo para o filho e que ele venha a ficar, porque se a gente tem uma renda em casa, ele fica. Porque a maioria da gente que saiu para trabalhar é porque na roça realmente não dá. Porque hoje cada um trabalha para si na roça, então os produtos saem para terceirizados e daí quem vai ganhar dinheiro é aquele outro lá na frente. Então na partida a gente vende direto, o lucro é para a gente, então aí é a diferença daqueles que sobrevivem (Batista, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

No entanto, eles ressaltam mudanças na perspectiva de retorno financeiro:

Claro a gente está plantando isso para a gente sobreviver, de uma maneira ou de outra a gente tem que sobreviver, tem que trabalhar para sobreviver, plantando ou empregado, só que é assim, a gente na rede a gente esquece o tanto de dinheiro que quer ganhar, a gente lembra que tem que tocar a vida dele [...], a gente tinha isso também antes de entrar na rede, e perdeu. Ah! Eu já planejava fazer isso, fazer aquilo, ganhando dinheiro, só que chegava na época não fazia nada daquilo, aí a auto estima ia lá para baixo de novo, era aquele desânimo de novo e hoje na rede não, a gente começa devagarinho, a cada ano a gente sobe um degrau (Batista, agricultor do grupo Garopaba/núcleo Litoral Catarinense).

Planos similares a estes são apresentadas por todas as famílias que atuam há mais tempo na Ecovida. Os relatos indicam uma crença no aumento das atividades e rendimentos correspondentes.

O que a gente pensa, o que o meu marido pensa é assim eles estudarem, continuar os estudos deles e, se o sítio aqui desse certo e eles gostassem... que eles não... eles não se interessam assim muito em trabalhar com verdura. E se eles gostassem, se aumentar mesmo e eles não precisassem sair aí fora, trabalhava em grupo, trabalhava dentro do sítio, trabalhando na verdura mesmo. E a gente espera assim mais projetos, ter mais saída, as pessoas que estão plantando mais, porque ali pelo lado de Garopaba tem bastante gente que planta, que eu conheço tem bastante, só que a maioria não pega muda aqui comigo ainda (Maria Albertina, agricultora do grupo Paulo Lopes/núcleo Litoral Catarinense).

Pode-se perceber ainda que alguns dos grupos estudados defendem causas de cunho mais amplo, discutidas pelo movimento da agroecologia e de mulheres. No entanto, mesmo as questões de gênero aparecem como pano de fundo, e o que mais mobiliza a entrada na rede é o interesse produtivo, embora a visão e o propósito compartilhados mantenham o grupo vinculado. A identidade em rede é disseminada nos materiais escritos, na cartilha, nas reuniões, e outros espaços sociais, e faz com que a expectativa de oportunidades se intensifique, indicando, inclusive, uma abertura para as famílias correrem maiores riscos ao iniciar projetos novos.

Outro aspecto importante sobre a permanência dos agricultores na Rede Ecovida, é que o pertencimento é dado não só pelo compartilhamento de objetivos, mas também pela confiança e transparência das relações, traduzidas em valores mútuos.

Conseguir este entrosamento parece estar ligado à interdependência sedimentada por práticas administrativas e possibilidades de participação mais ativa na Rede. Mas ainda assim, as relações nos pequenos grupos aparecem como a base de todo o processo. O que acontece em termos de cooperação e que é diferente nesta rede? Por ser uma rede, e fundada em projetos coletivos, estabelece práticas nas quais o poder é mais descentralizado, contudo isto não é garantia de que as pessoas na ‘base’ da rede assumam os novos papéis e responsabilidade correspondente. Pode-se notar que a experiência de trabalho influencia rapidamente em buscas pessoais como o retorno às aulas. Por que isto ocorre? Conhecer pessoas novas em viagens, por exemplo, é uma experiência apreendida e transformada em novas possibilidades de trabalho.

Estes aspectos são analisados a seguir, tentando-se compreender as formas de participação e experiências de trabalho dos agricultores na Rede de Agroecologia Ecovida.

## **5.6 Experiências de trabalho e participação**

Diversos relatos chamam a atenção para a dinâmica dos grupos e os novos papéis que os sujeitos precisaram assumir para dar conta das mudanças no trabalho e da variedade de funções envolvidas. Os grupos apresentam diferentes formas e níveis de participação por parte de indivíduos e famílias.

Em Garopaba há reuniões semanais nas quais há espaço para a resolução de questões de maior impacto e também as cotidianas. Como exemplo, em reunião deste grupo, da qual participamos durante a pesquisa, foram destacadas duas situações: uma tratava da definição de atividades para o Dia do Agricultor, que pela primeira vez estaria sendo incorporada à agenda do turismo municipal. Na segunda parte da reunião, foi tratado o problema da demissão da funcionária que atua no mercado do produtor, por reclamações de clientes sobre o mau atendimento. A funcionária é sobrinha de uma componente do grupo, que estava na reunião. O assunto foi tratado abertamente e foram analisados diversos aspectos conflituosos, como a crítica a se contratarem parentes. Definiu-se um responsável por acompanhar o trabalho da moça durante um período maior, dando-lhe nova oportunidade, para a qual se estipulou um prazo.

Adi, agricultor do grupo define a relevância destas reuniões:

É, eu vejo assim que às vezes a gente gasta um certo tempo com isso, só que é isso que mantém vivo o interesse digamos assim, a pessoa não perde o interesse porque se tem um problema tem a oportunidade de resolver, se precisa buscar alguma coisa de mudança tem o espaço para conversar, então tem o horário, tem o dia (Adi, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

Essa constância não é percebida por exemplo, em Três Barras, onde o grupo em estágio inicial de organização, se relaciona mais comumente apenas com a intervenção dos técnicos do Cepagro:

Esse contato a gente quase não tem, o que um faz, o que o outro faz não sabe por que. Para eles (os agricultores, inclusive ela) fazerem uma reunião é só quando o Marquinho mesmo marca com todo mundo e aí vai, senão, não tem um assim para fazer a reunião, uma pessoa que diga assim: vai marcar uma reunião para saber quem está plantando, se está conseguindo plantar, se está conseguindo produzir, se está conseguindo vender, isso não tem, que era para ter, mas não tem (Maria Albertina, agricultora do grupo Paulo Lopes/ núcleo Litoral Catarinense).

No entanto, mesmo em um grupo considerado mais estruturado, como o Renascer, as reuniões são mais escassas, mas apesar disto percebem quais as contribuições que a Rede pode lhes trazer e solicitam o apoio que lhes interessa. De qualquer forma eles tem preferido tomar encaminhamentos individuais a decidirem em grupo as questões relacionadas ao trabalho, como a comercialização e problemas técnicos.

O grupo Otacílio Costa tem reuniões mensais já previstas, junto com técnicos do Centro Vianeí e da Cooperativa Ecoserra. Os assuntos geralmente são de ordem técnica, como o planejamento das vendas para a safra seguinte, motivo da última reunião. Mas, segundo as agricultoras, elas realizam, sempre que precisam, reuniões entre eles para resolver questões específicas. Neste grupo torna-se mais enfática a existência de um esforço coletivo e a referência à coordenadora da associação (AFAOC) como alguém que atua com eles e não que “resolve os problemas para eles”. As referências feitas por este grupo ao Centro Vianeí, entidade articuladora central do núcleo, demonstram uma interlocução mais próxima do diálogo e debate, enquanto no grupo Renascer parece haver uma transferência de questões para serem encaminhadas pela ONG. Esse tipo de expectativa parece ser decorrente da relação do coordenador do Renascer com o Centro Vianeí, que era um agricultor da comunidade de São Pedro e no decorrer da pesquisa de



campo, se mudou para Lages e atua na ONG. Várias das inovações são propostas por ele ou pela ex-esposa que trabalha na Cooperativa Ecoserra, e os integrantes do grupo depositam muitas expectativas na atuação dos dois.

O grupo Paulo Lopes do núcleo Litoral Catarinense também passa por uma situação similar ao Renascer. Não fazem reuniões constantemente, e o vínculo de grupo é reforçado principalmente pelos trabalhos da certificação.

Já em Garopaba, o grupo mantém estes dois tipos de vínculos de forma significativa: a certificação é um processo de aproximação, mas também ocorrem reuniões semanais, e sem a necessidade de intermediação do Cepagro – ONG de articulação do núcleo.

De forma geral, a quantidade de informações, reuniões e oportunidades são muitas na Rede Ecovida. Nem todas percebidas como trazendo bons resultados, ou de retorno imediato. Além disto, a carga de trabalho e atenção à diversidade de questões vem aumentando consideravelmente. Os papéis que os agricultores passam a desempenhar exigem funções de articulação e relacionamento com uma gama de situações e pessoas.

Nos relatos dos entrevistados, fica claro que a volta aos estudos está relacionada ao interesse de adquirir mais conhecimento para aplicar em oportunidades de trabalho que vem se descortinando, e de compreender os processos nos quais estão inseridos nas interações propiciadas pela Rede Ecovida.

São coisas que a gente vai usar na propriedade, quando tem esses cursos aí a gente tenta fazer o que você vê que tem aplicação e não adianta fazer e só perder o tempo então aqueles que a gente vê que aquele da administração foi muito bom, que a gente acha que a casa da gente, a propriedade é uma empresa, se não sabe administrar bem, não adianta, não vai, tem coisas

que a gente está fazendo e está perdendo dinheiro, outras às vezes está ganhando dinheiro e não está investindo naquilo, então a gente, tem hora que a gente é obrigado a fazer uma coisa que pede, por exemplo eu planto lá e depois de um tempo eu perdi tudo, aquilo tem que plantar de novo, não tem como mas tem coisa que a gente não tem como não perder então isso foi muito importante para mim esse curso (Batista, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

A função da Ecovida como impulsionadora de participação ativa e não apenas engajamento é referida por Abrilino como forma de aprendizado, tal como uma formação que ocorre por meio dos papéis exercidos, oficinas, reuniões e cursos:

Não existe paternalismo dentro da rede, a rede tem uma organização que as pessoas estão no mesmo nível e atuam da mesma forma. Não tem paternalismo, não tem um presidente, mas tem a confiança que é uma coisa organizada e que vai me dar conhecimento, não é que vai me dar de presente. Lá eu vou aprender, eu vou ter uma aula e vou aprender, eu vou trocar conhecimentos, eu vou aprender e que vai me dar segurança

Nos dois núcleos estudados, as entidades articuladoras assumem a postura de incentivar a participação ativa e o compartilhamento de responsabilidades. As equipes de trabalho do Centro Vianeí e da Cepagro são bastante reduzidas, considerando a abrangência geográfica em que atuam. De certa forma, a divisão de atribuições parece corresponder também às dificuldades de elas atuarem, com a pequena quantidade de funcionários nas ONGs.

A Rede sempre fez com que os agricultores, o CEPAGRO, as ONGs que ajudam nunca assumam tarefas. É para que os agricultores se organizassem, porque aí é os agricultores que vão definir melhor e eu participei do encontro do grupo de trabalho que criou esse circuito lá em Porto União (de comercialização), e estavam lá agricultores do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e eles têm mesmo um compromisso, uma busca por soluções muito grande (Adi, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

Em diversos problemas relatados, o traço mais característico é o de busca de autonomia na resolução destes, e até mesmo uma exaltação de aspectos favoráveis percebidos na situação enfrentada. Afirmam, por exemplo, que não querem apoios estatais que não reconheçam suas iniciativas de trabalho.

O Bolsa Escola não é para nós e sim o PRONAF” (Emília Velho, agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

É possível notar também a consciência de que sua participação é condição para a manutenção das relações conquistadas:

Se eu for contar o que eu já perdi com reunião até hoje, de quando eu comecei. Não é que eu perdi, mas o que eu digo, assim, é que a gente também tem o trabalho para tocar. Então, perdi por um lado, mas ganhei por outro, né? Aprendi muito. Porque hoje a gente também tem essa concepção, assim, porque participou. Então, eu sempre costumo falar hoje que esse

pessoal aqui, então, a gente se encontra, classifica aquelas reuniões que são importantes, que não tem como faltar, porque senão você fica fora do programa, né? Se não participar. Então... (Eraldo, Comunidade do Albardão-Grupo Renascer).

Dilmo, do grupo Renascer, avalia as dificuldades para a obtenção de resultados que o cunhado, Eraldo se deparou ao longo de sua atuação com a produção agroecológica, e ressalta a perspectiva de longo prazo.

E aí, digamos assim, até agora foi só pedra, o Eraldo ter entrado no negócio do orgânico. Até agora foi o caminho das pedras, ao extremo, porque se luta contra todos. Mas você sabe da consciência que você tem, digamos assim, do ganho em termos de saúde e de você ter preservado, de a gente ter uma propriedade... E você pode olhar, não tem nenhum forte. A questão... vou pegar porque a agricultura é uma coisa muito sofrida. Às vezes você ganha dois anos e perde três, né? É uma coisa assim que você, tu tens que começar a respirar e ver alguma saída para o teu lado, porque tu também tem que sobreviver. E aí o que acontece? É uma maneira de sobreviver diferente dos outros. De repente, você não tem assim poder aquisitivo, você não tem uma propriedade enorme onde você pode criar muito gado, tal, então é uma saída também maravilhosa. Uma alternativa diferente (Dilmo, agricultor do grupo Renascer/núcleo Planalto Serrano).

Também no grupo de Otacílio Costa o relato de construções coletivas aparece como um reforço ao compromisso com o grupo e com posturas autônomas. As famílias

que compõem o grupo moram na zona rural em torno de 32 a 40 quilômetros desta cidade. O deslocamento não é totalmente atendido pelo transporte público. As agricultoras ressaltaram a capacidade que têm hoje para realizar compras mensais com os ganhos obtidos com a agroecologia e defenderam a idéia de que não precisam receber o dinheiro do programa Bolsa Família do Governo Federal. Afirmam que querem ganhar dinheiro pelo seu trabalho e reforçam a autonomia como uma conquista delas:

A gente tinha um carro para buscar a nossa verdura para vir e de tarde ia nos levar. Só que a gente pensou assim, que saía caro para a Prefeitura. Pegava um cara aqui e ia lá nos buscar, trazia as coisas e depois voltava lá, nos levava e trazia de volta. E aí a gente queria caminhar com as próprias pernas. Até que quando veio a Kombi, muitos queriam que nós nem largássemos mão da ajuda lá. Porque lá nós não íamos ter despesa nenhuma. Ele pagava o transporte. Só que a gente achou que a Kombi veio que é para nós nos virarmos e caminharmos com as próprias pernas. E de repente sai aquele prefeito e entra outro e não vai dar o transporte. E se nós não usássemos a Kombi, nós íamos perder também, né? Assim, cada uma de nós tem que pagar o combustível (Emília, agricultora do Grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

Adi, resalta ainda a autorresponsabilização e a mobilização entre os próprios agricultores como um aspecto positivo e incentivado pela Ecovida desde a entrada na Rede.

Tem a necessidade desse próprio agricultor que quer entrar na rede, então ele busca uma maneira de ajudar alguém, de se ajudar, para que juntos eles consigam chegar em algum lugar porque se ele não tivesse a necessidade, e às vezes ele tem, e

não percebe ou não acredita que pode acontecer, e outra pessoa acaba chamando essa responsabilidade, trazendo esse grupo e aí essa pessoa enxerga e tem a possibilidade de ter a agricultura, porque aí ele começa a ver que ele pode fazer as coisas (Adi, agricultor do grupo Garopaba/ núcleo Litoral Catarinense).

A comercialização é um dos aspectos de maior destaque quando se referem a dificuldades, e é um ponto que tem levado a articulações e busca de alternativas para soluções que lhes garantam preço justo e constância nas entregas.<sup>65</sup>

Nas comunidades de São Pedro, Santa Terezinha e Albardão, ligadas ao grupo Renascer o problema é maior quando se trata de hortaliças. Segundo o casal que havia entrado recentemente no grupo Renascer, Lucimar e Gedeoni, eles já haviam plantado verduras orgânicas que acabaram vendendo para os compradores de produtos convencionais, porque o preço estava melhor. Na última safra, como nem isso foi possível, porque o preço desses também estava ruim, parte da produção foi destinada à alimentação do gado.

Em Otacílio Costa, o grupo destacou as lutas para conseguir espaço na praça da cidade para realização de feiras, onde, além de poder vender, são reconhecidos como um “grupo de agricultores ecológicos”, com expressão junto a movimentos sociais e interlocução com a prefeitura.

O espaço na praça trata-se de um ponto específico autorizado e cedido pela prefeitura para a “feira de produtos agroecológicos”, que lhes permite um lugar público, realizando sua feira à parte da feira normal da cidade. Em visita à feira, foi possível ver

---

<sup>65</sup> Nos dois núcleos pesquisados, a comercialização é realizada em feiras e mercados, mediante programas patrocinados pelo Governo Federal e por meio de cooperativas. Há o recebimento de uma verba resultante da venda de produtos do grupo para escolas e creches, dentro de um programa do Governo Federal – o PAA. Este programa é institucionalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para a agricultura familiar, e é um dos canais de comercialização utilizados pela Ecovida, conforme já exposto no capítulo três.

a relação com clientes que já são compradores habituais e também o contato de um candidato a vereador que tinha ido fazer divulgação de sua candidatura para o grupo. Nas entrevistas com esses agricultores, eles ressaltaram o valor de aprenderem a se relacionar com todos os públicos e, inclusive, a dificuldade de alguns em lidar com a exposição pública, e o significado especial que esta conquista alcança.

A gente vem de outro tipo de trabalho. A gente leva um ano e meio, dois anos para poder dar um passo para a primeira feira, né? Não sei por que a gente é assim, não sei se vergonha, medo de fazer e tal. Daí a gente leva um tempo. É assim também no conselho de ética. A primeira feira nós não tínhamos vendido nada aqui na praça. Daí fomos nós que organizamos, ficamos nos organizando, plantando, fazendo experiência, vendo como produzia ecológico, a certificação, todo aquele cuidado. Porque nós nunca fomos muito viciados em veneno, mas usávamos produto químico, né? Então, foi quando a gente deu o primeiro passo, foi feita a primeira feira nossa. Quando a gente fez lá na matriz, lá em cima, no dia de uma festa. Ah, aí a coisa andou. Teve gente que já falou que talvez entre na associação, mas nunca vem vender. Tem vergonha, né? Daí eu digo: não, não tem problema. Se produzir limpinho, bonitinho, que nem manda, a gente vende para você. A gente tem certeza de que se você vier uma vez depois vai querer ficar (Emília, agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

Em Otacílio Costa, as agricultoras sinalizam ainda a necessidade de sua atuação em busca de ampliação do número de famílias, como uma alternativa para conseguir produção em maior escala e poder garantir entregas constantes para novos clientes. Além disso, percebem que há perspectiva de ampliação das vendas na linha

agroecológica, mas não são buscados por muitos agricultores que plantam produtos de forma convencional sem o trabalho de ter que participar de reuniões. Também enfatizam a demora para alcançar a conversão para o agroecológico como um fator que afasta diversos interessados.

No litoral, a busca de soluções para a comercialização também é pensada nos grupos, com propostas que envolvem os consumidores.

Eu acho que o agricultor na rede serviu para ele ver que ele não está sozinho mas que ele tem que ser alguém, ele não pode esperar que os outros venham a fazer para ele, quer dizer, ser aquele que vai fazer, agora para que ele tenha sucesso outras pessoas tem que se mexer, é igual eu falei aqui em Garopaba lá na terça feira eu sinto muito a falta de uma cooperativa, de uma associação de consumidores. [...] As pessoas falam muito do orgânico mas consomem pouco(Adi, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

Conseguir um espaço físico, o “Mercado do Produtor”, para comercialização apenas de produtos agroecológicos foi uma conquista em Garopaba, à qual diversos entrevistados de outros grupos se referem como modelo.

Mesmo nos grupos que não possuem espaço específico em feira ou mercado, a comercialização não é realizada somente através da cooperativa Ecoserra. Também foi citada a venda fora dos encaminhamentos da Rede, por pessoas da região que possuem carro e que recolhem produtos de diversos agricultores, levando para Florianópolis, a fim de revender em feiras. As agricultoras do grupo Renascer que hoje atuam com a panificação e vendem principalmente pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA/CONAB, também já utilizaram intermediários, sendo esta uma prática comum na



região, mas que depende da confiança. Os atuais revendedores atuam apenas nas regiões próximas, chegando no máximo a Florianópolis, não havendo um circuito mais longo de comercialização.

A decisão de vender através destes intermediários não pertencentes à Ecovida é dos agricultores, e não foi citado qualquer tipo de impedimento para estas práticas por parte da rede. Algumas das pessoas informadas pelos agricultores como sendo intermediários são também agricultores da região, que conseguiram adquirir um veículo e lhes “facilitam” o transporte. Essa venda direta é realizada também pelos próprios agricultores com veículo próprio, como no caso do grupo Otacílio Costa, que conseguiu um veículo por meio de projeto desenvolvido com o apoio do Centro Vianeí.

Conforme visto, entre outros aspectos, o valor de trabalhar em grupo é alimentado pelas práticas para tomada de decisão, previstas na estrutura da Rede, e a participação mais autônoma ocupa papel fundamental no estabelecimento de vínculos significativos e auto-estima. Mas os contatos cotidianos por meio de reuniões e eventos diversos nos quais eles podem discutir e avaliar as suas experiências parecem ser mais relevantes para reafirmar a interdependência entre os participantes e revisar valores que eles aplicam à suas vidas, reforçando o valor destes pequenos grupos.

## **5.7 Transformações nas relações sociais, de convivência no grupo e na vida familiar**

Diversas práticas induzem à inovação, mais do que apenas renovação das relações com o trabalho. Estas mesmas relações acabam por influenciar a vida cotidiana,

como se pode entender por meio das afirmações de Batista e Lúcia, agricultores do grupo Garopaba. Para contar sobre mudanças em suas vidas a partir da atuação na rede, ele usa uma metáfora, comparando o mesmo cuidado que passou a ter com a terra, também válido para a sua relação com a esposa e filhos. A imagem de que antes ele “queimava todo ano a terra e depois dava as costas” e agora aprendeu o valor de “esperar o tempo necessário para a terra se recompor”, é usada como comparação para retratar a relação mais íntima na família.

Se ela está incomodada e eu sei que ela está incomodada, se ela sabe que eu estou incomodado então sempre a gente tenta tratar o outro com cuidado. Espera ela falar e escuta. Antes eu saía para trabalhar fora, me incomodava, chegava em casa ela não sabia que eu estava incomodado e aí ela dizia alguma coisa já alterava e às vezes ela estava incomodada em casa e eu chegava não sabia o dia dela, então assim em casa com a família a gente sabe o dia de um e de outro (Batista, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

As relações entre lazer e trabalho também parecem se misturar mais facilmente, fortalecendo a intimidade.

Primeiro eu achava que dava muita fofoca aqui. No interior dá muita fofoca. Hoje em dia, quando o pessoal, pelo menos os do grupo, nós nos reunimos, mas um fala da batata que não deu, o outro da batata que era de um tamanho, o outro é do feijão que deu isso, e outro que deu... É bem gostoso e envolvente, né? Muitas vezes a gente tem que fazer um capricho. Só pessoal da agroecologia vive assim, deixa o tempo, né? Ou então convida para conversar. Vai lá à reunião tomar um chimarrão com a gente, ajudar a fazer o almoço, né? Que nem a D. Lourdes, lá, chegava de tarde para ver a reunião, dar uma conversada todo

mundo. O fim de semana também, no bailão tem que ir, né? Nós somos pobres, mas somos divertidos (Emília, agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

E ainda, nas palavras de Aleida:

Somos pobretes, mas alegretes (Aleida, agricultora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

As mudanças de comportamento frente a novas relações sociais, a abertura para interagir e o valor disto em suas vidas são relatados de diversas maneiras:

Como tem essa coisa no meio rural, de isolamento [...] é muito diferentes da cidade . Eu estava pensando nisso eu não sei se isso significa que o fato de você estar perto das pessoas não significa que esteja perto das pessoas, pode ser apenas uma coisa física mas quando a gente mora assim que não está enxergando a casa do outro, sem saber se o outro está em casa, tem que criar situações em que tu pode encontrar, ter um relacionamento mais social e eu acho que a rede assim como outras organizações fazem isso acontecer porque aqui ninguém vai se visitar, por nada. Elas precisam ter um motivo para isso, eu não vou lá no meu vizinho só porque eu estou com vontade de ver um vizinho. [...] Tem que ter justificativa. Então se tu vai lá para aprender, para trocar experiências, você vai porque foi chamado pela rede que é respeitada, bem organizada. As pessoas vão com tranquilidade, isso é bom, é gostoso, aí tem o almoço, tem o café, aí tem a troca de experiência, eu acho que isso funciona, eu pelo menos tenho essa percepção. Acho que tem um pouco também não sei de curiosidade que motiva também porque as pessoas vêem, se instalam, moram ali, a não

ser que tenham um grau de parentesco ninguém se conhece (Maira Jean, produtora do grupo Paulo Lopes/núcleo Litoral Catarinense).

Na rede você começa assim muito tímido, eu lembro até da gente, a gente começa muito tímido dentro da rede e daqui a pouco vai se soltando. Nos encontros da rede tem uma energia muito boa, muito positiva, você olha ali são agricultores, são consumidores, educadores. Às vezes nos encontros tem todos em busca do mesmo objetivo, de produzir alimentos saudáveis e consumir alimentos saudáveis, de eliminar ou diminuir a agressão do homem na natureza, quer dizer, busca por uma coisa boa e aí você olha assim aquele com aquela dificuldade enorme tá ali falando, aquele outro muito tímido mal consegue se apresentar e dizer o seu nome e quando é um encontro de dois/três dias, no segundo dia ele já está levantando a mão e dando a sua contribuição sobre aquele assunto. Tem espaço para se mostrar, e no terceiro dia ele está lá na frente defendendo uma bandeira de uma causa e ainda você olha assim nossa em dois dias essa pessoa se transformou (Adi, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

Jocely, do grupo Renascer, relata que já havia trabalhado na cidade, e precisou voltar a morar na roça após o fim do primeiro casamento e por necessidades financeiras, mas de uma forma na qual se sentia desanimada:

Eu vivia tomando remédio para depressão. Porque eu era uma pessoa com iniciativa. Eu trabalhava. E daí eu vim para cá. E eu não aceitava isso. Eu tomava remédio direto. E agora, eu não tomo assim mais. A gente sente saudade, a gente conversa, a gente faz amizade. É tão bom. Toda reunião a gente vai e a gente conhece pessoas de outros lugares [...] A questão é que eu trabalhava, me casei e fui morar no sítio. Fui morar na roça. Aí,

meu marido não trabalhava. Eu fiquei sete anos com ele. Nós morávamos no sítio até minha filha fazer sete anos. Eu trabalhava na agricultura também. Depois de sete anos, minha menina teve que estudar, foi onde eu passei para a cidade e fui trabalhar de secretária. Eu trabalhei cinco anos, e voltei para o sítio de novo. Ele não trabalhava. Minha filha tinha sete anos e ele nunca tinha dado uma meia para ela calçar. Eu tive que trabalhar para sustentar. Aí eu tive que ir para a cidade grande (Urubici). Quando eu me separei, eu voltei para cá, e achei que iria ficar fechada na roça e nunca mais conseguir sair. Fiquei muito triste e até deprimida. Depois, das reuniões da rede e das viagens, e tanta novidade eu sou outra pessoa. Foi onde eu consegui minha casa. Hoje eu tenho minha casa (Jocely, agricultora do Grupo Renascer /núcleo Planalto Serrano).

Uma diferença notada entre os participantes é a distribuição de atividades de coordenações. No grupo Paulo Lopes, por exemplo, há alguns agricultores que acabam assumindo mais constantemente essas funções. A escolaridade é uma das diferenças, que pode justificar essa centralização, mas sobressai outra condição, que é semelhante em praticamente todos os grupos nos quais os membros assumem de forma mais descentralizada papéis políticos e administrativos – experiências anteriores de coordenação em outros tipos de grupos. Um exemplo é o caso relatado por Adi em relação a Batista:

A grande maioria das pessoas que formam o nosso grupo aqui em Garopaba elas já eram pessoas que exerciam uma certa liderança nas comunidades, de alguma forma, já tinham um pouco disso mas algumas que não tinham muito disso passaram a participar também senão como liderança mas como

voluntário. Isso na parte social e religiosa assim, por exemplo, o Batista trabalhou muito tempo com grupo de cantos lá na comunidade dele e trabalha hoje na rádio... ele participa do programa que tem às quintas-feiras, essa hora ele deve estar na rádio, que é o programa Nossa Terra, Nossa Gente voltado para a cultura local, então, às vezes, ele participa, e foi coordenador da pastoral da igreja na comunidade dele por muito tempo e eu também trabalhei como coordenador de catequese (Adi, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

Essas experiências falam de uma forma de integrar saberes adquiridos em atividades exercidas tanto no meio rural como no urbano, não importando o tipo de funções exercidas. Por outro lado, a participação mais constante revela outros desafios, como os conflitos gerados pela convivência e a discussão de decisões que antes eram tomadas isoladamente.

Depois que se começa a trabalhar em grupo se tem duas dores de cabeça, básica quando começa a trabalhar em grupo: uma é a de continuar e a outra é que não dá mais para parar. Você tira duas conclusões: como é que eu vou fazer para continuar, vem o medo, e depois a certeza não dá para parar, se você sair dali você sai de um eixo e você fica fora, vamos dizer, você fica fora da casinha, fora daquele contexto ali, você não se acha mais capaz porque daí em vez, por exemplo, você vai competir com aquele grupo, você vai comprar, você vai vender esse produto no mercado sozinho, você vai fazer uma feira sozinho, você vai motivar consumidores sozinho, então, ele acaba vendo que depois que ele trabalha em grupo, que ele consegue atingir consumidores, atingir mercados, acessar assistência técnica, quando ele consegue ver tudo isso, ele pensa: “Poxa, se eu sair”... é um trabalho, é um problema continuar em grupo, é conflitante, digamos assim, é conflitante mas ao mesmo tempo

é a solução (Adi, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

Entretanto, os mesmos conflitos são percebidos como fatores de amadurecimento, ampliação dos espaços sociais e responsabilidade pessoal.

Eu, por exemplo, vejo muito o avanço entre muitas pessoas no exercício de conviver em grupo, ele acaba se abrindo mais para o convívio dentro da comunidade, do convívio em família, eu vejo mudanças assim, pessoas que às vezes não eram muito acessível (sic) a outro segmento...Se ele, vamos supor, tinha a turminha dele do barzinho, ele tinha aquela turminha ali dentro e hoje ele começa a ter acesso a outras coisas, participa das coisas da comunidade e tal, porque eles começaram a ver que eles conseguem conviver em grupo (Batista, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

É que o ser humano é muito individualista mesmo, então eu digo que é conflitante, como é conflitante um casamento, como é conflitante formar família, ter filhos...Eu vejo dessa forma assim entre agricultores...a vivência que eu tenho aqui em Garopaba não existe conflito assim, um conflito assim agudo, os conflitos são básicos porque um conflito que existe entre produtores – concorrência – nesse caso não tem, tem companheirismo e tal, é, outros conflitos que possam haver, (sic) seja inveja, essas coisas assim, no grupo, pelo menos no nosso grupo assim não existe isso, existe muito assim: às vezes um erra, o outro cobra um pouco mais, é mais duro na cobrança, o outro, às vezes, o tempo de um não é o tempo do outro, então são conflitos de convivência mesmo (Adi, agricultor do grupo Garopaba/ Núcleo Litoral Catarinense).

Interessante também é a ênfase dada ao relato sobre a mudança de convivência com as senhoras do Clube de Mães, com quem Jocely e Sirlene se reuniam para fazer tricô, crochê e pintura em tecidos.

Atualmente não temos mais tempo para ir às reuniões, pois trabalhamos muito, viajamos, mas gostamos disto. Era bom poder ir às reuniões porque a gente conversava de muita coisa, ria e brincava. Isto faz falta, mas é melhor para elas, que são mais velhas. Nós queremos mesmo é trabalhar e conseguir várias coisas (Sirlene, produtora do grupo Otacílio Costa/núcleo Planalto Serrano).

Os efeitos na melhoria de condições de vida puderam ser percebidos com as reformas nas casas de Batista e Lúcia, e de Dona Norma, feitas recentemente, e pela aquisição de um carro por Dona Rosa e Sr. João.

Essa casinha a gente terminou o ano passado, a gente fez empréstimo mas a gente teve a coragem de fazer esse empréstimo porque a gente estava fazendo o que antes não tinha, não tinha porque a gente não sabia o que vinha na frente porque a gente estava desempregado, então a gente não tinha, eu tinha outra casinha, então isso tudo veio numa seqüência do serviço que a gente tem porque a roça ela tem as dificuldades mas a gente sabe que lá na frente a gente tem mais ou menos um planejamento e emprego não tem ali, você está empregado e daqui há pouco pode estar desempregado, eu sempre tive medo de fazer, meio aventurar e aí agora não, agora a gente (Batista, agricultor do grupo Garopaba/núcleo Litoral Catarinense).



O engajamento nas reuniões e a participação em reuniões e viagens são feitos tanto pelo casal, como pelos homens ou mulheres que viajam sozinhos. Em todas as entrevistas, marido e mulher, quando presentes interviram e pôde-se identificar a existência de posicionamentos claros dos dois em relação a questões diversas do seu trabalho e vida. Também o retorno às aulas à noite é assumido pelos casais e, tanto na serra quanto no litoral, diversos voltaram a estudar recentemente.

Buscando encaminhar uma síntese das análises desenvolvidas neste capítulo e direcionando para a discussão do objetivo central de pesquisa da tese, buscou-se compreender as experiências dos agricultores familiares, configuradas pelo trabalho e pela sociabilidade a ele vinculada, na Rede de Agroecologia Ecovida; e avaliar em que medida tais experiências são capazes de permitir a apropriação dos referidos processos pelos sujeitos tanto na realização destes quanto na forma como são absorvidos em suas vidas.

Mais especificamente, procurou-se:

Examinar os fatores que contribuem para a concretização das experiências de trabalho na Rede de Agroecologia Ecovida e a sociabilidade que ela propicia – incluindo a análise das práticas administrativas e processos decisórios;

Identificar como os agricultores percebem sua experiência de trabalho e participação na Rede de Agroecologia Ecovida e quais os interesses que os levam a entrar e permanecer na rede, e

Avaliar os efeitos da atuação em rede para os agricultores familiares, apontando os avanços e os limites na direção de dinâmicas participativas de trabalho e tentando compreender os principais condicionantes desses avanços e limites.

Pode-se identificar que várias práticas responsáveis pela concretização das experiências de trabalho, de novos papéis desempenhados e das relações que os agricultores pesquisados estabelecem na Rede Ecovida, tem ligação direta com a estrutura e os processos decisórios configurados, conforme discutido no capítulo quatro. Pela avaliação dos agricultores e nos fatos relatados por eles há diferenças relevantes entre as práticas sociais que experimentam no trabalho nesta Rede em relação aos demais agricultores familiares que atuam na região. São variados os aspectos que caracterizam essa distinção, como também é particular a forma pela qual cada sujeito constrói sua relação na Rede. Embora seja orientado por valores coletivos, o significado social compartilhado não massifica os comportamentos e atitudes. Pelo contrário é possível observar autoria nos interesses explicitados pelos sujeitos perante o grupo, que funcionam como elementos de vinculação e são percebidos pelos agricultores como reconhecidos e aceitos dentro da Ecovida.

Há um sentido de pertencimento que é identificado por eles como uma rede de proteção coletiva à qual estão inseridos, sem precisar negar valores e formas de sociabilidade anteriores. Pelo contrário, ocorre até a retomada de algumas práticas sociais, como a ampliação de espaços de convivência entre as famílias, que são impulsionadas pelas novas articulações. A brincadeira e o traço festivo encontrado nas famílias vêm sendo reconquistado nos últimos tempos, rompendo com o isolamento nas localidades. A distância entre as casas a falta de carro influenciavam, porém, mais do que isto, o tipo de atividade agrícola funcionava como um isolamento. Cada um cuidava da sua plantação e alguns até participavam de reuniões de sindicatos ou de algum órgão de extensão do governo, mas sem a perspectiva de que os projetos fossem encaminhados.

As articulações produtivas na Rede incluem a coordenação das atividades como parte do processo de trabalho, caracterizando um tipo de atividade relacional que ganha importância junto à produção propriamente dita. Nota-se maior interação dos participantes nos grupos que realizam reuniões mais constantemente e nas quais se discute estratégias coletivas e se pode experimentar o exercício político.

A perspectiva de ampliação de contatos e expansão de atividades e funções no trabalho, de certa forma, funciona como elemento diversificador, mas não desestruturador das referências de origem, que confunde a percepção de uma realidade antes bem definida e conhecida para os agricultores entrevistados. A quantidade de informações e de novas práticas sociais, reuniões, viagens e idéias inovadoras acrescenta e expande os limites. Para as famílias entrevistadas, este movimento não é notado como insegurança ou problema. Eles se confundem com a origem das iniciativas e projetos, se são do Governo Estadual, Federal, das agências de extensão governamental, como o projeto de microbacias, a Epagri, ou se são das ONGS ligadas à Ecovida, mas encontram uma forma de se relacionar com essa diversidade, vinculando as inovações e orientações aos técnicos das ONGs. Neste caso, a confiança em determinadas pessoas aparece como crucial, e eles tratam a pessoa com intimidade.

Os atores institucionais ligados à Rede Ecovida foram citados com frequência pelos participantes - o Centro Viane e a Cooperativa Ecoserra, no Planalto Serrano, e o Cepagro, no núcleo Litoral Catarinense, mesmo quando se indagava sobre outros atores e se tentava não direcionar a conversa em torno da Rede Ecovida.

Alguns grupos se envolvem mais diretamente com causas de enfoque ambiental, reforçando os valores da agroecologia e a identidade com a Rede Ecovida, mas em outros estas questões aparecem como pano de fundo. A importância dada à certificação e ao selo também é diferente entre os grupos e famílias. Para alguns funciona como

elemento simbólico de conquistas alcançadas, para outros é propiciador de ganhos como melhores oportunidades de comercialização.

As novas identidades são desejadas e os grupos demonstraram facilidade para explorar outros campos de interesse e se mostraram acessíveis a mudanças. O aspecto de desestruturação das identidades não dissocia os agricultores da identidade de origem. A família, a comunidade e especialmente o trabalho vêm sendo fortalecidos, ao mesmo tempo em que outras se formam. Não há uma negação dos valores que estruturavam as relações, pelo contrário, eles são mais bem compreendidos, revalorizados e assumidos, revelando-se fonte de autoestima.

Os desafios maiores relatados neste sentido estão nas experiências com as pessoas nos pequenos grupos. A proximidade aumenta, e é preciso, literalmente, entrar na casa do outro, criticar e lidar com o dar e receber avaliações, seja da qualidade da produção orgânica, seja na definição de interesses coletivos e uso de verbas. É necessário também que os problemas sejam apontados e se cobre a participação dos parceiros. Alguns grupos conseguem se defrontar com tais dilemas e percebeu-se que a constância das reuniões é uma das formas de tratar as inseguranças que afloram nas relações. O outro aspecto, responsável por consolidar a base da estrutura é o tamanho dos grupos, que permite um conhecimento mais aprofundado de cada família e indivíduo. Para participar da Rede de Agroecologia Ecovida um dos requisitos obrigatórios é ser agricultor familiar. Pôde-se observar que mesmo nos casos em que apenas o marido ou a esposa estão em atividade produtiva na agroecologia, as práticas sociais que circundam a rede, influenciam as relações cotidianas e envolvem o grupo familiar. Por isso, existe a perspectiva de atrair para esse tipo de produção outros parentes mais distantes, melhorar as condições de vida, reformar as casas e comprar

bens, e ainda a possibilidade de retorno a uma vida social mais ampliada não somente na comunidade.

No que tange ao aspecto financeiro, praticamente todos os entrevistados o indicam como um fator que não pode ser o vínculo responsável pela permanência na produção orgânica e na rede. Como alternativas econômicas, permanecem gerando pouco rendimento. Mesmo assim o aprendizado e a busca de consolidar o que foi aprendido para obter ganhos financeiros são atitudes que demonstram uma apropriação das experiências e a transformação destas com autonomia.

Embora sejam de pequeno montante, os financiamentos que cada família obteve lhe permitiram adquirir equipamentos de baixo custo para produção. Os próprios agricultores e seus filhos estão na escola e alguns puderam reformar a casa e adquirir eletrodomésticos e veículos. Mas o trabalho permanece com uma carga bastante alta e penosa. Não há como pagar salário, e os filhos adolescentes preferem trabalhar na cidade. O mais relevante, entretanto, em todas as experiências é a possível organização da comunidade, que pode permitir a redução dos custos de transação nos negócios, a implantação de um ambiente de confiança e o aumento do âmbito da ação social dos agricultores. O acesso a instituições com as quais os agricultores até então não se relacionavam, como os bancos e o poder público, e até uma assistência técnica mais próxima da sua realidade, emancipa-os de alguns aspectos de dependência clientelista. Assim, podem elevar seus ganhos com base na atividade econômica que vinham praticando até então. Mudam o ambiente institucional em que se encontravam, uma vez que seu círculo de relações sociais agora inclui outros agentes e existem consideráveis perspectivas de ampliação, com as fronteiras da rede que se expandem nos diversos grupos e núcleos.

## **Considerações Finais**

Nesta pesquisa foram investigadas a configuração do trabalho e a sociabilidade evidenciada em redes sociais produtivas, com foco nas experiências participativas de organização em rede de agricultores familiares e nas relações de trabalho que se configuram nessas bases.

Para entender os desafios que se apresentam nesta configuração do trabalho, conforme analisado no primeiro capítulo desta tese, tem-se que, no pós-fordismo, as relações sociais são revalorizadas como fatores de produção. Cumpre entender como isto ocorre nas formas em rede e, de maneira especial, como a cooperação entre os componentes diversos destas e, como a orientação, ao mesmo tempo para resultados econômicos interferem nas experiências participativas nos grupos. Discute-se, assim, de que modo as redes sociais produtivas alteram o processo e a organização do trabalho, a sociabilidade e a vida dos agricultores.

Conforme analisado no capítulo dois, as redes são uma forma crescente de organização dos pequenos produtores rurais no Brasil, notadamente no campo da agroecologia. Neste tipo de produção, a adoção de práticas coletivas é considerada inerente ao conceito, sendo o aspecto social e a gestão participativa condições para se considerar a produção como agroecológica.

Observando-se o contexto que envolve a agricultura familiar no país, existem projetos diversos que buscam articular políticas públicas com propostas como o planejamento econômico territorial, a construção de novos mercados e microcrédito para financiar o pequeno agricultor.

Neste aspecto, a perspectiva agroecológica representa inovação como forma produtiva, e a organização em rede estimula novas relações dos agricultores com as instituições estatais. A título de exemplo, pode-se mencionar que a discussão coletiva para efetivar um modelo de certificação participativa obteve aprovação legal recente e possibilitou maior autonomia social para os agricultores. A organização em rede tem permitido também a estruturação de canais de distribuição dos produtos, ou seja, os circuitos de comercialização que a Rede Ecovida vem organizando, com rotas diversas para pequenas, médias e grandes cidades tem viabilizado a parceria entre os pequenos produtores para venda em maior quantidade.

Neste sentido, pode-se afirmar que a organização em rede não só traz outras oportunidades, mas também novas questões a serem consideradas.

A entrada, permanência e participação ativa dos agricultores na Rede Ecovida pode ser explicada notadamente pela possibilidade de levar os interesses individuais para dentro da rede cuja base é formada por pequenos grupos, o que propicia solidez.

As motivações individuais (indivíduo e família), que se destacam para a entrada na rede são as novas oportunidades de trabalho e de geração de renda. Vale ressaltar que, de início, há um interesse fortemente técnico-produtivo, que depois se amplia para um significado construído a partir de referências coletivas, com o pertencimento à rede ou ao grupo. Depois de um período de envolvimento, os agricultores que permanecem se engajam, sobretudo por perceberem que a rede pode trazer mais informações e ajudá-los a alcançar objetivos que, sozinhos, não conseguiriam. Percebe-se uma tentativa de aproveitar as chances de ocupação de variados espaços no meio rural, como os do turismo e pequenas agroindústrias.

Para alguns a confirmação da validade de uma atuação coletiva não está ligada especificamente à Rede Ecovida, pois já tinham vivenciado antes a participação em

movimentos de mulheres, em sindicatos e em outras formas coletivas de organização, às quais se referiram como a base para sua atuação hoje e o pertencimento a um grupo de apoio. O que parece ter sido acrescentado pela atuação na Rede Ecovida, nestes casos, é a orientação dos esforços coletivos para a dimensão técnico-produtiva e a possibilidade de opinarem e influenciarem em decisões.

Importa salientar, ainda, que o que mais mobiliza a entrada nesta rede é o interesse produtivo, mas a visão e o propósito compartilhados é que mantêm o grupo vinculado. O valor de trabalhar em grupo é alimentado por práticas organizadas pelas ONGs, mas as experiências cotidianas entre os componentes do grupo parecem ser essenciais para reafirmar a coesão grupal.

No detalhamento do problema de pesquisa, à medida que se descobria o modo de funcionamento da Rede de Agroecologia Ecovida, se verificava que as relações mais estreitas nos grupos eram fundamentais para a sua constituição e operação.

Pode-se constatar que a participação mais ativa das famílias nos grupos tem como base o compartilhamento de objetivos, a interdependência originada de práticas de mutualidade, e também as experiências de discordância e conflitos. Estas se originam de problemas oriundos das relações cotidianas, tanto na atuação nas comissões de ética para validar a produção orgânica, quanto nas reuniões para planejamento da produção, o que traz à tona pontos de vista distintos e conflituosos, evidenciando um espaço de pluralidade. Tais relações de interdependência, em alguns grupos, geram confiança e maior transparência nas relações cotidianas e conseguem se traduzir em um sistema de valores mútuos. Sob esta ótica e com base nas pesquisas realizadas, então, é possível afirmar que os agricultores familiares da Rede de Agroecologia Ecovida se estabelecem em rede e conseguem se organizar e agir produtivamente em razão das relações de cooperação fundamentadas na interdependência e em interesses privados dos indivíduos



e famílias. Dessa forma, constroem novos significados sociais e referências identitárias, compartilhando um ‘mundo comum’, conforme o termo arendtiano, baseado em objetivos que estabelecem entre o grupo e outros membros da rede, mas com sentidos individuais distintos. Lidar com essa diversidade aumenta a complexidade das relações, assim como se ampliam os novos papéis administrativos, o processo de trabalho e o posicionamento nas decisões requeridas com a atuação em rede. Cumpre acrescentar que não há padronização nas práticas sociais de organização dos grupos, que funcionam também com autonomia para diversos encaminhamentos. Há normatização rígida apenas na obediência aos preceitos da produção orgânica e de princípios inerentes à concepção agroecológica, que derivam para as concepções éticas da Rede Ecovida.

O funcionamento dessas redes e a manutenção das relações estabelecidas pelos vínculos mais estreitos, ou nas fronteiras da rede, derivam, portanto, da construção e articulação de vínculos que façam sentido para os participantes. Não se trata de trabalhadores rurais assalariados, e sim, de agricultores familiares com propriedades individuais. Também não se trata de cooperativas nas quais se tomem decisões conjuntas em diversos assuntos, porém são pequenos grupos interligados em núcleos, o que possibilita que as resoluções sejam tomadas pelas famílias sem voto ou interferência dos demais. Mas as regras nos núcleos da Rede de Agroecologia Ecovida enfatizam a coletividade e a cooperação como valores reforçados com a transferência de determinadas responsabilidades que são concretizadas pelo grupo. A proposta é de descentralização das decisões, mas um dos desafios presentes neste caso é a integração, haja vista, inclusive, a pouca utilização de meios eletrônicos para comunicação, de difícil acesso para as famílias. No entanto, mais do que as condições tecnológicas e a competência dos agricultores para atuarem administrativamente, necessária de ser disseminada, estão em foco o compromisso com o grupo e a continuidade dos projetos.

Conforme demonstrado nos exemplos estudados, este desafio passa pela construção de valores comuns sem negar os interesses individuais, mas depende também de realizar com êxito os projetos coletivos, que funcionam até mesmo como elemento de reforço da identidade coletiva. Algumas conquistas como o espaço para a comercialização em Garopaba, o maquinário e a sede da panificação na comunidade de São Pedro, a aprovação do projeto no Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER) das agricultoras da Associação de Otacílio Costa, e os chalés para receber o turismo rural na comunidade do Albardão são histórias usadas como referência entre os agricultores do grupo, além de relatadas também por outros.

A literatura sobre o tema das redes é bastante ampla e não pode se esgotar nesta tese, mas vale destacar que a perspectiva adotada neste trabalho procura dialogar com duas concepções centrais sobre a natureza das redes: a de ser produtiva, e por isto orientada para resultados econômicos, e, ao mesmo tempo, a de ser voltada para valores sociais coletivos. Torna-se fundamental para articular as duas concepções a apropriação pelos trabalhadores da dimensão da rede como força produtiva, materializando dessa forma as interações empreendidas coletivamente para atender a finalidades propostas pelos grupos.

Estas considerações permitem confirmar a hipótese de que a configuração do trabalho na Rede de Agroecologia Ecológica consegue gerar relações econômicas e experiências de cooperação baseadas na interdependência, além de revelar interesses individuais e sedimentar outros compartilhados. É neste sentido que as relações sociais novas estabelecidas pelo trabalho em rede se tornam uma base importante a partir da qual os agricultores podem adquirir as condições necessárias a uma participação mais qualitativa que lhes proporcione autonomia social.

Em contrapartida, se a incorporação das relações sociais como parte da produção ganha importância, essa utilização incorre em dedicação de tempo a exercício de novas funções para alimentar as conexões na rede. São novas experiências e trazem novos dilemas, pois não são garantia de participação ativa ou de uma ação política dos sujeitos.

Como já considerado, nas experiências coletivas de trabalho, o reconhecimento pelos indivíduos daquilo que para eles guarda um significado de ‘vida comum’, precisaria incluir uma atuação política nos microespaços públicos, nos quais se requeressem responsabilização e participação nas decisões, mas, para que este envolvimento ocorresse, seria necessária uma conexão com interesses ligados à esfera da vida privada.

Nas situações estudadas, além do trabalho, outras experiências foram reveladas como influenciadoras da qualificação dos agricultores para uma atuação política: a herança associativista nas regiões estudadas, a existência de pequenas propriedades como base econômica histórica no Estado e o desejo de retorno ao trabalho no meio rural, entre outros fatores. Mas as experiências no trabalho em rede incluem objetivos concretos que, ao serem alcançados, reforçam o significado social de êxito por meio de seus esforços e de reconhecimento da capacidade de se expressarem publicamente e representarem o grupo ou as experiências deste. Assim, pode-se afirmar que na Ecovida a rede funciona como mecanismo de integração, como um contexto de aprendizagem e como um sistema de comunicação.

As experiências relatadas pelos agricultores durante a pesquisa de campo revelaram mudanças na vida cotidiana e nas relações familiares. A produção agroecológica e a participação na Rede têm possibilitado a diversos agricultores retornar ao campo e alimentar a perspectiva de que os filhos possam permanecer no

meio rural, sem serem forçados a buscar ocupações fora por falta de condições para produzir. Há também uma significativa inserção das mulheres, seguida posteriormente pela inclusão dos maridos, que executavam trabalhos considerados penosos, como o trato com a cultura do fumo e plantio de verduras com uso intensivo de produtos químicos. Em outras famílias, o marido continua trabalhando como vigia, pedreiro e em funções de apoio na cidade, enquanto a esposa desenvolve atividades ligadas à agroecologia, mas a perspectiva de se manter unicamente destas atividades é apontada por vários entrevistados.

Há, no entanto, questões complexas que emergem destas novas relações sociais de trabalho: grupos nos quais a individualização no processo de trabalho volta a ser reforçada pela pressão de tempo e pela quantidade de trabalho; relações familiares e de amizade, que se misturam às relações de trabalho, com interferências e repetição de padrões familiares nos modelos de decisão e momentos de conflito; e a impossibilidade de pagar empregados, levando ao acúmulo de variadas funções que ampliam o processo de trabalho e o tornam novamente penoso. Por isso, o tempo restrito e a energia laboral acabam impedindo ou diminuindo a inserção política e a relação com outras esferas, pois a atividade volta a ter a imposição de um ritmo desgastante. Como exemplo, a agroindústria para produção de pães, geleias e sucos inclui horas de trabalho seguidas, sem estabelecer término. As mesmas famílias se voltam a outras possibilidades, como o turismo, mas não há mão-de-obra disponível.

Também surgem outras questões para as quais eles não têm resposta e agem ainda por meio de soluções individuais, aumentando o esforço pessoal. Para a resolução de desafios, a exemplo do aumento da demanda e de novas oportunidades de negócio, ocorrem casos de isolamento e a falta de abertura para levar ao espaço coletivo do grupo situações que poderiam ser discutidas, ou até captar soluções empreendidas por outros.

Esse comportamento é diferente nos grupos que se reúnem de forma mais constante, com exposição de problemas, dúvidas e propostas, sem intermediação obrigatória das ONGs que articulam as atividades dos núcleos. É perceptível o amadurecimento e identidade desses grupos, que não se diluem na Rede ou se misturam com as ONGs.

Pelo exposto, algumas das atividades econômicas são pouco promissoras e geram baixo rendimento. Entretanto, ressalta-se que mais do que a ampliação do espaço de interação social dos agricultores, ocorre o acesso a instituições com as quais estes até então não se relacionavam. Há, dessa forma, uma mudança no ambiente institucional em que se encontravam e existe uma inserção dos agricultores em grupos diversos, com informação sobre outras oportunidades de atuação no meio rural e melhorias nas formas de cultivo do solo e técnicas agropecuárias. Assim, a forma de realizar o trabalho passa a incluir o desenvolvimento de capacidades ligadas à administração de processos na rede. Também é perceptível o crescente interesse pelo estudo e práticas de lazer, incluindo viagens e atividades socioculturais na comunidade local.

Rompe-se, então, com condições alienantes do trabalho do agricultor, ligadas ao conhecimento e informação, assim como ao isolamento a que estavam submetidos atuando em cultivo de produtos em grande escala para compradores que definiam o preço sem negociação ou na realização do trabalho na agricultura, basicamente com o envolvimento da família.

Entretanto, a diminuição de algumas condições alienantes não resolve problemas da comercialização, crédito e contratação de mão-de-obra auxiliar, que, mesmo com o apoio da Rede de Agroecologia Ecovida e a cooperação dos parceiros, tornam-se responsabilidade dos agricultores. Dessa forma, novas questões são propostas, inclusive para políticas públicas. Em algumas famílias há a possibilidade de inserção dos maridos no trabalho, e em outras, parentes pensam em retornar da cidade para se juntar à família.

Este movimento de retorno ao meio rural pode solucionar a demanda de trabalho em alguns casos, mas a questão central ainda permanece. Os próprios agricultores afirmam que são iniciadores dessas formas de produção, e que já “pagaram um alto preço” trabalhando muito sem receber retorno financeiro adequado. Acreditam que o retorno virá num futuro próximo e reconhecem que quem permaneceu plantando alimentos orgânicos precisou assumir que os ganhos só se efetivariam em longo prazo.

Considera-se, ainda, que, no caso do trabalho rural agroecológico, a revalorização de atividades tradicionais de plantio permite ganhos de valor social, também perante a comunidade em que vivem e o fortalecimento da condição de atuarem politicamente. Finalmente, não se está afirmando aqui que a organização em rede seja suficiente para gerar oportunidades de ocupação produtiva que gerem renda significativa e perene, mas que ela funcione como contrapartida originada de interesses de grupos em uma dada comunidade, para se vincular de forma mais legítima a projetos públicos que se propõem a criar espaços possíveis de inserção econômico-social.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Campinas: UNICAMP em co-edição com ANPOCS, 1992.

\_\_\_\_\_. “A Rede, os Nós, as Teias – Tecnologias Alternativas na Agricultura”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n.6, p.159-177, Nov./dez. 2000.

\_\_\_\_\_. “Prefácio”. In: ABRAMOVAY, Ricardo. *Construindo a Ciência Ambiental*. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2002, p. 7 -12.

\_\_\_\_\_. Os Mercados como Construções Sociais. *Valor Econômico*, São Paulo, 24 de agosto de 2007. Disponível em: <[http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos\\_jornal/2007/Abramovay\\_Karpik\\_CyroAndrade\\_Singularidades.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_jornal/2007/Abramovay_Karpik_CyroAndrade_Singularidades.pdf)>. Acesso em: 12/01/2008.

AGÊNCIA CARTA MAIOR. [S.I.]: Agência Carta Maior. Disponível em: <<http://agenciacartamaior.uol.com.br>>. Acesso em 12/03/2007.

AGIER, Michel. “Lugares e redes: as mediações da cultura urbana”. In: NIEMEYER, Maria ; GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.). *Além dos territórios: para um diálogo entre etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

AGUIAR, Sonia. “Formas de Organização e Enredamento para Ações Sociopolíticas”. *Inf. Londrina*, v.12, 2007. Número especial.

ALTIERI, Miguel. *A falência de um modelo*. [S.I.]: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) Disponível em <[http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/290408\\_falencia\\_modelo.html](http://www.mmcbrazil.com.br/materiais/290408_falencia_modelo.html)>. Acesso em: 12/06/2008.

ANDION, Maria Carolina Martinez. *Atuação das ONGs nas Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Meio Rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis, 2007.

ANTUNES, R. *A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. “A era da informatização e a época da informalização: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil”. In ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES DE AZEVEDO, A. *Autogestão e competitividade. Estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2007.

ARL, V. “A normatização e a certificação da produção orgânica no Brasil: situação atual e desafios”. *Revista Agroecologia e Agricultura Familiar*. Ano VI, nº 5, p. 16-18, set. 2003.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA [S.I.]: ANA. Disponível em <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/textos.php?id=Agroecologia>>. Acesso em: 12/08/07

ARENDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

\_\_\_\_\_. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

ARENDT, Ronald. “Maneiras de Pesquisar no Cotidiano: contribuição da teoria do ator-rede”. *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro, n.20, p.7-11, 2008. Edição Especial.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Disponível em: < <http://www.agroecologia.org.br/>>. Acesso em: 12/02/2008.

ATRIA, Raúl (Org.); SILES, Marcelo (Org.). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago: CEPAL/Michigan State University, 2003.

BALESTRO, M. “Redes de Inovação e Capital Social: Apontamentos Conceituais”. In: XXVIII Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), Curitiba, 2004.

BALESTRO, Moisés. “Características estruturais e mecanismos de governança em redes de cooperação: apontamentos conceituais”. In: VERSCHOORE, Jorge Renato (Org.). *Redes de Cooperação: uma nova organização de pequenas e médias empresas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 2004b, p. 49-69.

BARBOSA, R. *Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ. Seropédica – RJ, 2007.

BARRETO, R. “Biocombustível: discurso renovado para velhas práticas?” *PUC Viva: Revista da Apropuc- SP*. Ano 8, n. 29. p. 60-66, jan./mar. 2007. Número especial: Terra – Revolta da Natureza.



BATALINI, M. *A construção da Identidade no Espaço Público: Uma análise do sujeito na obra de Hannah Arendt*. Dissertação de Mestrado em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUCSP. São Paulo, 2003.

BECKER, Grace; VINHAS, Ana Paula. “Redes de Cooperação Interorganizacional – O caso da Rede Macsul”. *Revista Análise*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 167-184, jan./jul. 2006.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. “Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, n. 14, p. 35-70, set./dez. 2004.

BENDASSOLLI, Pedro. *Declínio do trabalho e identidade - Insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho*. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia/USP. São Paulo, 2006.

BIO BRASIL FAIR 2008. Feira Internacional de produtos Orgânicos e Agroecologia. [S.I.]: Bio Brazil Fair, 2008. Disponível em < r/2008/codigo/home.asp?idioma=1&nome\_item=Principal& nome\_ subitem= Home>. Acesso em: 12/12/2008

\_\_\_\_\_. *Setor espera crescer 100% ao ano com a regulamentação*. [S.I.]: Bio Brazil Fair, 2008. Disponível em [http://www.biobrasilfair.com.br/modulos/include/modulo\\_popupRelease.asp?release\\_ID=73&idioma=1](http://www.biobrasilfair.com.br/modulos/include/modulo_popupRelease.asp?release_ID=73&idioma=1). Acesso em 12/08/08

BOISSONNAT, J. *Horizontes do Trabalho e do Emprego / relatório da comissão presidida por Jean Boissonnat*. São Paulo: LTR, 1998.

BONATO, A. *Agricultura Familiar comemora seu Reconhecimento Legal*. [S.I.]: Deser, 2006. Disponível em: < <http://www.deser.org.br/boletim.asp>>.

BONNAL, P.; ZIMMERMANN, S. “A Agricultura Familiar Brasileira entre Identidade(s) e democracia”. *Artigos Mensais OPPA*, Rio de Janeiro, p. 1. Número 21, junho 2008.

BORGES, Zilma de Souza. *O Significado do Trabalho - a institucionalização do trabalho na empresa integrada e flexível*. Dissertação de Mestrado em Administração da Fundação Getúlio Vargas–FGV. São Paulo, 2000.

BORGES DE BRITO, P.; CHAGAS DE CARVALHO, Y. *Integração de normas sociais no Movimento Orgânico Nacional*. [S.I.]: Planeta Orgânico. Disponível em:< <http://www.planetaorganico.com.br/TrabPauloYara.htm> >.

CÂNDIDO, G. A. “A formação de redes interorganizacionais como mecanismo para geração de vantagem competitiva e para promoção do desenvolvimento regional: o papel do estado e das políticas públicas neste cenário”. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 8, n. 4, jul./ago. 2002.

CARVALHO, J. W. *Processo de construção da Rede Xiquexique de comercialização solidária*. Monografia de Especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE. Recife-PE, março,2006.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede- A era da informação: economia, sociedade e cultura*

Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *O poder da identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTIEL, L. “Promoção de Saúde e a Sensibilidade Epistemológica da Categoria ‘Cominidade’”. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 38, n. 5, out. 2004.

CHAIA, M. “Trabalho: entre a política e o conceito”. In: SILVA, A. A.; CHAIA, M. (Orgs.). *Sociedade, cultura e política: ensaios críticos*. São Paulo: EDUC, 2004.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

CODEX ALIMENTARIUS. *Diretrizes para la producción y elaboración, etiquetado y comercialización de alimentos producidos orgánicamente* (excepto secciones sobre producción pecuaria). [S.I.]: Codex Alimentarius. Disponível em: <[www.codexalimentarius.net/web/standard\\_list.do?lang=es](http://www.codexalimentarius.net/web/standard_list.do?lang=es)>. Acesso em: 12/09/2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA-CONTAG. [S.I.]: CONTAG. Disponível em < [url:http://www.contag.org.br](http://www.contag.org.br)>. Acesso em: abril/2008.

CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIII, 2007, Recife. *Cartografando Comunicabilidades em Redes Sócio-Técnicas: um estudo da rede instituto fábrica do milênio*. Recife: SBS, 2007.

CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL-ALASRU, VI, 2002, Porto Alegre. *Anais*, Porto Alegre: ALASRU, 2002

COURTINE-DENAMY, S. *O cuidado com o mundo – Diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

COSTA DE CARVALHO, J. W. *Processo de Construção da Rede Xiquexique de Comercialização Solidária*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Recife, 2006.

CPDA. *Resumos das Teses de Doutorado 2007*. [S.I.]: CPDA. Disponível em: [http://www.ufrj.br/cpda/main/static.php?url=teses/doutorado\\_2007\\_resumos.html](http://www.ufrj.br/cpda/main/static.php?url=teses/doutorado_2007_resumos.html)>.

DAROLT, Moacir R. Construindo novas relações entre agricultores e consumidores: a experiência da Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná – ACOPA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 3., 2005. *Anais*. Florianópolis: ABA, 2005. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. *As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades*. [S.I.]: Planeta Orgânico. Disp. em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdurolt.htm>>.

\_\_\_\_\_. *As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR*. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná- UFPR. Curitiba, 2000

Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER). *Boletim do DESER n. 151*. [S.I.]: DESER, 2006a. Disponível em < <http://www.deser.org.br/boletim.asp>> . Acesso em:

\_\_\_\_\_. *Boletim do DESER n. 153*. [S.I.]: DESER, 2006b. Disponível em < <http://www.deser.org.br/boletim.asp>>. Acesso em:

DOWBOR, Ladislau. *O que acontece com o trabalho? v. 1* São Paulo: SENAC, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.); FURTADO, Odair (Org.) ; TREVISAN, Leonardo (Org.) ; SILVA, Hélio (Org.). *Desafios do Trabalho*. Petropolis: Vozes, 2004.

DUARTE, André. *O Pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

EID, Farid; GALLO, A.; PIMENTEL, A. Desemprego, exclusão e desafios para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil. IV Encontro Regional da ABET, Rio Grande do Sul, 2001.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO-ABET, VIII, 2003, São Paulo. *Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?*. São Paulo: ABET, 2003.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION- FAO. *Organic agriculture, environment and food security*. Roma: FAO/Environment and Natural Resources Service Sustainable Development Department, 2002.

\_\_\_\_\_. *World markets for organic fruit and vegetables: opportunities for developing countries in the production and export of organic horticultural products*. Roma: FAO, 2001.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa e. *A Certificação de Alimentos Orgânicos no Brasil*. [S.I.]: Planeta Orgânico, 2001. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabfern2.htm>>.

\_\_\_\_\_. *A institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil: uma interpretação*. Tese de Doutorado em Sociologia do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ. Rio de Janeiro, 2005.

FREITAS, Mário Cezar; PEREIRA, Hernane. *Contribuição da Análise de redes para o Estudo sobre os Fluxos de Informação e Conhecimento*. [S.I.]: Diálogo Científico, 2005. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000460/01/Contribui%C3%A7%C3%A3oMarioCezarFreitas.pdf>>. Acesso em: 12/02/2007.

FREITAS, Sônia F. *História oral: Possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2002.

GARCIA, M. A *Construção Social de um Mercado Perfeito*. [S.I.]: Núcleo de Estudos de Ciência & Tecnologia e Sociedade – NECSO. Disponível em: <<http://www.necso.ufrj.br/Trads/A%20Construcao%20Social%20de%20um%20mercado%20perfeito.htm>>.

GARCIA-PARPET, M.F. “Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na plantation açucareira nordestina”. In: NEVES, D.; SILVA, M. A. (Orgs.). *Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2008. p. 69-87.

GOHN, Maria G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOMES, E. *Passeata de Agricultores Familiares em Defesa do Cooperativismo Livre e Solidário*. [S.I.]: Deser, 2006. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/boletim.asp>>.

GORZ, Andre. *O imaterial*. São Paulo: Annablume, 2005.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*. v 78, n. 6, p. 1360-1380, maio 1973.

\_\_\_\_\_. “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, p. 481- 510, Nov. 1985.

HAGUETTE, Teresa Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992

HELOANI, José Roberto M. *Gestão e organização no capitalismo globalizado – História da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura paranaense : subsídios e diretrizes para uma política pública: sumário executivo /, Instituto Agrônomo do Paraná*. Curitiba: IPARDES, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura paranaense: subsídios e diretrizes para uma política pública: levantamento das demandas tecnológicas e sugestões de diretrizes de políticas públicas – sumário executivo*. Instituto Agrônomo

do Paraná. [S.I.]: IPARDES, 2005b. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/webasis/ipardes/index.html>>.

\_\_\_\_\_. *Identificação de Gargalos Tecnológicos da Agricultura Familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública*. Curitiba: IPARDES, 2005c.

\_\_\_\_\_. *O Mercado de Orgânicos no Paraná: caracterização e tendências*. Curitiba: IPARDES, 2007.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. “Desenvolvimento Rural”. IPEA, Brasília, março 2008.

\_\_\_\_\_. “Boletim de Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 15”. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_15/09\\_desenvrural.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/09_desenvrural.pdf)>.

JACOBI, Pedro Roberto. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 131-158, 2000a.

\_\_\_\_\_. “Meio Ambiente e Redes Sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas”. *RAP*, Rio de Janeiro, n.6, 2000b.

\_\_\_\_\_. *Políticas Sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

JORNADA DE AGROECOLOGIA. Disponível em: <<http://www.jornadadeagroecologia.com.br/>>. Acesso em: dezembro 2007

KEINERT, Fábio. *O social e a violência no pensamento de Hannah Arendt*. Dissertação de Mestrado da FFLCH-USP. São Paulo, 2005.

KHOSLA, R. “A Participatory Guarantee System for India”. *The Organic Standard*, Grolink-Suécia, janeiro 2007. Certification & Accreditation, p. 11-14.

LAFER, Celso. *Hannah Arendt – Pensamento, Persuasão e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

\_\_\_\_\_. *Ciência em ação – Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. *As Ciências e suas Práticas do Ponte de Vista da Teoria Ator-Rede*. [S.I.]: NECSO. Disponível em: <<http://www.necso.ufrj.br/MM/As%20Ciencias%20e%20suas%20praticas.htm>>.

LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária, Economia Social, Terceiro Setor: las apuestas europeas*. 2005. Disponível em: <<http://www.top.org.ar/publicac.htm>>.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

LEROY, Jean-Pierre. *Histórico da Rede TA*. Rio de Janeiro: FASE, 1998.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, out. 2004.

LIMA, Maria Elizabeth. *Os Equívocos da Excelência - As novas formas de sedução na empresa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LISBOA, Marijane. *Transgênicos no Governo Lula: Liberdade para contaminar*. PUC Viva – *Revista da Apropuc*, São Paulo, ano 8, n. 29, p. 36-42, jan./mar. 2007. Número especial: Terra-Revolta da Natureza.

## LUNA

MACHADO, Eliel. Lutas e Resistências na América Latina hoje. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, v. 1, p. 12-24, set. 2006.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. “A Formação de um Mercado de Microfinanças no Sertão da Bahia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.22, n.63, fev. 2007.

MAGNANTI, Natal João. “Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia”. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 26-29, 2008.

MANCE, Euclides André. *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós capitalista à globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. “Redes de Colaboração Solidária”. In: CATTANI, Antônio D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de Redes Sociais- aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

\_\_\_\_\_. Confronto Simbólico, “Apropriação do Conhecimento e Produção de Informação nas Redes de Movimentos Sociais”. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n .1, fev. 2001a.

MEDAETS, Jean Pierre; FONSECA, Maria Fernanda A. C. *Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional*. [S.I.]: MDA/NEAD, 2005. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=314>>. Acesso em: 12/09/2007.

MEIRELLES, L. “Sistemas Participativos de Garantia: origem, definição e princípios”. *Agricultura Ecológica de Agroecologia*, Cochabamba – Bolívia, n.7, abril 2007.

MENDES-DA-SILVA, Wesley; BRITO, Thaís; FAMÁ, Rubens. Amigos-Amigos, Negócios...(nem tão) à Parte: Evidências Empíricas de Efeitos da Amizade em Transações. Anais do XXXI ENANPAD Rio de Janeiro, 2007

MELLO E SILVA, Leonardo. *Trabalho em grupo e sociabilidade privada*. São Paulo: Editora 34, 2004.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e Sociabilidade Privada: a exclusão do outro. Um olhar a partir das células de produção*. Revista Brasileira de Ciências Sociais/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. V.1, n.1. São Paulo: ANPOCS, 1986.

MESQUITA, Zilá. *Antenas, redes e raízes da territorialidade*. Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-FFLCH da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. *Encontro com Redes de Assistência Técnica discute projetos para 2007/2008*. [S.I.]: Portal MDA, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/171/codInterno/14038>>. Acesso em: 14/02/2008.

\_\_\_\_\_. *Governo Conclui Renegociação de Dívida*. [S.I.]: MDA. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/17046>>. Acesso em: 11/05/2008.

MINAYO, Maria C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Disponível em [http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/menu\\_lateral/agricultura\\_pecuaria/produtos\\_organicos/ao\\_pro\\_organico/pro%20org%25c2nico\\_0.doc](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/menu_lateral/agricultura_pecuaria/produtos_organicos/ao_pro_organico/pro%20org%25c2nico_0.doc). Acesso: abril/2008.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente - MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index>>.

MORAES, Eduardo Jardim; BIGNOTTO, Newton, (Orgs.) *Hannah Arendt: diálogo, reflexões, memória*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). Disponível em: <[www.mmcbrasil.com.br/index.html](http://mmcbrasil.com.br/index.html)>. Acesso em 22/05/07

MOVIMENTO DOS Trabalhadores Sem Terra (MST), Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/home.php>>.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES - MPA. Disponível em <[url:http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=222&eid=128](http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=222&eid=128)>. Acesso em: abril/2008.

MOURA, M. Cidades Empreendedoras. Tese de Doutorado. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

NEGRI, T. *O Trabalho*. [S.I.]: USINA Estudos e práticas micropolíticas, 2008. Disponível em: < <http://usinagrupoedudos.blogspot.com/2008/04/o-trabalho-por-toni-negri.html>> Acesso em 21/05/2008.

NIEDZIELSKI, A.; CUNHA MARQUES, A.; BONA, L. C. “Trajetória e Desafios da Construção de Mercados Locais para a Agricultura Ecológica em Porto União (SC) e União da Vitória (PR)”. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, junho 2008.

NORDER, Luiz Antonio C. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p.107-120, set.2006.

NUNES, S. *O Desenvolvimento da Agricultura Brasileira e Mundial e a Idéia de Desenvolvimento Rural*. [S.I.]: Deser, 2007. Disponível em: < <http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf>>. Acesso em 12/06/2007.

\_\_\_\_\_. *A Agricultura Familiar no Mercosul*. [S.I.]: Deser, 2007a. Disponível em: < [http://www.faser.org.br/anexos/AF\\_Mercosul.pdf](http://www.faser.org.br/anexos/AF_Mercosul.pdf)>. Acesso em 12/06/2007.

\_\_\_\_\_. *O Crédito Rural do Pronaf e os Recentes Instrumentos de Política Agrícola para a Agricultura Familiar*. [S.I.]: Deser, 2007b. Disponível em: <<http://www.unitins.br/ates/arquivos/outros/Cr%C3%A9dito%20Rural/Pronaf%20e%20a%20Pol%C3%ADtica%20Agr%C3%ADcola%20da%20AF.pdf>> .

NUNES, S.; ANTÔNIO DE OLIVEIRA, M. *A Emenda 3, a precarização do trabalho e a reforma trabalhista. Como fica a relação de integração na agricultura?* [S.I.]: Deser, 2007. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Emenda3.pdf>>.

OLIVEIRA, D. *Mercados e Reprodução social: um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas do Ipê - RS*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a.

\_\_\_\_\_. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. In: SILVA, Fernando; NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia. (Orgs). *República, liberalismo, cidadania*. São Paulo: Unimep, 2003b.

\_\_\_\_\_. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o Totalitarismo Neoliberal”. In PAOLI, M. C.; OLIVEIRA, F. (Orgs.). *Os sentidos da democracia- Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Resolucion sobre las estadísticas del empleo en el sector informal*. Ginebra,1993.



PAMPLONA, João Batista. *Erguendo-se pelos próprios cabelos – Auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*. São Paulo: Germinal, 2001a.

\_\_\_\_\_.(Org.). *O setor informal*. São Paulo: Educ, 2001b.

PAOLI, Maria Célia. “ Coletivo, o social e os direitos do indivíduo”. In: ARAÚJO, Ângela (Org.) *Trabalho, Cultura e Cidadania:um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.

\_\_\_\_\_. ; OLIVEIRA, Francisco de (Orgs.) *Os sentidos da democracia- Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PAULI, J. *O poder nas Redes de Economia Solidária*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, Hernani; FREITAS, Mário. “Contribuição da análise de redes sociais para o estudo sobre os fluxos de informações e conhecimento”. In: PEREIRA, H. ET all; (Orgs.). *Mosaico: Difusão do Conhecimento na Sociedade da Aprendizagem. n. 1*. Salvador e Feira de Santana: Edufba e Editora da UEFS, 2005.

PICOLOTTO, E. “Quando Novos Atores Entram em Cena o que Muda? A Construção de representação política dos agricultores de base familiar no Sul do Brasil”. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 91, Dezembro 2008.

PIXURUM. Informativo do Centro Vianei de Educação Popular, Santa Catarina, n. 77, abril-junho/2007.

PIXURUM. Informativo do Centro Vianei de Educação Popular, Santa Catarina, n. 75, outubro-dezembro/2006.

POCHMANN, Marcio (Org.). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade*. São Paulo: Cortez Editora e Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PORTAL DA SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em 12/08/2007.

#### **RADOMSKY e SCHNEIDER.**

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. *Caderno de Normas para Certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede de Agroecologia Ecovida, 2002.

REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. *Training Manual: participatory guarantee of ecological products*. Florianópolis: Rede de Agroecologia Ecovida, 2004.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura. (Org.). *Produzir para Viver – Os caminhos da Produção não Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_.; RODRÍGUEZ, C. “Um Mapa de Alternativas de Produção”. In: SANTOS, B. (Org.). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 32-77.

SANTOS, Laymert. “Instituição e destituição do mundo público - Invenção e anulação”. In: Rizek, Cibele; Romão, Wagner. (Orgs.). *Francisco de Oliveira - A tarefa da crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 29-35.

\_\_\_\_\_. “Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito de direito”. In: PAOLI, Maria Celia; OLIVEIRA, Francisco de (Orgs.). *Os sentidos da democracia- Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 291-306.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. *Regulamentação da Agricultura Orgânica no Brasil: caminhos, “descaminhos” e sua contribuição na construção do sistema de comércio ético e solidário*. 2005. Disponível em: <www.ecovida.org.br>. Acesso em: set. 2005.

\_\_\_\_\_. “Certificação Participativa em Rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no sul do Brasil”. Diário Oficial da União, jan. 2002.

\_\_\_\_\_. “Relatório de visita para Avaliação de Conformidade realizada pelo Conselho de Ética do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida na Propriedade ‘B&N Irmãos Cardoso’”. Florianópolis: Rede de Agroecologia Ecovida, 2007.

\_\_\_\_\_. [S.I.]: Rede Ecovida Disponível em: <www.ecovida.org.br>. Acesso em: maio/2008.

SANTOS, Luís Rebelatto. *Caderno de Formação: certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004

SANTOS DE ARAÚJO JUNIOR, Edmar Augusto. *Políticas Públicas: construção social do território e a moradia como local de produção*. [S.I.]: ABEP, 2008. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008\\_1156.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1156.pdf)>.

SCHERER-WAREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo - Rio de Janeiro: Loyola - Centro João XXIII, 1996.

\_\_\_\_\_. *Cidadania Sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Seminário Regional “Educação e Agroecologia: aceitando o desafio”, 2007, Posadas, Misiones – Argentina. *Declaração de Posadas*. Posadas, Misiones – Argentina, 2007.

SERVA, Maurício ; ANDION, Carolina . O Controle Coletivo dos Riscos Ambientais na Produção de Alimentos - uma análise do sistema de certificação participativa na

Rede Ecovida de Agroecologia . In: II Encontro Nacional da ANPPAS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004, Indaiatuba. II Encontro Nacional da ANPPAS, 2004.

\_\_\_\_\_. ; ARESI, Evandro Márcio . “Inovação social, formação sócio-espacial e gestão de redes sociais produtivas: um estudo de caso comparativo da Rede Ecovida de Agroecologia”. In: IV ENEO - Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, 2006, Porto Alegre. IV ENEO - Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, 2006.

SINGER, Paul. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Economia Solidária*. In: CATTANI, Antônio. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SOCIEDADE BRAILEIRA DE SOCIOLOGIA. Disponível em <<http://www.sbsociologia.com.br>>. Acesso em: setembro/2007.

SOUSA TEODÓSIO, A.; BORGES, C. *Redes Sociais, Participação e Racionalidade: um estudo de caso sobre suas tramas nas organizações não-governamentais*. [S.I.]: ANPAD. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod\\_edicao\\_subseao+57&cod\\_evento\\_edicao=18&cod-edicao-trabalho=4372](http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subseao+57&cod_evento_edicao=18&cod-edicao-trabalho=4372)>. Acesso em 12/10/2007

SOUZA, P. R. *Emprego, e renda na “pequena produção” urbana no Brasil*. Revista Estudos Econômicos, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 57-82, 1981.

STOFFEL, J. *A Viabilidade da Agricultura Familiar: formas de organização produtiva no Oeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Toledo, 2004.

SWEDBERG, R. *Sociologia Econômica: hoje e amanhã*. [S.I.]: Tempo Social online, 2004. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a01.pdf>>.

TEIXEIRA, F. (org.). *Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais: em busca de novos espaços para o aprendizado e a inovação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2005.

TELLES, Vera Silva. “Espaço Público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt”. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 2 n. 1 p. 23-48, 1990.

TERRA DE DIREITOS - Organização de Direitos Humanos. Disponível em <[www.terra.de\\_direitos.org.br](http://www.terra.de_direitos.org.br)>. Acesso em: outubro/2007.

URIARTT, Ari; PEREIRA, Sônia; SIMÓN, Xavier. *Building Participative Processes: the case of the “Rede Ecovida de agroecologia” in the southern region of Brazil*. [S.I.]:

Agroeco. Disponível em: <  
<http://www.agroeco.org/brasil/material/rede%20ecovida.pdf>>.

VIA CAMPESINA. [S.I]: Via Campesina. Disponível em: <  
[http://viacampesina.org/main\\_en/index.php](http://viacampesina.org/main_en/index.php)>. Acesso em: abril/2008.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *A particularidade da questão social na América Latina*. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XXIV, nov. 2003.

WILKINSON, John. Sociologia econômica e agroindústria. *Revista Estudos e Sociedade*, n. 6, p. 81-90, julho 1996.

\_\_\_\_\_. “Mercosul e Produção Familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, p. 25-50, abril 1997.

## ANEXO 1

Mapa com a localização dos Núcleos da Rede de Agroecologia Ecovida.



Fonte: Rede Ecovida, 2008.

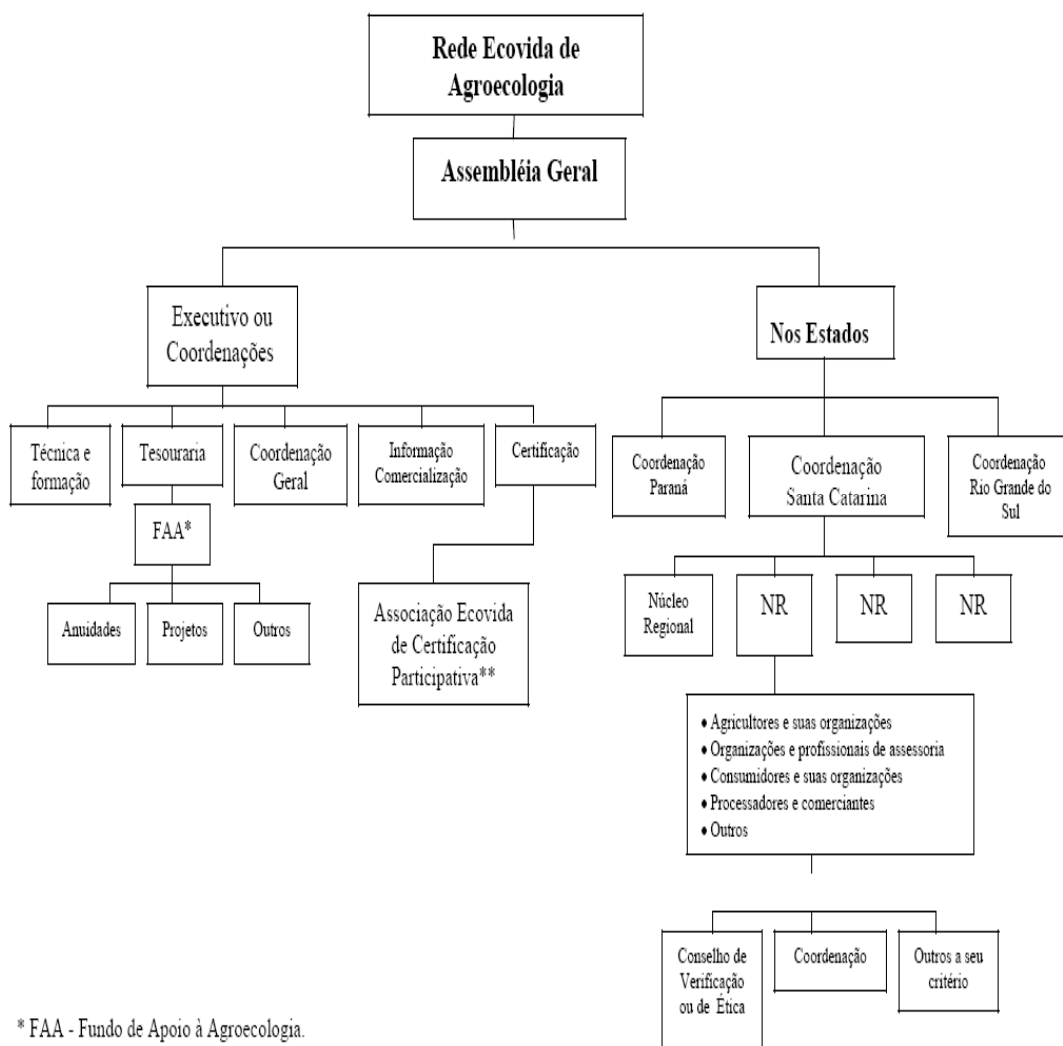
- 1 CENTRO OESTE DO PARANÁ
- 2 SUDOESTE DO PARANÁ
- 3 MAURÍCIO BURMESTER DO AMARAL
- 4 AGROFLORESTAL
- 5 NÚCLEO VALE DO RIO URUGUAI
- 6 OESTE SANTA CATARINA
- 7 VALE DO RIO DO PEIXE
- 8 PLANALTO NORTE
- 9 PLANALTO SERRANO
- 10 NÚCLEO ALTO VALE
- 11 LITORAL CATARINENSE
- 12 ALTO URUGUAI
- 13 PLANALTO
- 14 REGIONAL VALE DO RIO PARDO
- 15 SERRA
- 16 LITORAL SOLIDÁRIO
- 17 VALE DO CAÍ
- 18 SUL

- 19 CENTRO RS**
- 20 OESTE PR**
- 21 MONGE JOÃO MARIA**
- 22 MISSÕES**
- 23 LIBERTAÇÃO CAMPONESA**
- 24 SEM NOME AINDA**

## ANEXO 2

### Estrutura e composição da Rede de Agroecologia Ecovida

#### 3.1.1 Estrutura e Composição da Rede (Organograma)



\* FAA - Fundo de Apoio à Agroecologia.

\*\* Organograma da Associação em anexo

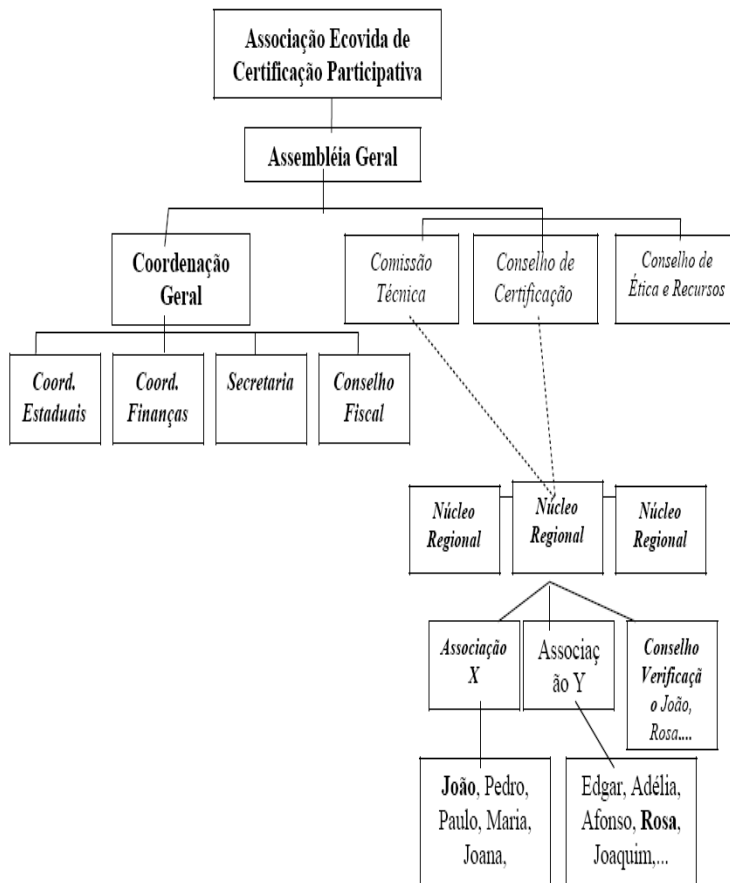
Fonte: REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2000, p. 7.

## ANEXO 3

### Organograma da Associação Ecovida de Certificação Participativa

167

Anexo 3 - Organograma da Associação Ecovida de Certificação Participativa



Fonte: REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2002b, p. 12.



## ANEXO 04

**Tabela 2 - Composição dos núcleos da Rede de Agroecologia Ecovida**

Tabela 3: Composição da Rede Ecovida de acordo com os núcleos regionais.

Núcleo	Grupos e associações agricultores	Grupos e associações agricultores	Famílias	Famílias	ONGs	ONGs	Comercializadoras	Comercializadoras	Outras organizações	Outras organizações	Feiras no núcleo	Feiras no núcleo
1. Agroflorestal	12	11	72	55	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Centro Oeste	11	11	92	92	02	02	01	01	-	-	08	08
3. Monge João Maria	14	14	80	90	01	01	-	-	01	01	01	04
4. Maurício Amaral	22	22	204	204	01	01	03	03	03	03	08	08
5. Oeste Paraná	10	16	143	136	02	01	-	04	-	05	07	06
6. Sudoeste	15	15	150	150	02	02	01	01	01	01	08	08
<b>PARANÁ</b>	<b>84</b>	<b>89</b>	<b>741</b>	<b>727</b>	<b>08</b>	<b>07</b>	<b>05</b>	<b>09</b>	<b>05</b>	<b>10</b>	<b>32</b>	<b>34</b>
7. Alto Vale	07	07	66	66	02	02	-	-	-	-	04	04
8. A. V. Rio do Peixe	08	08	51	51	01	01	-	-	-	-	05	05
9. Extremo Oeste	07	06	80	80	02	02	-	01	-	-	03	03
10. Litoral Catarinense	05	06	48	57	02	02	02	02	02	02	04	06
11. Planalto Norte	10	10	112	112	03	03	-	-	01	01	23	23
12. Planalto Serrano	12	12	119	119	01	01	-	-	01	01	03	03
13. Oeste	25	25	177	177	01	01	-	01	06	06	05	05
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>74</b>	<b>74</b>	<b>653</b>	<b>662</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>02</b>	<b>04</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>47</b>	<b>49</b>
14. Alto Uruguai	09	09	72	70	01	01	-	-	-	-	07	07
15. Centro	06	05	36	26	02	-	-	-	-	-	01	01
16. Litoral Solidário	19	21	200	215	01	01	-	-	08	04	01	02
17. Planalto	15	08	140	50	03	03	-	02	-	-	06	04
18. Serra	17	20	200	230	01	01	-	-	-	-	06	08
19. Sul	36	36	200	300	01	02	01	02	-	-	07	06
20. Vale do Cai	03	03	100	100	-	-	-	-	-	-	16	16
21. Vale do Rio Pardo	07	07	58	58	01	01	-	-	-	-	10	10
<b>R. GRANDE DO SUL</b>	<b>112</b>	<b>109</b>	<b>1006</b>	<b>1049</b>	<b>10</b>	<b>09</b>	<b>01</b>	<b>04</b>	<b>08</b>	<b>04</b>	<b>54</b>	<b>54</b>
<b>TOTAL</b>	<b>270</b>	<b>272</b>	<b>2400</b>	<b>2438</b>	<b>30</b>	<b>28</b>	<b>08</b>	<b>17</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>133</b>	<b>137</b>

Fonte: SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto, 2005 - *Regulamentação da Agricultura Orgânica no rasil: caminhos, “descaminhos” e sua contribuição na construção do sistema de Comércio ético e solidário* - Projeto nº 52.0847/01-6 - Relatório técnico final. Junho de 2005

## ANEXO 5

### LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006 – Agricultura Familiar.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

**Art. 2º** A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou

ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

**Art. 4º** A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

I - descentralização;

II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;

III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;

IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

**Art. 5º** Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

I - crédito e fundo de aval;

II - infra-estrutura e serviços;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - pesquisa;

V - comercialização;

VI - seguro;

VII - habitação;

VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;

IX - cooperativismo e associativismo;

X - educação, capacitação e profissionalização;

XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;

XII - agroindustrialização.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.7.2006

## ANEXO 6

### Rede de Agroecologia do Planalto Serrano

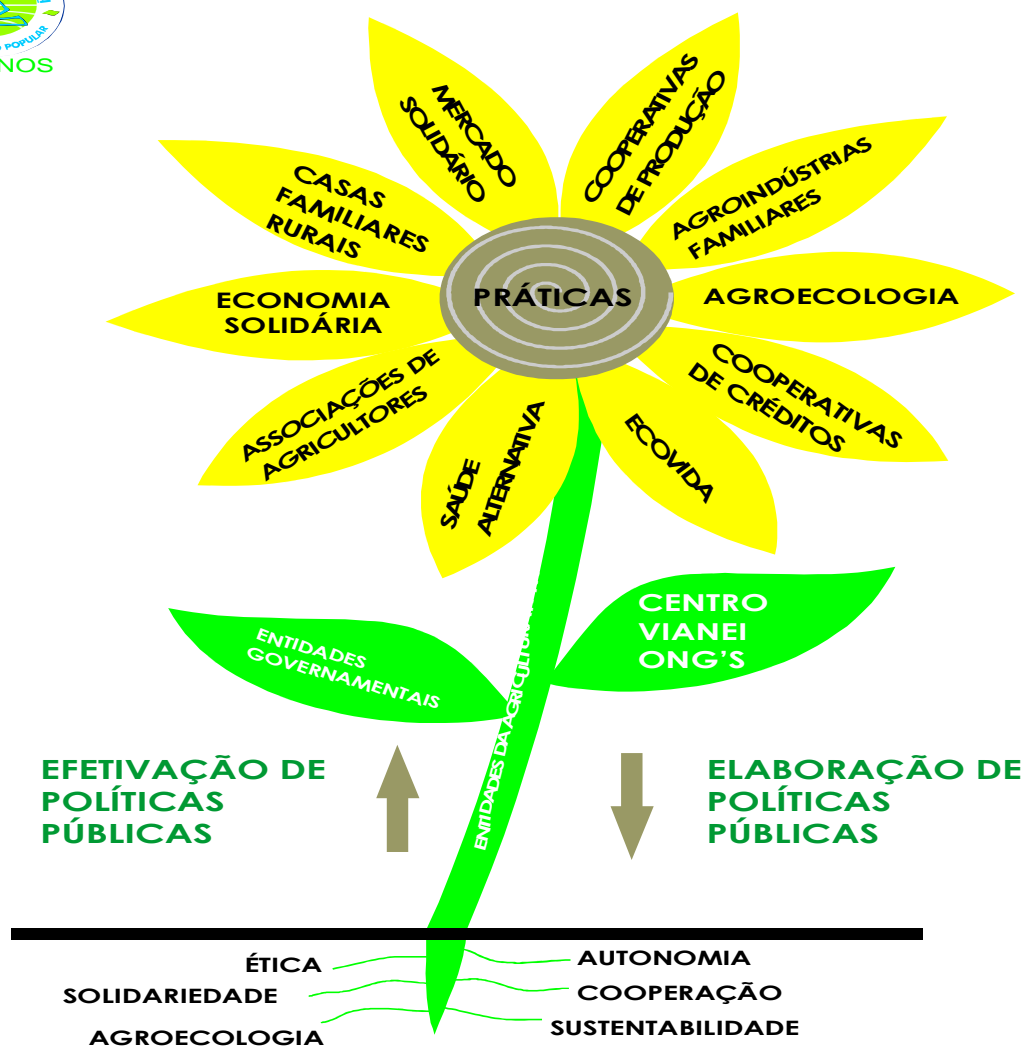


Figura 02 - Rede de Agroecologia do Planalto Serrano

Fonte: Documentos internos do Centro Vianei de Agroecologia/2008

## ANEXO 7

### Quadro com apresentação dos sujeitos entrevistados: AGRICULTORES

<b>Núcleo Planalto Serrano</b>	<b>Grupo Renascer</b>
--------------------------------	-----------------------

<b>Sujeitos entrevistados</b>
Família OLIVEIRA: Gedeoni de Oliveira e Lucimar de Oliveira
Família SOUZA: Eraldo Ribeiro de Souza Terezinha Israel de Souza e Dilmo Israel
Família OLIVEIRA NIEHEUS : Sirlene Nieheus e Aldo Luís Nieheus,
Família SALVADOR ALMEIDA: Jocely Salvador e João Almeida
Família NIEHEUS: Jozete Niehues

<b>Núcleo Planalto Serrano</b>	<b>Grupo Otacílio Costa</b>
--------------------------------	-----------------------------

<b>Sujeitos entrevistados</b>
Família LEITE: Aleida Pereira Leite
Família SOUZA: Emília de Fátima Velho Souza

<b>Núcleo Litoral Catarinense</b>	<b>Grupo Garopaba</b>
-----------------------------------	-----------------------

Família ROSA: Adi da Rosa e Roseane Freitas da Rosa
Família CARDOSO: João Batista Cardoso e Lúcia Helena Cardoso,

<b>Núcleo Litoral Catarinense</b>	<b>Grupo Paulo Lopes</b>
-----------------------------------	--------------------------

Família PIRES: José Abrilino Bueno Pires e Maira Jean Aguiar Pires
Família EMERENCIANO: Maria Albertina Emerenciano

<b>Núcleo Litoral Catarinense</b>	<b>Grupo Três Barras</b>
-----------------------------------	--------------------------

Família NASCIMENTO: João Manoel do Nascimento e Rosa Constância do Nascimento
Família CORREIA: Maria Izabel Correia e Leopoldo Correia
Família ALVES: Maurina Moura Alves e Yoná Livia Alves

## ANEXO 8

### Roteiro para relatos/observação junto aos agricultores

Data da entrevista \_\_\_\_\_

Local da entrevista \_\_\_\_\_

Nome completo \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Cidade/Região \_\_\_\_\_

Tempo que mora na região \_\_\_\_\_

Grau de instrução \_\_\_\_\_

Área da propriedade \_\_\_\_\_

Tempo de produção orgânica \_\_\_\_\_

Culturas cultivadas \_\_\_\_\_

Constituição da família \_\_\_\_\_

a) Pessoas que residem na propriedade;

#### Início:

1. Fale sobre a história da sua família nos últimos 15 anos. Os filhos trabalham em quê?
2. Fale sobre como é a sua vida aqui na região (Cotidiano/Práticas sociais/Problemas da localidade e envolvimento deles).
3. Fale sobre seu envolvimento com a agroecologia.
4. Fale sobre os motivos para participar da rede Ecovida. (Por que entrou na rede?).
5. Conte sobre a convivência dos agricultores aqui na região.
6. O que vocês fazem na rede? (Quais são os espaços de discussão e tomada de decisão? Os agricultores se envolvem em quais? Tomam que tipo de decisão? Em que período de tempo ocorrem reuniões? Há conflitos? Relacionados a quê?)
7. Em relação a projetos de vida, o que você pretende fazer daqui para frente?



## ANEXO 9

### **Roteiro para Técnicos/ONGs e lideranças regionais da Rede Ecovida:**

Data da entrevista \_\_\_\_\_ Tempo de existência do núcleo \_\_\_\_\_  
Local da entrevista \_\_\_\_\_  
Cidade/Região \_\_\_\_\_  
Nome completo \_\_\_\_\_  
Função \_\_\_\_\_  
No. de grupos no núcleo \_\_\_\_\_

Levantamento específico em cada um dos dois núcleos pesquisados:

1. Fale sobre os motivos para os agricultores participarem da rede Ecovida.(o que os faz entrar e os mantém depois)
2. Fale sobre a convivência dos agricultores aqui na região.
3. Que atividades são desenvolvidas no núcleo? (agrícolas, pecuária, de comercialização, turismo, incentivo à participação –como?)
4. Qual a atuação da ONG? (Como é essa ajuda? Apoio tecnológico, de organização).
5. Quais são as organizações envolvidas com as atividades dos agricultores neste núcleo?
6. Qual o papel das diferentes organizações envolvidas? Algum atrapalha? Por que?
7. Há uma classificação dos grupos (famílias) que compõem o núcleo? O que diferencia estes grupos?
8. Há envolvimento do núcleo com movimentos sociais e causas políticas?
9. Quais são os espaços de discussão e tomada de decisão? Os agricultores se envolvem em quais? Tomam que tipo de decisão? Em que período de tempo ocorrem reuniões? E nos Conselhos? Consad, Codeter, Consea.
10. Quais são as práticas sociais (espaços de sociabilidade que os agricultores participam)?
11. Há algum tipo de etapas de desenvolvimento previsto para os núcleos, definido pela coordenação da rede? Quais os núcleos mais estruturados?

## ANEXO 10

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Tema da Pesquisa: Sociabilidades na Rede de Agroecologia Ecovida

Pesquisador Responsável: Zilma Borges de Souza

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): 11-9867-4570

A presente entrevista é parte do curso de doutorado em Sociologia de Zilma Borges de Souza e tem como objetivo fornecer elementos para discussão acerca de formas de organização coletiva de trabalho.

O objetivo dessa entrevista é estritamente acadêmico e para fins didáticos, não havendo nenhuma outra finalidade oculta.

A entrevista deve durar de 1 hora a 1:30h, dependendo da sua disponibilidade para narrar sua trajetória profissional, que é o que será requisitado pelo pesquisador.

Vale salientar que a participação é voluntária e a entrevista pode ser interrompida a qualquer momento.

---

Pesquisadora Responsável  
Doutorado em Ciências Sociais/  
PUC – São Paulo

#### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo \_\_\_\_\_, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador \_\_\_\_\_ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do sujeito: \_\_\_\_\_

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)